

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DOUTORADO**

MICHEL JORGE SAMAHA

**COMPLEMENTARIEDADES REGIONAIS DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO
SOCIAL E DE PRODUÇÃO NO BRASIL**

**PONTA GROSSA
2017**

MICHEL JORGE SAMAHA

**COMPLEMENTARIEDADES REGIONAIS DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO
SOCIAL E DE PRODUÇÃO NO BRASIL**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: Estado, Direito e Políticas Públicas.

Orientador: Professor Doutor José Adelantado Gimeno
Coorientadora: Professora Doutora Lenir Aparecida Mainardes da Silva

**PONTA GROSSA
2017**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Samaha, Michel Jorge

S187 Complementariedades regionais dos
 sistemas de proteção social e de produção
 no Brasil/ Michel Jorge Samaha. Ponta
 Grossa, 2017.
 213f.

 Tese (Doutorado em Ciências Sociais
 Aplicadas - Área de Concentração:
 Cidadania e Políticas Públicas),
 Universidade Estadual de Ponta Grossa.
 Orientador: Prof. Dr. José Adelantado
 Gimeno.
 Coorientadora: Profª Drª Lenir
 Aparecida Mainardes da Silva.

 1.Regimes de Bem-Estar. 2.Variedade de
 capitalismo. 3.Complementariedade.
 4.Tipologia dos estados brasileiros.
 5.Sistema de proteção social. I.Gimeno,
 José Adelantado. II. Silva, Lenir
 Aparecida Mainardes da. III. Universidade
 Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em

CDD: 361.25

TERMO DE APROVAÇÃO

Michel Jorge Samaha

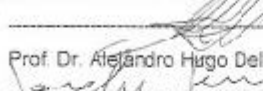
COMPLEMENTARIEDADES REGIONAIS DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E DE PRODUÇÃO NO BRASIL

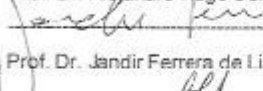
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

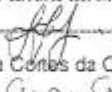
Ponta Grossa, 07 de março de 2017.

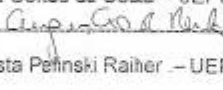
Assinatura pelos Membros da Banca


Prof. Dr. José Adelantado Gimeno – UEPG/UA3 - Presidente


Prof. Dr. Alejandro Hugo Del Valle – UNMdP/ Argentina – Partic. Externo


Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima – UNIOESTE - Partic. Externo


Prof.ª Dra. Lucia Cortes da Costa – UEPG – Partic. Interno


Prof.ª Dra. Augusta Petinski Raiher – UEPG - Partic. Interno

Prof. Dr. Mara Lucy Castilho – UEM – Suplente Externo

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – UEPG – Suplente Interno

À Jocelia, minha amada esposa e companheira de sonhos,
delírios e decepções!

À Gizah, minha filha e minha vida, que com suas fantasias e
brincadeiras tornou mais suave essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Uma tese, por seu objetivo acadêmico, deve ser um trabalho individual. Porém, é inegável que contribuições das mais diversas ordens, de uma forma ou de outra, foram determinantes para a construção da minha. Por essa razão, desejo expressar os meus sinceros agradecimentos:

Ao Professor José Adelantado Gimeno – um espírito livre de elevada competência científica – meu orientador, pela disponibilidade e generosidade despendidas ao longo destes anos de trabalho, assim como pelas críticas, correções e sugestões relevantes feitas durante a orientação. Agradeço a ele e à sua esposa Roser, pela atenciosa e carinhosa recepção dada, em Barcelona, a mim e a minha família, por ocasião do Doutorado-sanduíche.

À Professora Lenir Aparecida Mainardes da Silva, minha coorientadora, pela orientação segura, pelo estímulo à objetividade, pela amizade e disponibilidade. Nunca senti o desespero de não ter a quem recorrer.

À Professora Lucia Cortes da Costa, pelos ensinamentos, críticas, orientações e por oportunizar o contato com a temática que deu origem a esta tese.

Aos Professores Augusta Pelinski Raiher e Alysson Luiz Stege, pelo valioso apoio na operacionalização dos pacotes estatísticos utilizados na pesquisa e pela disponibilidade em debater o meu objeto de estudo.

Aos Professores e à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, pela inestimável contribuição à minha formação pessoal e acadêmica.

Aos amigos do mestrado e do doutorado, pela ajuda, incentivo e por fazer as dores e as agruras da formação acadêmica se tornarem mais leves.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG e ao Departamento de Economia, pelo suporte e apoio para realização do doutorado, acima de tudo, agradeço pela saudável convivência profissional ao longo dos últimos vinte anos.

À CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que, por meio do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE), financiou parte da pesquisa desenvolvida na Universidade Autônoma de Barcelona – Espanha. Bolsista da CAPES – Processo nº 99999.010175/2014-08.

À Universidade Autônoma de Barcelona e à Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia, por terem me recebido para o estágio de doutoramento. Agradeço também ao Coordenador do Mestrado em Política Social, Trabalho e Bem-Estar – Professor Antonio Martín Artiles – por ter franqueado a minha participação em suas aulas.

RESUMO

A crescente preocupação teórica com as possíveis complementariedades entre o sistema de proteção social e o sistema de produção capitalista é desenvolvida nesta tese, tomando-se como referências as abordagens dos Regimes de Bem-Estar (RB) e de Variedade de Capitalismo (VoC), concebidas respectivamente por Gösta Esping-Andersen e Peter Hall e David Soskice. Ao integrar essas abordagens, assume-se o pressuposto de que o Brasil abriga uma variedade de combinações desses sistemas, não podendo ser tipificado como um caso homogêneo. A realidade brasileira é heterogênea, desigual e complexa, por isso a escala territorial eleita para a pesquisa foi a das Unidades Federativas. Os objetivos da tese consistem em caracterizar os regimes de bem-estar e a variedades de capitalismo nos estados brasileiros e testar a determinação entre eles, e, ainda, identificar os fatores e as complementariedades capazes de explicar a heterogeneidade econômica e de proteção social dos mesmos. Além de perseguir esses objetivos, o trabalho pretende mostrar que as unidades federativas são heterogêneas tanto na caracterização da VoC como no seu RB, e que estados com regimes coincidentes apresentam uma significativa *complementariedade* e estão espacialmente próximos. Não obstante suas limitações, a tese oferece um referencial teórico para estudar a variabilidade interna dos regimes de bem-estar e variedades de capitalismo, contribuindo para a construção de uma tipologia adaptada à heterogeneidade do Brasil. Além disso, foi introduzida uma dimensão étnica na composição dos tipos estaduais encontrados, tema quase negligenciado pela literatura especializada.

Palavras-chave: Regimes de Bem-Estar. Variedade de Capitalismo. Complementariedade. Tipologia dos estados brasileiros. Sistema de proteção social. Sistema de produção capitalista.

ABSTRACT

Based on the welfare system approaches (WS) and variety of capitalism (VoC) designed by Gösta Esping-Andersen and Peter Hall and David Soskice, respectively, this thesis focuses on the growing theoretical concern with the possible complementarities between the social protection system and the capitalist production system. When these approaches are articulated it is assumed that Brazil has a variety of combinations of these systems and cannot be typified as a homogeneous case. As Brazilian reality is heterogeneous, unequal and complex, the territorial scale chosen for the research were the Federative Units. The objectives of the thesis are to characterize the welfare systems and the varieties of capitalism in the Brazilian States, test the determination among them and identify the factors and the complementarities capable of explaining their economic heterogeneity and social protection. In addition to these goals, the study aims to show that the States are heterogeneous both in characterization of VoC as well as in terms of their WS; the States with matching systems present a significant complementarity and are nearby states. Despite the thesis limitations, it provides a theoretical framework for studying the internal variability of the types of welfare systems and varieties of capitalism, contributing to the construction of a typology adapted to the Brazilian heterogeneity. Furthermore, an ethnic dimension was introduced in the composition of the state types found, a theme that has been overlooked by the specialized literature.

Keywords: Welfare systems. Variety of capitalism., Complementarity. Typology of the Brazilian states. Social protection system. Capitalist production system.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Esferas produtoras de bem-estar	34
Figura 2	– Dendograma RB 2001	117
Figura 3	– Dendograma RB 2014	118
Figura 4	– Regimes de Proteção Social em torno de 2001	129
Figura 5	– Regimes de Proteção Social em torno de 2014	131
Figura 6	– Dendograma VoC 2001	142
Figura 7	– Dendograma VoC 2014	143
Figura 8	– Regimes dos Sistemas de Produção em torno de 2001	158
Figura 9	– Regimes dos Sistemas de Produção em torno de 2014	159
Figura 10	– Economias Hierárquicas de Fraca Dependência Estatal x Proteção Social Intensa com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica	168
Figura 11	– Economias hierárquicas de intensa dependência estatal x Proteção Social de Moderada Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Uma tipologia multidimensional dos regimes de bem-estar.....	30
Quadro 2	– Principais traços dos padrões de modernização dos países da América Latina e Caribe	32
Quadro 3	– Dimensões das principais tipologias desenvolvidas para a América Latina.....	43
Quadro 4	– Regime de bem-estar brasileiro	46
Quadro 5	– Comparação das cinco esferas de relação entre a EML, EMC e EMH.	58
Quadro 6	– Síntese dos regimes de VoC desenvolvidos para o Brasil.	66
Quadro 7	– Dimensão, indicadores e fonte de dados.....	93
Quadro 8	– Dimensão e indicadores de VoC para a América Latina	98
Quadro 9	– Clusters dos regimes de bem-estar.....	119
Quadro 10	– Características dos regimes de proteção social dos estados brasileiros.	125
Quadro 11	– Agrupamento por características homogêneas do sistema de produção.	144
Quadro 12	– Características dos regimes capitalistas dos estados brasileiros	152
Quadro 13	– Estados onde existe coincidência entre os regimes de proteção social e de variedade de capitalismo.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variância Total Explicada – RB.....	110
Tabela 2 – Matriz de componentes rotacionada – RB	111
Tabela 3 – Valores médios das variáveis de Proteção Social e suas variações entre 2001 e 2014	120
Tabela 4 – Variância Total Explicada.....	132
Tabela 5 – Matriz de componentes rotacionados – VoC	133
Tabela 6 – Valores médios das variáveis de VoC e suas variações entre 2001 e 2014	145
Tabela 7 – Volume, participação relativa e empregos diretos gerados nos estados da Federação por projeto de IED <i>greenfield</i> (2003-2014).....	147
Tabela 8 – Resultados do modelo de efeito aleatório da ADP.....	162
Tabela 9 – Regimes EHIDE x PSMIF(MBE) para os estados da BA, CE, MA e PE	173
Tabela 10 – Regimes EHMDE x PSMIF (MBE) para os estados de AL, AP, PA, PI, RN, RO, RR, TO	175
Tabela 11 – Regimes EHFrDE x PSIP(FBE) para os estados do PR, RS, SC e SP.....	176

LISTA DE SIGLAS

ACP	Análise dos Componentes Principais
ADP	Análise de Dados em Paineis
AE	Número médio de anos de estudo por estado.
AF	Análise Fatorial
AFR	Percentual de afrodescendentes por UF
AL	América Latina
BACEN	Banco Central do Brasil
BAE	Brecha na Média anos de estudo (negros/brancos)
BCP	Brecha na frequência em cursos profissionalizantes (negros/brancos)
BMI	Brecha na taxa de mortalidade infantil (negros/brancos)
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BPS	Brecha na proteção social (negros/brancos)
BRD	Brecha na taxa de desocupados (negros /brancos)
BRM	Brecha Rendimento mensal (negros/brancos)
BSG	Diferença salarial de gênero
CA3	Crianças abaixo de 3 anos
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CC	Capitalismo Comparado
CCP	Coeficiente de Correlação de Spearman
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CP	Cobertura das pensões
CTB	Carga tributária bruta
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DA	Taxa de dependência de idosos
DI	Taxa de dependência infantil
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EB	Estado de Bem-Estar
EBLA	Estado de Bem-Estar Latino Americano
ECM	Economias de Mercado Coordenadas
EHFoDE	Economias Hierárquicas de Forte Dependência Estatal
EHFrDE	Economias Hierárquicas de Fraca Dependência Estatal
EHIDE	Economias Hierárquicas de Intensa Dependência Estatal
EHMDE	Economias Hierárquicas de Moderada Dependência Estatal
EMC	Economia de Mercado Coordenado
EMH	Economias de Mercado Hierárquica
EML	Economia(s) de Mercado Liberal
EMM	Economia de Mercado Mediterrânea ou Mista
EMP	Número de empregadores para cada 1000 habitantes
EVN	Esperança de vida ao nascer
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCONV	Famílias convivente (estendidas ou compostas)
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FPM	Formação pós-média
FVG	Fundação Getúlio Vargas
GINI	Coeficiente de Gini
GINITERRA	Índice de GINI para a propriedade rural por estado
GP&DP	Gasto em P&D
GPE	Gasto Público em Educação
GPPT	Gasto Público em Políticas de Trabalho
GPS (<i>variante</i>)	Gasto em Proteção Social
GPs	Gasto privado em Saúde
GSA	Gasto público em Saúde
GT	Gasto governamental total
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IED	Investimento Externo Direto
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MBE	Modesta Brecha Étnica
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação Profissional
PLP	População abaixo da Linha da Pobreza
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSBIF(MBE)	Proteção Social de Baixa Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica
PSFIP(FBE)	Proteção Social de Forte Intensidade com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica
PSIP(FBE)	Proteção Social Intensa com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica
PSMIF(MBE)	Proteção Social de Moderada Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RB	Regime de Bem-Estar
RBLA	Regimes de Bem-Estar na América Latina
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SMEs	State Influenced Market Economies
SNA	Sistemas Nacionais de Aprendizagem
SPS	Sistema de Proteção Social
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TAS	Taxa de assalariamento
TOF	Taxa de ocupação feminina
TEI	Taxa de emprego informal
TM5	Taxa de mortalidade infantil (<5 anos)
TMI	Taxa de mortalidade infantil
TRD	Taxa de Rotatividade no Trabalho
VoC	Variedade de Capitalismo
WS	Welfare System Approaches

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
I PARTE – MARCO TEÓRICO.....	26
CAPÍTULO I – REGIMES DE BEM-ESTAR	27
1.1 REGIMES DE BEM-ESTAR	27
1.2 O ESTADO DE BEM-ESTAR EM NOVA PERSPECTIVA	29
1.3 REGIMES DE BEM-ESTAR NA AMÉRICA LATINA.....	32
1.3.1 Políticas de Proteção Social	34
1.3.2 Propostas tipológicas para a América Latina – incluindo o Brasil	37
1.3.3 Propostas tipológicas exclusivas para o Brasil	44
CAPÍTULO II – VARIEDADES DE CAPITALISMO	49
2.1 VARIEDADE DE CAPITALISMO	49
2.2 TIPOS DE CAPITALISMO	53
2.2.1 Tipos de capitalismo na América Latina	55
2.2.2 O capitalismo brasileiro	59
II PARTE – HIPÓTESES E METODOLOGIA.....	68
CAPÍTULO III – HIPÓTESES.....	69
3.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS DESIGUALDADES REGIONAIS	69
3.2 PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	71
3.3 BREVE NOTA SOBRE O EIXO DE DESIGUALDADE ÉTNICA	72
3.4 DIVERSIDADE REGIONAL	74
3.5 FORMALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	75
3.6 COMPLEMENTARIEDADES ENTRE REGIMES	75
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	82
4.1 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE	82
4.2 VARIÁVEIS E FONTES DE DADOS	90
4.2.1 Indicadores dos sistemas de proteção social	90
4.2.1.1 Dimensão do desempenho do regime	90
4.2.1.2 Dimensão de Gênero.....	91
4.2.1.3 Dimensão do Esforço (generosidade) dos Estados	92
4.2.1.4 Dimensão do Papel Familiar	92
4.2.2 Indicadores dos modelos de produção capitalista	94
4.2.2.1 Relações de Trabalho	95
4.2.2.2 Sistema Educacional e de Formação.....	96
4.2.2.3 Sistema Produtivo	97
4.2.2.3 Sistema Financeiro	97
4.2.2.4 Dimensão étnica.....	99
4.2.2.4.1 Fundamento teórico da inclusão da dimensão étnica no RB e na VoC	100
4.2.2.4.2 Algumas características da segmentação e hierarquia étnica no Brasil	104

III PARTE – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS108

CAPÍTULO V – REGIMES DE BEM-ESTAR NAS UNIDADES FEDERATIVAS

BRASILEIRAS110

5.1	DIMENSÃO 1: DESEMPENHO DO REGIME	111
5.2	DIMENSÃO 2: GÊNERO E GENEROSIDADE DO SISTEMA	113
5.3	DIMENSÃO 3: FAMÍLIA E DIVERSIDADE ÉTNICA	114
5.4	DIMENSÃO 4: ESFORÇO ESTATAL.....	115
5.5	CLUSTER: AGRUPANDO OS DIFERENTES REGIMES DE BEM-ESTAR ..	116
5.6	VETORES DE MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO TEMPORAL DOS AGRUPAMENTOS DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL.	119
5.7	REGIMES DE BEM-ESTAR NOS ESTADOS BRASILEIROS.....	124
5.7.1	Proteção Social Intensa com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica –PSIP (FBE).....	126
5.7.2	Proteção Social de Forte Intensidade com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica – PSFIP(FBE)	126
5.7.3	Proteção Social de Moderada Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica – PSMIF (MBE)	127
5.7.4	Proteção Social de Baixa Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica – PSBIF(MBE)	128
5.8	SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: UMA VISÃO TERRITORIAL	129

CAPÍTULO VI – SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NAS UNIDADES

FEDERATIVAS BRASILEIRAS132

6.1	DIMENSÃO 1: SISTEMA EDUCACIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	134
6.2	DIMENSÃO 2: SISTEMA PRODUTIVO	136
6.3	DIMENSÃO 3: INCENTIVO PÚBLICO.....	137
6.4	DIMENSÃO 4: CAPACIDADE FISCAL	139
6.5	DIMENSÃO 5: RELAÇÕES DE TRABALHO.....	140
6.6	DIMENSÃO 6: MERCADO EXTERNO E FINANCEIRO.....	141
6.7	CLUSTER: AGRUPANDO OS DIFERENTES SISTEMAS DE PRODUÇÃO	141
6.8	VETORES DE MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO TEMPORAL DOS AGRUPAMENTOS DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO.	144
6.9	VARIEDADES DE CAPITALISMO NOS ESTADOS BRASILEIROS: UMA APROXIMAÇÃO	151
6.9.1	Economias Hierárquicas de Intensa Dependência Estatal (EHIDE).....	154
6.9.2	Economias Hierárquicas de Forte Dependência Estatal (EHFoDE).....	155
6.9.3	Economias Hierárquicas de Moderada Dependência Estatal (EHMDE).....	155
6.9.4	Economias Hierárquicas de Fraca Dependência Estatal (EHFrDE)	156
6.10	SISTEMAS DE PRODUÇÃO: UMA VISÃO TERRITORIAL	157

CAPÍTULO VII – SISTEMAS DE PRODUÇÃO E REGIMES DE BEM-ESTAR160

7.1	DETERMINANTES ECONÔMICAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	160
7.2	VARIEDADE DE CAPITALISMO E REGIMES DE BEM-ESTAR: ESPACIALIDADE E COMPLEMENTARIEDADES	165
7.3	CORRELAÇÃO DE SPEARMAN ENTRE OS FATORES DOS ESTADOS COM REGIMES COINCIDENTES.....	172
7.4	VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	177

CAPÍTULO VIII – CONCLUSÕES.....	180
8.1 RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS	180
8.2 REGIMES DE BEM-ESTAR NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS	180
8.2.1 Desempenho do regime.....	181
8.2.2 Gênero e generosidade do sistema	181
8.2.3 Família e Diversidade étnica.....	181
8.2.4 Esforço Estatal	182
8.3 REGIMES DE BEM-ESTAR: ANÁLISE DE CLUSTER.....	182
8.3.1 Proteção Social Intensa com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica (PSIP-FBE).....	182
8.3.2 Proteção Social de Forte Intensidade com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica (PSFIP-FBE).....	183
8.3.3 Proteção Social de Moderada Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica (PSMIF-MBE).....	183
8.3.4 Proteção Social de Baixa Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica (PSBIF-MBE)	184
8.4 SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS	184
8.4.1 Variedade de capitalismo: análise de Cluster	187
8.4.2 Economias Hierárquicas de Intensa Dependência Estatal (EHIDE).....	187
8.4.3 Economias Hierárquicas de Forte Dependência Estatal (EHFoDE).....	188
8.4.4 Economias Hierárquicas de Moderada Dependência Estatal (EHMDE).....	188
8.4.5 Economias Hierárquicas de Fraca Dependência Estatal (EHFrDE)	189
8.5 REGIME DE BEM-ESTAR E CAPITALISMO: DETERMINANTES ECONÔMICAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	189
8.6 CORRELAÇÃO DE SPEARMAN ENTRE OS FATORES DOS ESTADOS COM REGIMES COINCIDENTES	191
8.7 PROXIMIDADE ESPACIAL	192
8.8 HIPÓTESES	192
8.9 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA	193
8.9.1 Construção de referencial teórico para estudar a variabilidade interna dos regimes de bem-estar e variedade de capitalismo.	193
8.9.2 Contribuição para a construção de tipologia de regimes de bem-estar e variedade de capitalismo especificamente para o Brasil.....	193
8.9.3 Entender a política social como sendo um elemento funcional ao sistema de produção capitalista específico de cada estado brasileiro	194
8.10 SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS	195
REFERÊNCIAS	196
ANEXOS	209

INTRODUÇÃO

A presente tese se insere nos debates teóricos sobre a arquitetura dos Estados de Bem-Estar e das complementariedades de seus regimes com as instituições de mercado. O Estado de Bem-Estar é intrinsecamente complexo, pois historicamente vem fazendo frente a importantes transformações estruturais, como o surgimento do trabalho assalariado, mudanças na estrutura familiar induzidas por uma nova configuração urbana e industrial e consolidação do mercado de trabalho como um componente-chave da economia de mercado. As evidências dos riscos sociais criados pela industrialização e pelas crises econômicas geraram conflitos sociais, cujo objetivo era garantir maior segurança aos trabalhadores.

Dessa forma, emergiram como componentes estruturais dos estados de bem-estar a responsabilidade das empresas por parte dos riscos industriais, o papel das estruturas familiares na solidariedade entre seus membros e o reconhecimento político de alguns direitos sociais. Os estudos tipológicos comparativos mais recentes tomam as elaborações do sociólogo dinamarquês Gösta Esping-Andersen como referência, pois incorporam, inicialmente, duas dimensões introduzidas por ele: a primeira trata do grau de *desmercantilização*, que se refere às possibilidades de subsistência que os estados de bem-estar permitem aos seus cidadãos como um tema de direitos sociais; a segunda é o grau de estratificação dos benefícios, evidenciando que os diferentes modelos de estados de bem-estar se explicam com base em diferentes sistemas de estratificação social, que dão lugar a diferentes alianças de classe.

Também foi acrescentada uma terceira dimensão, que considera a importância das famílias na produção de bem-estar, a *desfamiliarização*. O conceito de regime de bem-estar nessa perspectiva é o modo como se divide a produção de bem-estar entre o Estado, o mercado e as famílias. Assim, as sociedades produziram combinações específicas desses elementos, que a interpretação de Esping-Andersen esquematiza, associando-os idealmente a diversos graus de mercantilização, desfamiliarização e o peso do Estado. A partir da relação entre essas três dimensões, é possível mapear e entender, comparativamente, a taxonomia dos Regimes de Bem-Estar (RB) em diferentes níveis geográficos. Cada regime possui um Sistema de Proteção Social¹ (SPS) que, nos estudos comparativos, englobam dois pilares: o pilar não contributivo (assistencial) e o contributivo (seguridade social).

¹ É a partir do Sistema de Proteção Social que se caracteriza um Regime de Bem-Estar. Ao longo da tese, essas categorias serão utilizadas como sinônimos, sem prejuízo de seus distintos significados. Regime é definido aqui pelo conjunto de normas, regras, procedimentos e instituições que restringem o comportamento de seus membros (ESPING-ANDERSEN, 1991).

No mesmo sentido, esta investigação se situa no campo teórico, que reconhece a existência de diferentes tipos de capitalismo e se contrapõe à ideia de um modelo ideal, identificado como um modelo de intervenção mínima, de mercado dominante e autorregulado. A vertente da Economia Política Comparada ou Capitalismo Comparado (CC) adotada para a análise foi a abordagem denominada Variedade de Capitalismo (VoC).

De forma similar às dimensões estruturais dos estados de bem-estar, nessa perspectiva, as estruturas institucionais mais importantes de uma economia são as cinco esferas de coordenação ou de domínios institucionais, cuja articulação determina a arquitetura de cada tipo de capitalismo: 1) relações industriais (sindicatos), onde se estabelece a forma de coordenação da barganha salarial, da produtividade e das condições de trabalho; 2) sistemas de treinamento e educação, cujo objetivo é assegurar um conjunto de habilidades relevantes aos trabalhadores e definir quanto investir em treinamento em cada firma; 3) governança corporativa, onde se definem as formas de acesso a financiamento e as garantias de retorno para os investimentos; 4) mercados de trabalho, na medida em que é necessário assegurar, para o bom desempenho das firmas, a aquisição de competências adequadas e a cooperação dos empregados nas suas atividades; e 5) relacionamento interfirmas (clientes, fornecedores e parceiros) visam assegurar uma certa estabilidade para a demanda, uma oferta apropriada de insumos, assim como o acesso à tecnologia, de forma a minimizar os riscos associados à repartição da informação. É a partir da combinação destas esferas de coordenação que esta abordagem procura identificar os modelos de capitalismo e estabelecer uma tipologia para a análise comparada dessas economias.

As premissas analíticas dessa corrente consideram que as ações econômicas são um tipo especial de “ação social” e que, portanto, estão indefectivelmente coordenadas e enraizadas em um determinado contexto institucional, que inclui, porém não se esgota com os mercados; as similitudes e diferenças entre os distintos arranjos institucionais definem resultados econômicos diferentes; e a análise comparada é mais robusta quando incorpora distintas ordens de práticas sociais, devido ao fato de que as instituições que as estruturam serem interdependentes e sua configuração específica produzir tipos particulares de sistemas capitalistas. Combinar duas tipologias mais frequentemente referenciadas nos estudos dos países capitalistas avançados, “Variedade de Capitalismo²” (VoC) (HALL; SOSKICE, 2001)

² Com o mesmo critério adotado para o regime de bem-estar, uma variedade de capitalismo é composta por uma configuração específica de um sistema de produção econômica. Portanto, essas categorias serão tratadas de formas equivalentes. Por sistema de produção se entende a organização da produção por meio do mercado e instituições a ele relacionadas.

e Regimes de Bem-Estar (ESPING-ANDERSEN, 1991), por si só, não é suficiente para instrumentalizar uma abordagem analítica de países periféricos e pouco industrializados. Dessa forma, os esforços de classificação elaborados para a América Latina, e em especial para o Brasil, foram incorporados na investigação.

Quando se integram na análise os regimes de bem-estar e a variedade de capitalismo, há o pressuposto de que um país pode abrigar uma variedade de combinações desses sistemas sem que isso seja considerado uma incongruência do ponto de vista de sua caracterização geral. Essa variedade não deve ser tratada como anomalia ou resíduos do quadro geral e deve ser estudada na complexidade institucional que está inserida. Nessa linha, alguns autores³ têm estudado as diferenças das instituições nacionais e locais e os determinantes das variações (econômicas e sociais) que delas resultam.

Por conseguinte, num país continental como o Brasil, a escala da análise assume relevância. Não que exista uma escala mais importante (ou única) quando se investigam aspectos endógenos dos regimes de bem-estar e das variedades de capitalismo. A realidade brasileira é heterogênea, desigual e complexa, por isso o enfoque na escala territorial intermediária⁴ (estados) pode ajudar a compreender as interações inter-regionais.

A espacialidade é uma dimensão do desenvolvimento do sistema capitalista e não se pode negligenciar as hierarquias de geração e apropriação da riqueza regionais, muito menos olvidar as questões estruturais do país e as especificidades de suas regiões. Essas características invadem também o âmbito das políticas de proteção social, pois sociedades regionalmente segmentadas possibilitam a reprodução das elites locais e da secular exclusão social.

As duas metodologias (RB e VoC) foram desenvolvidas para entender a proteção social e o capitalismo dos países desenvolvidos, por isso algumas questões respondidas no decorrer desse trabalho partiram das seguintes indagações: O RB e a VoC podem ser adaptadas para um país em desenvolvimento como o Brasil? O Brasil pode ser considerado como um tipo homogêneo de capitalismo e de regime de bem-estar? As diferenças étnicas podem ser incorporadas como eixos de desigualdade nos modelos de RB e de VoC, em especial para um país multiétnico como o Brasil? É possível estabelecer uma relação causal entre os tipos encontrados?

Essas perguntas são relevantes na medida em que os objetivos da pesquisa são:

³ Ver Crouch et al. (2005) e Crouch e Voelzkow (2008).

⁴ Por escala intermediária, entende-se o âmbito das unidades federativas. O Distrito Federal será tratado como Estado, uma vez que os dados utilizados dizem respeito à dimensão da competência desse ente como Estado.

- Caracterizar os regimes de bem-estar e a variedade capitalista nos estados brasileiros e testar a determinação mútua entre eles.
- Identificar os fatores e as complementariedades capazes de explicar a heterogeneidade do sistema de produção econômica e no regime de bem-estar dos estados brasileiros.

Ao buscar uma resposta para uma possível adaptação da abordagem de RB e de VoC ao Brasil, considerando seu atual estágio de desenvolvimento, é necessário lembrar que os fundamentos utilizados nos trabalhos de Esping-Andersen e Peter Hall foram aplicados a estudos comparados que construíram novas categorias de regimes para os países mediterrâneos da Europa (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) e também para os latino-americanos. As particularidades desses países em relação a valores, tradição familiar, religião, instituições de mercado, entre outros, justificam considerá-los como regimes próprios e não como sistemas mistos derivados dos regimes propostos inicialmente.

A forte heterogeneidade cultural, étnica, familiar e institucional (nas estruturas de governança públicas e privadas) das Unidades Federativas brasileiras justificam, por sua vez, uma construção de categoriais próprias da VoC e dos RB que as considerem. Nesse sentido, os modelos formulados por esses autores são tomados apenas como tipo-ideal, por levarem em conta componentes históricos que não são reproduzíveis. Portanto, os modelos teóricos (ao menos grande parte deles) que tipificaram o Brasil (isoladamente ou no conjunto dos países latino-americanos) foram revisados, permitindo, assim, uma proposição tipológica que se diferencia por grupos de estados.

No entanto, remanesce a dúvida se o Brasil pode ser considerado como um tipo homogêneo de capitalismo e de regime de bem-estar. Ao trazer as unidades federativas para o centro da análise, assume-se o pressuposto de que - mesmo num País marcado pela grande homogeneidade das regras que regem as políticas públicas – os resultados na dinâmica da política estadual e as escolhas dos governantes geram respostas divergentes, não sendo possível aceitar uma tipologia única capaz de dar conta dessa diversidade. Subjacente a essa constatação está a hipótese de que esses entes federativos são heterogêneos, tanto na variedade de capitalismo como no regime de bem-estar.

Nos países industrializados, a crise econômica ao final dos anos 70, com o esgotamento do modelo de produção fordista chama a atenção para a importância dos contextos locais no desenvolvimento econômico e no bem-estar dos cidadãos. Essa crise foi impulsionada pela dificuldade de financiar as estruturas de bem-estar para uma demanda populacional mais exigente, perda de legitimidade dos Estados de bem-estar ao oferecer

provisões homogêneas para demandas cada vez mais heterogêneas e a pressão institucional para que os governos centrais transferissem mais responsabilidades políticas para as administrações locais.

Na América Latina, após o fim dos regimes autoritários, ocorre uma convergência na defesa da descentralização. Os partidos de esquerda e de direita, com argumentos distintos, atribuem importância para esse tipo de reforma no curso do processo de redemocratização. Passou-se a supor que formas descentralizadas de prestação de serviços públicos seriam mais democráticas e que, além disto, fortaleceriam e consolidariam a democracia. Igualmente, mais eficientes, elevando os níveis reais de bem-estar da população. Portanto, reformas do Estado nesta direção seriam desejáveis, pois viabilizariam os ideais progressistas e aumentariam o controle social sobre o Estado.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o sistema federativo como cláusula pétrea. Os estados federados, além de manterem autonomia política, com eleições para cargos executivos e legislativos, ainda experimentaram uma ampliação significativa da autonomia administrativa, alargando suas atribuições em distintas políticas públicas. Essa descentralização foi acompanhada por elevação da capacidade de arrecadação tributária e das despesas próprias desses entes (BRASIL, 1988).

A decisão constitucional de promover a descentralização político-administrativa transformou o Brasil num país de estrutura federativa particular no sentido de criar um federalismo ao mesmo tempo competitivo e cooperativo. Dessa forma, o desenho institucional adotado possibilitou que, em determinadas áreas – com o intuito de preservar a autonomia dos estados –, existisse distribuição de competências que gerassem “disputas” intergovernamentais em determinadas políticas, como é o caso da tributária. Por outro lado, há o convívio com a repartição de atribuições entre os entes para atuarem de forma cooperada na formulação e execução de determinadas políticas, como as políticas sociais na área da saúde, assistência social, educação, entre outras elencadas na Constituição Federal (Art. 23) (BRASIL, 1998).

O modelo criado – independentemente de sua classificação teórica –, em seus aspectos sociais, jurídicos e políticos, acabou por determinar uma oferta de mecanismos por meio dos quais os níveis de provisão de certos bens e serviços públicos poderiam ser estabelecidos de acordo com as preferências de subconjuntos geográficos da população. Mais do que isto, a configuração dos sistemas de proteção social não pode mais ser vista apenas em termos do sistema nacional, mas uma combinação de políticas centrais e subnacionais.

Nos estudos sobre os regimes de bem-estar e de variedade de capitalismo, até então, pouca atenção tinha sido dada ao papel do nível intermediário de governo entre a autoridade central e a jurisdição local, os estados. A deficiência da análise do papel dos entes estaduais reflete o fato de que eles – enquanto unidade de análise – eram relegados ao segundo plano, principalmente na Europa, onde literatura relevante foi produzida sobre essa temática. Entretanto, estudos recentes têm revelado a importância das estruturas subnacionais na explicação das variações na dinâmica de formação das políticas sociais e na conformação das variações dos sistemas de produção dentro de um País.

Ao considerar o nível intermediário de governo, é possível construir uma outra hipótese de trabalho, no qual se espera que exista uma proximidade espacial e uma forte complementariedade entre as unidades federativas que possuam tipos de RB e VoC coincidentes. Em outros termos, as condições socioeconômicas e culturais de alguns estados podem gerar arranjos institucionais semelhantes nesses dois campos.

Dadas as diferenças étnicas encontradas no território nacional, outro problema surge. É possível incorporar o componente étnico como eixo de desigualdade nos modelos de RB e de VoC para o Brasil, uma vez que essa dimensão não aparece nas formulações antecedentes? Como já dito, os pressupostos analíticos da RB da VoC foram desenhados para países desenvolvidos e homogêneos. A utilização dessa metodologia para classificar os Regimes de Bem-Estar na América Latina (RBLA) vem sofrendo adaptações, impulsionadas por uma realidade social assimétrica e hierárquica, fundada na desigualdade e na exclusão social.

Das hierarquias, as mais exploradas foram as de classe e gênero, porém pouca atenção foi dada à dimensão étnica. A etnia como eixo de desigualdade é raramente mencionada nos estudos que propõem uma análise tipológica para a região. Entretanto, a diversidade étnica provoca divisões estruturais que afetam a vida econômica das pessoas, bem como o desenvolvimento dos serviços de bem-estar. Os tipos de regimes propostos para a região ignoram esses efeitos e criam um viés analítico que não permite capturar a hierarquia social gerada por essa dimensão.

Apesar de evidente, a importância dada às variáveis étnicas na literatura dos RBLA e da VoC é claramente marginal. Os afrodescendentes⁵ são os mais pobres da região, apresentam os piores indicadores socioeconômicos e contam com um escasso reconhecimento cultural e uma baixa participação cidadã. A combinação de tais elementos reflete diretamente

⁵ No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica as pessoas por autodeclaração da cor. Considera-se afrodescendente os negros, que é a soma dos pardos e pretos.

nos desenhos das instituições democráticas desses países. Logo, a hierarquia étnica impulsiona a formatação de instituições democráticas pouco responsivas às demandas sociais produzidas por essa dimensão. Ou seja, as instituições democráticas são frágeis, causando um enorme déficit na efetivação dos direitos sociais. O produto dessa fragilidade é uma grande desigualdade de renda, uma pobreza estendida e um acesso ao emprego regular etnicamente condicionado.

Se analiticamente é possível diferenciar outros eixos, como desigualdade de classe, de gênero ou etária – quando se combinam as esferas mercantil, familiar, estatal e comunitária, como a maioria dos estudos fazem –, então não se justifica a omissão do eixo étnico nessas construções teóricas.

Há, na literatura mundial, no que tange ao Estado de Bem-Estar Social, uma forte percepção de que os modelos de proteção social dos diferentes países determinam e são determinados pela organização da economia. Porém, são quase inexistentes os estudos que caracterizam a relação entre as variedades de capitalismo e os regimes de bem-estar no mesmo país, levando em consideração o nível intermediário de governo e que considerem a relevância da hierarquia étnica.

Uma última questão relevante é em que medida é possível estabelecer uma relação causal entre os tipos de RB e VoC, que se pretende identificar nos diversos entes federados. As análises centradas em regimes ou tipos têm sido uma importante ferramenta de compreensão dos componentes políticos do desenvolvimento do estado de bem-estar, principalmente permitindo melhor compreensão da articulação entre o contexto econômico, político e social em países em desenvolvimento como o Brasil.

Para discutir a relação causal entre RB e VoC, tomou-se os modelos de proteção social como variável dependente ou, contrário censo, o modelo de produção capitalista como variável independente. A bidirecionalidade causal não foi ignorada, mas para os propósitos da tese, a relação unidirecional proposta é o suficiente para que se estabeleça, ou não, o vínculo entre as variáveis de ambos os regimes. Nesse sentido, o sistema de produção capitalista (mais ou menos industrializado), com seus agentes econômicos, sociais e pelo financiamento, determina, por um lado, o nível de gastos, cobertura e o tipo de benefício gerados por um sistema de proteção social; por outro, é afetado pela forma que se combina o *mix* de serviços entre o setor público e o privado, bem como pelo uso de recursos financeiros e a geração de empregos.

Porém, é preciso considerar que as tipologias resultantes da RB e da VoC são problemáticas quando o nível subnacional é posto em manifesto, pois elas foram concebidas

considerando o Estado-nação como a unidade de análise relevante. Por um lado, os sistemas nacionais são supostamente pressionados pela homogeneização do nível internacional e, por outro, pela heterogeneização regional. De plano, isso coloca em xeque a perpetuação no tempo de qualquer classificação. O que se pretende mostrar é que o Estado-nação é um importante nível de análise, mas não é o único.

É particularmente instigante a aproximação entre essas duas metodologias, considerando a heterogeneidade interna do território nacional. As complementariedades entre sistemas de proteção social e de produção ainda carecem de investigação sistemática no Brasil. Tanto os autores originais dessas abordagens, como grandes expoentes da literatura delas derivadas, apontaram elementos de conexão entre ambos. Essas conexões, aqui tratadas como complementariedades, passam por um ponto comum: política social como um elemento funcional do capitalismo. Nesse sentido, buscou-se relacionar alguns aspectos dos regimes de proteção social nas unidades federativas com as seguintes dimensões do sistema de produção nacional: o sistema educacional e de formação profissional, sistema produtivo, incentivo público, capacidade fiscal, relações de trabalho e mercado externo e financeiro.

Por fim, a contribuição que a pesquisa pretende dar é construir um referencial teórico para estudar a variabilidade interna dos regimes de bem-estar e variedade de capitalismo em países com fortes desigualdades regionais. Ademais, é intenção deste trabalho ofertar uma proposta tipológica, tanto dos regimes de bem-estar quanto da variedade de capitalismo, especificamente para as unidades federativas brasileiras. Por derradeiro, o escopo da análise concorre para compreender, nos estados brasileiros, em que medida a política social se constitui em elemento funcional ao sistema de produção capitalista.

Para os fins elencados, a tese está estruturada em três partes: I Parte: Marco Teórico; II Parte: Hipóteses e Metodologia; e III Parte: Análise e Discussão dos dados, que, ao todo, somam oito capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “Regimes de Bem-Estar”, aborda o conceito de Estado de Bem-Estar, partindo da experiência europeia, a perspectiva analítica inaugurada por Esping-Andersen na obra *Três regimes de bem-estar* e os regimes de bem-estar na América Latina. Neste último, caracterizaram-se as políticas de proteção social e as propostas tipológicas desenvolvidas para essa região e, em especial, para o Brasil. O foco foi criar um referencial teórico capaz de fornecer um conjunto de ferramentas e indicadores úteis para construir uma tipologia que levasse em consideração a heterogeneidade dos níveis intermediários de governo no Brasil. As tipologias dos sistemas de bem-estar desenvolvidos para a América Latina e, especificamente, para o Brasil, não tratam com a devida

profundidade as variações internas dos sistemas de proteção social, uma vez que os esforços classificatórios apanham o quadro geral do País, tomando-o como homogêneo.

O segundo capítulo, intitulado “Variedades de Capitalismo”, faz o mesmo percurso do primeiro, mas aqui o objeto foi o referencial teórico da variedade de capitalismo (VoC), partindo das ideias contidas no ensaio inaugural de Hall e Soskice, no livro *Varieties of Capitalism: the institucional foundations of comparative advantage* (2001), chegando às tipologias desenvolvidas genericamente para a América Latina e, em concreto, para o Brasil. A conclusão essencial do capítulo é que as tipologias apresentadas – algumas mais, outras menos – auxiliam na identificação de atributos relevantes da conformação institucional do sistema de produção nacional. Entretanto, as classificações genéricas considerando o país como um caso homogêneo perdem potência analítica. A Parte I encerra aqui.

Iniciando a Parte II, segue o terceiro capítulo, intitulado “Hipóteses”, que discutiu os fundamentos para utilização conjunta das metodologias de RB e de VoC, bem como a formalização das hipóteses de trabalho. São evidenciadas, entre outras coisas, as fragilidades e as potencialidade do uso conjunto desses métodos e o conceito essencial de complementariedade entre regimes, com alguns exemplos. A conclusão principal é de que, considerando as complementariedades entre o sistema de proteção social e o sistema de produção, o poder explicativo da utilização combinada das tipologias é potencializado.

O quarto capítulo, intitulado “Metodologia”, encarta o desenho da pesquisa com o encadeamento metodológico utilizado. O desenho metodológico incluiu uma análise empírica com o objetivo de descrever a variabilidade dos sistemas de proteção social nas 27 unidades federadas, tomando como parâmetro a variabilidade dos modelos de capitalismo de cada uma. Essa análise foi realizada por meio de uma abordagem quantitativa, contendo os seguintes instrumentos: análise fatorial, Cluster, análise de dados em painel e correlação de Spearman.

O desenho metodológico assim concebido foi construído para, além de tipificar os diferentes regimes estaduais, também identificar a existência de uma correlação entre sistemas de capitalismo e sistemas de proteção social. Foram incluídos, nesse capítulo, as variáveis e as fontes de dados da pesquisa. Para o sistema de proteção social, foram utilizados 21 indicadores, divididos em cinco dimensões: desempenho do regime, gênero, esforço dos estados, papel da família e étnica. Já para o modelo de produção capitalista, foram utilizados 20 indicadores, divididos em cinco dimensões: relações de trabalho, sistema educacional e de formação, sistema produtivo, sistema financeiro e étnica.

Iniciando a III Parte, no quinto capítulo, intitulado “Regimes de Bem-Estar nas Unidades federativas Brasileiras”, por meio da análise fatorial, extraíram-se as dimensões

subjacentes para os RB. Para o sistema de proteção social, foram extraídos quatro fatores ou dimensões subjacentes que explicam 80,2% da variância total entre as variáveis originais. As quatro dimensões subjacentes foram assim nominadas: 1) Desempenho do regime; 2) Gênero e generosidade do sistema; 3) Família e diversidade étnica; 4) Esforço Estatal. Na sequência, procedeu-se a análise de Cluster par dois pontos no tempo (em torno de 2001 e em torno de 2014), gerando quatro grupos de estados com características semelhantes. Os vetores de mudança na composição temporal desses grupos foram identificados. Como conclusão, foram construídos os tipos dos sistemas de proteção social para os grupos de estados denominados da seguinte forma: 1) Proteção Social Intensa com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica; 2) Proteção Social de Moderada Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica; 3) Proteção Social de Baixa Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica; e 4) Proteção Social de Forte Intensidade com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica.

No sexto capítulo, intitulado “Sistema de Produção Capitalista nas Unidades federativas Brasileiras”, para o sistema de produção capitalista, aplicando a mesma técnica empregada no capítulo anterior, extraíram-se seis dimensões subjacentes que explicam 73,5% da variância total, quais sejam: sistema educacional e formação profissional, sistema produtivo, incentivo público, capacidade fiscal, relações de trabalho e mercado externo e financeiro. A partir dos grupos identificados, elaborou-se uma proposta tipológica de variedade de capitalismo para os agrupamentos de estados, resultando na seguinte classificação: 1) Economias hierárquicas de intensa dependência estatal; 2) Economias Hierárquicas de Forte Dependência Estatal; 3) Economias hierárquicas de moderada dependência estatal; e 4) Economias hierárquicas de fraca dependência estatal.

No sétimo capítulo, intitulado “Sistemas de Produção e Regimes de Bem-Estar”, por meio da análise de dados em painel, foi verificado o grau de determinação entre os sistemas, tomando a proteção social como variável dependente e os indicadores de produção capitalista como variáveis independentes. Por fim, aplicou-se o coeficiente de correlação de Spearman para verificar o grau de relação entre as dimensões subjacentes nos grupos de estados com regimes coincidentes (regime de proteção social e de produção capitalista). Como conclusão principal desse capítulo, confirmou-se uma das hipóteses de trabalho da tese, ou seja, determinação e relação significativa entre ambos os regimes e contiguidade espacial dos mesmos no território nacional.

O oitavo e último capítulo apresenta as principais conclusões da pesquisa, as contribuições mais relevantes ao objeto de estudo e as futuras linhas de investigação que podem dela derivar.

I PARTE
MARCO TEÓRICO

CAPÍTULO I

REGIMES DE BEM-ESTAR

1.1 REGIMES DE BEM-ESTAR

O desenho conceitual do termo Estado de Bem-Estar (*Welfare State*) é disseminado no mundo ocidental a partir da política do *New Deal* de Roosevelt, iniciada em 1933. Entretanto, o termo “bem-estar” já era usado antes disso. A concentração dos serviços sociais pelo estado no Reino Unido e na Alemanha no século XIX deram origem aos sistemas de seguros contributivos, uma resposta às desigualdades sociais e a politização dos movimentos de trabalhadores europeus. A partir disso, um marco jurídico foi criado, tomando os trabalhadores não mais como demandantes de ajudas pontuais do estado, mas como sujeitos de direito. A Lei dos pobres (*New Poor Law*), no Reino Unido, e o sistema de seguridade social, na Alemanha, impulsionaram em maior ou menor grau a intervenção estatal no sentido de garantir aos trabalhadores um sistema adequado de seguridade social.

No início do século XX é que se consolida a responsabilidade dos estados europeus por resolver as carências e prestar serviços sociais aos cidadãos. Nesse período, as mudanças no conceito de estado são determinadas por um acúmulo de progressivo de mudanças sociais (mudanças na agricultura, crescente urbanização, desenvolvimento incipiente das manufaturas, etc.) que impulsionaram a superação do antigo conceito de que o estado deveria apenas garantir a ordem pública. O bem-estar dos cidadãos passa a compor o rol estratégico de ação estatal. Os benefícios deixam de ter correspondência com a condição do indivíduo (idade, gênero, etc.) e passam a ser referenciados pelo *status* de cidadania.

É na Alemanha que se adotam os primeiros programas de seguro social. Tanto a primeira como a segunda guerra mundial foram fundamentais para o surgimento de sistemas universais de seguridade social. Esse modelo foi difundido para a maioria das sociedades capitalistas. No Reino Unido, o princípio da seguridade social foi consolidado no período entre guerras e seu ponto culminante foi a aprovação do projeto denominado *Beveridge Report* de 1942. Esse relatório, produzido no contexto da Segunda Guerra Mundial, recomendava a criação de um sistema de seguridade social por contribuição com cobertura para todos os cidadãos, contra as enfermidades, desemprego e envelhecimento (BARBA, 2005).

É na esteira da experiência britânica a concepção desenvolvida por T.H. Marshall, de que a cidadania social é um acréscimo indispensável às cidadanias política e civil e supõe a complementação dos direitos civis e políticos com o desenvolvimento dos direitos sociais.

Este último fazia referência ao direito a um bem-estar econômico e a uma seguridade social mínima, compartilhamento da herança social comum e a viver uma vida digna de acordo com os padrões estabelecidos socialmente. A cidadania plena já não podia mais ser concebida sem a garantia dos direitos sociais.

Outro fator importante para a consolidação do conceito de bem-estar foi a expansão da intervenção estatal na economia – o chamado modelo Keynesiano – que reconfigurou a relação entre Estado e Mercado. O Estado passa a mitigar os efeitos das crises depressivas originadas nos ciclos capitalistas. A teoria econômica Keynesiana foi o fundamento do crescimento econômico dos países desenvolvidos durante a “Era de Ouro” (Golden Age). Os “trinta anos gloriosos” que sucederam a Segunda Grande Guerra (1945-1975) foram marcados por uma enorme expansão econômica e um grande crescimento urbano (HOBSEBAWM, 1995). Para Costa (2006), essa foi a “época de ouro” do capitalismo estabelecido a partir do pacto fordista.

O Estado passa a regular os desequilíbrios sociais, principalmente as desigualdades econômicas e os fatores geradores de insegurança no mundo do trabalho, como desemprego, aposentadoria entre outros. Essa intervenção, criando políticas de formação e gerindo esse patrimônio coletivo, reduziu a intensidade dos conflitos e estabilizou o ambiente de investimento privado, legitimando sua autoridade e aperfeiçoando a subordinação do trabalho ao capital. É nesse período que as políticas sociais passam a assumir um caráter de regulação do livre mercado, os direitos sociais assumem um perfil universal e são garantidos pelo Estado. Dessa forma, a promoção de meios legais para regular conflitos é condição essencial para aprofundar a racionalidade e criar uma burocracia que consolide a ordem vigente e administre com eficiência o patrimônio coletivo sem o uso da coerção. Em outras palavras, o Estado passa a ser um instrumento de dominação racional e essa dominação, por sua vez, é a possibilidade legítima de um mandato encontrar obediência no seio da sociedade.

A crescente importância do papel do Estado como regulador da economia foi fruto de transformações precipitadas dentro do modo de produção consagrado no Ocidente. Se o Estado veio a conquistar a centralidade no mundo ocidental, não foi apenas por via do seu papel político, mas, sobretudo, porque a economia de mercado, que dominou as sociedades industriais a partir do século XIX, deu lugar a fortíssimas rupturas sociais e conduziu a um desmantelamento violento das velhas formas de organização econômica e de coesão cultural das comunidades tradicionais (ESTANQUE, 2013).

A ampliação da atividade regulatória do Estado veio acompanhada do aumento da estrutura administrativa e da ampliação das fontes de financiamento para garantir os novos

direitos sociais; ao mesmo tempo, houve um elevado crescimento econômico e de bem-estar social. O *welfare state* significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política (ESPING-ANDERSEN, 1991).

1.2 O ESTADO DE BEM-ESTAR EM NOVA PERSPECTIVA

A perspectiva analítica, do enfoque *dos regimes de bem-estar*, introduzida por Esping-Andersen em seu livro *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (1990), ampliou e possibilitou a análise comparativa dos regimes construídos em países em desenvolvimento, até então pouco considerados em estudos dessa natureza. A tarefa de comparar políticas sociais, pela tipologia dos regimes de bem-estar, de diferentes países, estados ou cidades é de grande complexidade, pois identificar traços comuns e diferenciais, tratando de explicá-los, impõe uma série de dificuldades e limitações.

Essa nova linha de estudo desenvolvida pelo sociólogo dinamarquês se diferencia das análises comparativas tradicionais, pois introduziu algumas novidades: a) a análise (das políticas sociais) se efetua a partir da *desmercantilização*: as possibilidades de subsistência que os estados de bem-estar permitem aos cidadãos como um assunto de direito social; b) torna mais explícita a conexão entre a política social e a estrutura social: o surgimento de distintos modelos de estado de bem-estar se explica com base em diferentes sistemas de estratificação social, que dão lugar a diferentes alianças de classe; c) a relação público/privada na provisão social; e d) a *desfamiliarização*, conceito construído em trabalhos posteriores, que expressa o grau de redução da dependência do indivíduo em relação à família ou, inversamente, o aumento da capacidade de comando do indivíduo sobre recursos econômicos, independentemente das reciprocidades familiares ou conjugais (ADELANTADO *et al.*, 1998; DRAIBE; RIESCO, 2006).

Portanto, para Esping-Andersen, os países divergem quanto à combinação desses critérios. As regularidades encontradas permitiram, em seu estudo, identificar distintos regimes de *welfare state*. Os três regimes, desenvolvidos para países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (desenvolvidos), foram: i) *social-democrata* – solidariedade de base universal, sendo o Estado o seu *locus* principal, e caracterizado por uma composição da provisão social, na qual o Estado exerce papel central frente às posições marginais da família e do mercado (aqui se classificam tipicamente os países nórdicos, Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia); ii) *conservador-corporativo* –

solidariedade de base familiar, construído a partir da experiência histórica dos países da Europa Ocidental Continental (Alemanha, França, Bélgica, Áustria e Holanda). O Estado e as instituições públicas estão no centro do processo socioeconômico e distribuem benefícios seguindo critérios de classe e *status* político; e iii) *liberal* – tem o mercado como *locus* de uma solidariedade de base individual, baseado em experiências históricas dos países anglo-saxões (como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Irlanda e Reino Unido). Assume que a maioria da população pode contratar sua própria provisão social e que, por isso, o Estado só deve apoiar aquele residual humano que é incapaz de cuidar do seu próprio bem-estar, ou seja, os pobres.

Quadro 1 – Uma tipologia multidimensional dos regimes de bem-estar

	RB Nórdico (Social-Democrata)	RB Continental (Conservador-corporativo)	RB Anglo-saxão (Liberal)
Referente normativo predominante	Igualdade	Segurança	Assistência
Nível de gasto social (GS/PIB)	Alto	Alto	Baixo
Taxa de desmercantilização	Elevada	Média	Fraca
Estrutura de financiamento	Impositiva	Contributiva	Impositiva/Tributos
Tipo de cobertura populacional	Universal	Seletiva	Seletiva
Critério de acesso às prestações	Diretos (cidadania)	Inserção laboral	Necessidade
Densidade da regulação do mercado de trabalho	Média	Alta	Baixa
Estrutura da negociação coletiva	Muito centralizada e coordenada	Menos centralizada e setorizada	Descentralizada e fragmentada
Taxa de cobertura das negociações coletivas	Alta	Muito alta	Média/alta
Densidade Sindical	Muito alta	Média	Alta
Princípio estratificador	Igualitário	Reprodutor	Dualizador

Fonte: Adelantado y Gomà (2000)

Conceitualmente, regimes de bem-estar “são os modos pelo qual se reparte a produção de bem-estar entre o estado, o mercado e as famílias” (ESPING-ANDERSEN, 2000). Nesse sentido, regime não se confunde com estados e nem com políticas sociais individuais. A ideia é que os regimes encerrem um retrato de como as sociedades foram construindo o bem-estar, combinando ações de Estado, do mercado e da família. Para caracterizar essa configuração, o modelo analítico associa idealmente diversos níveis ou graus de mercantilização-desmercantilização, familiarização-desfamiliarização e estadocentrismo-residualismo.

Muito embora essa abordagem tenha se disseminado com vigor, não ficou isenta de críticas por limitações geradas pela tipologia em si (ADELANTADO et al., 1998; GOUGH,

2003; ORLOFF, 1996) e pela insensibilidade às mudanças ou variações de seus atributos (GOUGH, 1999; PIERSON, Ch., 2003). Da mesma forma, críticas feministas apontaram um débil ou insuficiente tratamento do rol estruturante da família, da dimensão de gênero e da divisão social do trabalho na configuração dos regimes (LEWIS, 2002; ORLOFF, 1996; SKOCPOL, 1992; STIER *et al.*, 2001). Críticas quanto à falta de subsunção do modelo (tipos) à realidade, seja pela especificidade ou pelo “excepcionalismo”, também se generalizaram (SKOCPOL, 1992; ORLOFF, 2003).

Invariavelmente, as críticas – com exceção das feministas – giram em torno das potencialidades e limitações para a extrapolação territorial das categorias construídas. Esping-Andersen não ficou indiferente a esses argumentos e tratou de explicar que seu modelo não havia sido pensado como um “tipo ideal”⁶, pois os critérios e o processo de elaboração de cada um deles consideraram componentes e configurações históricas concretas. Dessa forma, a mera extensão dos tipos para outras realidades não ficaria autorizada de plano, a menos que uma detalhada confrontação com eles a autorizasse. Seria um erro metodológico considerar essas categorias como um esquema fixo de aplicação universal e não simplesmente como ferramenta heurística e de aproximação da análise comparativa (DRAIBE; RIESCO, 2006; FILGUEIRA, 1998).

Nas últimas décadas, a obra *Três regimes de bem-estar*, mesmo sofrendo duras críticas, impulsionou estudos comparados que argumentavam existir novos ou diferentes regimes de bem-estar. Uma vez que a análise quantitativa de Esping-Andersen (18 países da OCDE) não incluiu os novos membros (da década de 1980) do sul da União Europeia (Grécia, Portugal e Espanha), logo essa deficiência foi apontada, pois excluía o que veio a ser chamado de regime ou modelo Mediterrâneo (FERRERA, 1996; LEIBFRIED, 1992).

Na mesma linha crítica, Castles e Michell (1993) apontam outro regime, do qual fariam parte a Austrália e a Nova Zelândia. Menos pela existência de um quarto ou quinto regime e mais pelas diferenças significativas na classificação dos países, proliferou na pujante literatura um elevado número de estudos empíricos com o objetivo de identificar a diversidade e a composição de regimes reais nas mais diferentes regiões (GOUGH, 1996, 2001; GOUGH *et al.*, 1997; KAUTTO, 2002; MORENO, 2006; POWELL; BARRIENTOS, 2004; BAMBRA, 2005; FERREIRA; FIGUEIREDO, 2005).

⁶ Como lembra Draibe (2006), a abordagem de Esping-Andersen foi construída num espaço de tensa relação entre teoria e história, entre categorias gerais (abstratas) e o nível empírico intermediário, como os de regime. Ao mesmo tempo que retém os atributos gerais de um fenômeno dado, capta e retém, por generalização, atributos próprios de um conjunto de dados particulares. Assim, os tipos elaborados com esse instrumental não constituem modelos tipo-ideais.

1.3 REGIMES DE BEM-ESTAR NA AMÉRICA LATINA

Na literatura latino-americana, existe uma ampla gama de estudos que buscam caracterizar, tipificar ou ordenar os sistemas de proteção social e os Estados de Bem-Estar da região (MESA-LAGO, 2002; FILGUEIRA, 1998, 2005; MARTÍNEZ FRANZONI, 2008; BARBA, 2003; CECCHINI *et al.*, 2014). Antes da discussão das principais contribuições desses autores para a extração das variáveis para o modelo de análise aqui proposto, é importante – uma vez que a abordagem história é nuclear na análise comparativa – resgatar os padrões de desenvolvimento social da região. Padrões esses que “estão na base da diferenciação dos tipos de Estado de Bem-Estar que emergiram posteriormente na região, já da metade do século XX em diante” (DRAIBE; RIESCO, 2011).

Os quatro padrões descritos por Draibe e Riesco (2011) foram: I) padrão colonial clássico sobre os antigos impérios; II) padrão de modernidade precoce em base à imigração tardia; III) padrão colonos pobres às margens dos antigos impérios; e IV) padrão das sociedades escravistas e de *plantations*. O conteúdo de cada um está apresentado no seguinte quadro descritivo:

Quadro 2 – Principais traços dos padrões de modernização dos países da América Latina e Caribe

continua

Padrões de modernização	Alguns países e regiões
Padrão I. Colonial clássico sobre os antigos impérios - Regiões secularmente com alta produtividade agrícola. - Populações indígenas numerosas. - Grandes senhorios em todas as épocas pré-modernas (pré-hispânicas, coloniais e oligárquica pós-independência). - Culturas e sociedades de grande riqueza e complexidade em todos os períodos históricos pré-modernos. - Baixa incidência de imigração tardia (fins séc. XIX, princípios séc. XX). - Níveis muito distintos de avanço no processo de transição à modernidade entre países e regiões interiores Padrão.	México, Peru, alguns países da América Central
Padrão II. Modernidade precoce com base na imigração tardia - Regiões de baixa produtividade agrícola pré-moderna. - Populações indígenas pouco significativas, exterminadas em fins do séc. XIX. - Escasso ou inexistente desenvolvimento senhorial pré-moderno. Manifestação relativamente débil de culturas e sociedades pré-modernas. - Predomínio de imigrantes tardios (fins séc. XIX, princípios séc. XX), especialmente europeus. - Urbanização precoce (fins do séc. XIX, princípios do séc. XX). Desenvolvimento capitalista precoce (fins séc. XIX, princípios séc. XX). - Desenvolvimento republicano precoce Padrão	Argentina, Uruguai, regiões como São Paulo, Patagônia chilena

conclusão

Padrões de modernização	Alguns países e regiões
Padrão III. Colonos pobres às margens dos antigos impérios - Regiões de baixa produtividade agrícola de exploração pré-moderna. - Populações indígenas medianamente significativas. - Presença do campesinato independente, mais ou menos significativa, em todas as épocas. - Predomínio da pequena propriedade senhorial pré-moderna. Manifestação relativamente débil de culturas e sociedades pré-modernas. - Baixa incidência de imigração tardia. - Desenvolvimento republicano precoce	Costa Rica, Chile, regiões dos países maiores
Padrão IV. Sociedades escravistas e de <i>plantations</i> - Regiões de baixa produtividade agrícola de exploração pré-moderna. - Relativamente escassa presença ou extermínio precoce de populações indígenas. - Manifestação relativamente débil de culturas pré-hispânicas. - Grande indústria de exportação colonial (açúcar, café, tabaco, borracha, minérios etc.). - Importação massiva de escravos africanos, para a exploração das riquezas referidas. - Presença da grande propriedade senhorial colonial e pós-colonial. - Forte incidência da imigração tardia. - Emergência tardia de repúblicas modernas	Brasil, Cuba e outros países do Caribe

Fonte: Draibe e Riesco (2011)

A conformação contemporânea dos estados de bem-estar na América Latina está marcada pelas distintas estruturas sociais⁷ de partida, que irradiaram seus efeitos no tempo. Tais efeitos marcaram, e ainda marcam, o desenho das políticas sociais, pois a relação entre política social e estrutura social é bidirecional (ADELANTADO *et al.*, 1998). Ainda que pareça óbvio, muito da explicação das políticas sociais se dá a partir da análise da estrutura social sobreposta a uma determinada sociedade.

Os estudos das condicionantes dos estados de bem-estar consolidaram, em sua análise, ao menos três esferas que, nas sociedades capitalistas, determinam as desigualdades sociais, ao mesmo tempo que, simultaneamente, podem prover bem-estar à população. Essas esferas são Mercado (mercantil), Estado (estatal) e Família (doméstico-familiar), as quais encerram uma matriz complexa, onde devem ser incluídas as capacidades distributivas de comunidades e organizações sociais (ver Figura 1) como uma quarta esfera (ADELANTADO *et al.*, 1998). Na América Latina, onde os estados e os mercados são particularmente débeis, a produção de bem-estar deve muito à comunitarização e familiarização dos riscos e das

⁷ Estrutura social é aqui entendida como a configuração de instituições, regras e recursos que atribuem condições de vida desiguais às pessoas em um determinado momento e lugar.

distribuições (MARTÍNEZ FRANZONI, 2008). Dessa forma, para entender a complexa relação entre essas esferas, é preciso ter em conta os referidos padrões estruturais de partida dos países da região.

Figura 1– Esferas produtoras de bem-estar



Fonte: O autor (2016)

Se processos históricos concretos determinam práticas socioeconômicas que impactam na articulação específica entre classe, gênero e raça, num determinado espaço, então é razoável esperar que os regimes latino-americanos apresentem combinações distintas entre as diferentes esferas produtoras de bem-estar. Dessa forma, entender as especificidades dos países que compõem a região passa a ser determinante para a compreensão do objeto da presente pesquisa, pois, em um País continental como o Brasil, é possível supor que as diferenças regionais também tenham produzido regimes específicos de bem-estar nos diferentes estados nacionais.

1.3.1 Políticas de Proteção Social

A evolução das políticas sociais na região foi fortemente influenciada e demarcada pela configuração do quadro político-econômico internacional. Para entender os condicionantes atuais da política de proteção social na América Latina, é necessário, ainda que sinteticamente, estabelecer os elementos centrais de sua evolução histórica.

A homogeneidade e a convergência não são, em definitivo, a marca regional da evolução das políticas sociais. Porém, a literatura estabelece três grandes momentos nessa

trajetória: i) etapa anterior à Grande Depressão de 1929 (CECCHINE; BÁRCENA, 2011) ou Estado Clássico (ANDRENACCI; REPETTO, 2006), período compreendido entre o final do século XIX até a década de 1930; ii) etapa da industrialização e do crescimento para dentro (CECCHINE; BÁRCENA, 2011) ou Estado Social (ANDRENACCI; REPETTO, 2006), que inicia nos anos de 1930 e se estende até os anos de 1980; e, iii) etapa da economia de mercado e Globalização (CECCHINE; BÁRCENA, 2011; COHEN; FRANCO, 2005; MARCHESI, 2004) ou Estado Neoclássico (ANDRENACCI; REPETTO, 2006), que principia nos anos de 1980 e perdura até a atualidade. Em cada uma das três etapas predominou um modelo de desenvolvimento, respectivamente: liberal; substituição de importações; e disciplina e austeridade fiscal.

Na primeira etapa, com influência do modelo liberal de desenvolvimento, aparecem as primeiras experiências de seguridade formal dos setores urbanos (seguros sociais associativos e mutualistas). É consolidado um mercado de trabalho dual (urbano-rural) com forte disciplinamento da mão de obra. Surgem as políticas setoriais de educação e saúde, tentando fazer frente à crescente urbanização. A política de assistência social era concebida como caridade e beneficência, mas tinha início a secularização de seus dispositivos. Assim, a política social, nesse período, era privilégio de setores específicos, em especial os funcionários públicos e os trabalhadores ligados ao setor exportador. Marcadamente, foi uma etapa de escassa regulação estatal.

Na segunda etapa, ainda que coexistissem em alguns países as características da etapa anterior, houve uma ruptura com os principais mecanismos institucionais do modelo liberal. O chamado “Estado Desenvolvimentista” passa a incentivar a substituição de importações como alavanca para a industrialização, ao mesmo tempo que aposta no crescimento para dentro, sustentado pelo mercado interno. O Planejamento estatal ganha relevo e a política social amplia substancialmente o acesso de indivíduos e grupos ao benefício das políticas públicas. Tem continuidade o movimento de expansão das políticas educacionais de saúde, assim como se inicia a construção de políticas fundiárias democratizantes. A política social tinha base universalista, porém, com tendência corporativista, atribuindo à seguridade social uma lógica estamental. Não desconsiderando o surgimento de alguns programas de alimentação e transferência de renda aos vulneráveis, a proteção social não contributiva se limitava, quase que exclusivamente, aos subsídios para o consumo de alimentos e combustíveis. Além da consolidação da tutela pública nas condições de trabalho em alguns setores, a estratificação setorial do sistema de seguros sociais foi fortalecida.

Esta etapa também se caracterizou pelo controle de preços, subsídios ao consumo, elevado nível inflacionário e aumento da dívida externa. É a partir dessas características que a denominada “crise da dívida”, no início dos anos 80, possibilita a emergência do enfoque neoliberal de crescimento, paradigma teórico da terceira etapa.

Na etapa da economia de mercado e da globalização, os países da região passaram por reformas inspiradas na disciplina e na austeridade fiscal. A intenção era diminuir a inflação e retomar o crescimento, apostando que o mercado seria o melhor instrumento para alocar bens e serviços. No campo do mercado de trabalho, surgem as políticas de desregulação e flexibilização contratual com tendência a diminuir os custos salariais e a precarização contratual. Nos serviços públicos, avança a descentralização do sistema educativo para os níveis subnacionais, com problemas crescentes de financiamento e fragmentação entre jurisdições. Na saúde, alteram-se as competências públicas, apostando-se na descentralização. Serviços de infraestrutura social básica são privatizados e as agências reguladoras criadas; porém, a regulação pública da qualidade das prestações se manteve tímida.

As políticas sociais, no período, tiveram como foco o combate à pobreza. Houve uma multiplicação e massificação de programas sociais focalizados, objetivando racionalizar recursos, maximizar o impacto dos programas e cumprir os preceitos de subsistência básica dos indivíduos e neutralização de conflitos sociais. O Estado assume um papel subsidiário-mitigador na proteção social, atuando em situações de emergência.

Os três elementos-chave das reformas sociais dos últimos 20 anos foram a *desestatização*, a *descentralização* e a *focalização*. A *desestatização* implicou na transferência parcial ou total das responsabilidades do Estado a atores privados (empresas e organizações não governamentais e comunitárias); a *descentralização* produziu uma organização dos serviços públicos e sociais, o que favorece o crescimento da responsabilidade relativa dos estados subnacionais; e a *focalização* implicou na mudança de objetivos da política social, do cidadão como receptor por direito, ao grupo ou zona de risco como receptor estratégico (ANDRENACCI; REPETTO, 2006).

A caracterização dos elementos centrais da história das políticas sociais – além de revelar os paradigmas básicos predominantes em cada etapa –, será especialmente útil para auxiliar na compreensão das diferentes tipologias de regimes de bem-estar desenvolvidos para a América Latina. Isso porque a articulação entre as diferentes funções dessas políticas

(mercantil, política e social-normativa)⁸ permite tanto distinguir as suas variações como reelaborar os paradigmas que servem de modelos ideais para as mesmas.

1.3.2 Propostas tipológicas para a América Latina – incluindo o Brasil

Mais do que uma descrição detalhada dos regimes latino-americanos – para auxiliar na construção de indicadores para a análise multivariada –, parece sensata uma aproximação com a literatura, buscando-se caracterizar as dimensões diferenciais dos modelos construídos para a região. Isso aponta menos para a necessidade de agrupar países em diferentes classificações e mais para um diálogo com as dimensões que os distinguem. Dessa forma, as diferentes dimensões poderão ser cotizadas com os regimes subnacionais, ampliando o poder explicativo da hipótese de trabalho da pesquisa.

Ao proporem um esquema analítico geral sobre os regimes de bem-estar, Gough e Wood (2004) caracterizam os estados de bem-estar como uma categoria especial de Estado. São Estados sólidos, legitimados e relativamente autônomos, com mercados de trabalho formal estendidos e com sistema de proteção que incluem a maioria da população. Na América Latina, os Estados são débeis, com alto grau (ou extensão) de emprego informal e os sistemas de proteção social são excludentes, o que, por via de consequência, empurra grande parte da população a recorrer a diferentes estratégias de subsistência, apoiando-se em redes familiares, comunitárias ou clientelistas.

As sociedades latino-americanas são geralmente assimétricas e hierárquicas, tendo como traço fundamental a desigualdade e a exclusão social. Para Messina (2010), nos países da região, os mercados são imperfeitos, as comunidades clientelistas, os lares patriarcais e os estados mercantilizados, patrimoniais, parciais e baseados no clientelismo político. Por certo, essas características tornam as políticas sociais um produto da outorga autointeressada das classes dominantes. É nesse contexto que a literatura busca sistematizar os regimes de bem-estar regionais.

Em um dos primeiros estudos comparativos entre os países da região, Mesa-Lago (1989; 2004) propõe uma classificação unidimensional ligada à evolução histórico-temporal na adoção dos programas de políticas de proteção, em especial de pensões, seguro de

⁸ Barba (2005) chama de funções medulares da política social as seguintes funções: a) **mercantil**, cuja tarefa mais importante é complementar e corrigir o jogo de mercado; b) **política**, que deve conseguir legitimar a autoridade estatal, fortalecer o controle social e manter a governabilidade; e c) **social-normativa**, que é resultado da difícil dialética existente entre as demandas sociais e a intervenção estatal.

enfermidades/maternidade e o grau de desenvolvimento alcançado. Os países, nessa ótica, se dividem em três grupos: a) pioneiros; b) intermediários; e c) tardios.

Os países pioneiros teriam iniciado seus sistemas de proteção em torno dos anos de 1920; eram sistemas estratificados com alto custo, déficit crescente com desequilíbrio financeiro e atuarial; apresentavam uma pequena parcela da população com alto grau de intervenção e apoio e uma grande base de beneficiários com atenção de baixa qualidade. Nesse sistema, é grande a influência dos grupos de pressão na estruturação dos programas, não permitindo a eliminação das diferenças de *status* de cidadania. No grupo de pioneiros estão Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e Cuba.

O grupo de países considerados intermediários estruturou seus sistemas de proteção social no decorrer da década de 1940, sob forte influência do Plano *Beveridge* e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esses países conseguiram atingir um grau de cobertura médio, principalmente nos gastos com saúde. Isso proporcionou uma menor estratificação, menores custos e situação financeira melhor que a dos pioneiros. Participam desse grupo Panamá, México, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador e Venezuela.

O terceiro e último grupo tipológico, denominado de tardio, iniciou seus programas de proteção entre 1960 e 1970. A população desses países era mais jovem e com esperança de vida baixa, seus sistemas de proteção eram relativamente mais unificados e tinham problemas de financiamento menores; porém, detinham a menor cobertura e desenvolvimento em relação aos demais grupos. Nesse grupo foram enquadrados o Paraguai, a República Dominicana, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Haiti.

A classificação de Mesa-Lago situa os países em um *continuum* no desenvolvimento de políticas sociais. Após a contribuição da literatura sobre a análise dos estados de bem-estar em países industrializados, em especial da contribuição de Esping-Andersen, a abordagem sobre gastos sociais e cobertura perde fôlego.

Já filiado a essa nova tendência interpretativa, Filgueira (2005) distingue três tipos de regimes para a região. Os critérios diferenciadores das políticas sociais são o volume de serviços sociais públicos (educação, saúde, previdência), a cobertura e os princípios de redistribuição. Os tipos por ele construído estão ligados ao modelo de industrialização por substituição de importações (entre os anos de 1930 e 1980); no entanto, não se explicam só pela diferença do desenvolvimento econômico, mas também pela tradição democrática e pelas distintas relações de classe. Os três regimes construídos por esse autor foram: a) universalismo estratificado; b) dual; e c) excludente.

O regime do universalismo estratificado combina sistemas universais de serviços sociais (principalmente educação e saúde) com sistemas contributivos de seguridade e assistência social, segmentados por grupos e *status* ocupacionais. Fazem parte desse grupo o Uruguai, Argentina e Chile. Esse regime é baseado em elites competindo por apoio popular.

Por sua vez, o regime dual, que era baseado na habilidade política das elites em cooptar e reprimir os setores populares, gerou sistemas de provisão e de seguridade social pública que favoreciam clientelas específicas: os trabalhadores modernos do Estado e da Indústria. Ao mesmo tempo, os trabalhadores do campo e do setor informal urbano eram marginalizados. Os representantes do regime dual são Brasil e México.

Fechando essa tipologia, o regime excludente, que era fundado em elites predatórias, tinha como marca a baixa redistribuição e um nível muito pobre de seguridade e provisão social pública. Nesses países, o sistema de provisão social pública –como educação e saúde – é deficiente e somente grupos pequenos de trabalhadores vinculados ao mercado formal de trabalho se beneficiam dela. Fazem parte desse grupo países como Bolívia, Nicarágua e El Salvador.

Em trabalho que analisou 18 países no período de 1999 a 2004, Martínez Franzoni (2008) identificou quatro tipos de regimes, em quatro conglomerados de países, com base em quatro dimensões principais (com óbvia influência de Esping-Andersen). As dimensões por ela analisadas foram: a mercantilização da força de trabalho, ou seja, o grau em que o emprego foi assalariado, convertendo-se em área de intervenção de instituições e políticas dirigidas ao mercado de trabalho; a desmercantilização do bem-estar, entendida pelos gastos sociais públicos, o papel da provisão social pública (em especial, saúde e educação) e a seguridade social (sobretudo ligados a idade e doenças); a familiarização do bem-estar, caracterizando as estruturas familiares, o acesso e a participação das mulheres ao mercado de trabalho, suas funções domésticas e os serviços de cuidados infantis; e o desempenho do regime (a autora utilizou, para essa análise, 34 critérios que apontam uma visão menos estatal de composição dos regimes), que considerou a mortalidade infantil, a esperança de vida ao nascer e a população abaixo da linha da pobreza.

Na interação dessas dimensões e dos indicadores, Martínez Franzoni (2008) identifica quatro regimes principais. O primeiro é o *Produtivista-informal*, que, comparado aos outros regimes, maximiza o acesso ao mercado de trabalho e a renda, possuindo máxima qualificação dos trabalhadores. Assim, mercantilizam mais e melhor sua força de trabalho. Os países representantes desse conglomerado são Argentina e Chile.

O segundo grupo foi nominado de regime *Protecionista-informal*. Nele, o acesso à renda por meio do mercado de trabalho é menor que o primeiro, mas maior que os restantes. A proteção social e a formação de capital humano são máximas e com alto grau de desmercantilização. Tanto esse regime como o anterior possuem um amplo contingente populacional desprotegido, tanto no mercado de trabalho como do estado. Os países que representam esse grupo são Brasil, Costa Rica, México e Uruguai.

O terceiro e quarto grupo, respectivamente denominados de regime *Informal-assistencial* e *Altamente-informal*, mostram uma capacidade mínima para absorver e remunerar adequadamente sua força de trabalho. Têm baixa mercantilização do trabalho e da proteção social. A formação do capital humano está desmercantilizada de maneira mínima ou intermediária. Os países que fazem parte do primeiro regime são Colômbia, Equador, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Peru e Venezuela. Já no segundo são Bolívia, Honduras, Nicarágua e Paraguai.

Em recente investigação comparativa de casos sobre os sistemas de proteção social na América Latina e Caribe⁹, conduzida no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Cecchini *et al.* (2014) realizam um agrupamento de países considerando a seguinte classificação: a) brechas de bem-estar severas; b) brechas moderadas; e c) brechas modestas. No interior desses grupos, os países são situados em um gradiente que vai de modelos mais produtivistas e segmentados/privados a mais homogêneos e públicos.

Neste trabalho, primeiramente se estabelece um critério classificatório do tipo índice ou *ranking*, que leva em consideração as brechas de bem-estar. Essa classificação é obtida avaliando a capacidade que têm os países – dada sua etapa de transição demográfica, a maturidade de seu mercado de trabalho e a capacidade do Estado de proporcionar transferências e serviços – de garantir à sua população o acesso ao consumo adequado de bens e serviços (CECCHINI *et al.*, 2014). O que se captam, dessa forma, são os níveis das brechas, que variam de modestas a severas. Por outro lado, dentro desse corte classificatório, os

⁹ Até o momento da publicação do “Sistemas de protección social en América Latina y el Caribe: Una perspectiva comparada” haviam sido realizados 20 estudos, entre 2012 e 2013. A coleção de documentos da CEPAL analisou o casos dos seguintes países: Argentina (REPETTO; POTENZA DAL MASETTO, 2012), Estado Plurinacional de Bolívia (MONTERREY ARCE, 2013), Brasil (ROBLES; MIROSEVIC, 2103), Chile (ROBLES, 2013), Colombia (MINA ROSERO, 2013), Costa Rica (ROMÁN VEGA, 2012), Ecuador (NARANJO BONILLA, 2013), El Salvador (MARTÍNEZ FRANZONI, 2013a), Guatemala (MARTÍNEZ FRANZONI, 2013b), Haití (LAMAUTE-BRISSON, 2013), Honduras (MARTÍNEZ FRANZONI, 2013c), Jamaica (LAVIGNE; VARGAS, 2013), México (VALENCIA LOMELÍ, FOUST RODRÍGUEZ, TETREULT WEBER, 2013), Nicaragua (MARTÍNEZ FRANZONI, 2013d), Panamá (RODRÍGUEZ MOJICA, 2013), Paraguay (LAVIGNE, 2012), Perú (LAVIGNE, 2013a), República Dominicana (LAVIGNE; VARGAS, 2013b), Trinidad y Tobago (ROBLES; VARGAS, 2013) y Uruguay (FILGUEIRA; HERNÁNDEZ, 2012).

autores propõem, a partir de outros conjuntos de variáveis padronizadas, uma tipologia que diferencie os países que estão na mesma brecha de bem-estar, por meio das diferentes configurações de seus regimes de bem-estar¹⁰. Isso porque países com similar brecha de bem-estar podem apresentar configurações mais segmentadas ou igualitárias, regimes mais produtivistas, mais protecionistas ou mais estatistas, ou, ainda, mais mercadocentristas.

Os grupos de países com uma brecha severa de bem-estar têm como perfil demográfico uma alta taxa de fecundidade, proporcionando uma população também mais jovem. O mercado de trabalho apresenta escassos empregos formais, baixos salários e um elevado número de dependentes¹¹ – elevado contingente de trabalhadores familiares não remunerados – com amplo setor informal de subsistência. Há um forte predomínio de subemprego. A renda média ou o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é baixa (menos de 2000 dólares/ano). A carga tributária é igualmente baixa, acarretando baixo gasto social público nos serviços. O índice de pobreza é elevado (maior do que 45% da população) e a cobertura da seguridade social é baixa (menos de 30% entre os ocupados). Para o ano de 2012, os países que estavam nessa categoria eram Bolívia, El Salvador, Honduras, Guatemala, Nicarágua e Paraguai.

No que diz respeito aos países de brecha moderada de bem-estar, a estrutura demográfica – com queda da taxa de fecundidade iniciada nos anos 70 – apresenta menor proporção de jovens entre os dependentes. Como causa dessa menor dependência está a maior cobertura educacional (além do nível secundário), pois, com ampliação dessa cobertura, cria-se um grupo de dependentes de jovens predominantemente menores de 15 anos (junto com os inativos atingem 60% dos dependentes totais). O mercado de trabalho apresenta maior formalização que o grupo anterior, porém, em alguns casos, apresenta um incipiente envelhecimento da sua população. O PIB *per capita* é de aproximadamente 5000 dólares/ano e a carga tributária – se relacionada ao PIB – se mantém baixa. A taxa de pobreza é menor do que 40%, porém maior do que 30%. O gasto social é intermediário e a cobertura da seguridade está em aproximadamente 35% dos ocupados em matéria de pensões e 65% em matéria de saúde. Compunham esse grupo, em 2012, a Colômbia, o Equador, o México, o Peru e a República Dominicana.

¹⁰ Aqui foram consideradas dimensões do sistema de proteção e promoção social, dimensões do mercado e características demográficas das famílias.

¹¹ Aproximadamente 75% dos dependentes são jovens e trabalhadores informais, o restante são inativos, desempregados e idosos.

Por fim, os países com brecha modesta de bem-estar são aqueles com maiores potenciais para desenvolver um estado de bem-estar. O perfil demográfico apresenta fortes quedas na taxa de fecundidade a partir dos anos de 1960 e uma estrutura populacional mais envelhecida. Apresentam coberturas mais elevadas dos níveis educacionais (incluindo o nível superior). Dessa forma, o número de inativos é maior. O mercado de trabalho é predominantemente formal. O PIB *per capita* em média é de 7.500 dólares/ano, com uma carga tributária elevada que permite um gasto social superior a 20% do PIB. A taxa de pobreza gira em torno de 15% da população. A cobertura da seguridade social é superior a 60% dos ocupados em matéria de pensões e de aproximadamente 80% em matéria de saúde. Os países desse grupo eram, em 2012, a Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile, Panamá, Uruguai e Venezuela. As brechas são apenas a organização conjuntural dos países, dada a verificação das dimensões escolhidas para esse tipo de classificação. Deve ficar claro que as brechas colocam os países em um espaço bidimensional em um momento do tempo, não situam um mesmo país na trajetória de sua história, considerando os eixos de capacidades e necessidades (CECCHINI *et al.*, 2014).

Ao dividir os países – por tipos de regimes – dentro das brechas, os autores lançam mão de duas classificações com subdivisões. Os países são divididos pelos perfis, podendo ser mais protecionistas ou mais produtivistas (para brechas moderadas e modestas). Se produtivistas, podem assumir um perfil mais residual ou liberal. Ainda que não faça menção direta, a classificação faz referência à tipologia proposta por Rudra (2007),¹² em que os países de regimes produtivistas são aqueles que contam com a presença de políticas públicas que promovam o desenvolvimento do mercado. Por outro lado, os regimes protecionistas são aqueles com políticas que protejam as pessoas do mercado.

Mais precisamente, para os autores, nos regimes protecionistas o Estado é fortemente protetivo, ao tempo que as famílias e os mercados mostram menor capacidade inclusiva e agregativa. A proteção estatal está sustentada num grande esforço fiscal, na cobertura das pensões e na assistência social, porém, os mercados são débeis para incorporar e as estruturas familiares menos agregativas, assim como há um menor gasto relativo em matéria de prestações orientadas ao capital humano (saúde e educação). Por sua vez, os regimes produtivistas apresentam menor peso do Estado na proteção de quem está fora do mercado; não obstante, são mais fortes na articulação com as famílias e no incremento do capital humano da população.

¹² Essa classificação foi realizada para países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina.

No que diz respeito aos países de brechas severas de bem-estar, as características comuns dos regimes são estados sociais frágeis e pequenos, mercados de trabalho nacionais insuficientes e famílias que assumem um rol de maior importância, incrementando-se as modalidades familiares estendidas (CECCHINI *et al.*, 2014). Esse tipo lembra o descrito por Gough e Wood (2004)¹³, para os quais, em alguns países da região, o Estado é praticamente ausente, os mercados de trabalho frequentemente excluem a maioria da população e grande parte da produção de bem-estar é suportada pelas famílias e redes sociais de apoio. Este regime é denominado de informal.

Na mesma linha argumentativa, Barrientos (2006) identifica na América Latina uma transição de um regime de bem-estar conservador-informal (antes dos anos 80) para um regime liberal-informal. Para a maioria da força de trabalho e para a população fora dos empregos formais, o principal recurso de proteção do bem-estar continua sendo sua capacidade de trabalho, seus familiares e a comunidade.

Quadro 3 – Dimensões das principais tipologias desenvolvidas para a América Latina

continua

Autores	Regimes de Bem-Estar		
	Liberal	Conservador	Social-Democrata
Esping-Andersen (1990) (paradigma)	(+) mercado (-) Estado (-) família (<) estratificação	(+) família (>) estratificação	(+) Estado (-) mercado
Países	Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Irlanda e Reino Unido	Alemanha, França, Bélgica, Áustria e Holanda	Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia
Mesa-Lago (1989; 1994; 2004)	Pioneiros	Intermediários	Tardios
	Implantação mais antiga da proteção social	Implantação intermediária da proteção social	Implantação mais recente da proteção social
Países	Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e Cuba	Panamá, México, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador e Venezuela	Paraguai, a República Dominicana, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Haiti
Filgueira (1998)	Universal Estratificado	Dual	Excludente
	(>) cobertura estatal (<) informalidade (<) estratificação	(< >) cobertura estatal (< >) informalidade (< >) estratificação	(<) cobertura estatal (>) informalidade (>) estratificação
Países	Uruguai, Argentina e Chile	Brasil e México	El Salvador, Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana.

¹³ A tese sustentada por esses autores é de que os regimes identificados por Esping-Andersen são, na realidade, três vertentes de uma mesma família: a de regimes *estatais* de bem-estar e que só se encontram em países que contam com Estados Legítimos e mercados de trabalho em que a maioria da população é exitosamente protegida por estas duas instituições (DEL VALLE, 2010; MARTÍNEZ FRANZONI, 2008b).

conclusão

Autores	Regimes de Bem-Estar			
	Produtivista-informal	Protecionista-informal	Informal-assistencial	Altamente-informal
Martínez Franzoni (2008)	(>) acesso ao mercado de trabalho e renda (>) família tradicional (>) Mercantilização da Proteção social	(>) acesso ao mercado de trabalho e renda (>) família tradicional (<) Mercantilização da Proteção social	(<) acesso ao mercado de trabalho e renda (<) família tradicional (≥) Mercantilização da Proteção social	(<) acesso ao mercado de trabalho e renda (<) família tradicional (≤) Mercantilização da Proteção social
Países	Argentina e Chile	Brasil, Costa Rica, México e Uruguai	Colômbia, Equador, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Peru e Venezuela	Bolívia, Honduras, Nicarágua e Paraguai
Cecchini <i>et al.</i> , (2014)	Brechas Modestas		Brechas Moderadas	
	Protecionista	Produtivista	Protecionista	Produtivista
	Estado com papel central na garantia de acesso a bens e serviços.	Mercado com papel central na garantia de acesso a bens e serviços.	Estado com papel central na garantia de acesso a bens e serviços.	Estado com papel central na garantia de acesso a bens e serviços.
Países	Argentina, Brasil e Uruguai	Chile, Costa Rica e Panamá	Colômbia e Equador	México, Peru e República Dominicana
				Bolívia, El Salvador, Honduras, Guatemala, Nicarágua e Paraguai

Fonte: O autor (2016)

1.3.3 Propostas tipológicas exclusivas para o Brasil

No Brasil, o estabelecimento de um estado de bem-estar ocorre nos mesmos moldes do que foi realizado nos países europeus, porém, é importante ressaltar que a economia brasileira, além de periférica em relação à economia mundial, convivia com uma grande diferença nos padrões tecnológicos da indústria e da agricultura. No Brasil, o Estado de Bem-Estar (EB) surge a partir de decisões autárquicas e com caráter predominantemente político: regular aspectos relativos à organização dos trabalhadores assalariados dos setores modernos da economia e da burocracia (MEDEIROS, 2001). Nesse sentido, as ações estatais centralizadas tinham como objetivo a integração da economia nacional e consolidação da base legal para o mercado de trabalho.

Uma primeira tentativa de entender o sistema de proteção social brasileiro e tipificá-lo foi realizada por Draibe (1991). Com fundamento na tipologia de Titmus¹⁴, ela classifica o regime nacional como *Meritocrático-Particularista*, com matizes corporativistas e clientelistas, admitindo, portanto, um tipo específico de *Welfare State* no Brasil. Trata-se de um *Welfare State* que aporta políticas sociais para, eventualmente, corrigir distorções do mercado. A autora mostra um padrão de relacionamento pendular no sistema de proteção social que ora assume caráter corporativo ora clientelístico. Ainda que se dirija a grupos específicos (portanto, apresenta caráter residual), em princípio, se dirige à maior parte da população, assalariada ou não, tendo como critério a renda, com foco nos grupos de risco (criança, gestantes, nutrízes e idosos).

A periodização do processo de constituição do Estado de Bem-Estar Brasileiro tem os seguintes cortes e características temporais: a) 1930/1964 – Introdução (1930/1943) e Expansão fragmentada (1943/1964); b) 1964/1985 – Consolidação Institucional (1964/1977), Expansão massiva (1977/1981) e Reestruturação Conservadora (1981/1985); e, c) 1985/1988 – Reestruturação Progressista (DRAIBE, 1993).

Nas suas relações com os grupos de interesses e com o sistema político, desde a fase de introdução, o regime brasileiro assumiu uma conotação corporativista e clientelista no escopo de um modelo meritocrático-particularista. A abertura política e a Constituição de 1988 representariam uma “tendência” de deslocamento do modelo meritocrático-particularista para um modelo institucional-redistributivo. Os principais entraves a essa mudança foram o impacto da crise dos anos 80 e a direção conservadora dos governos. Ao invés de seguir cambiando para um modelo institucional-redistributivo, a direção seguida foi a da seletividade, residualidade e, portanto, particularista e assistencialista (DRAIBE, 1993).

Em seu livro *O Estado de Bem-Estar Social na Idade da Razão*, de 2012, Celia Lessa Kerstenetzky, numa concepção histórico-evolutiva – ainda que não utilize a abordagem tipológica dos regimes de bem-estar nesta obra - identifica três ondas longas de inovação institucional e difusão de direitos sociais no Brasil, assim classificadas: 1) *bem-estar*

¹⁴ A tipologia organizada por Titmus no seu livro *Social Policy - an introduction* foi a seguinte : 1) “*The Residual Model of Social Policy*” (o Modelo Residual), em cujas bases a política social intervém *ex-post*, isto é, quando os canais naturais e tradicionais, representados pela família, rede de parentesco e mercado, não apresentam condições de atender a determinadas necessidades do indivíduos; 2) “*The Industrial Achievement Performance Model of Social Policy*” (O Modelo Meritocrático - Particularista), que se fundamenta no pressuposto de que cada um deve ter condições de atender a suas próprias necessidades a partir do seu trabalho, com mérito próprio; e 3) “*The Redistributive Model of Social Policy*” (O Modelo Institucional Redistributivo), no qual o sistema de Welfare é percebido como elemento importante e constitutivo das sociedades capitalistas contemporâneas, tendo em vista a produção e distribuição de bens e serviços sociais extramercado, numa perspectiva de direitos sociais universais.

corporativo: entre 1930 e 1964, em que se desenharam e implementaram as legislações trabalhistas e previdenciárias, fase que se estende de modo principalmente inercial e incremental entre 1946 e 1964; 2) *universalismo básico*: compreendido entre os anos 1964 e 1984, quando se unificou e estendeu, de modo diferenciado, a cobertura previdenciária para estratos sociais tradicionalmente excluídos e se criou um segmento privado simultaneamente a um público na saúde, este último voltado para os não cobertos pelos segmentos contributivo e privado; e, 3) *universalismo estendido*: período posterior à Constituição de 1988, com a institucionalização da assistência social, a fixação de um mínimo social, a extensão da cobertura previdenciária não contributiva, a criação do Sistema Único de Saúde e, mais recentemente, a política de valorização do salário-mínimo.

Para a autora, as políticas sociais são imediatamente afetadas pelas prescrições constitucionais no campo da seguridade social, que passa a abranger a previdência, a assistência social e a saúde. Incluem-se entre as medidas mais importantes a criação do seguro-desemprego, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a aplicação das novas regras universalizantes da Previdência Rural e a regulamentação da assistência social cidadã (KERSTENETZKY, 2012).

A partir dos critérios classificatórios utilizados pelos diversos autores que se preocuparam com o regime de bem-estar brasileiro, o Quadro 4 mostra uma síntese das principais características dos tipos propostos.

Quadro 4 – Regime de bem-estar brasileiro

continua

Autores	Regime de Bem-Estar Brasileiro	Características
Mesa-Lago (1989)	<i>Pioneiro</i>	- Sistema estratificado com alto custo; - Déficit crescente com desequilíbrio financeiro e atuarial; - Pequena parcela da população com alto grau de intervenção e apoio; e - Uma grande base de beneficiários com atenção de baixa qualidade. - Persistência das diferenças de <i>status</i> de cidadania.
Filgueira (1998)	<i>Dual</i>	Combina: - Universalismo estratificado em setores urbanos (os trabalhadores modernos do Estado e da Indústria); e - Excludente em setores rurais.
Martínez Franzoni (2008)	<i>Protecionista - informal</i>	- O acesso à renda por meio do mercado de trabalho é restrito. - A proteção social e a formação de capital humano são altas e têm um alto grau de desmercantilização, se comparadas aos outros regimes. - Possui um amplo contingente populacional desprotegido, tanto do mercado de trabalho como do estado.

conclusão

Autores	Regime de Bem-Estar Brasileiro	Características
Cecchini <i>et al.</i> (2014)	<i>Brechas Modestas</i>	- O perfil demográfico populacional mais envelhecido; - Apresentam coberturas mais elevadas dos níveis educacionais (incluindo o nível superior). Dessa forma, o número de inativos é maior; - O mercado de trabalho é predominantemente formal; - Carga tributária elevada que permite um gasto social superior a 20% do PIB; - A taxa de pobreza gira em torno de 15% da população; - A cobertura da seguridade social é superior a 60% dos ocupados em matéria de pensões e de aproximadamente 80% em matéria de saúde.
Draibe (1993)	<i>Meritocrático-Particularista, com matizes corporativistas e clientelistas.</i>	- Políticas sociais voltadas para reduzir distorções de mercado; - Cada um deve estar em condições de resolver suas próprias necessidades; - O sistema de welfare é complementar às instituições econômicas;
Kerstenetzky (2012)	<i>Universalismo Estendido (pós 88)</i>	- Institucionalização da assistência social; - Fixação de um mínimo social; - Extensão da cobertura previdenciária não contributiva; - Criação do Sistema Único de Saúde; e - Política de valorização do salário-mínimo

Fonte: O autor (2016)

Todas essas classificações são desafiadas por uma forte heterogeneidade estrutural das diferentes regiões do país. A cobertura da proteção social, ainda que normativamente de validade nacional, não é homogênea no interior do território. Há profundas diferenças regionais que se superpõem a diferenças na inserção laboral, que são causadas por diferentes eixos de desigualdades. Pelas características de formação da sociedade brasileira, um eixo relevante de desigualdade e ausente das classificações mencionadas é o eixo étnico. As brechas sociais geradas por esse eixo de desigualdade, denominadas de brechas étnicas, não foram consideradas como uma dimensão tipificadora dos regimes de bem-estar como os eixos de gênero e do perfil demográfico.

A heterogeneidade do País é marcada pelas diferenças de níveis econômicos com consequências diretas no peso do gasto público social, estrutura do emprego e de cobertura da proteção social. Outra dimensão de impacto dessas diferenças são seus efeitos no papel que a família ocupa na produção de bem-estar, pois as diferenças no acesso a serviços públicos ou a baixos níveis de transferências públicas atribuem maior ou menor responsabilidade à família por seus dependentes que necessitam de cuidados.

As particularidades das unidades federativas no Brasil mostram que não é possível tratar o país como se ele possuísse uma única configuração do seu *welfare mix*. As

classificações sobre o RB brasileiro apresentam evidentes diferenças entre si e necessitam de uma elaboração conceitual e empírica mais detalhada. Porém, a comparação entre os diferentes tipos não revela acerto ou desacerto na interpretação do sistema de proteção social brasileiro. As características de cada um, mesmo que sejam abstrações de casos históricos, não são puras, já que a coexistência entre elas é facilmente observável na realidade concreta. A maneira como o pesquisador se aproxima dessa realidade gera elementos interpretativos inovadores e úteis para o aprofundamento do tema. As classificações não devem ser vistas de forma determinista, pois as variáveis escolhidas se inter-relacionam e se influenciam mutuamente. Nesse sentido, as classificações tipológicas de autores nacionais complementam esse quadro complexo que é o regime brasileiro.

O problema é que, como já mencionado, as classificações apresentadas tomam o Brasil como tipo homogêneo. A história social de um Estado federado de grandes dimensões é, seguramente, plural e dependente de atores e institucionalidades regionais. Portanto, o convívio entre elementos de tipos distintos pode ser uma constante. Dessa forma, a tentativa de organizar a diversidade de experiências regionais para se tornar possível a comparação parece objetivo adequado para possibilitar uma abordagem que vá além da mera descrição histórica das políticas sociais. A busca de elementos gerais e específicos que ampliem a capacidade explicativa desses tipos é o percurso necessário quando se assume que essa pretensa homogeneidade não se verifica de fato.

Nos estudos comparativos, os constructos tipológicos são de importância inegável, porém agrupar regiões (estados) por identidade de variáveis e atributos pode auxiliar na identificação da preponderância de um ou outro tipo. Isso não significa que exista uma conflituosidade classificatória, mas é a afirmação da possibilidade de convívio de diferentes modalidades de proteção social em um determinado sistema nacional. Essa mesma lógica se estende à abordagem tipológica das variedades de capitalismo, que será discutida no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

VARIEDADES DE CAPITALISMO

2.1 VARIEDADE DE CAPITALISMO

Nas últimas décadas, o debate sobre o papel das instituições na performance econômica tem se intensificado. Cresceu também o número de estudos que investigam a relação entre as instituições capitalistas e os modelos de proteção social. No leque de vertentes que exploram esses temas, encontra-se um programa de pesquisa denominado Capitalismo Comparado¹⁵ (CC). Dentre as diversas abordagens de CC está a Variedade de Capitalismo (VoC).

A partir da publicação do livro *Varieties of Capitalism: Institutional Sources of Comparative Advantage* (2001), de Peter Hall e David Soskice, a VoC se consolida como campo específico de investigação, dotada de um conjunto de conceitos e hipóteses particulares. A abordagem dessa corrente se assenta na constatação de que cada nação ou grupo de nações possui formatos institucionais específicos em cada um dos domínios que compõem a estrutura da economia.

Os estudos comparativos das Variedades de Capitalismo (VoC) têm experimentado um refinamento acadêmico se comparados com as investigações iniciadas nos anos 70. Naquela década, o foco dos principais autores estava dirigido para a análise das diferentes configurações do mercado de trabalho, ao papel das empresas privadas e suas organizações de representação e ao sistema de inovação e produção. Na década de 90, o esforço era demonstrar que a ideia de convergência econômica e social a partir do modelo capitalista neoliberal, impulsionado pela globalização, não era fatal. Pelo contrário, a diversidade – revelando diferentes estratégias de desenvolvimento – era a regra¹⁶.

A abordagem sobre as diversidades de capitalismo possibilitou o aprofundamento de críticas ao globalismo, colocando em xeque o argumento de que a interdependência econômica entre os países seria o fator determinante da perda da centralidade dos Estados nacionais, uma vez que a lógica, nessa fase, seria a da diluição das fronteiras. Nesse sentido, quanto mais globalização, menos Estados-nação. O poder de escolha se deslocaria para o

¹⁵ Para Jackson e Deeg (2006), “Comparative Capitalism”, tem como objeto de investigação a existência de distintas formas de organização social e produtiva das nações do bloco de economias desenvolvidas.

¹⁶ Nessa linha, os representantes teóricos de maior relevância foram Amable (2003), Coates (2000), Hay (2004) e Hall e Soskice (2001).

âmbito dos investidores globais, das organizações responsáveis pelos tratados mundiais de comércio ou, ainda, para o âmbito das corporações transnacionais, conduzindo, em última instância, à erosão dos capitalismos nacionais (DINIZ, 2010).

A hipótese básica, refutada pela VoC, é de que o capitalismo funciona sob regras gerais com pouca variação no tempo e no espaço. Portanto, as diferenças observadas nos distintos sistemas tenderiam a se moldar a um padrão único e universal. Para Arrigue e Lo Vuolo (2013), nessa perspectiva, os esquemas institucionais são avaliados basicamente tendo em conta o modo como atrapalham ou facilitam essa trajetória, onde os mercados são a instituição central.

O conceito pressuposto nas críticas ao modelo interpretativo da convergência é o de “enraizamento”¹⁷ (*embeddedness*), desenvolvido por Polanyi (2000). Esse consagrado autor fornece um caminho crítico para a superação do naturalismo histórico na compreensão do surgimento do sistema de mercado. Para ele, os fenômenos econômicos estão “enraizados” na estrutura social da qual fazem parte. Ainda que essa forma de entender a realidade sofra inúmeras críticas, ela oferece o desenho inicial de uma teoria complexa da ação, na qual os atores sociais tomam decisões, avaliam o contexto social em que estão inseridos e se comportam estrategicamente¹⁸.

Nesse sentido, as ações econômicas são um tipo especial de “ação social” e que, portanto, estão indefectivelmente coordenadas e enraizadas em um determinado contexto institucional, que inclui, porém não se esgota com os mercados; as similitudes e diferenças entre os distintos arranjos institucionais definem resultados econômicos diferentes; e a análise comparada é mais robusta quando incorpora distintas ordens de práticas sociais, devido ao fato de que as instituições que as estruturam são interdependentes e sua configuração específica produz tipos particulares de sistemas capitalistas (AGUIRRE; LO VUOLO, 2013).

Desse modo, comparar sistemas de produção entre países e, no presente caso, entre regiões do mesmo país, é uma filiação explícita às ideias de que as economias nacionais e subnacionais possuem configurações institucionais diferentes e, por sua vez, produzem comportamento econômico particular nessas unidades. Assume-se também que os diferentes arranjos institucionais possuem pontos fortes e pontos fracos nos distintos tipos de atividades

¹⁷ Nos trabalhos em língua portuguesa, o termo *embeddedness* foi traduzido por enraizamento, incrustação e imersão. A opção por adotar “enraizamento” está ligada à ideia de interação, além daquela de estar imerso.

¹⁸ Bourdieu (2005, p. 23) segue em linha parecida: “Para romper com o paradigma dominante (o econômico), é preciso, assumindo a historicidade constitutiva dos agentes e de seu espaço de ação numa visão racionalista ampliada, tentar construir uma definição realista da racionalidade econômica como encontro entre disposições socialmente constituídas (numa relação a um campo) e as estruturas, elas mesmas socialmente constituídas, deste campo”.

econômicas¹⁹ e, por fim, que a trajetória histórica-institucional determina como cada ente responderá às crises e à relação com o mercado. A literatura da VoC olha para a atividade econômica como sendo socialmente incorporada dentro de contextos institucionais e compara esses contextos em diferentes escalas, como os setores, regiões e, especialmente, nações (JACKSON; DEEG, 2006).

Deriva desse debate a discussão da importância da coordenação estatal no desenvolvimento, no contexto da globalização²⁰. Os distintos sistemas institucionais combinados com a capacidade de coordenação estatal concorrem para a alavancagem do crescimento e da competitividade das economias nacionais (HALL; SOSKICE, 2001; AMABLE, 2003). Os sistemas institucionais²¹ são produtos, principalmente, de compromissos políticos que, por sua vez, são influenciados por diversos atores que buscam promover seus próprios interesses de forma isolada, racional e combinada, por meio de interações estratégicas com outros atores. Assim, a economia política das distintas variedades de capitalismo privilegia, em sua análise, a abordagem institucional com foco nos atores, colocando em relevo as firmas. As firmas são instituições sociais, não se resumem a uma rede de contratos privados ou propriedade de seus acionistas (STREECK, 1995).

Axiomaticamente, a firma é trazida para o centro da análise e, contrariamente à análise econômica padrão, é tratada como parte de uma rede relacional. A firma, operando em seu mercado e em outros ambientes relevantes, está institucionalmente enraizada (HANCKÉ, 2009).

Entender as empresas e suas formas de atuação estratégica para enfrentar os problemas de coordenação parece determinante, pois, para Hall e Soskice (2001), elas são atores cuja resposta, agregada ao desenvolvimento da economia internacional, proporciona a performance econômica nacional. Com a mesma lógica, para os fins específicos desta pesquisa, é possível afirmar que se a estratégia das firmas frente à economia internacional forja a performance econômica nacional, é razoável supor que as firmas locais, por força do sistema federativo brasileiro frente ao desenvolvimento econômico nacional, forjam a performance econômica dos estados.

¹⁹ Essa é a perspectiva das “vantagens institucionais comparativas” sustentadas, entre outros, por Garret (1998).

²⁰ Para a América Latina e, em especial, para o Brasil, o Estado joga papel determinante na mitigação de complementariedades negativas e no combate à pobreza e às desigualdades sociais, pois é nesse ambiente que operam as empresas e as instituições mediam conflitos entre desiguais.

²¹ Sistemas, arranjos, ambiente e redes institucionais são utilizados, nessa pesquisa, com o mesmo sentido semântico, salvo quando explicitado de forma diversa no texto.

Portanto, desse ponto de vista, as firmas resolvem seus problemas de coordenação com os demais atores em distintas esferas relacionais e são percebidas como atores racionais maximizadores de seus interesses, na relação com outros atores (trabalhadores, sistema financeiro, Estado, etc.). Nessa linha, Hall e Soskice (2001) propõem cinco esferas em que as empresas devem desenvolver relacionamentos para resolverem os problemas centrais de coordenação e serem competitivas. São elas: 1) relações industriais (*industrial relations*), que envolvem negociações salariais, condições de trabalho e relações sindicais; 2) formação profissional e educação (*vocational training and education*), que dizem respeito às competências da força de trabalho e investimentos em construção de habilidades específicas; 3) governança corporativa (*corporate governance*), que toca em aspectos como acesso ao financiamento e retorno financeiro aos investidores; 4) relações interfirmas (*inter-firm relation*), que é a esfera que evidencia a demanda de produtos, fornecimento de insumos e o desenvolvimento tecnológico; e, 5) relação com empregados (*employees*), que é a dimensão de interação entre competências e cooperação dos empregados na busca dos objetivos da empresa.

O núcleo teórico da VoC está centrado na ideia de complementariedade institucional. A complementariedade indica que a lógica interna ou o *modus operandi* de cada instituição, num contexto de coexistência, se reforça mutuamente, conferindo um certo grau de estabilidade e previsibilidade para o funcionamento do sistema econômico. Ao mesmo tempo, ela se revela como promotora de incentivos e restrições aos comportamentos dos agentes econômicos, construindo vantagens comparativas institucionais em suas atividades. Em vista disso, o tipo de especialização produtiva e o padrão de inserção no comércio internacional de cada economia são influenciados pelas vantagens comparativas institucionais (HALL; SOSKICE, 2001).

Se a complementariedade institucional opera como condição de funcionamento das instituições, na forma proposta pela VoC, então faz pouco ou nenhum sentido replicar modelos institucionais (instituições de países desenvolvidos) de forma isolada para uma realidade diversa (países em desenvolvimento), na qual preexiste uma rede institucional que se influencia mutuamente. Nesse sentido, se a complementariedade institucional prevalece, o *benchmarking* institucional torna-se mais complexo, uma vez que não é possível considerar o efeito de uma instituição de forma isolada de outras instituições na economia (AMABLE, 2003).

O efeito de retroalimentação confere, às instituições, maior ou menor capacidade de resistir às mudanças. As instituições produzem interesses dos quais ficam dependentes para

seguir funcionando de uma determinada forma. A forma que um país regula e organiza sua economia condiciona o leque de estratégias das firmas. Ao analisar a persistência de um determinado arranjo e seus efeitos sobre as estratégias adotadas pelas empresas, a VoC lança mão do conceito de “dependência de trajetória” (*path dependence*)²², que é a explicação principal da resistência a mudanças nas formas de organização de cada economia política (AGUIRRE; LO VUOLO, 2013). Assim, a proposição é uma releitura das instituições por meio de uma sequência, onde se toma um ponto de partida, a geração de uma dependência significativa das condições iniciais (dependência de trajetória) e a retroalimentação positiva do caminho diante dos custos de mudança (*increasing returns*), ante a baixa flexibilidade das instituições.

Os aspectos-chaves – compartilhados por diversos autores para a análise comparativa da variedade de capitalismo – são as relações industriais (negociações salariais, produtividade, condições de trabalho, etc.), capacitação e nível educacional da força de trabalho, sistemas financeiros e relação interfirmas (insumos, transferência de tecnologia, inovação, etc.). Cada uma dessas áreas se complementa e gera vantagens ou desvantagens competitivas em relação a outras economias (economia global) ou, regionalmente, em relação à economia nacional. Quanto a esses aspectos, há pouca divergência teórica; o que efetivamente aparta os autores dessa corrente é a quantidade de tipos compostos por suas combinações.

2.2 TIPOS DE CAPITALISMO

Em 2001, pelas mãos de Hall e Soskice, é publicado um ensaio inaugural sobre as variedades de capitalismo²³. A proposta defendida por eles no livro *Varieties of Capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*, de 2001, tem sido reconhecida como um dos aportes teóricos mais influentes no campo da economia política comparada. Esses autores mostraram a insustentabilidade da ideia de que a globalização e a crescente competitividade induziriam uma convergência em torno das economias marcadamente liberais. Dessa forma, as reformas no *welfare state* e a desregulamentação econômica não encontrariam os objetivos propostos na agenda de reformas do Consenso de Washington.

²² Na definição de Pierson (2000), a *path dependence* é entendida como o desenvolvimento de certos processos sociais com uma origem crítica, cujos resultados geram uma trajetória que acaba sendo mais difícil de reverter no transcurso do tempo, e esse caminho não é questionado.

²³ Esse tema já havia sido discutido pela escola da “teoria da regulação”, entre outras correntes. Porém, é a partir desse ensaio que se consolida essa reflexão e se inaugura uma agenda de pesquisa com forte adesão.

O trabalho dos referidos autores identifica duas variedades básicas ou dois tipos de economias capitalistas que são produto das diferentes combinações das seguintes áreas: governança corporativa, sistemas de educação e treinamento, relações interfirmas e relações industriais. Os arranjos resultam em Economia de Mercado Liberal (EML) ou em Economia de Mercado Coordenado (EMC). Por dedução, existiria, segundo essa classificação, um tipo misto, com presença marcante do Estado na economia.

Na perspectiva de Hall e Soskice, o ator central é a firma, cujo comportamento pode ser agregado quando se analisa a *performance* econômica. A complementariedade institucional aparece como geradora de distintos modos de coordenação. Por fim, complementariedade e coordenação se associam pelos vínculos entre as diferentes áreas (relações de trabalho e governança corporativa; relações de trabalho e treinamento; etc.). Como as estratégias das firmas varia entre as nações, as respostas na busca da coordenação são necessariamente diversas.

As características centrais da EML são: possuir mercados de trabalho flexíveis e desregulados, baixo custo de contratação e demissão, baixo grau de filiação sindical, negociação coletiva descentralizada e de baixa cobertura. A EML apresenta alta mobilidade no mercado de trabalho em função da qualificação de caráter geral oferecida pelo sistema educativo. Os mercados são competitivos, as firmas são financiadas pelo setor privado e constituem a principal fonte de inovação. Por outro lado, na EMC os sindicatos e as associações empresariais cumprem um importante papel nas relações de trabalho, a negociação coletiva é centralizada e com grande cobertura. A qualificação profissional é especializada por setores econômicos, tornando mais rígida a mobilidade do trabalho. As firmas têm um grau mais elevado de cooperação e coordenação para inovação e normatização setorial. Por fim, o setor público tem um papel mais decisivo no sistema de financiamento empresarial.

Os casos paradigmáticos para a construção dos tipos foram, respectivamente, os EUA para a EML e a Alemanha para o EMC. Ainda, como sugerido por Hall e Soskice (2001) e Hall e Gingerich (2004), há o reconhecimento de um terceiro tipo de variedade de capitalismo, denominado Economia de Mercado Mediterrâneo ou Mista (EMM). A forma dominante de coordenação nesse tipo é a mista; a regulação e a mediação estatal geram alto impacto nos processos de mudança; e a complementariedade nasce da regulação estatal dirigida à correção das falhas de mercado.

Outras tipologias, além do modelo dual de Hall e Soskice, foram propostas por Schmidt (2002), Coates (2000), Amable (2003), entre outros. A ideia de complementariedade

é a característica comum de todos os modelos. A firma, nesse cenário, desenvolve e explora certas competências no intuito de se coordenar com outros atores (trabalhadores, sindicatos, governo, clientes e competidores). A coordenação pode ser realizada via mecanismos de mercado, apoiados na garantia jurídica dos contratos (EML), ou mecanismos externos ao mercado fundados em negociações cooperativas e redes de organizações que articulam os atores envolvidos nos processos econômicos (EMC). Os mecanismos de coordenação via mercado têm sido foco intenso de análise da economia ortodoxa; porém, os estudos dos mecanismos de coordenação por fora do mercado ainda são incipientes.

As características tanto de uma como de outra economia geram respostas diferentes dos seus atores para resolver os problemas de coordenação. No caso das EML, se espera uma pressão maior no sentido da desregulamentação e da liberalização do mercado, além de maior ação política para mitigar a força dos sindicatos e de organizações contrárias à desregulamentação. Em outro sentido, das EMC espera-se que a desregulamentação sofra maior resistência pelos atores, permitindo a coalizão entre empresários, acionistas e trabalhadores para garantir um modelo de coordenação garantidor do financiamento, emprego e produtividade.

2.2.1 Tipos de capitalismo na América Latina

Na América Latina, muito já se produziu sobre o modelo de capitalismo regional. O movimento estruturalista, ancorado na CEPAL, debateu a relação centro-periferia para caracterizar as desvantagens que a região possuía frente às economias centrais. A partir desse movimento teórico, outros caminhos foram apontados para explicar o regime de produção da região²⁴. Entretanto, quando se assume a VoC como um enfoque adequado para explicar os regimes produtivos regionais, a tarefa principal é buscar definir as características conceituais básicas para classificar o tipo de capitalismo latino-americano.

No que diz respeito à VoC, a literatura latino-americana se divide entre aqueles que entendem existir características comuns nos países da região, possibilitando a elaboração de um tipo próprio (SCHNEIDER, 2009; SCHNEIDER; SOSKICE, 2009); aqueles que salientam que a heterogeneidade não permite falar de um único tipo (BOSCHI, 2011;

²⁴ O foco das abordagens era múltiplo, passando pelo corporativismo nas relações laborais e empresariais, intervenção estatal no desenvolvimento econômico, o papel do capital multinacional ou pelo desenvolvimento de grupos industriais nacionais.

BIZBERG; THÉRET, 2012); e os que utilizam a classificação original de Hall e Soskice (EML, EMC, EMM), tentando empiricamente aproximar as economias locais a um ou mais desses tipos (HUBER, 2002; BOGLIACCINI; FILGUEIRA, 2011). Na tentativa de localizar criticamente o Brasil nas tipologias que consideram sua singularidade produtiva, parece não existir caminho mais adequado do que confrontar as diferentes elaborações tipológicas que o contemplam.

Antes de minudenciar, no escopo latino-americano, o caso brasileiro – que em última instância é o foco principal deste capítulo – é necessário aprofundar uma classificação que não faz distinção dos países da região em tipos próprios. É, de fato, a primeira tentativa de adaptar o marco teórico das variedades de capitalismo à especificidade das economias latino-americanas. Ao entender que os países latino-americanos guardam algumas características comuns, Schneider (2009) estende o marco teórico e conceitual da VoC para essa região e desenvolve uma nova tipologia, denominada Economias de Mercado Hierárquica (EMH). Nesse tipo de economia, a relação entre as distintas esferas do marco institucional de referência é exercida por padrões hierárquicos²⁵, substituindo a coordenação e as relações de mercado. Em especial, as características desse tipo de economia estão na conformação das firmas líderes e no campo das relações laborais.

A persistente falta de inovação, a grande heterogeneidade estrutural e a forte desigualdade social na região são explicadas pelas “complementariedades negativas” (SCHNEIDER; SOSKICE, 2009). Essa espécie de complementariedade é produto da presença de grupos domésticos de origem familiar (grupos que mantêm muitas empresas subsidiárias com baixa relação entre si e controlam hierarquicamente essas diversas firmas) e da ampliação da participação das multinacionais (que administram de forma hierárquica as transferências de tecnologia, os investimentos, a relação com fornecedores e clientes estrangeiros, além de deterem importante parcela do comércio internacional), que cumprem um papel específico nos elos das cadeias globais. Na América Latina, essas empresas são, em sua maioria, intensivas em mão de obra, estão associadas a mercados de trabalho flexíveis, fragmentados e de baixa capacitação.

A fragmentação do mercado de trabalho está ligada à baixa densidade sindical em relação à força total de trabalho, à alta percentagem de emprego informal, à baixa duração dos contratos de trabalho e à alta rotatividade de pessoal (AGUIRRE; LO VUOLO, 2013). Esse

²⁵ Entende-se por padrões hierárquicos a relação entre as firmas e os outros atores, baseados primordialmente em ordens e diretivas daqueles com maior poder econômico.

cenário possibilita uma fragilização da organização dos trabalhadores, criando pressão para acordos hierárquicos favoráveis aos empregadores.

Em síntese, considerando as cinco esferas de relação propostas por Hall e Soskice (2001), a EMH apresenta as seguintes interações: a) relações industriais: coordenada por regulações verticais emanadas dos governos nacionais, grupos nacionais e multinacionais; b) formação profissional e educação: a capacitação pós-média e a especializada são individuais e determinadas pelas firmas ou organizações patronais; c) governança corporativa: a maioria das firmas são controladas e administradas diretamente por seus proprietários, sejam eles grupos econômicos familiares ou firmas estrangeiras, além de possuírem um alto grau de autofinanciamento e holdings diversificados; d) relações interfirmas: às vezes apresentam características competitivas, porém, com elevada concentração de mercado (oligopólios, holdings, formadores de preço e setores fortemente regulados pelo estado); e, e) relação com empregados: os empregados não dispõem de canais de comunicação com a direção das empresas e nem de representação (isso é motivado pelo alto grau de emprego temporário e rotatividade).

Assim sendo, a complementariedade entre essas esferas, na maioria das vezes, não opera com o mesmo equilíbrio que as EML e EMC. Frequentemente, o comportamento econômico é disfuncional, refletindo as resistências das hierarquias às pressões externas. Cabria (2011) exemplifica esse fenômeno mostrando que, nas relações entre multinacionais e grupos empresariais nacionais, pelo fato de as primeiras fabricarem produtos com alto componente tecnológico, são gerados retornos decrescentes para as companhias nacionais que desejam investir em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao mesmo tempo que ocorre um incremento dos retornos dos investimentos em setores que necessitam baixa capacitação e tecnologias, como as *commodities*.

Ainda é possível relacionar o tamanho das empresas (grupos e multinacionais) com o autofinanciamento (não se submetendo às exigências ou estímulos tecnológicos emitidos pelo mercado de capitais) e coordenação empresarial de baixa representatividade. Em relação à atomização das relações de trabalho e da baixa capacitação, a complementariedade negativa gerada numa EMH são: a precariedade dos postos de trabalho, gerados pela primeira; e o baixo incentivo para trabalhadores investirem na sua própria formação – bem como das empresas investirem em seus empregados –, dado que a expectativa de permanecer muito tempo no mesmo posto de trabalho é baixa.

Quadro 5 – Comparação das cinco esferas de relação entre a EML, EMC e EMH.

Esferas	EML	EMC	EMH
Países	Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Irlanda.	Alemanha, Japão, Suíça, Holanda, Bélgica, Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia e Áustria.	América Latina, inclusive Brasil.
Relações industriais	Baseadas em relações de mercado entre trabalhadores individuais e empregadores. Ampla margem para contratar e despedir.	Convênios de salários em nível setorial entre sindicatos e associações de empregadores. Alta densidade sindical.	Estruturadas por regulações verticais impostas por governos nacionais, grupos econômicos e multinacionais.
Treinamento vocacional e educação	Complementar a mercados de trabalhos fluídos. Focalizadas em competências genéricas. Sem garantias de que outras firmas absorvam a mão de obra qualificada.	Sistema de treinamento em nível setorial sobre componentes específicos, subsidiado pelo Estado e supervisionado por sindicatos e demandados por patrões com alcance setorial.	As competências pós-média e especializações para o emprego são individuais e determinadas pelas firmas ou pelas organizações patronais.
Governo corporativo	Firmas orientadas por ganhos de curto prazo e pelos preços de suas ações. Regras tolerantes a fusões e aquisições. Investidores dispersos que dependem das informações disponíveis a respeito do valor das companhias no mercado acionário.	“Capital paciente”: o acesso ao financiamento não depende dos retornos correntes nem da informação de mercado. Os investidores têm informações internas por meio de redes coordenadas de negócios.	A maioria das firmas estão controladas e administradas diretamente por seus donos, sejam grupos econômicos (famílias ricas) ou firmas estrangeiras. Alto grau de autofinanciamento e <i>holdings</i> diversificadas.
Relações interfirmas	Baseadas em relações de mercado e contratos formais. Mediadas por regulações antitruste e uma doutrina jurídica baseada na interpretação literal dos contratos.	Relações de cooperação estratégica que facilitam a distribuição de tecnologia por meio de pesquisa co-financiada entre firmas e o setor público.	As vezes apresentam características competitivas, porém com elevada presença de oligopólios, <i>holdings</i> , formadores de preços e setores fortemente regulados pelo Estado.
Relações com seus próprios empregados	A autoridade está concentrada nas cúpulas empresariais. Facilidades para despedir e mudar as estratégias frente a pressões financeiras e para levar vantagem frente a novas oportunidades de mercado.	Sistemas de monitoramento em redes. A cúpula empresarial raramente pode tomar decisões unilaterais. Conselhos de supervisão com representantes dos trabalhadores e investidores. Tendência a tomar decisões baseadas no consenso que fomenta a distribuição de informação e facilita o monitoramento em rede.	Os empregados carecem de procedimentos formais de reclamação e representação. Informalmente carecem de voz devido ao alto grau de emprego temporário e de rotatividade laboral.

Fonte: Aguirre e Lo Vuolo (2013)

De qualquer forma e independentemente dos fatores considerados para caracterizar as EMH, esse tipo é generalizado para toda a América Latina, como se todos esses países apresentassem a mesma resposta nas diferentes esferas analisadas. Assumir toda a América Latina como um tipo homogêneo de capitalismo, à primeira vista, parece um exagero. Da mesma forma, parece exagerado entender que o Brasil é regionalmente homogêneo no seu regime de produção econômica. Tanto o Brasil, internamente, como a América Latina apresentam diferenças regionais que ensejam, no mínimo, uma séria desconfiança na possibilidade de os regimes capitalistas serem tratados como se homogêneos fossem.

2.2.2 O capitalismo brasileiro

No Brasil e na América Latina, os estudos sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento foram fortemente estimulados após a criação da CEPAL, em 1948. O estruturalismo Cepalino desenvolveu a noção de “área econômica periférica” para caracterizar a condição de desvantagem em relação às “economias centrais” capitalistas. A partir disso, muitas teorias tentaram explicar os regimes de produção da região e, em especial, o brasileiro. Algumas delas interpretavam o caso brasileiro pela perspectiva analítica do peso do estado no desenvolvimento econômico; outras pelo corporativismo nas relações de trabalho, ou, ainda, pelo papel do capital multinacional e dos grupos industriais nacionais. A crise no modelo de substituição de importações foi enfrentada por um arsenal analítico que gerou um avanço interpretativo na caracterização do sistema produtivo nacional.

A trajetória brasileira nas últimas três décadas deve ser compreendida cotizando o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e a introdução de reformas liberalizantes nos anos 90. A configuração atual do capitalismo brasileiro é uma interação entre globalização, Estado e desenvolvimento. De uma agenda neoliberal na década de 90 a uma agenda de maior protagonismo estatal voltado para novas políticas econômicas e sociais nos anos 2000. A eleição presidencial de 2002 revelou uma mudança na trajetória eleitoral do País. Assim como ocorreu em outros países latino-americanos, a vertente crítica às reformas orientadas para o mercado ganhou densidade eleitoral.

A explicação desse fenômeno está na combinação de elementos externos e internos. Os externos dizem respeito ao surgimento de novas potências com poder de deslocamento de do centro de gravidade da economia internacional (China e Índia), combinados com um crescente questionamento, no plano internacional, dos paradigmas dominantes. Dos elementos internos, os destaques são a consolidação da democracia que foi gradual, segura e contribuiu

para a estabilidade das regras de competição política, ou seja, uma democracia sustentada e a legitimação da ideia de que políticas de desenvolvimento devem estar associadas com estabilidade econômica (DINIZ, 2010).

A Constituição de 1988 também foi um marco definidor, pois inaugurou uma nova fase das liberdades políticas²⁶ e recuperou o sistema pluripartidário. Ao mesmo tempo, uma agenda de políticas públicas – focadas em demandas populares – emergiu, exigindo um alto grau de coordenação estatal na sua consecução.

A revitalização do aparato estatal, ocorrida a partir de 2002, em função da orientação ideológica do Partido dos Trabalhadores, em parte foi uma resposta à crise econômica e de legitimidade provocada pelas reformas orientadas para o mercado, o que foi levado a cabo no governo socialdemocrata antecedente. A crise do projeto neoliberal não proporcionou uma mera mudança de governo, mas introduziu também uma profunda reflexão sobre os conceitos-chaves no campo de estudos sobre desenvolvimento, papel do estado frente aos atores econômicos, políticos e sociais nos projetos socioeconômicos, a relação entre política e economia e o rol de instituições (BOSCHI; GAITÁN, 2009).

Dessa forma, alguns autores – ao estudarem o tipo de capitalismo brasileiro – reconhecem que mesmo sendo a agenda de desenvolvimento na América Latina muito semelhante entre si, as escolhas das alternativas eleitas foram condicionadas pelos legados de cada país. O desenho institucional depende do contexto e das trajetórias históricas que configuram o Estado e as instituições. Nesse sentido, algumas propostas de classificação tipológica foram construídas para o Brasil, ora com originalidade, ora classificando-o em um modelo clássico ou derivado da VoC. De qualquer forma, o reconhecimento de características institucionais próprias parece ser um marco adequado para realizar importantes inovações teóricas e conceituais ao estudo da singularidade do regime produtivo brasileiro.

Como já citado no tópico dos tipos de capitalismo na América Latina, Ben Ross Schneider propôs uma arquitetura de análise centrada no comportamento das empresas, nas continuidades institucionais frente às mudanças de estratégia política e nas características do mercado de trabalho. Essa forma de apanhar o fenômeno econômico pretendia lançar luz aos vazios deixados por estudos anteriores, focados na intervenção estatal e nas sucessivas estratégias de desenvolvimento econômico. Ao utilizar o marco teórico e conceitual da VoC para a região e levando em consideração as especificidades do capitalismo latino-americano,

²⁶ Liberdades políticas entendidas como liberdade de organização, de participação, de expressão, de imprensa e de representação partidária.

ele propôs que as relações entre as distintas esferas do marco institucional de referência são exercidas por padrões hierárquicos, substituindo tanto a coordenação como as relações de mercado (SCHNEIDER, 2009).

Em síntese, os riscos institucionais de um mercado hierárquico gerariam, na maioria das vezes, retornos decrescentes em lugar de crescentes. Esse fato geraria complementariedades negativas entre as diferentes esferas²⁷ do marco institucional latino-americano.

Na obra organizada por Boschi (2011), em que o Brasil é o foco central, foi discutida a convergência institucional e a especificidade do modelo de capitalismo nacional. Alerta o autor que analisar o caso brasileiro é complexo, pois se trata de um país que está modificando sua posição estrutural no sistema internacional de economia globalizada. Uma vez que a observação empírica apontava para novas formas de intervenção estatal no desempenho do regime produtivo, necessário seria incluir as instituições estatais – incluso o regime político – ao lado das empresas, como ator estratégico nas mudanças institucionais. Em especial, estudar as complementariedades geradas por ele, como políticas de inovação, capacitação e financiamento.

A capacidade do Estado e suas instituições na promoção da regulação econômica é fator decisivo na estratégia de crescimento. Como esse fator é determinado pelas trajetórias institucionais prévias do País, é possível observar que o maior grau de resistência ao processo de ajustes estruturais é fruto da maior capacidade de coordenação do Estado. Dessa forma, a variedade de capitalismo no qual o desenvolvimento é liderado pelo Estado gera novas vantagens institucionais, não necessariamente convergindo para uma EML ou EMC. A ação estatal mitigaria ou resolveria as complementariedades negativas e, por consequência, os retornos decrescentes – que existiriam por falta de regulação pública – seriam revertidos.

No Brasil, algumas vantagens institucionais comparativas de titularidade estatal seriam a existência de bancos públicos com forte atuação no financiamento produtivo ou fundos de pensão das estatais. Esses aparatos atuariam com investidores na política industrial e de infraestrutura. Não se pode deixar de mencionar o papel das agências reguladoras na coordenação de setores econômicos estratégicos. O pressuposto é claro: não há possibilidade de crescimento e desenvolvimento sem um Estado Forte (BOSCHI, 2011).

²⁷ As características específicas para as esferas relacionais da América Latina são: existência de grupos empresariais nacionais diversificados; presença de empresas multinacionais; atomização das relações laborais e pouca qualificação da mão de obra.

Nessa perspectiva, os elementos-chave do Novo Desenvolvimentismo²⁸ proposto por Boschi seriam a estabilidade econômica, sistema próprio de inovação, sistema próprio de financiamento da produção e emprego, modelos inclusivos de políticas sociais e sistemas de trabalho formal, capacidade de regular os mercados e interlocução e intermediação entre Estado e setor privado.

A proposta de Boschi se diferencia da de Schneider na medida em que, para o último, o desenho institucional dos regimes produtivos da América Latina geraria entraves para um adequado desempenho. O primeiro afirma que os países da região, em especial o Brasil, estariam experimentando um novo padrão de intervenção estatal capaz de mitigar os problemas oriundos de um marco institucional desregulado. Portanto, a não convergência do modelo econômico regional e brasileiro a uma EML ou EMC é defendido por Schneider pela existência de hierarquias que impedem as mudanças e em Boschi pelas vantagens institucionais comparativas. Boschi não nomina seu “tipo” de capitalismo para o Brasil. Há uma aproximação com o tipo *State-Influenced Market Economies* (SMEs) desenvolvido por Schmidt (2007). A exemplo de França, Itália, Espanha, Portugal e Grécia, no Brasil o Estado tem exercido um papel de maior relevo e diferenciado do que nas EML e EMC. Por fim, além dos retornos crescentes, da mudança de foco da firma (micro) para o Estado (macro) com papel de coordenação e regulação, o modelo de Boschi ainda aponta para rupturas na dependência de trajetória ao invés do processo incremental defendido por Schneider.

Ao debater o capitalismo no Cone Sul, Bogliaccini e Filgueira (2011) estabelecem alguns pressupostos para dar sentido à classificação por eles construída. Os países do Cone Sul não têm no horizonte previsível a construção de um modelo de desenvolvimento socialista; não há possibilidade de voltar a um modelo de desenvolvimento baseado em uma economia fechada e protecionista (ao estilo do modelo de substituição de importações); e que o modelo de capitalismo liberal foi derrotado politicamente – com a exceção do Chile – no Cone Sul. Com esses pressupostos estabelecidos, pontuam algumas diferenças institucionais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Atribuem à instabilidade das regras do jogo democrático e à mudança do modelo produtivo os traços distintivos entre essas classes

²⁸ Para Boschi e Gaitan (2008, p.2-3), o Novo Desenvolvimentismo é um modelo em construção que defende a construção de um espaço de coordenação entre as esferas pública e privada, com o objetivo de aumentar a renda nacional e os parâmetros de bem-estar social. “Apesar do peso que o fenômeno definido como globalização adquire nas economias da periferia, assumimos que os processos de desenvolvimento continuam descansando na capacidade de cada país de participar na criação e difusão de conhecimentos e tecnologias e de incorporá-los no conjunto da atividade econômica e das relações sociais”.

de economias. As democracias estáveis e integração ao mercado global estabelecem novos incentivos, mudando as estratégias dos empresários e trabalhadores.

No caso brasileiro, os autores advogam uma modernização conservadora, em que o movimento de trabalhadores foi cooptado pelo Estado. O movimento empresarial esteve dividido entre os setores industriais, que aderiram ao projeto modernizador, e os setores agrários que resistiram. Os sistemas produtivos foram fechados ao mercado global e os sistemas distributivos tenderam a ser contributivos e segmentados, dado que os setores rurais e informais não estavam incluídos. No Brasil, o modelo liberal só logra êxito no final da década de 80, depois da redemocratização. As elites militares conseguiram – até a crise do petróleo – aprofundar com sucesso o modelo de substituição de importações, criando uma indústria pesada com razoável nível tecnológico. O projeto neoliberal começou a fracassar com o insucesso do projeto político que o sustentava (governo de Fernando Collor de Melo).

Para levar a cabo sua classificação, Bogliaccini e Filgueira (2011) adotam três esferas de análise e suas possíveis complementariedades: salários, emprego e política macroeconômica; emprego e sistemas de formação; e, Estado, investimento e empresas. Além disso, dividem os tipos em liberal e coordenado. O tipo coordenado é subdividido em *social-democrata*, *continental europeu*, *mediterrâneo* e *asiático*, conforme propõe Amable (2003). O *social-democrata* teria maior cobertura sindical e de negociação coletiva que todos os outros modos de capitalismo. É um Estado social muito importante, porém conta com mais liberalismo em aspectos financeiros e de regulação do mercado de trabalho. O *continental europeu* assume as características do tipo coordenado já apresentado. O *mediterrâneo* conta com menor sindicalização, mas com importante incidência na formação salarial. Tem maior rigidez no emprego, ao mesmo tempo que também tem maior informalidade e menos capital humano, seja generalista ou de competência específica. O *asiático* é o tipo em que a burocracia e a família se destacam nas formas de coordenação. O sindicalismo opera somente no âmbito da empresa, o emprego é estável nas grandes firmas e o capital humano é fundamental no sistema educativo e no mundo empresarial. Por óbvio, esse último tipo foi excluído da análise.

No que toca à configuração entre formação de salário, emprego e balanço fiscal e monetário, Bogliaccini e Filgueira (2011) afirmaram que o Brasil enfrentaria um novo contexto recessivo e que o mais provável é que o ajuste não seria via emprego e nem por salários, até ingressar em problemas fiscais e de balança de conta corrente, o que obrigaria a um ajuste tardio, com um *overshooting* para ambos mecanismos. Assim mesmo, o contexto

expansivo parecia estar levando ao limite a articulação virtuosa entre crescimento do salário, expansão do emprego, controle inflacionário e controle fiscal.

A análise da esfera de *salário, emprego e política macroeconômica* incluiu as seguintes variáveis: densidade sindical; cobertura da negociação coletiva; rigidez do emprego; desemprego. Para a esfera de *emprego e sistema de formação*, as variáveis foram: gasto em educação como percentagem do PIB e capitalização em bolsa. Por fim, na esfera *estado, investimento e empresas*, as variáveis foram: taxa marginal de ingresso individual e Índice de Gini. Os dados utilizados compreendem o período de 1996 a 2006.

A classificação do capitalismo brasileiro como *coordenado* de subtipo *mediterrâneo* é sustentado pelas seguintes constatações: a) Na esfera de *salário, emprego e política macroeconômica*, o país conta com alta formalização e sindicalização, baixa proteção do emprego, que forja uma estrutura salarial privada compacta por setor e que cresce pela produtividade. Pelo lado do formato de representação e negociação, o modelo permite que os trabalhadores organizados e os empresários negociem, de forma inclusiva, os dilemas entre emprego e salário durante os ciclos expansivos e recessivos; b) na esfera de *emprego e sistema de formação*, apontam que o mercado de trabalho é de baixa qualificação, dificultando investimentos que demandam mão de obra especializada. O emprego informal é persistente, apesar dos esforços de formalização. A capacitação vocacional nas empresas ocorre só em situações pontuais e naqueles setores em que trabalhadores e empresários se coordenaram para formar mão de obra. Há um baixo investimento em capital humano e uma baixa penetração do sistema financeiro no modelo de investimento das empresas; e, c) na esfera *estado, investimento e empresas*, mesmo o Brasil tendo uma das menores taxas marginal corporativa do continente, o procedimento para abrir uma empresa é burocraticamente mais longo que os modelos de democracia avançada. Esse é um ponto discrepante na classificação do Brasil neste subtipo. Isso ocorre pelo fato de que a taxa marginal de ingressos individuais e o Índice de Gini estão muito distantes daqueles encontrados nos países de tipo *mediterrâneo*.

Uma última classificação, do caso brasileiro, diz respeito à elaboração de Delgado (2007), em seu artigo intitulado *Estratégias e trajetórias: anotações sobre políticas industriais em perspectiva comparada*. Segundo o autor, o Brasil seria uma *economia de mercado de coordenação liberal-corporativa*. A partir da década de 30, as relações industriais foram condicionadas pela imposição formal do corporativismo e pelo modelo legislado nas relações de trabalho. As negociações coletivas sempre foram mitigadas pelo poder patronal às demissões. O processo de industrialização por substituição de importações, associado com

ausência patronal unificada nas barganhas salariais e na formação da força de trabalho, tornou pouco expressiva a exigência de formação da força de trabalho.

O financiamento da produção era sustentado pelo reinvestimento dos lucros das empresas, com fraca relação com o sistema bancário nacional. As estruturas de articulação entre o Estado e o empresariado, modeladas pelo formato do corporativismo setorial e bifronte, favoreceram a definição de políticas de investimento para diversos setores e a concessão de incentivos fiscais e subsídios, mas tiveram pequena repercussão para a adoção de políticas orientadas para a produtividade. A orientação para produção interna do similar nacional e na interdição à presença estrangeira em atividades tomadas como estratégicas, a política de atração de investimentos externos, por sua vez, orientou-se por critérios fundamentalmente alocativos, assegurando forte presença das multinacionais no espaço econômico brasileiro, sem implicações de relevo para a inovação tecnológica e para a formação da força de trabalho.

Na esfera das relações interfirmas existe padrões de coordenação de mercado e informais, ao lado da presença expressiva das estatais no fornecimento de diversos insumos. O modelo de transferência de tecnologia processada através da relação entre as empresas e os fornecedores externos, a incipiente formação e os vínculos precários da força de trabalho com as empresas, a desarticulação entre o sistema de ciência e tecnologia e o mundo da produção, a prevalência de políticas alocativas nas ações do Estado, circunscreveram as atividades de inovação, tendencialmente concentradas em empresas públicas com baixo impacto no setor industrial.

Em uma primeira aproximação, o conjunto de modelos propostos para o caso brasileiro pode conduzir a um raciocínio valorativo do tipo certo e errado. Essa percepção deve ser afastada de plano. O essencial é que as tipologias apresentadas – algumas mais, outras menos – auxiliam na identificação de atributos relevantes da conformação institucional do sistema de produção nacional. As tipologias de VoC são construídas a partir da combinação de diversas variáveis relacionadas com as esferas tidas como importantes para o processo de coordenação econômica. Os tipos são resultado da relação entre o conjunto dessas variáveis.

Nesse contexto, é preciso retomar dois aspectos que raramente são considerados na composição dos modelos ou tipos construídos para o caso brasileiro: a desconsideração da heterogeneidade interna do país e a ausência do tratamento da dimensão étnica nas análises desenvolvidas. A diversidade regional é uma associação sustentada pela geografia que o país apresenta, sua enorme extensão territorial, sua riqueza natural, sua forte miscigenação racial, entre outros.

As diferentes fontes de recursos naturais, o pioneirismo em tecnologias ligadas ao petróleo, a alta produtividade agrícola e os setores de alta tecnologia regionalmente concentrados imputam a algumas regiões um índice de desenvolvimento humano alto, com uma densa aglomeração de produção, em detrimento de regiões com baixo IDH e raros arranjos produtivos locais. Essa situação advém da herança histórica do país, em que as primeiras estratégias produtivas privilegiaram zonas específicas do território brasileiro, iniciando com a franja litorânea e, posteriormente, zonas interiores concentradas em modelos econômicos voltados para o mercado externo.

A heterogeneidade dos sistemas de produção é uma condição que gera diferentes formas de renda, atividades, ocupações, estrutura fundiária, entre outras. Isso resulta num repertório de iniciativas individuais ou familiares que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades, muitas vezes decorrentes da falta de opções, mas, não raro, também decorrem dos eixos de desigualdades impostas socialmente, como a hierarquia étnica. Cabe indagar: o contingente de afrodescendentes em cada unidade federativa pode afetar a forma de organização da produção? Pode influenciar na distribuição da renda? Na segmentação do trabalho? Esses aspectos, apesar de relevantes para a classificação dos sistemas de produção, estão ausentes das tipologias desenvolvidas para o Brasil.

Quadro 6 – Síntese dos regimes de VoC desenvolvidos para o Brasil.

continua

Autores	Variedade de capitalismo Brasileiro	Características
Schneider (2009)	<i>Economia de Mercado Hierárquica (EMH)</i>	- Regulações verticais impostas por governos nacionais, grupos econômicos e multinacionais. - Formação profissional para o emprego são questões individuais e determinadas pelas firmas ou pelas organizações patronais. - Firms controladas e administradas diretamente por seus donos (grupos econômicos familiares e multinacionais) com alto grau de autofinanciamento e holdings diversificadas. - Sindicatos pequenos, politizados e carecem de representação em nível de planta.
Boschi (2011)	<i>Capitalismo de coordenação Estatal²⁹ ou novo desenvolvimentismo</i>	- Instituições estatais são atores estratégicos nas mudanças institucionais - A coordenação estatal mais intensa criou maior resistência aos ajustes estruturais de caráter liberalizantes. - O Estado assume papéis importantes para romper as complementariedades negativas, como: financiamento público; políticas sociais, educação e formação técnica, investimento em ciência e tecnologia

²⁹ Boschi não nomina um tipo especificamente, mas é possível depreender de seus artigos a relevância do protagonismo estatal na coordenação econômica do país.

conclusão

Autores	Variedade de capitalismo Brasileiro	Características
Bogliaccini e Filgueira (2011)	<i>Coordenado de subtipo mediterrâneo</i>	- O País, nas relações de trabalho, conta com alta formalização e sindicalização, baixa proteção do emprego. Estrutura salarial privada compacta por setor e que cresce pela produtividade. Os trabalhadores organizados e os empresários negociam, de forma inclusiva, os dilemas entre emprego e salário durante os ciclos expansivos e recessivos. - O mercado de trabalho é de baixa qualificação, dificultando investimentos que demandam mão de obra especializada. O emprego informal é persistente e a capacitação vocacional nas empresas ocorre só em situações pontuais e naqueles setores em que trabalhadores e empresários se coordenaram para formar mão de obra. - Baixa penetração do sistema financeiro no modelo de investimento das empresas. - Na esfera estado, investimento e empresas, mesmo o Brasil tendo uma das menores taxas marginal corporativa do continente, o procedimento para abrir uma empresa é burocraticamente mais longo que os modelos de democracia avançada.
Delgado (2007)	<i>Liberal/Corporativa</i>	- O financiamento das firmas depende fortemente do Estado e do capital externo. - A transferência tecnológica acontece entre firmas, com peso importante das multinacionais na importação de novas tecnologias. - A qualificação profissional é centrada no Estado e é generalista. - As relações de trabalho nas firmas são precárias, com conflitos com sindicatos. - A interação entre Estado e firmas se dá por meio dos conselhos (centralizados ou setoriais). - A relação das firmas com o mercado mundial se caracteriza por ser semiperiférica e voltada para dentro.

Fonte: O autor (2016)

A complexidade nas aproximações dos diferentes tipos com indicadores quantitativos é evidente e é tendencialmente ainda maior quando se incorporam dimensões como legados histórico, cultural e diversidade regional e étnica. Dessa maneira, o próximo capítulo busca, além de formalizar as hipóteses de trabalho da tese, justificar o uso conjunto das metodologias de RB e VoC.

II PARTE

HIPÓTESES E METODOLOGIA

CAPÍTULO III

HIPÓTESES

A presente investigação tem o intuito de contribuir com a incipiente literatura que coloca em manifesto a necessidade de considerar a heterogeneidade regional na conformação dos RB e da VoC. Isso significa lançar as bases para pensar a política social num quadro complexo de interação entre sistema produtivo regional e os respectivos sistemas de proteção social. Para isso, na construção das hipóteses de trabalho, faz-se uma pequena nota do reflexo regional do processo de desenvolvimento econômico, um breve apanhado da construção dos sistemas de proteção social, da importância do eixo de desigualdade étnica e das desigualdades regionais. Por fim, são formalizadas as hipóteses e apresentada uma contextualização das complementariedades entre os regimes.

3.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS DESIGUALDADES REGIONAIS

As interpretações mais robustas sobre as desigualdades regionais no Brasil tiveram início a partir das contribuições de Celso Furtado, na década de 50. No relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), elaborado em 1958, o autor mostra as diferenças entre as rendas *per capita* da Região Nordeste e da Região Centro-sul do Brasil. Assentava a explicação da não modernização do Nordeste a partir da forma de colonização regional, utilizando os seguintes argumentos: 1) a empresa agrícola exportadora estava baseada em trabalho escravo; 2) ao demandar animais de carga e proteína animal, a economia exportadora criou sua própria periferia no interior, a ela subordinada e dependente; e, 3) a organização da fazenda do semiárido se baseava no controle da terra e na criação de uma população camponesa sem-terra e sem salário, a qual trabalhava para o dono da terra na forma de “meia” para as culturas de exportação e, em compensação, utilizava a terra para a produção da própria subsistência alimentar (DINIZ, 2001).

As desigualdades regionais têm suas raízes, inicialmente, na evolução das regiões ou complexos exportadores localizados em espaços distintos e dotados de dinâmica econômica e de capacidade de diversificação da sua base produtiva muito diferentes. Em função dessas experiências, formaram-se verdadeiras economias regionais no Brasil, voltadas para fora e com fraca integração nacional, a exemplo do açúcar no Nordeste, do ouro em Minas Gerais, do algodão no Maranhão, da madeira e mate no Paraná, da borracha na Amazônia, do café no Sudeste.

A partir dessas distinções, as desigualdades foram se ampliando com o processo de articulação comercial, base para a constituição do mercado interno brasileiro, que se deu sob a hegemonia econômica da região Sudeste, e, em particular, São Paulo. Nesta unidade federativa, a base produtiva industrial era muito mais eficiente e de maior capacidade de competição, o que, por sua vez, induziu as outras regiões a um processo de ajustamento, restringindo a evolução econômica futura das mesmas.

Ao invadir os demais mercados regionais e consolidar o grande mercado interno brasileiro, a indústria do Sudeste lança sólidas bases no processo de substituição de importações, consolidando, como resultado, as desigualdades regionais. Segundo Cano (1985), esse processo de integração gerou três efeitos simultâneos: bloqueio, destruição e complementariedade. Portanto, as regiões com indústrias incipientes tiveram que se adaptar ao novo cenário, atrofiando ou construindo complementariedade com a indústria da região central.

Implantada a indústria pesada, consolidados os grandes oligopólios privados e o setor produtivo estatal, com base em empresas de grande porte – geralmente monopólios –, que se constituíram em suportes para o avanço da industrialização brasileira, assiste-se a um novo processo, o de integração produtiva inter-regional. Esse processo se caracteriza pela presença cada vez maior de capitais extrarregionais – privados ou estatais – nas regiões periféricas, motivados pelas oportunidades econômicas que surgem nas regiões menos industrializadas e pelos fortes incentivos fiscais e financeiros que passam a existir, a partir da década de 60, em razão de alterações profundas nas formas de atuação do Estado brasileiro nas regiões economicamente atrasadas (GUIMARÃES NETO, 1997).

Ao final da década de 60, ocorre uma aceleração da expansão industrial, ao mesmo tempo que se expande a fronteira agropecuária em direção ao Centro-Oeste e Norte do País. Na década de 70, há uma redução de novos investimentos industriais no estado de São Paulo, indicando a perda de posição relativa na produção industrial total. Porém, como lembra Diniz (1993), o espraiamento do crescimento industrial ocorre na macrorregião mais desenvolvida, combinando a perda relativa das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro e o crescimento industrial das demais capitais e das cidades médias.

A referida macrorregião vai do centro do estado de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul, incluído o interior do estado de São Paulo, a que o autor denominou de desenvolvimento poligonal no Brasil, caracterizado pela macrorregião contida dentro do polígono formado pelos vértices Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Porto Alegre, Florianópolis e Belo Horizonte novamente.

No período recente, as preocupações com as diferenças regionais cederam espaço ao esforço para compreender o processo de desindustrialização brasileira. Há um consenso de que a industrialização atingida nas décadas anteriores está se deteriorando. Para Cano (2014), esse processo está ocorrendo devido à ausência de políticas industriais e de desenvolvimento e da conjugação de juros elevados, falta de investimento, câmbio sobrevalorizado e exagerada abertura comercial. Nesse contexto, ocorre uma desindustrialização nociva, que fragiliza os países e compromete sua economia. A partir da década de 80, o predomínio da dominância financeira, associado ao constrangimento interno que decorreu da valorização cambial, terminou por subordinar o capital industrial. Seja qual for o indicador considerado, a indústria perdeu participação relativa tanto na produção como na ocupação total brasileira (POCHMANN, 2016).

Quando se discutem as diferenças regionais com foco no processo de des(industrialização), coloca-se em evidência a perda de importância de uma base ocupacional relevante proporcionada por esse setor e, ao mesmo tempo, a redução dos ingressos públicos capazes de sustentar o aprofundamento e homogeneização do padrão de bem-estar da nação.

3.2 PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Paralelamente ao processo de composição produtiva dos diferentes estados brasileiros, o Sistema de Proteção Social (SPS) foi forjado numa combinação de um modelo de desenvolvimento voltado para dentro e pela necessidade de legitimação de um Estado autoritário. É nos governos ditatoriais de Getúlio Vargas (que governou de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954) que nasce o SPS, primeiramente voltado para os setores organizados da classe de trabalhadores urbanos, excluindo os não organizados e os rurais.

Esse modelo corporativo perdurou até o início do período militar, quando houve profunda mudança, com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a consequente eliminação dos benefícios outorgados pelas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) e pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP). Essa mudança proporcionou maior flexibilidade laboral aos patrões. O regime militar ainda unificou os seis IAPs num só organismo: o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Essa unificação significou que, pela primeira vez desde 1923, se havia eliminado o conceito de representação de classe na administração da proteção social, retirando poder dos trabalhadores organizados e transferindo esse recurso político ao controle estatal.

O SPS veio incrementando o número de beneficiários na medida em que se incorporavam ao jogo político representantes dessas novas demandas. O SPS, implantado desde 1930, gerou uma sociedade estratificada, de cidadãos que acessavam diferentes conjuntos de direitos sociais. A história brasileira de proteção social resultou em acentuadas diferenças no capital humano (heterogeneidade educacional + heterogeneidade de saúde); este, por sua vez, determinante para a manutenção de níveis muito diferenciados de inserção no mercado de trabalho e, portanto, para a manutenção de altos índices de desigualdade de renda.

Esse modelo só foi modificado com a Constituição de 1988, que, apesar dos estudos apontando uma desnaturação de seus principais objetivos, avançou na homogeneização dos benefícios de proteção social, na ampliação da cobertura, no estabelecimento de níveis mínimos dos benefícios, preservando seus valores reais. Porém, passadas mais de duas décadas e meia da Carta Magna, os indicadores de bem-estar, apesar da evolução, seguem discrepantes entre as unidades federativas. O IPEA, ao calcular o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para os estados no ano de 2010, aponta uma forte estratificação entre os mesmos. Esse índice varia de 0 a 1: quanto mais próximo de zero, menor a vulnerabilidade; quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade. Adotando-se uma distribuição de frequência para construir cinco grupos, tem-se a seguinte divisão: 1) PR, SC e RS (IVS entre 0,192 a 0,258); 2) SP, RO, RJ, MG, MT, MS, DF e ES (0,258 a 0,324); 3) GO, PB, RN, RR, TO, CE (0,324 a 0,389); 4) AC, AP, BA, PE, PI, SE (0,389 a 0,455); e, 5) PA, MA, AM, AL (0,455 a 0,521).

A definição de vulnerabilidade social em que este IVS se ancora diz respeito, precisamente, ao acesso, à ausência ou à insuficiência dos seguintes “ativos”: i) infraestrutura urbana; ii) capital humano; e, iii) renda e trabalho. A posse ou privação desses ativos determina as condições de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas, constituindo-se, assim, num instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional. Nesta medida, este índice dialoga com o desenho da política social brasileira, uma vez que atesta a ausência ou insuficiência de “ativos” que, pela própria Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), deveriam ser providos aos cidadãos pelo Estado, nas suas diversas instâncias administrativas.

3.3 BREVE NOTA SOBRE O EIXO DE DESIGUALDADE ÉTNICA

Tanto o desenvolvimento econômico regional como a constituição de um sistema de proteção social assentaram-se sobre uma série de eixos de desigualdades, como as de gênero e étnica. Para os propósitos deste trabalho, a desigualdade étnica assume especial interesse.

No Brasil escravista, no início do século XIX, viviam 3 milhões de habitantes, dos quais 53% eram escravos, 400 mil eram negros e mulatos libertos e 1 milhão eram brancos. Segundo Theodoro (2008), por ocasião da Abolição da Escravatura, os livres e libertos representavam cerca de 10 milhões de indivíduos e, em sua grande maioria, estavam inseridos no setor de subsistência. Essa situação explicaria por que não houve a substituição integral da mão de obra escrava pela força de trabalho nacional disponível, demandando a imigração de trabalhadores para ocupar os postos de trabalho que tinham sido liberados pelos escravos.

A transição para o trabalho livre não foi homogênea no território nacional, o dinamismo econômico de algumas regiões, como as produtoras de café, e naqueles que a indústria era nascente, vão acarretar uma concentração do contingente de escravos. Já na segunda metade do século XIX, nessas regiões, a mão de obra escrava começa a ser substituída pelos trabalhadores imigrantes. No Brasil, a abolição significará a perda de espaço de trabalho para os ex-escravos. Em sua grande maioria, eles não serão assalariados. Com a imigração massiva, eles vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres, que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas nas cidades (THEODORO, 2008).

A partir da consolidação e integração do mercado interno, as migrações internas se intensificaram em direção às regiões mais ricas, concentrando a população nessas áreas. Após o fim da corrente migratória de origem europeia, são os trabalhadores nacionais, sobretudo os que provêm do Nordeste, que farão face às necessidades da indústria crescente. Essa migração se caracteriza como rural-urbana e sua destinação não se limitava às cidades das regiões mais industrializadas, mas também seguia em direção às metrópoles regionais.

Do ponto de vista de integração dos negros ao mercado de trabalho e de sua proteção social, pode, ainda que parcialmente, ser explicada pela sobre-representação nas camadas inferiores da pirâmide social, com maior probabilidade de nascerem pobres, o que influenciaria a fase de estudos e aquisição de habilidades, cuja decorrente desvantagem a escola não seria capaz de reverter. O desenvolvimento econômico, para algumas correntes de pensamento, era a chave para a redução da desigualdade, no entanto, a história não permite corroborar essa hipótese. Mesmo em uma sociedade com mais mobilidade social a partir da década de 70, a persistência da desigualdade leva à conclusão de que a discriminação étnica era mais forte do que se pensava.

A despeito dos avanços registrados nas últimas duas décadas, a situação da população negra no país continua bastante vulnerável. A dependência da ação governamental é a contraparte da inexistência de mecanismos sociais, institucionais e legais que alterem a situação de desigualdade e possibilitem a inclusão da população negra nos segmentos mais dinâmicos e de maior renda no mercado de trabalho.

3.4 DIVERSIDADE REGIONAL

Quando se aborda, ainda que de forma sintética, a diversidade da organização da produção, a formação do SPS e a condição do eixo de desigualdade étnica no Brasil, fica claro que não é possível supor uma homogeneidade classificatória nas abordagens tipológicas. Mesmo que as instituições de mercado e de estado sejam, em tese, homogêneas, a resposta em termos de organização econômica e de proteção social são processadas e assumem feições dos condicionantes históricos e estruturais, ou seja, são respostas heterogêneas.

Não há dúvidas de que o Brasil construiu, ao longo do século XX, uma invejável integridade inter-regional, dado as suas dimensões continentais e as complexidades estruturais regionais. A Constituição de 1988 redefiniu o pacto federativo e introduziu um novo arranjo institucional, objetivando um desenvolvimento social e econômico mais equânime entre as diferentes regiões de seu território. Não obstante as grandes transformações ocorridas após a redemocratização e do novo pacto federativo, as forças das coalizões distributivas mantiveram a inércia de um padrão distributivo regional iníquo.

A partir desse novo arranjo institucional, muitos autores têm se debruçado sobre seus efeitos – dado a autonomia instituída e a nova distribuição de competência e deveres – nas múltiplas escalas entre o âmbito local e o global. A pergunta recorrente é como um modelo centralizador, em termos de políticas de proteção social, continua gerando respostas divergentes entre as unidades federativas brasileiras? Expressando de outra maneira, como as estratégias das diferentes economias políticas dos estados ajudam a determinar seus modelos de bem-estar, ainda que não possuam margem muito ampla na definição dessas políticas?

As desigualdades ou as semelhanças entre unidades federativas assumem grande importância para entender os padrões de renda, do mercado de trabalho, da formação e inovação, da pobreza, da discriminação étnica, dentre outras dimensões do sistema econômico, social e político brasileiro.

3.5 FORMALIZAÇÃO DAS HIPÓTESES

Assumindo essa variabilidade de respostas dos entes federados estaduais como o foco de análise, é possível formular as hipóteses principais, que estão intrinsicamente conectadas:

HIPÓTESE 1 – As unidades federativas do Brasil são heterogêneas tanto na caracterização da variedade de capitalismo como no seu regime de bem-estar.

HIPÓTESE 2 – Os estados onde coincidem a variedade de capitalismo e o regime de bem-estar apresentam uma significativa *complementariedade* entre regimes e proximidade espacial.

HIPÓTESE 3 – As brechas étnicas nos estados brasileiros, em ambos os regimes, são mais pronunciadas quanto menor for o percentual de população afrodescendente residente.

3.6 COMPLEMENTARIEDADES ENTRE REGIMES

As pressuposições da heterogeneidade do RB e da VoC nas unidades federativas e da associação das maiores brechas étnicas onde ocorre o menor contingente de afrodescendentes, em parte, antecipam as respostas da interação entre os arranjos institucionais nacionais e os estaduais. Porém, remanesce uma importante questão subjacente à Hipótese 2: existem complementariedades e proximidade espacial dos estados que apresentem coincidência entre o sistema de proteção social e o de produção capitalista?

Pois bem, as abordagens hegemônicas do pensamento econômico na década de 90 sustentavam que, uma vez cumpridas certas condições (livre comércio, ênfase na acumulação de capital humano, proteção à propriedade intelectual, baixo ativismo estatal, entre outras) e incentivadas as vantagens comparativas, as diferentes economias tenderiam a convergir para um mesmo padrão de renda por habitante, amenizando as disparidades entre países e regiões. No entanto, elas não foram capazes de explicar a persistência das respostas divergentes dos países ao seu receituário. Para Gusso *et al.* (2011), essa incapacidade explicativa pode estar relacionada à pouca relevância que estas atribuem às estruturas setoriais e às especificidades da dinâmica de crescimento de cada país, notadamente em seus regimes de acumulação.

Uma vez que os sistemas produtivos locais e regionais estão assentados em configurações institucionais particulares, o efeito da internacionalização econômica e da política econômica nacional sobre as economias domésticas e regionais produz condições particulares de seus regimes de proteção social.

O Brasil apresenta uma fratura econômica e social com grande heterogeneidade no campo da produção e das classes sociais. Essas diferenças são verdadeiros limites ao desenvolvimento. Importantes intelectuais brasileiros, guiados pela originalidade das formulações de Celso Furtado, trilharam o caminho para compreender a relação das desigualdades regionais com a natureza das estruturas institucionais regionais (subdesenvolvidas), buscando desvendar a cadeia de causalidade no processo de desenvolvimento do País.

A existência de complementariedade e proximidade espacial entre os estados que apresentam coincidência de RB e VoC coloca em relevo as possíveis potencialidades do uso integrado de ambas as metodologias. Dessa forma, considerando as complementariedades entre o sistema de proteção social e o sistema de produção, o poder explicativo da utilização combinada das tipologias exponencia seu poder analítico (HUBER, 2002; AMABLE, 2003; LOPÉZ, 2013; SCHRÖDER, 2013; BOYER, 2014; MARTÍNEZ FRANZONI *et al.*, 2009; BOGLIACCINI; FILGUEIRA, 2011).

Não há dúvida de que as tipologias apresentadas nos capítulos anteriores são problemáticas. Para Schröder (2013), são três os problemas principais nessa aproximação: 1) ambas as tipologias tomam o Estado Nação como unidade relevante de análise; 2) as instituições nacionais são afetadas pelos diferentes arranjos regionais; e, 3) falta homogeneidade dos arranjos institucionais dentro das nações.

Esses problemas podem, respectivamente, sugerir a seguinte compreensão: de que os sistemas nacionais são duradouros, pouco afetados pela pressão homogeneizante internacional e pela heterogeneidade regional; que as instituições nacionais são pouco sensíveis às instituições regionais; e que as instituições, a exemplo do sistema de negociações coletivas, seguem sempre o modelo típico-ideal.

O objetivo da presente pesquisa, quando se propõe a analisar a variabilidade dos sistemas de proteção e de produção nos estados brasileiros, cria as condições de superação desses problemas ou, ao menos, sua minimização. A busca por incorporar o conceito de *complementariedade* aos arranjos institucionais regionais é uma tentativa de lançar luz às complexas interações construídas nas relações entre o tipo de capitalismo e de bem-estar social.

O significado de *complementariedade* entre regimes é o efeito mútuo (*reinforcing*) que ocorre entre bem-estar e produção, conferindo-lhes estabilidade ao longo do tempo. Esse tipo de complementariedade depende de dois fatores: a) a habilidade do regime de bem-estar em produzir as qualificações demandadas pelo regime de produção (quanto maior a

qualificação, maior a produtividade e, conseqüentemente, maior o potencial de financiamento); e, b) a existência de mecanismos estáveis por meio dos quais o regime de produção assegure recursos para financiar as políticas sociais (MARTÍNEZ FRANZONI; SÁNCHEZ-ANCOCHEA, 2013).

As análises centradas em regimes ou tipos têm sido uma importante ferramenta de compreensão dos componentes políticos do desenvolvimento do estado de bem-estar. A questão que emerge imediatamente desse debate é a articulação entre o contexto econômico, político e social em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Se os processos de industrialização e urbanização compõem o *locus* onde se politiza e se processa a criação das demandas sociais, então é possível tratar os modelos de proteção social como variável dependente ou, contrário senso, o modelo de produção capitalista como variável independente, quando se buscam evidências de suas implicações mútuas. Essa relação, seguramente, é mediada de forma complexa por variáveis que muitas vezes são autorrelacionadas ou inter-relacionadas.

Nesse sentido, o sistema de produção capitalista (mais ou menos industrializado) com seus agentes econômicos e sociais, pelo financiamento, determina, por um lado, o nível de gastos, cobertura e o tipo de benefício gerados por um sistema de proteção social; por outro, é afetado pela forma que se combina o *mix* de serviços entre o setor público e o privado, bem como pelo uso de recursos financeiros e a geração de empregos. Essa causalidade bidirecional, num primeiro nível, é mediada pela estratificação social; correlação de forças e políticas de alianças. Num segundo nível, a mediação é feita pelas instituições.

A maior parte dos estudos identifica na homogeneidade da classe trabalhadora sua alta capacidade de organização, seu projeto reformista e as possíveis alianças com trabalhadores rurais a variável chave para a emergência de sistemas mais universais de proteção social (FLEURY; MOLINA, 2000). A ausência dessas condições resulta numa arquitetura de fragmentação dos trabalhadores em diferentes categoriais de beneficiários ou sua exclusão das políticas sociais. A capacidade de mobilização dos trabalhadores está mediada pela competitividade eleitoral, que pode resultar em maior ou menor generosidade das políticas de bem-estar.

O estado de bem-estar tem o compromisso formal de dar assistência e suporte para os indivíduos, que, segundo Offe (1984), possuem necessidades e riscos sociais típicos de uma sociedade de mercado, ou seja, uma noção de responsabilidade coletiva acerca de questões sociais e a noção de legitimidade das demandas coletivas feitas pelas associações de trabalhadores. Na medida em que a mobilidade do trabalho no sistema capitalista não é livre,

que o fator trabalho encerra um elevado custo em função dos riscos (desemprego, invalidez, crises, etc.) e de sua capacitação, se afigura lógica a responsabilidade coletiva na diminuição dos custos (diretos e indiretos) e de transação.

Assim, as políticas sociais acabam afetando variáveis econômicas: ao proteger e prevenir contra riscos, elas promovem estabilidade econômica (com a suavização do consumo e a redução da incerteza); economizam capacidade produtiva que, na sua ausência, seria perdida; liberam as empresas dos custos envolvidos em proteção e prevenção; além de contribuir para a valorização de capacidades, que podem ser mobilizadas para o aumento da produtividade, da eficiência econômica e para o crescimento, e o fazem liberando o setor privado dos custos e investimentos envolvidos (KERSTENETZKY, 2012).

Os institucionalistas apontam que os termos e condições dos contratos afetam diretamente a eficiência da alocação de recursos, pois dependem fundamentalmente da definição dos direitos de propriedade e das relações sociais. A desigualdade, por exemplo, pode impedir o desempenho econômico, obstruindo a evolução das estruturas de governança que aumentam a produtividade das empresas, das regiões e das nações, em parte porque as estruturas institucionais de suporte a altos níveis de desigualdade são caros de manter, e porque a desigualdade é um obstáculo para o compartilhamento de valores e confiança, essenciais para as negociações e tomada de decisões cooperativas (MKANDAWIRE, 2001).

A qualidade do capital humano – atributo exógeno ao indivíduo, portanto, construído socialmente – é outra restrição atacada por políticas sociais. Os investimentos diretos e a montagem de arranjos institucionais voltados para qualificação, em certa medida, condicionam a participação dos indivíduos no mercado de trabalho. Mesmo que o protagonismo das ações educacionais por parte do Estado, na América Latina, esteja cambiando para a esfera hegemônica do capital, este não prescinde do Estado como financiador direto e indireto (incentivos fiscais) das ações educacionais.

O deslocamento do papel do Estado para o empresariado na direção de projetos educacionais se apresenta com a justificativa da mudança de base técnica do trabalho – substituição do modelo fordista pelo modelo de acumulação flexível –, gerando, segundo o discurso hegemônico, a necessidade de um novo trabalhador, formado de acordo com o *ethos* da empresa (SANTOS, 2004). Em última análise, seja qual for o discurso dominante, o investimento em capital humano concorre, no nível microeconômico, para uma elevação na produtividade do trabalho e para o acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho.

A formação do capital humano tem sua iniciação no âmbito familiar e doméstico. Escassos serviços públicos destinados à família, em um mercado de trabalho que discrimina

renda pelo gênero, aumentam sobremaneira os custos laborais e econômicos da mercantilização do trabalho feminino (custo de oportunidade). Por outro lado, o espaço familiar é responsável pela oferta futura de trabalhadores. Nesse sentido, as políticas sociais atuam na tentativa de conciliar trabalho e vida familiar, introduzindo a mulher e a família na composição de uma rede comunitária de promoção do capital humano.

Maior generosidade, via de regra, são suportadas por amplas coalizões sociais que transcendem a classe dos trabalhadores e incluem setores do capital e do trabalho. As classes capitalistas têm interesse na produção e reprodução das instituições de bem-estar com o intuito de preservar a eficiência do sistema. Para Hall e Soskice (2001) tomando a perspectiva da empresa, as políticas sociais podem melhorar a operatividade dos mercados laborais de maneira notável e, portanto, deve existir uma complementariedade funcional entre as políticas econômicas e as políticas de bem-estar.

Assumir, por exemplo, que um país com EML tende a gerar arquiteturas de bem-estar do tipo residual-liberal ou que os países de EMC gerem arquiteturas de bem-estar do tipo Social-Democrata (dependendo do tipo de coalizão dominante no governo) é adotar o pressuposto de que as políticas sociais são um elemento funcional e complementar da lógica de constituição de um determinado sistema capitalista. Portanto, a generosidade das políticas de bem-estar deixa de ser vista como um produto da “política contra o mercado” e passa a ser vista como um produto conjunto da política e dos mercados, generosidade apoiada por amplas coalizões sociais – que vão além da classe trabalhadora (LÓPEZ, 2013).

Nesse sentido, um estado de bem-estar conservador e o social-democrata possuem complementariedade altamente correlacionadas com as EMC. Nesses tipos, os sindicatos são fortes, influenciam diretamente na gestão dos benefícios sociais e também exercem um forte poder de veto na defesa dos direitos sociais. Como demonstrado por Schröder (2013), o estado de bem-estar liberal está negativamente correlacionado com sindicatos fortes e centralizados. A uniformidade dos benefícios sociais, em especial o sistema de aposentadorias e de suporte ao desemprego (que atenuam os efeitos das crises econômicas), incentiva o investimento na qualificação profissional dos trabalhadores.

O sistema que produz um mercado de trabalho mais rígido conduz os trabalhadores e empregadores a buscarem contratos de trabalho de longo prazo. Isso, por sua vez, incentiva uma maior racionalidade na busca por qualificação profissional, gerando um equilíbrio relativo de alta qualificação e altos salários (característico das EMC). Além disso, a referida uniformidade concorre para facilitar a coordenação entre as empresas.

Em economias com essas características, o elevado gasto público na área social é suportado por uma alta carga tributária, gerando seletividade em relação à especialização dos ativos e da rentabilidade das empresas. Não há espaço, pelo custo do regime, para a utilização intensiva de mão de obra barata e pouco especializada. Muitas das empresas em EMC operam com estratégias de mercado de produtos e regimes de produção associadas, que requerem uma força de trabalho equipada com um alto nível de habilidades industriais específicas (HALL; SOSKICE, 2001).

Por sua vez, as EML caminham em outro sentido. As complementariedades partem de estados de bem-estar igualmente liberais; os sindicatos perdem importância na estrutura do mercado de trabalho, operando, eventualmente, no nível da empresa; a proteção social é de corte assistencialista, buscando dar alento apenas aos mais necessitados e não permitindo acesso universal aos programas sociais (criando uma distinção entre capacidade pessoal e vontade de trabalhar). Essas orientações aprofundam a característica fluída desse mercado de trabalho. Como parte das pensões da saúde e educação são de provisão privada, o grau de desmercantilização é evidentemente baixo. O Estado, por sua vez, encoraja o mercado tanto passiva – ao garantir apenas o mínimo – quanto ativamente – ao subsidiar esquemas privados de previdência (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Com baixos incentivos para o incremento de habilidades pessoais em setores específicos da economia, nas EML a capacitação dos trabalhadores é generalista. Isso decorre da alta rotatividade no trabalho e do baixo (e atomizado) poder de barganha nos contratos realizados em nível de empresa.

No Brasil, segundo a visão de que o sistema de produção nacional é de natureza hierárquica, o sistema de bem-estar resulta pobre, gerando complementariedades negativas. Grandes grupos empresariais exigem o apoio do Estado, mesmo não tendo necessidade e, assim, recusam-se a apoiar a melhora sistemática do capital humano (SCHNEIDER, 2009; SCHNEIDER; SOSKICE, 2009). Por sua vez, a política de estado inibe a inovação tecnológica e a promoção dos sectores de alta tecnologia. Dessa forma, as complementariedades negativas, no longo prazo, perpetuam as baixas qualificações, a falta de inovação tecnológica e a desigualdade.

As complementariedades institucionais permitem classificar os estados em uma variedade específica de capitalismo, pois as potencialidades das distintas variedades se definem com base nas mesmas. Elas permitem entender o modo com que as mudanças institucionais podem afetar diferentes ordens de práticas sociais.

Uma vez estabelecidas as premissas teóricas das hipóteses elencadas nesta pesquisa, é preciso construir um desenho metodológico capaz de confirmá-las ou não e de fazer frente aos objetivos propostos. Esse desenho será desenvolvido no próximo capítulo, em conjunto com a definição das variáveis utilizadas e suas respectivas fontes.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

Esta seção está dividida em duas partes. A primeira descreve as técnicas matemáticas e estatísticas eleitas para a análise e a estratégia de encadeamento das mesmas. Na segunda, são apresentadas as variáveis selecionadas com suas justificativas e as fontes de dados utilizadas.

4.1 ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

As técnicas utilizadas foram a Análise Fatorial (AF), Cluster e uma regressão denominada Análise de Dados em Painel (ADP). Todas estão ligadas sequencialmente e seus resultados intrinsecamente conectados. É, de fato, uma cadeia de análise onde, em cada parte, os resultados obtidos dependem da análise antecedente.

Nesse desenho, a AF tem como principal objetivo permitir que se conheça a configuração tipológica dos sistemas de proteção social e de produção capitalista que se desenvolveram nas diferentes unidades federativas brasileiras. Assim, a AF é o primeiro elo dessa cadeia, já que dela derivam as dimensões a partir da qual se procede a análise de Cluster. Essa última, por sua vez, permite a classificação dos estados segundo o comportamento de uma série de variáveis que, neste caso, são os fatores ou dimensões identificadas na AF. Na sequência, estes mesmos fatores se transformaram nas variáveis utilizadas na regressão de dados em painel, que tem a função de medir o quanto os tipos de regimes encontrados (RB e VoC) estão relacionados. Ou seja, demonstrar de maneira empírica que a determinados modelos de produção capitalista correspondem arranjos específicos em matéria de proteção social.

Um dos objetivos da pesquisa foi conhecer as tipologias dos sistemas de proteção social e de produção capitalista que se desenvolveram nos estados brasileiros a partir da redemocratização do País e, em particular, após as mudanças implantadas pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1998). Para isso, buscou-se revelar, por meio de dados quantitativos, as configurações desses sistemas. Para esse fim, foram eleitos 41 indicadores coletados em dois períodos distintos – em torno de 2001 e em torno de 2014 –, representando os aspectos chaves desses regimes. Mais importante que a magnitude dos indicadores é o padrão complexo de relações que se estabelecem entre os mesmos e como se organizam de maneira subjacente aos dados.

Nesse sentido, foi necessário implementar uma AF dupla, com o intuito de descobrir as dimensões que conformam estas variáveis, conseguindo-se, dessa forma, descrever as tipologias. Os agrupamentos de estados por tipo foram obtidos com auxílio da análise de Cluster.

Entre as técnicas de análise multivariada, a fatorial cumpre um papel importante na análise das correlações de um número muito grande de variáveis, definindo os conjuntos destas que são fortemente correlacionadas, conhecidos como fatores. Se existir uma base conceitual para compreender as relações entre as variáveis, então as dimensões (grupos de variáveis altamente correlacionadas representam dimensões dentro dos dados) podem realmente ter significado para aquilo que elas coletivamente representam (HAIR et al., 2009). Nesse sentido, a análise fatorial se presta para encontrar grupos homogêneos de indicadores a partir de um conjunto numeroso de variáveis.

Os grupos homogêneos são produtos da correlação entre as variáveis, objetivando encontrar um número mínimo de dimensões capazes de explicar o máximo de informações contidas nos dados. Essa opção é especialmente eficaz nos casos que, a partir de um número elevado de variáveis, se deseja reduzir a complexidade dos dados mediante a identificação de um número relativamente pequeno de fatores. Segundo Bezerra e Francisco (2007), os fatores observados pela análise fatorial poderão ser utilizados para diversas finalidades como, por exemplo: redução do número de variáveis a serem consideradas em uma pesquisa; sumarização de dados, permitindo a escolha de uma ou mais variáveis significativas para ser objeto de avaliação e acompanhamento; eliminação das correlações existentes entre as variáveis observadas para utilização de técnicas estatísticas que pressupõem a não existência de correlação. No presente desenho metodológico, a análise fatorial prévia à análise de Cluster busca reduzir o risco de incluir nesta, variáveis altamente correlacionadas, evitando a redundância de informação e solucionando o problema de trabalhar com variáveis medidas em diferentes unidades métricas.

Considerando que não se conhece, de antemão, a relação de dependência entre as variáveis, e que não existe certeza de que as mesmas possuem uma estrutura de relacionamento e possam ser interpretadas de forma coerente, faz-se a opção pela Análise Fatorial Exploratória, utilizando a Análise dos Componentes Principais (ACP) como método de extração dos fatores. A ACP é uma técnica matemática da análise multivariada, que possibilita investigações com um grande número de dados disponíveis. Permite também a busca por combinações lineares entre as variáveis, de forma que o máximo de variância seja explicado por essa combinação. Na sequência, retira-se a variância já explicada no passo

anterior e busca-se uma nova combinação linear entre as variáveis, que explique a maior quantidade de variância restante, e assim por diante. O resultado são fatores não correlacionados entre si.

Basta, então, construir os índices relativos por unidade federativa e depois agrupá-los em conjuntos homogêneos que apresentam índices semelhantes. Uma vez que esses índices resultam da soma dos valores das variáveis multiplicadas por esses respectivos pesos ou cargas fatoriais, é necessário reduzi-las a uma unidade comum, adimensional. Como não se pode somar anos de estudo com o Índice de Gini, por exemplo, cumpre normalizar as variáveis, reduzindo-as a um mesmo padrão. A normalização das variáveis é feita subtraindo-se o valor de cada variável de sua média aritmética e dividindo-se pelo desvio padrão da amostra. A nova variável normalizada é expressa pela seguinte fórmula:

$$Z_1 = \frac{X_1 - \bar{X}}{\tau}$$

sendo X_i um dado valor da variável, $\bar{X}$ a média aritmética, e τ o desvio padrão da amostra.

A matriz das variáveis normalizadas é expressa por:

$$Z_{ij} = \frac{X_{ij} - \bar{X}}{\tau_j}$$

sendo $i = (1, \dots, n)$ é o número de variáveis de 1 a n e $j = (1, \dots, m)$ é o número de estados de 1 a m .

Dispondo-se da matriz de dados normalizados e das cargas fatoriais que constituem o peso das variáveis, a próxima etapa é computar os indicadores de cada estado. Esses indicadores se denominam escores fatoriais e podem ser calculados pela seguinte expressão:

$$F_j^I = \sum_{i=1}^n b_i \cdot Z_{ij}$$

sendo F_j^I o escore fatorial relativo ao Fator 1 e b_i as cargas fatoriais das variáveis.

Assim, é possível construir uma matriz em que cada célula é constituída pelo produto da carga fatorial específica e da respectiva variável padronizada. A soma de cada linha dessa matriz é o escore fatorial do estado j .

A etapa seguinte consiste em hierarquizar e agrupar os escores fatoriais por critérios, tais como o de melhor desempenho e o da dispersão em torno da média aritmética. Pode-se construir, assim, intervalos de classes que variam de baixo a alto potencial de desenvolvimento. A posição ocupada por um estado, nesta classificação, se refere à sua posição relativa dentro da região estudada.

A análise fatorial, por revelar as inter-relações entre as variáveis e a estrutura subjacente dos dados, tem os atributos necessários para se constituir num ponto de partida para outras técnicas multivariadas. Aqui, em especial, é uma etapa prévia adequada para a análise de Cluster e para a ADP.

Dessa forma, ao analisar 27 unidades federativas (26 estados e o Distrito Federal³⁰), a partir de um conjunto de 41 indicadores de proteção social e sistema de produção para os anos em torno de 2001 e 2014, as matrizes assumem a seguinte forma:

VoC:

X_1 a matriz 27 x 20 para os anos em torno de 2001;

X_2 a matriz 27 x 20 para os anos em torno de 2014;

RB:

X_1 a matriz 27 x 21 para os anos em torno de 2001;

X_2 a matriz 27 x 21 para os anos em torno de 2014;

Agregando-se as observações referentes aos dois períodos, definem-se por duas matrizes 54 x 20 e 54 x 21:

$$X_i = \begin{bmatrix} X_1 \\ X_2 \end{bmatrix}$$

Segundo Shikida (1997), essa forma de agrupar duas (ou mais) observações permite captar diferenças e proceder comparações intertemporais, uma vez que os fatores não seriam exatamente os mesmos. Portanto, é possível revelar a dinâmica da interação entre

³⁰ O Distrito Federal será tratado como Estado, utilizando-se apenas indicadores dessa dimensão de sua competência.

proteção social e sistema de produção. Cria-se, deste modo, uma forma de apreensão da “velocidade” da evolução protetiva e produtiva nos estados brasileiros no período de análise.

O passo seguinte, por meio da análise de conglomerado ou Cluster, busca construir grupos (de estados) com alto grau de homogeneidade interna (within-Cluster) e alta heterogeneidade externa (between-Cluster). Ou seja, a partir das dimensões identificadas na AF, que marcam os sistemas de proteção social e de produção capitalista, é possível classificar as 27 unidades federativas conforme a homogeneidade dessas mesmas dimensões. Dessa forma, se a classificação for bem-sucedida, os estados dentro do grupo estarão próximos quando distribuídos geometricamente, enquanto que os diferentes grupos formados estarão distantes uns dos outros.

Essa análise difere da fatorial por dois motivos: a) a análise fatorial agrega variáveis e faz agrupamentos com base em padrões de variação (correlação) nos dados; e, b) a análise de Cluster agrega objetos e faz agregados baseados na distância entre eles.

Como o número total de grupos representa um número pequeno de observações (total de 27), optou-se pelo procedimento hierárquico de agrupamento, utilizando-se o método aglomerativo. Esse procedimento permite que se parta da pressuposição inicial de que o número de observações é igual ao número de agrupamento. Na sequência, usando medidas de similaridade, combinaram-se os dois agrupamentos mais parecidos, repetindo-se o processo até que se forme o número de grupos desejados pelo investigador.

Mais especificamente, o método aglomerativo escolhido é o Método de Ward, já que ele minimiza a soma interna de quadrados no conjunto completo de agrupamentos separados. Esse procedimento tende a combinar agrupamentos com um pequeno número de observações, pois a soma de quadrados é diretamente relacionada com o número de observações envolvidas (HAIR et al., 2009). Para esse método, a medida de distância adequada é a Distância Euclidiana Quadrada (ou absoluta), já que ela representa a soma dos quadrados das diferenças sem calcular a raiz quadrada.

Por fim, o presente encadeamento metodológico se encerra com a estimação do grau de relação existente entre ambos os tipos de regimes, ou seja, a relação existente entre os regimes de bem-estar e de capitalismo, identificados e agrupados na etapa anterior, dos estados brasileiros. Além da técnica de ADP, foi utilizada a técnica do Coeficiente de Correlação de Spearman (CCP). Para a técnica de dados em painel, foram testadas as estimações por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para dados em painel (*pooled OLS*), com efeito aleatório e efeito fixo, além dos testes de robustez para a escolha do melhor modelo.

Aqui é necessário lembrar que, ao estimar um modelo onde o regime de bem-estar é a variável dependente (ou explicativa) e a variedade de capitalismo é a variável independente, não se está esquecendo de que a política social e a estrutura social interatuam de forma recursiva e com bidirecionalidade. Como lembram Adelantado *et al.* (1998), o leque de inter-relações entre a política social e a estrutura social conduz à ideia de uma sucessão de influências bidirecionais com diversos tempos. A recursividade diz respeito a uma ação da estrutura social sobre ela mesma, por meio da política social. Ou seja, as variáveis dependentes se sucedem com a dependente. A opção de testar apenas a relação causal unidirecional entre os regimes serve aos propósitos da tese na medida em que, por si só, já é o suficiente para confirmar ou infirmar as hipóteses elencadas e atingir os objetivos propostos.

Os modelos de regressão com dados em painel são também chamados de dados combinados, por agregar uma combinação de séries temporais e de observações em corte transversal multiplicadas por T períodos de tempo. Em síntese, a ADP tem uma dimensão espacial e outra temporal. Nesse caso, há muito mais informações para estudar o fenômeno e ainda se adicionam mais graus de liberdade. Pode-se destacar que a ADP, em relação ao uso específico do corte transversal ou das séries temporais, tem as seguintes vantagens: aumento do tamanho da amostra; captação dos efeitos do tempo nos dados, acomodação da heterogeneidade, produção de mais informações, mais variabilidade, menos colinearidade, mais graus de liberdade e mais eficiência (BALTAGI, 2001; GUJARATI, 2006; HSIAO, 2003).

Contudo, no modelo da ADP pode ocorrer problemas relacionados ao viés de seleção, isto é, erros resultantes da seleção dos dados que não formem uma amostra aleatória. Dessa forma, os erros podem ser considerados como efeitos não observados.

Para a modelagem dos efeitos não observados existem duas possibilidades: os efeitos fixos e os efeitos aleatórios. No modelo de efeitos fixos considera-se que o intercepto específico de cada indivíduo pode estar correlacionado com um ou mais regressor. Quanto ao modelo de efeitos aleatórios, pressupõe-se que o intercepto (aleatório) de uma unidade individual não está correlacionado com as variáveis explicativas.

É importante destacar que, assumindo-se a suposição de que o efeito não observado seja aleatório, isso não significa dizer que o efeito aleatório seria a melhor estimação a ser adotada. Nesse caso, ao considerar que as variáveis não são correlacionadas, o método de efeitos aleatórios é o mais apropriado. Por outro lado, se os efeitos não observados estão correlacionados com alguma variável explicativa, a estimação por efeitos fixos seria a mais

apropriada. Para a seleção do método, serão realizados os testes de *Breusch-Pagan e Hausman*, entre os testes de efeitos fixos e aleatórios, além de outros testes (heterocedsticidade) para a validação da escolha do melhor modelo.

No presente trabalho, a análise dos fatores determinantes do sistema de proteção social dos estados foi feita com base no modelo estimado na forma empilhada, representado pela seguinte equação:

$$PS_{it} = \alpha + \beta_1 FatorVoC1_{it} + \beta_2 FatorVoC2_{it} + \beta_3 FatorVoC3_{it} + \dots + \beta_K FatorVoCK_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

- PS_{it} = representa a variável dependente Proteção Social do estado i no período t;
- α = representa o parâmetro do intercepto;
- β_n = são os parâmetros a serem estimados;
- $FatorVoCn_{it}$ = são as variáveis explicativas de variedade de capitalismo (VoC) do estado i no período t; e
- ε_{it} = representa o termo de erro.

Como já afirmado, a premissa da pesquisa que sustenta esse modelo de regressão é a de que a variedade dos sistemas de proteção social entre os estados se deve à existência de diferentes modelos de produção capitalista. Dessa forma, essa técnica permitirá relacionar os sistemas de proteção social nos 27 entes federados, tomando como parâmetro a variabilidade dos modelos de capitalismo de cada um. Assim, se pretende identificar a existência de uma correlação significativa entre as variedades de capitalismo e sistemas de proteção social.

Desse quadro geral, foram extraídos subgrupos de estados onde coincidem os regimes de bem-estar e variedade de capitalismo. Entretanto, para estabelecer relações entre os regimes dos estados coincidentes, devido ao tamanho reduzido dessas amostras, a técnica utilizada foi o Coeficiente de Correlação de Spearman (CCP). Este coeficiente é bastante utilizado para variáveis mensuradas em nível ordinal, chamado também de Coeficiente de Correlação por Postos de Spearman, designado por “rho” e representado por r_s . Essa técnica se adequa a amostras pequenas (Número de pares < 30) e quando os dados já estão ordenados.

O CCP é uma medida de correlação não-paramétrica que, ao contrário do coeficiente de correlação de Pearson, não requer a suposição de que a relação entre as variáveis seja linear, nem requer que as variáveis sejam medidas em intervalos de classe, e pode, portanto, ser utilizado para as variáveis medidas no nível ordinal. O cálculo do coeficiente foi feito utilizando-se a fórmula a seguir:

$$r_s = 1 - \frac{6 \sum_i d_i^2}{(n^3 - n)}$$

Onde:

r_s = Coeficiente de Correlação de Spearman

d_i = Diferença na posição do ranking de um ano e outro para a matriz i

n = Número de matrizes avaliadas

A significância das correlações foi verificada pela expressão:

$$t = \sqrt{(n - 1)} * r_s$$

A magnitude do CCP – seu módulo – indica a intensidade dessa interdependência, sendo zero quando não há qualquer relação entre X e Y, e se aproxima da unidade (seja +1 ou -1) quanto mais relacionadas X e Y forem. O sinal (positivo ou negativo) revela se elas crescem e diminuem juntas ou se são inversamente relacionadas: quando X cresce, Y diminui ou vice-versa.

O conjunto de técnicas selecionadas e os passos de seus encadeamentos, com o fim de atingir os objetivos da presente tese, podem ser esquematizados da seguinte forma:

1º Passo: **Análise fatorial** – permite construir as tipologias de sistemas de proteção social e de produção capitalista das diferentes unidades federativas;

2º Passo: **Análise de Cluster** – classifica e agrupa os estados segundo o sistema de proteção social e de variedade de capitalismo identificados no passo anterior;

3º Passo: **Análise de dados em painel e coeficiente de correlação de Spearman** – relaciona e indica o quão significativamente os modelos de produção capitalista estão associados com os arranjos específicos em matéria de proteção social, sendo o primeiro uma medida de determinação entre os regimes e o segundo uma medida de intensidade da relação entre as variáveis.

4.2 VARIÁVEIS E FONTES DE DADOS

4.2.1 Indicadores dos sistemas de proteção social

Os indicadores descritos no Quadro 7, adiante, foram utilizados para caracterizar os sistemas de bem-estar nas unidades federativas brasileiras. Eles partem ou foram derivados das variáveis utilizadas nos modelos de Esping-Andersen (1991), Martínez Franzoni (2008), Filgueira (1998), López (2013) e Cecchini et al. (2014). O Agrupamento desses indicadores respeita as principais dimensões tratadas nesses autores e foram separados em quatro blocos. Os indicadores do primeiro bloco estão relacionados ao desempenho ou *performance* do regime de bem-estar. No segundo estão aqueles relacionados com a dimensão de gênero. O terceiro bloco busca refletir a dimensão do esforço das unidades federativas. O quarto bloco congrega variáveis que fazem referência ao papel da família e suas estratégias. Por fim, o quinto e último bloco tangencia a dimensão étnica, inovação da presente tese, que por sua importância neste estudo será justificada em apartado.

4.2.1.1 Dimensão do desempenho do regime

Se o Estado de Bem-Estar é aquele que constrói mecanismos para equilibrar e contrabalancear as ações do mercado, esses indicadores refletem as medidas de proteção social e de distribuição de renda, ou seja, o esforço dos estados. Conseguir captar o impacto das ações subnacionais nos níveis de pobreza e de desigualdade social, incluindo a dimensão de gênero, é fundamental para a caracterização dos sistemas de proteção social.

É abundante na literatura sobre o Estado de Bem-Estar a constatação de uma forte relação entre a característica do regime e a desigualdade entre as classes sociais, assim como o risco de pobreza. Os tipos de regimes de bem-estar exercem papel determinante na redução das diferenças entre as classes sociais (ESPING-ANDERSEN, 1991; FILGUEIRA, 1998; MARTÍNEZ FRANZONI, 2008) e na desigualdade de renda (KORPI; PALME, 1998; SMEEDING, 2005). Além disso, as condições de saúde da população sofrem grandes variações entre os diferentes regimes. As associações entre estado geral de saúde e regimes são explicadas pelo nível de generosidade, desmercantilização e universalismo das prestações sociais em cada regime de bem-estar (EIKEMO et al., 2008; BAMBRA, 2006). Os principais modelos que incluem o Brasil tratam, de alguma forma, o desempenho do regime considerando o papel das políticas de acesso à saúde (universal ou não) e a desigualdade de

renda. Regimes que contam com acesso universal à saúde contam com uma população com estado de saúde melhor do que os regimes de acesso estratificado.

4.2.1.2 Dimensão de Gênero

As políticas de bem-estar exercem influência na desigualdade de renda em função do gênero. A literatura especializada aponta que essas políticas são fundamentais para a autonomia econômica das mulheres, e dizem respeito não somente ao acesso ao mercado de trabalho, mas também à posição que elas ocupam dentro do mesmo, o que, claramente, impacta seus rendimentos. A mercantilização, desmercantilização e a familiarização têm lugar em mundos sociais genericamente construídos, de forma que a constelação de práticas de acesso aos recursos variem segundo a divisão sexual do trabalho que as sustenta (MARTÍNEZ FRANZONI, 2008c).

As políticas de gênero produzem efeitos diretos no mercado de trabalho – pois buscam conciliar a vida laboral com a familiar – e determinantes na maneira como se leva a cabo a incorporação das mulheres no mundo do trabalho, na posição ocupada e na faixa de renda obtida (ORLOFF, 1996; LEWIS, 2002; STIER *et al.* 2001; HUBER; STEPHENS, 2001).

Portanto, a dimensão de gênero, o papel das famílias e as políticas sociais a elas ligadas representam um aspecto central nos sistemas de bem-estar. As políticas sociais têm impacto direto na taxa de participação feminina no mercado de trabalho. As diferenças são proporcionadas pela concepção política sobre a família e como se estrutura o trabalho de cuidados dentro da mesma. A taxa de ocupação feminina é afetada pelas características do núcleo familiar, tal como a presença de filhos e a idade dos mesmos. Nesse sentido, o apoio institucional por meio de serviços de cuidados à infância significa uma aposta dos sistemas de bem-estar para a participação das mulheres no mercado de trabalho (LÓPEZ, 2013).

Outrossim, a participação das mulheres no mercado de trabalho depende do tipo de desenvolvimento e das políticas de proteção que predomine. Isso, por sua vez, afetará as taxas de fecundidade e mortalidade e o capital humano da população. Nos países nórdicos, a incorporação das mulheres ao mundo do trabalho incrementou as taxas de fecundidade, pois estavam acompanhadas de medidas de conciliação da vida familiar e laboral adequadamente repartidas entre homens e mulheres. Na França, para impulsionar a taxa de fecundidade, ampliou-se o apoio fiscal para as famílias, especialmente nos primeiros anos de vida dos filhos.

Portanto, as variáveis de taxa de ocupação feminina por unidade da federação, percentagem de crianças abaixo de 3 anos de idade atendidas por serviços de cuidados

públicos e a diferença salarial de gênero por estado podem revelar o compromisso de cada regime com a participação das mulheres no mercado de trabalho e com a igualdade de gênero.

4.2.1.3 Dimensão do Esforço (generosidade) dos Estados

Condicionantes estruturais tais como a globalização dos mercados, a democratização da política e a exposição aos riscos crescentes da competição econômica e financeira, bem como as mudanças tecnológicas no mundo do trabalho assumem papel central na explicação da emergência dos novos regimes de proteção social, ou seja, na configuração dos perfis dos gastos públicos e dos gastos em proteção social. A expansão dos riscos gerados pela competição econômica (seja por mudança tecnológica ou por abertura dos mercados domésticos) produz novas demandas por proteção social. Estes processos aparecem como essenciais para compreender os nexos que interligam a ação econômica e as políticas de intervenção social dos estados em estudos.

Além das variáveis tradicionais de Gasto Público e Gasto Social – indicadores usuais na caracterização dos sistemas de bem-estar –, foram incorporados indicadores que, por um lado, desagregam os gastos sociais, e, por outro, vinculam esses gastos com os níveis de demanda social reconhecidos. Essa opção é sustentada pela compreensão de que o uso exclusivo dos gastos sociais como indicador essencial dos diferentes tipos de Estado de Bem-Estar não faz sentido se não responde o “como” se gasta. Nesse sentido, o importante é combinar os gastos sociais com outros indicadores que reflitam as necessidades estruturais do sistema ou que estejam relacionados com os direitos sociais (FILGUEIRA, 1998; POCHMANN, 2007; KERSTENETZKY, 2012; ADELANTADO; CALDERÓN, 2005).

Assim, tomar o gasto governamental total com o gasto em proteção social e saúde de forma desagregada e, ainda, adicionar a cobertura das pensões e a população abaixo da linha da pobreza podem auxiliar na comparação entre os regimes estaduais. Além da comparação do esforço de cada ente, os gastos desagregados permitem medir a evolução temporal da generosidade de cada regime.

4.2.1.4 Dimensão do Papel Familiar

A família brasileira vem passando por profundas transformações nas últimas décadas. Houve grande diversificação nas formas de família, de modo que o modelo de homem provedor-mulher cuidadora já não é predominante, muitas famílias passaram a ser

chefiadas por mulheres e o tamanho médio das famílias diminuiu. No entanto, a família continua a ser um dos principais pilares do regime de bem-estar.

Isto posto, a família tem um papel importante no acesso que as pessoas têm a bens e serviços. Ao lado do mercado e do estado, compõe um dos pilares fundamentais na caracterização dos regimes de bem-estar. Ela provê cuidados por meio de trabalho não remunerado (especialmente de mulheres) e podem adquirir diferentes serviços que beneficiem o seu conjunto de membros. As pressões que sofrem as famílias sobre seus recursos financeiros podem ser captadas pelos indicadores de taxa de dependência infantil e de idosos. Essas pressões geram fragmentação familiar e aprofundam a divisão do trabalho entre os que geram renda e os que cuidam das crianças ou idosos.

Para explorar a produção familiar de bem-estar, o indicador de famílias conviventes (estendidas e compostas) foi aqui incorporado. Esse tipo de família, que foi o modelo predominante da sociedade pré-industrial, se mantém, mesmo com o intenso processo de industrialização e urbanização, e acaba por abrigar outros núcleos familiares secundários, como filhos que não conseguiram estabelecer suas próprias famílias, mães adolescentes e idosos sem cobertura da proteção social.

O tipo de família é determinado pelo nível de renda, que por sua vez determina a provisão privada de bens como o acesso a planos de saúde. Dessa forma, para constituir uma família do tipo unipessoal, demanda-se um nível de renda que aqueles que desejam viver podem não possuir. Por outro lado, as famílias com baixa renda ou pobres são do tipo conviventes.

Quadro 7 – Dimensão, indicadores e fonte de dados

continua

Dimensão	Indicadores	Referência	Fonte de Dados
1º. Dimensão do desempenho do regime	1. Coeficiente de Gini.	Martínez Franzoni (2008); Filgueira (1998)	IBGE, MDS (DATASUS – SIM - SINASC) e PNUD
	2. Índice de Desenvolvimento Humano.	Martínez Franzoni (2008)	
	3. Esperança de vida ao nascer por unidade da federação.	López (2013)	
	4. Taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos (por mil) por unidade da federação.	Martínez Franzoni (2008)	
	5. Taxa de mortalidade infantil.	López (2013)	

conclusão			
Dimensão	Indicadores	Referência	Fonte de Dados
2º. Dimensão de Gênero	6. Taxa de ocupação feminina por unidade da federação.	Martínez Franzoni (2008)	IBGE (PNAD), IPEA e INEP
	7. Percentagem de crianças abaixo de 3 anos atendidos por serviços de cuidados públicos.	López (2013)	
	8. Diferença salarial de gênero por estado.	López (2013)	
3º. Dimensão do Esforço (generosidade) dos Estados	9. Gasto governamental total dos estados como percentual do PIB.	Filgueira (1998); Cecchini et al. (2014)	STN, IPEA, IBGE e DATAPREV
	10. Gasto total em proteção social por Estado como percentual do PIB.	Filgueira (1998); Cecchini et al. (2014)	
	11. Gasto público estadual em saúde como percentual do PIB.	Martínez Franzoni (2008)	
	12. Cobertura das pensões (% da população de 65 anos ou mais).	Filgueira (1998); Cecchini et al. (2014)	
	13. População abaixo da linha da pobreza.	Martínez Franzoni (2008); Cecchini et al. (2014)	
4º. Dimensão do Papel Familiar	14. Gasto privado em saúde (% do gasto total dos domicílios)	Cecchini et al. (2014)	IBGE (PNAD) e ANS
	15. Famílias conviventes (estendidas e compostas) (% do total por estado)	Martínez Franzoni (2008); Cecchini et al. (2014)	
	16. Taxa de dependência infantil	Cecchini et al. (2014)	
	17. Taxa de dependência de adultos de 65 anos ou mais	Cecchini et al. (2014)	
5º. Dimensão Étnica	18. Percentual de afrodescendentes por UF	O autor (2016)	IBGE (PNAD) e IPEA
	19. Brecha na taxa de desocupados (negros/brancos)	O autor (2016)	
	20. Brecha na taxa de mortalidade infantil (negros/brancos)	O autor (2016)	
	21. Brecha na proteção social (negros/brancos)	O autor (2016)	

Fonte: O autor (2016)

4.2.2 Indicadores dos modelos de produção capitalista

Os indicadores selecionados e descritos no Quadro 8, adiante, para compor os modelos de capitalismo, foram compiladas com base nas das elaborações de Hall e Soskice (2001), Schneider (2009), López (2013), Boschi e Gaitan (2009) e Bogliaccini e Filgueira (2011). Como são poucos os trabalhos que focam exclusivamente no Brasil, alguns indicadores foram adaptados – denominados de *proxy* da variável original – levando em conta a sua

disponibilidade para os estados e a proximidade com as variáveis originais. Os indicadores utilizados para caracterizar a variabilidade dos modelos de capitalismo foram agrupados em cinco dimensões ou blocos temáticos. Os indicadores do primeiro bloco estão associados com as relações de trabalho. No segundo, estão aqueles relacionados com o sistema educacional e de formação dos trabalhadores. O terceiro bloco busca caracterizar o sistema produtivo. O quarto bloco revela indicadores do sistema financeiro. Por fim, o quinto bloco agrega a dimensão étnica nesse tipo de análise.

4.2.2.1 Relações de Trabalho

O bloco mercado de trabalho procura refletir medidas de aspectos cruciais, como a força da regulação do emprego formal, a alta rotatividade, a economia informal e a articulação do movimento sindical. Concebido na década de 30, o modelo legislado de relações de trabalho conferiu um amplo conjunto de direitos aos indivíduos nas relações laborais, porém não impôs maiores empecilhos ao poder patronal às demissões.

A pulverização da estrutura sindical, a limitação das prerrogativas de negociação das entidades sindicais e a canalização dos conflitos para uma justiça especializada (Justiça do Trabalho) mitigaram as negociações coletivas. Por outro lado, o formato corporativo das entidades patronais ensejava a formação de estruturas com pouca capacidade para a contenção da deserção dos empresários individuais a esforços de colaboração (DELGADO, 2008). Esse quadro indica que, embora a regulação do trabalho seja densa no Brasil, ela não se tornou um impedimento para a permanência de altas taxas de emprego informal e de alta rotatividade no trabalho. De certa forma, esse cenário de debilidade da organização do trabalho minimizou o alcance da regulação trabalhista, favorecendo os empregadores em detrimento dos empregados.

Dentre os muitos e importantes aspectos contidos nas relações trabalhistas, cinco foram eleitos para a análise. O primeiro é um indicador de proteção do emprego e reflete os custos dos empresários em contratar e demitir, ou seja, a maior flexibilidade de contratar e demitir estão relacionados com o maior ou menor grau de proteção do emprego. Dessa forma, quanto mais difícil demitir ou contratar, menor a flexibilidade do mercado de trabalho e mais protegido está o trabalhador.

A falta de estabilidade no emprego será capturada pelos empregos temporários e informais, esse último tenta refletir indiretamente o tamanho da economia informal³¹. Um

³¹ O último levantamento estatístico oficial sobre o setor informal da economia foi realizado pelo IBGE, em 2003. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) desenvolveu um indicador de economia subterrânea para o Brasil, porém, não existem indicadores estaduais.

grande número de trabalhadores informais facilita a rotatividade no trabalho na América Latina. Do ponto de vista empresarial, o “exército de reserva” de trabalhadores informais facilita a rápida reposição da mão de obra (SCHNEIDER; KARCHER, 2010).

A participação ou a densidade sindical está associada ao nível de desemprego, pois, segundo a literatura especializada, um baixo nível de desemprego se explica pela existência de maior corporativismo na relação trabalhador-empresa, e a existência de altos níveis de negociação coletiva (maior cobertura). Como não estão disponíveis dados sobre a cobertura das negociações coletivas por unidade da federação, o indicador escolhido foi a densidade de sindicalização. Outro aspecto relevante é o comprometimento governamental com a intervenção no mercado de trabalho, aqui traduzida pelo nível de gasto público em políticas de emprego.

4.2.2.2 Sistema Educacional e de Formação

Em relação ao mercado de trabalho, sistemas de educação e capacitação laboral, Schneider e Soskice (2009) assinalam que a flexibilidade e segmentação dos mercados de trabalho e a baixa densidade sindical derivada da informalidade nas EMH combinam-se com um sistema educativo generalista e não especializado. Para Delgado (2008), o processo de industrialização por substituição de importações é, de certa forma, responsável por tornar pouco expressiva a exigência de formação da força de trabalho. Segundo ele, o treinamento *on the job* nos momentos de maior estabilidade do mercado de trabalho e/ou por meio de agências semi-públicas, a formação da força de trabalho brasileira, sob o paradigma fordista, limitaram-se ao aprendizado de práticas rotineiras em atividades articuladas a um processo produtivo centrado em tecnologias importadas.

Existe complementaridade entre o sistema educativo e o mercado de trabalho e com o próprio sistema econômico em geral. É esse sistema que oferece respostas às competências e capacidades requeridas pelo sistema produtivo. Não há dúvidas, também, de que o conhecimento leva à inovação e ao progresso tecnológico, o que, por sua vez, impacta o crescimento econômico. Os indicadores 7 e 8 proporcionam indicativos sobre o incentivo à especialização na formação dos trabalhadores e mostram quão generalista é essa formação. É no ensino médio que a formação se bifurca, separando os trabalhadores que adquirem uma certa formação e aqueles que serão relegados. Há poucos esquemas de formação e capacitação para a força de trabalho pobre e os existentes são só parte de programas assistenciais orientados às atividades de baixíssima produtividade (AGUIRRE; LO VUOLO, 2013).

É certo que a fonte de financiamento da formação, se pública ou privada, é importante para a discussão das complementariedades geradas pela educação. Dessa forma,

será analisado o montante do gasto público em educação como porcentagem do PIB de cada estado.

4.2.2.3 Sistema Produtivo

Os diferentes sistemas produtivos apresentam diferentes tendências em estabelecer compromissos entre capital e trabalho e isso resulta em distintas políticas de trabalho, umas mais, outras menos inclusivas. A estabilidade no fornecimento de insumos, a transferência de tecnologia e o modelo de pesquisa e do desenvolvimento são componentes importantes dos arranjos da economia política de cada variedade de capitalismo. Esses elementos ajudam a conferir vantagens comparativas aos diferentes sistemas produtivos, uma vez que as complementariedades institucionais são as bases de construção do tipo e do grau de coordenação das empresas que atuam em um determinado território.

O sistema produtivo é a dimensão fundamental das variações entre os diferentes modelos de capitalismo. Buscou-se, com as variáveis desse bloco, captar o grau de intervenção pública no mercado por meio da “guerra fiscal” (desonerações e incentivos tributários) (variável 10), implementada pelos entes federados. As variáveis 11 a 14 pretendem refletir o grau complexidade da estrutura produtiva dos estados (maior ou menor valor agregado, uso mais ou menos intensivo de mão de obra). Por fim, busca-se captar a intensidade das inovações das empresas instaladas nos estados, o que reflete o compromisso com a geração de tecnologia local ou a transferência, por meio de importação.

Dado que o Brasil é um dos maiores exportadores e produtores mundial de produtos agrícolas, o índice de concentração da propriedade rural é fundamental para discutir a estrutura produtiva das diferentes unidades federadas. A vinculação desse setor com as grandes cadeias internacionais de valor está calcada na competência produtiva nacional. Desde proteínas, passando pelos biocombustíveis e chegando aos alimentos *in natura*, são encontrados no território nacional polos de excelência no cultivo de matérias-primas para estes fins. A estrutura agropecuária é complexa e diversificada. Se, por um lado, existe um setor dinâmico e exportador, por outro, têm-se pequenos produtores sem escala e com foco no mercado interno de alimentos e uma estrutura fundiária altamente concentrada.

4.2.2.3 Sistema Financeiro

O sistema financeiro apresenta importantes diferenças entre os distintos modelos produtivos. As firmas são atores relacionais que buscam maximizar seus interesses mantendo

relações com outros atores (Estado, bancos privados e públicos, mercados de capitais, etc.). É na esfera da governança corporativa onde se resolve tudo que está relacionado com o acesso a financiamentos e investimentos, como taxas de juros e a atratividade das linhas de financiamento para as firmas e para os investidores.

Se as firmas dependem da bolsa para se financiar, como nas EML, suas orientações seguem no sentido de obter ganhos de curto-prazo, com consequente valorização de suas ações. A regulação das atividades empresariais é tolerante às fusões e aquisições. Os investidores são dispersos e dependem da informação disponível a respeito do valor das companhias nos mercados acionários. Já em uma economia do tipo EMC, o financiamento não depende dos retornos correntes e nem da informação de mercado sobre as empresas, haja vista que os investidores extraem suas informações das redes coordenadas de negócios. Destaca-se que o financiamento empresarial no Brasil tem sido uma mescla de reinversão dos lucros, *joint ventures* entre conglomerados nacionais e empresas multinacionais, financiamento estatal e financiamento externo. Já a captação via bancos privados e bolsa de valores não ganharam corpo.

Com as variáveis 15 e 16, pretende-se ir além da dicotomia entre modelos de capitalismo – cuja principal fonte de financiamento é o sistema bancário (próprio de mercados do tipo coordenado) – e aqueles baseados no mercado de valores, que é a forma de financiamento própria dos mercados liberais. Busca-se, com esses indicadores, revelar a dependência do investimento estrangeiro e do crédito público para o financiamento das firmas.

Quadro 8 – Dimensão e indicadores de VoC para a América Latina

continua			
Dimensão	Indicadores	Referência	Fonte de Dados
1º Relações de Trabalho	1. Taxa de rotatividade no trabalho	Proxy de López (2013); Schneider (2009)	MTE (RAIS); IBGE (PNAD); IPEA e STN
	2. Taxa de empregos temporários (% sobre população economicamente ativa por estado)	Proxy de Schneider (2009)	
	3. Taxa de assalariamento por UF	Proxy de López (2013)	
	4. Taxa de emprego informal (% sobre a população ocupada por estado)	Schneider (2009)	
	5. Densidade de Sindicalização (% sobre população economicamente ativa)	Proxy de Schneider (2009)	
	6. Gasto Público em Políticas de Trabalho como % do PIB de cada Estado	López (2013)	

conclusão			
Dimensão	Indicadores	Referência	Fonte de Dados
2º Sistema Educacional e de Formação	7. Número médio de anos de estudo por estado	López (2013) e Proxy de Schneider (2009)	MTE (RAIS); IBGE (PNAD); IPEA; STN e MEC (INEP)
	8. Estudantes em formação pós-média e universitária como porcentagem dos estudantes no ensino médio	López (2013) e Proxy de Schneider (2009)	
	9. Gasto Público em Educação como Porcentagem do PIB estadual	López (2013) e Proxy de Schneider (2009)	
3º Sistema Produtivo	10. Carga tributária bruta por estado como percentual do PIB.	López (2013)	STN; IBGE (PNAD); MDI (SECEX) e HOFFMAN e NEY (2010)
	11. Gasto Público em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	López (2013); Schneider (2009)	
	12. Exportações Complexas (alto valor agregado) como porcentagem do total de exportações	Proxy de Schneider (2009)	
	13. Índice de GINI para a propriedade rural por estado	Proxy de Schneider (2009)	
	14. Número de empregadores para cada 1000 habitantes	López (2013)	
4º Sistema Financeiro	15. Investimento Estrangeiro Direto (IED) por estado como porcentagem dos respectivos PIBs	Proxy de Schneider (2009)	BACEN; IPEADATA; CVM e BNDES
	16. Total de crédito público (BNDES) direcionado como percentual do PIB estadual	Proxy de Boschi e Gaitan (2009)	
5º Étnica	17. Brecha no emprego informal (negros/brancos)	O autor (2016)	IPEA, IBGE (PNAD) e MEC (INEP)
	18. Brecha Rendimento mensal (negros/brancos)	O autor (2016)	
	19. Brecha na frequência em cursos profissionalizantes (negros/brancos)	O autor (2016)	
	20. Brecha na Média anos de estudo (negros/brancos)	O autor (2016)	

Fonte: O autor (2016)

4.2.2.4 Dimensão étnica

A opção metodológica ao incorporar a dimensão étnica foi incluir, na presente análise a condição de bem-estar dos afrodescendentes³² e sua respectiva inserção produtiva, uma vez que essa coletividade compõe parcela significativa (em alguns estados, amplamente majoritária) da população de todos os estados brasileiros. Isso possibilitou realizar comparações com maior poder explicativo das diferenças regionais.

³² Os indígenas e outras minorias com baixa ocorrência em alguns dos estados, em função da falta de informação específica sobre essas populações, não foram incluídos na análise.

4.2.2.4.1 Fundamento teórico da inclusão da dimensão étnica no RB e na VoC

O Estado de Bem-Estar (EB), sucessor do Estado liberal do século XIX, é um arranjo típico do desenvolvimento do estado-nação da Europa Ocidental ao largo do século XX. A sua estrutura central objetivava promover a igualdade de oportunidades e a redistribuição de recursos por meio de políticas sociais, dirigidas à governabilidade e à gestão das tensões contraditórias entre os processos de acumulação, legitimação e reprodução a longo-prazo das sociedades capitalistas (ADELANTADO; MORENO, 2007).

Por conseguinte, o estabelecimento de um Estado de Bem-Estar Latino Americano (EBLA) ocorre nos moldes do que foi realizado nos países europeus. Porém, além de periférica em relação à economia mundial, a região convivia com uma grande diferença nos padrões tecnológicos da indústria e da agricultura. Nesse contexto, as ações estatais centralizadas tinham como objetivo a integração da economia nacional e a consolidação da base legal para o mercado de trabalho. Entretanto, a estrutura social estava cindida por profundas desigualdades de gênero, étnicas e de classe.

Essa complexidade das divisões sociais e como elas incidem sobre a vida das pessoas, em suas necessidades e demandas de bem-estar, têm sido estudadas de forma comparada em todo o mundo. Os modelos analíticos desenvolvidos para essa finalidade tratam basicamente de avaliar diferentes combinações entre as seguintes esferas na produção de bem-estar: família, estado, comunidade e mercado. Essa estrutura analítica foi reproduzida nos principais modelos concebidos para comparar os EBLA. Como pano de fundo desses modelos, ainda que se organizem de formas diversas, está o intercâmbio de direitos sociais por trabalho assalariado. O desenvolvimento do Estado de Bem-Estar (EB) mostra a correspondência entre a intensidade dos direitos e o tipo de assalariamento da força de trabalho, segundo classe, gênero e etnia.

Os pressupostos analíticos, desenvolvidos pelo sociólogo Gösta Esping-Andersen em sua obra *Três regimes de bem-estar*, foram desenhados para países desenvolvidos e homogêneos. A utilização dessa metodologia para classificar os Regimes de Bem-Estar na América Latina (RBLA) sofreu adaptações impulsionadas por uma realidade social assimétrica e hierárquica, fundada na desigualdade e na exclusão social. Das hierarquias, as mais exploradas foram a de classe e gênero, sendo que pouca atenção foi dada à dimensão étnica. Ao que Adelantado et al. (1998) chamam de eixos de desigualdade, a etnia é raramente mencionada nos estudos que propõem uma análise tipológica para a região. Essa “fragilidade” pode ser superada com a inclusão de indicadores das brechas étnicas.

Se analiticamente é possível diferenciar outros eixos como desigualdade de classe, de gênero ou etária – quando se combinam as esferas mercantil, familiar, estatal e comunitária, como a maioria dos estudos faz –, então não se justifica a omissão do eixo étnico nessas construções teóricas.

Apesar de evidente, a importância dada às variáveis étnicas na literatura dos RBLA é claramente marginal. Os indígenas e os afrodescendentes (e seus descendentes) são os mais pobres da região, apresentam os piores indicadores socioeconômicos e contam com um escasso reconhecimento cultural e uma baixa participação cidadã (HOPENHAYN et al., 2006). A combinação desses elementos se reflete diretamente nos desenhos das instituições democráticas desses países. Dessa forma, a hierarquia étnica impulsiona a formação de instituições democráticas pouco responsivas às demandas sociais produzidas por esses coletivos.

De outra forma, as instituições democráticas são frágeis, causando um enorme déficit na efetivação dos direitos sociais. O produto dessa fragilidade é uma desigualdade de renda, uma pobreza estendida e um acesso ao emprego regular etnicamente condicionados. Em face disso, a escassa qualidade das democracias e os elevados níveis de desigualdade são fenômenos interdependentes e se retroalimentam mutuamente, a debilidade dessas democracias (instituições públicas e administrativas) é consequência da institucionalização da desigualdade e, por outro lado, a institucionalização da desigualdade é consequência da debilidade das democracias (ADELANTADO; SCHERER, 2008).

O bem-estar social na AL, ainda que tenha adotado o modelo institucional europeu, não gerou mecanismos de produção de bem-estar como nos países desenvolvidos. Por isso, Gough (1999) lembra que é preciso, quando se estuda a região, ter em consideração as características diferenciadoras e similares com os países industrializados. Dentre essas características estão o grau de dependência de outros estados (fatores internacionais), o nível de industrialização e renda (contexto socioeconômico), a organização política (contexto político), as políticas sociais e o nível de bem-estar. Nenhuma referência é feita à diversidade racial (seja das sociedades de perfil escravocrata ou de numerosa população indígena).

O estudo comparativo pioneiro entre os países da região, feito por Mesa-Lago (1994), propõe uma classificação unidimensional ligada à evolução histórico-temporal na adoção dos programas de políticas de proteção, em especial de pensões, seguro de enfermidades/maternidade e o grau de desenvolvimento alcançado. Critérios de perfil étnico nos diferentes regimes identificados não são mencionados. Essa abordagem privilegiou a

análise da evolução das políticas sociais, contudo pouca atenção deu para a estrutura social e sua clivagem étnica.

Menção também não realizada na tipologia proposta por Filgueira (1998), que está centrada nos padrões regionais segundo volume de serviços sociais públicos, cobertura dos benefícios, condições de acesso e a estratificação dos serviços. Os regimes de universalismo estratificado, dual e excludente, partem de uma interpretação de como as elites locais se relacionavam com a população, podendo predar, cooptar/reprimir ou competir pelo apoio popular. A diversidade étnica da base popular de apoio ou de rejeição aos diferentes tipos propostos também não foi considerada.

Já Martínez Franzoni (2005) inclui os eixos de estratificação socioeconômica e de gênero, relativos a quatro dimensões: acesso ao mercado de trabalho e à renda; participação relativa das famílias; as políticas públicas e o mercado de prestação de serviços-chave para a mobilidade e integração social; desempenho do regime; condições sociodemográficas e socioeconômicas. Essa tipologia avança com mais intensidade nos eixos de gênero, mas não qualifica a dimensão étnica.

Cecchini et al. (2014), em trabalho mais recente, ao realizarem o agrupamento de países pela ótica das brechas de bem-estar, incluem na análise novos eixos de desigualdade como o critério etário e informalidade, porém, não captam os efeitos da heterogeneidade étnica.

Draibe y Riesco (2011), diferentemente dos demais autores, incorporam a diversidade étnica quando discutem os padrões de modernização dos países da AL. Entre outros critérios de composição dos quatro padrões desenvolvidos, os seguintes critérios de diversidade étnica são apresentados: populações indígenas numerosas (México, Peru e alguns países da América Central); populações indígenas pouco significativas (Argentina e Uruguai); populações indígenas medianamente significativas (Costa Rica e Chile); e importação massiva de escravos africanos (Brasil, Cuba e outros países do Caribe). Entretanto, esse argumento aparece mais para caracterizar o quadro geral de partida dos países e menos como critério determinante na arquitetura moderna dos RBLA.

Pode-se entender que a ausência da dimensão étnica nesses modelos, em parte, poderia ser atribuída à falta de dados necessários para desenvolver análises quantitativas ou à dificuldade de gerar indicadores aptos a medir e comparar as brechas étnicas entre países. Por outro lado, pode também expressar um problema de fundo teórico.

Na América Latina, a população afrodescendente padece de visibilidade estatística. A comparabilidade entre os países que recolhem dados desses coletivos é ainda problemática,

pois os censos diluem-nos em distintos grupos ou segmentos. Hopenhayn et al. (2006) mostram que, no Brasil, Costa Rica e Honduras, existe uma única pergunta sobre origem. No Brasil, o entrevistado se autoidentifica por cor ou raça; na Costa Rica pela “cultura” à qual pertence; e, em Honduras, por “grupo populacional” (Garífuna e/ou negro inglês).

A despeito dessa dificuldade na obtenção de dados, parece que a ausência da dimensão étnica nos RBLA padece de um adequado alinhamento teórico entre os pressupostos utilizados nos modelos clássicos com a complexa realidade latino-americana. O eixo analítico dos EB, do ponto de vista histórico, foi localizar as necessidades políticas econômicas e sociais do século XIX em três dimensões: a) o desenvolvimento do capitalismo industrial e os padrões de mobilização entre trabalho e capital; b) o desenho ideológico e material do processo de assalariamento (institucionalizando o homem como provedor); e, c) o desenvolvimento do moderno estado-nação, em especial a construção da unidade e identidade nacional. Esta última dimensão foi estabelecida por meio de fronteiras geográficas ao redor de uma imaginada homogeneidade cultural, étnica, linguística ou de dominação. Para Williams (1997), esses processos não somente formaram as bases específicas, histórica e cultural dos emergentes EB, mas se entrelaçaram complexamente de diferentes maneiras e com diferentes consequências na organização estrutural e mobilização pelos direitos sociais.

Como já mencionado, alguns pressupostos utilizados na elaboração original de Esping-Andersen se assentam em realidade distinta da latino-americana. O autor relacionou a produção de bem-estar a amplos processos políticos e econômicos, sustentando que surgiram, nas economias capitalistas avançadas, no pós-guerra, três diferentes regimes de bem-estar, denominados de liberal, conservador e social democrata. Os traços que os diferenciam são a forma como se tem acesso aos direitos sociais, em especial o grau em que os indivíduos ou famílias podem manter um padrão de vida socialmente aceitáveis, independentemente da participação no mercado (desmercantilização). Na tentativa de transladar e adequar esses tipos para a realidade da AL, o eixo de desigualdade étnica foi sub-representado no rol de indicadores classificatórios.

Os RBLA documentam sistematicamente os efeitos da causalidade entre gênero e classe nas condições de vida da classe trabalhadora, indicando a intensidade de acesso aos benefícios de bem-estar e à segregação do mercado de trabalho com vantagens para os homens. É evidente que as sociedades da região são patriarcais, mas também são etnicamente discriminantes. Essa omissão deixa em aberto a compreensão de como se posicionam, estruturalmente, as minorias étnicas no mercado de trabalho formal e informal, uma vez que aí reside uma importante fonte de discriminação e segregação. Essa conformação pode incluir

desde mão de obra escrava até uma concentração das minorias em postos de trabalho mal remunerados, baixa capacitação e reduzida proteção em termos de seguridade social.

A diversidade étnica opera transversalmente na combinação das esferas de produção de bem-estar e, por isso, não deveria estar ausente dos modelos analíticos construídos para a AL. Estado, mercado, famílias e comunidade, quando tocados por esse eixo de desigualdade, geram diferenciações no grau de cobertura estatal, na estratificação dos benefícios, nas condições de acesso, na informalidade e na dimensão familiar em cada regime.

Se a homogeneidade étnica de um país contribui para manter a identidade, a solidariedade social e pode fortalecer as coalizões políticas de defesa do Estado de Bem-Estar, então, grande parte da baixa intensidade dos estados de bem-estar da região pode ser explicada, em parte, pela heterogeneidade étnica. De certa forma, a América Latina, à semelhança do proposto por Schierup et al. (2006), condensa um delicado dilema centrado na “racialização” das relações sociais. Os países que tiveram uma homogeneidade racial ou bem tiveram uma escassa imigração apresentaram uma construção mais fácil do Estado de Bem-Estar (ARTILES; MEADRI, 2012).

Como discutido, pende sobre os RBLA uma chave analítica que seja capaz de indicar o quanto uma política social e os mercados reduzem a dependência individual, em função da origem étnica, do acesso desigual a recursos econômicos e sociais. De outra forma, em que grau os estados de bem-estar permitem o acesso igual aos recursos econômicos e sociais – como direito social –, independentemente do grupo étnico ao qual o cidadão pertença. A utilização acrítica da matriz teórica desenvolvida para países com alta homogeneidade, seguramente, está na base dessa omissão.

4.2.2.4.2 Algumas características da segmentação e hierarquia étnica no Brasil

No Brasil, o trabalho escravo deixa de existir ao longo do século 19. De forma gradual, o trabalho livre se estabelece e traz com ele um forte viés excludente. Para Theodoro (2008), a Lei de Terras³³ (1850) e a Lei da Abolição (1888), combinadas com o forte estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a mão de obra negra assumiu a condição de força de

³³ A Lei de Terras colocava fim ao reconhecimento da posse e consagrava a compra e a herança como as únicas formas de acesso à terra. Dessa forma, ao impedir o acesso à terra aos trabalhadores pobres, ex-escravos e seus descendentes, criava as condições de permanência do trabalhador nas fazendas, afastando-os da participação nos setores dinâmicos da economia.

trabalho excedente. Nessa condição, os negros, em sua maioria, sobreviviam prestando serviços ocasionais ou produzindo para subsistência.

Concomitantemente ao processo do fim da escravidão, se aprofunda um discurso fundado na inferioridade biológica dos negros e seus impactos no desenvolvimento nacional. As teorias racistas, então largamente difundidas na sociedade brasileira, e o projeto de branqueamento vigoraram até os anos 30 do século XX, quando foram substituídos pela chamada ideologia da democracia racial (JACCLOUD, 2008).

Nos últimos anos, o mito da “democracia racial” brasileira vem sendo desconstruído e está se consolidando a compreensão de que as desigualdades raciais não são mero subproduto das desigualdades socioeconômicas. A expansão do mercado de trabalho formal, a valorização do salário mínimo, a ampliação da cobertura da previdência social e o estabelecimento de programas de transferência de renda têm ajudado a reduzir as diferenças entre brancos e negros. Porém, o legado escravocrata e racista parece ter criado mecanismos que tornam resilientes as desigualdades raciais.

A perspectiva racial vem sendo incorporada na execução de políticas setoriais³⁴ e nas ações afirmativas para a promoção da igualdade de oportunidades³⁵. Entretanto, ainda que avanços na igualdade racial tenham ocorrido, os negros estão em desvantagem em relação aos brancos na maioria dos indicadores disponíveis para aferição das condições socioeconômicas do povo brasileiro. Às diferenças do ponto de partida de cada grupo racial, soma-se a resiliência do racismo que, como elemento estruturante das relações sociais no Brasil, opera no sentido de amortecer o dinamismo do processo de inclusão social.

Nesse contexto, assumir a dimensão étnica na análise dos regimes bem-estar e da variedade de capitalismo – em especial quando se adota uma abordagem regional – é fundamental para dar visibilidade e compreender os mecanismos de reprodução dessa desigualdade e seus reflexos na produção do bem-estar.

Estudo realizado pelo IPEA (2014) com dados comparativos entre os anos de 2001 e 2012 revela que a renda per capita dos negros é inferior a dos brancos. Essas diferenças são mais acentuadas quando o parâmetro é a renda até ½ e mais de 1,5 salários mínimos. O grau de escolaridade é maior entre os brancos, seguindo a mesma tendência da renda. Com 12 anos

³⁴ Essa perspectiva está na base do Programa Brasil Quilombola e no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

³⁵ Como exemplo, é possível listar as cotas para negros em universidades (inclusive no Programa Universidade para Todos - Prouni) e nos concursos públicos.

ou mais de escolarização, os brancos são mais do que o dobro em relação aos negros, respectivamente 22,2% e 9,4%.

Outro aspecto a destacar é o aumento da proporção de negros desocupados em relação aos brancos. Se em algumas faixas etárias a diferença entre as taxas de desocupação de negros e brancos não sofreu alteração (entre os trabalhadores de 22 a 29 anos, a taxa dos negros permaneceu 31% superior), em outros extratos houve aumento das desigualdades (entre os trabalhadores de 45 a 60 anos, a taxa dos negros passou a ser 21% superior à taxa dos brancos, razão que correspondia a 16% em 2001).

A população negra tem rendimentos menores do que a branca em todas as situações que envolvem rendimentos auferidos via ocupação ou seguridade social, sem incluir os ganhos de capital. Em 2012, o valor obtido pelos negros nunca foi superior a 62,9% do que é pago aos brancos, como é o caso dos que têm rendimentos provenientes de uma única ocupação.

Quando se toma como indicador a cobertura da previdência social, a diferença em desfavor dos negros, entre pessoas de 16 e 64 anos de idade, é de 33,1%. Já para as pessoas maiores de 65 anos, a diferença aumenta para 47,1%.

No mercado de trabalho, a desigualdade no acesso à ocupação e a disparidade nas condições de trabalho são marcantes. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2013), utilizando dados do biênio 2011-2012 das regiões metropolitanas, aponta que o rendimento por hora dos negros é 56,5% do valor recebido pelos não negros. Essa diferença é aprofundada nos setores em que a proporção de não negros supera a de negros e cujos rendimentos médios são mais elevados. Isso ocorre, geralmente, em setores em que a estrutura produtiva é mais diversificada e com uso intensivo de capital, fatores que requerem maiores qualificações dos trabalhadores.

Da mesma forma, quanto maior o grau de instrução formal dos trabalhadores negros, maior a diferença de rendimentos em relação aos trabalhadores brancos. Com nível superior completo, o negro recebe, ocupados na indústria de transformação das regiões metropolitanas, 59,9% do que recebe um trabalhador branco. Em outra mão, no mesmo setor, porém, com ensino fundamental incompleto, o negro recebe 81,5% do que recebe o branco.

O fato relevante nos dados apresentados é a percepção de que as hierarquias sociais precisam ser compreendidas além da categoria classe social. É evidente que diferenças como as de gênero e etnia são geradoras de desigualdades. A origem étnica, no caso brasileiro, é um critério determinante na ocupação da estrutura social. Ela opera como um diferenciador na

criação de vantagens ou desvantagens para o acesso ao mercado de trabalho e ao convívio social.

Então, a ideia de que a forte miscigenação teria criado uma sociedade híbrida, tolerante e democrática, não se sustenta. A clivagem social precisa ser compreendida por diferentes ângulos e a etnia é fundamental para se compreenderem as hierarquias sociais nas diferentes regiões do País. Dessa forma, o próximo capítulo desenvolve, de forma integrada, a metodologia aqui proposta, com a inclusão da dimensão étnica, e discute de que forma esses indicadores se relacionam com o conjunto das outras variáveis selecionadas.

III PARTE
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta parte, as suposições condensadas nas três hipóteses da tese foram contrastadas com os dados da seguinte forma:

- 1) Para verificar se as unidades federativas do Brasil são heterogêneas em suas variedades de capitalismo e em seus regimes de bem-estar (Hipótese 1), foram construídas, por meio da AF, as dimensões subjacentes dos regimes de bem-estar (Cap. V, itens 5.1 a 5.4) e das variedades de capitalismo (Cap. VI, 6.1 a 6.6). A análise de cluster dos regimes (Cap. V e VI, respectivamente itens 5.5 e 6.7) e a construção dos tipos estaduais (Cap. V e VI, respectivamente itens 5.7 e 6.9) complementaram o teste dessa primeira hipótese;
- 2) Uma combinação de análise (estatística e gráfica) foi realizada para testar a existência de complementariedades entre regimes e a existência de proximidade espacial entre os mesmos (Hipótese 2). Tanto os vetores de mudanças na composição temporal dos grupos de estados (Cap. V e VI, respectivamente itens 5.6 e 6.8) como distribuição territorial (Cap. V e VI, respectivamente itens 5.8 e 6.10) foram concebidos para testar essa hipótese; contudo, o Capítulo VII, com maior rigor estatístico, conferiu maior robustez a esse objetivo; e,
- 3) Por fim, a associação entre o percentual de população afrodescendentes e as brechas étnicas nos estados (Hipótese 3) foi verificada de forma transversal a todos os testes realizados nos Capítulos V, VI e VII. Isso quer dizer que as variáveis étnicas, no âmbito de dados de ambos os regimes, foram analisadas em conjunto com os dados gerais. Dessa forma, a maior parte dos itens desenvolvidos nesses três capítulos produziram evidências capazes de contrastar essa hipótese.

CAPÍTULO V

REGIMES DE BEM-ESTAR NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS

Para o sistema de proteção social, a técnica de análise fatorial foi realizada utilizando-se 21 indicadores, tendo como critério de extração do número de fatores os seus autovalores maiores do que 1. O número de fatores extraídos foi 4. O conjunto desses 4 fatores explicam 80,2% da variância total das variáveis originais, ao passo que os fatores de 1 a 4 explicam, respectivamente, 35,7%; 15,9%; 14,3%; e 14,1%.

Tabela 1 – Variância Total Explicada – RB

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	9,627	45,845	45,845	9,627	45,845	45,845	7,504	35,735	35,735
2	3,955	18,833	64,678	3,955	18,833	64,678	3,343	15,920	51,654
3	1,880	8,952	73,630	1,880	8,952	73,630	3,021	14,387	66,041
4	1,388	6,608	80,238	1,388	6,608	80,238	2,981	14,196	80,238
5	,896	4,266	84,503						
6	,707	3,365	87,869						
7	,540	2,572	90,441						
8	,446	2,125	92,565						
9	,368	1,751	94,316						
10	,283	1,349	95,665						
11	,211	1,006	96,671						
12	,165	,787	97,458						
13	,140	,669	98,127						
14	,123	,588	98,715						
15	,077	,365	99,081						
16	,063	,301	99,382						
17	,049	,233	99,614						
18	,031	,148	99,762						
19	,026	,122	99,884						
20	,016	,075	99,959						
21	,009	,041	100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Aqui, utilizou-se a matriz rotacionada para permitir estabelecer correlações entre as variáveis originais e os fatores extraídos. Com isso, a identificação e interpretação da natureza das dimensões fica facilitada. As quatro dimensões subjacentes foram assim nominadas:

1. Desempenho do regime
2. Gênero e Generosidade do sistema
3. Família e Diversidade étnica
4. Esforço Estatal

Tabela 2 – Matriz de componentes rotacionada – RB

	Component			
	1 - Desempenho do regime	2 - Gênero e generosidade do sistema	3 - Família e Diversidade étnica	4 - Esforço Estatal
GINI – Coeficiente de Gini	,745	-,265	-,154	,008
EVN – Esperança de vida ao nascer	-,853	,346	-,157	-,048
TM5 – Taxa de mortalidade infantil (<5 anos)	,914	-,238	,173	,048
TMI – Taxa de mortalidade infantil	,921	-,216	,177	,054
PLP – População abaixo da linha da pobreza	,953	-,056	,158	,078
IDH – Índice de desenvolvimento humano	-,941	,199	-,117	-,097
TOF – Taxa de ocupação feminina	-,704	-,005	-,357	-,097
CA3 – Crianças abaixo de 3 anos atendidas em serviços de cuidados públicos	-,707	,527	-,050	,068
DI – Taxa de dependência infantil	,800	-,494	,172	,205
DA – Taxa de dependência de idosos (>65 anos)	-,391	,814	-,224	-,064
CP – Cobertura das pensões (>60 anos)	-,172	,758	,110	,300
GPs – Gasto privado em Saúde	-,129	,705	-,210	-,143
BSG – Diferença salarial de gênero	-,376	,597	,520	,099
BPS – Brecha na proteção social (negros/brancos)	-,488	,588	,403	-,061
FCONV – Famílias conviventes (estendidas ou compostas)	,051	-,022	,829	,186
AFR – Percentual de afrodescendentes por UF	,347	-,027	,777	,157
BRD – Brecha na taxa de desocupados (negros /brancos)	-,172	,049	-,648	-,198
BMI – Brecha na taxa de mortalidade infantil (negros/brancos)	,577	-,190	,601	,076
GT –Gasto governamental total	,184	-,072	,137	,941
GPS – Gasto em proteção social	,097	,047	,202	,950
GSA – Gasto público em saúde	-,025	,060	,209	,938

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization

Rotation converged in 6 iterations.

5.1 DIMENSÃO 1: DESEMPENHO DO REGIME

Nesse grupo, o de maior peso explicativo, estão 9 das 21 variáveis utilizadas na análise. A variância total explicada por esse fator é de 35,7%. Nessa dimensão aparecem relacionadas positivamente o Coeficiente de Gini, taxa de mortalidade na infância (<5 anos), taxa de mortalidade infantil, população abaixo da linha da pobreza e a taxa de dependência infantil. Por outro lado, relacionam-se negativamente com o resto dos indicadores a esperança de vida ao nascer, índice de desenvolvimento humano, taxa de ocupação feminina e crianças abaixo de 3 anos atendidas em serviços de cuidados públicos.

Martínez Franzoni (2008a; 2008b) já havia mostrado que, para a América Latina, a análise dos regimes de bem-estar devem relacionar o desempenho do regime com a desfamiliarização e mercantilização do trabalho feminino. Lembra a autora que a “participação laboral feminina mais alta se encontra nos países com maiores níveis de pobreza”.

Os dados sugerem diversas possibilidades de interações analíticas. Tomando a mortalidade infantil, a mortalidade na infância e a população abaixo da linha da pobreza como indicadores das condições de vida da população, logo fica claro e óbvio o seu crescimento na medida em que o Gini aumenta. Contrário *sensu*, quanto mais desigual for a distribuição de renda, piores serão as taxas de mortalidade na infância, infantil e maior o contingente de pessoas abaixo da linha da pobreza. Nesse conjunto, ainda aparece a taxa de dependência infantil, que aumenta quando as demais variáveis aumentam, indicando que quanto mais concentrada a renda, maior a quantidade de dependentes até 15 anos de idade. Ou seja, maiores serão os encargos assistenciais para população em idade produtiva e para a sociedade em geral. Esse aspecto foi considerado por Cecchini *et al.* (2014) na construção da tipologia de sistemas de proteção social para a América Latina, mostrando que a maior taxa de dependência infantil está relacionada com escassos empregos formais e baixa remuneração dos trabalhadores.

O IDH, que concentra a esperança de vida, escolaridade e renda, se relaciona negativamente com a concentração de renda e com as condições de vida da população. Esse é um resultado esperado e redundante, pois quanto maior a concentração de renda e seus efeitos nas variáveis de mortalidade e de pobreza, menor é o IDH de uma sociedade.

No mesmo sentido, a taxa de ocupação feminina e as crianças abaixo de 3 anos atendidas em serviços de cuidados público estão negativamente relacionadas com o Gini e com as condições de vida. Dessa forma, na medida em que se aumenta o emprego feminino e os cuidados públicos com crianças de até 3 anos, menores serão a pobreza, a mortalidade e a dependência infantil. É evidente que a mortalidade também está inversamente relacionada

com a esperança de vida ao nascer. Os cuidados públicos para crianças de até 3 anos é uma política com foco no combate à pobreza, pois facilita a inserção laboral das mulheres pobres (MARTÍNEZ FRANZONI, 2008b).

De certa forma, as correlações encontradas confirmam a farta produção teórica que associa as condições materiais (distribuição de renda) de vida com o número de pobres, mortalidade infantil, dependência e mortalidade na infância. Ainda que o emprego feminino e os cuidados públicos a crianças abaixo de 3 anos não estejam inversamente relacionados, parece fazer sentido que a mercantilização da mão de obra feminina esteja inversamente relacionada com a distribuição de renda e as condições de vida (mortalidade, pobreza e dependência).

5.2 DIMENSÃO 2: GÊNERO E GENEROSIDADE DO SISTEMA

Esse fator explica 15,9% da variância total e congrega 5 das 21 variáveis analisadas. Todas as variáveis se relacionam positivamente nessa dimensão. Ela entrelaça a generosidade do sistema de pensões (cobertura das pensões), a taxa de dependência de idosos, o gasto privado em saúde, a diferença salarial de gênero e a brecha de proteção social entre negros e brancos.

A cobertura do sistema de pensões segue o mesmo movimento da taxa de dependência de idosos, ou seja, a cobertura é impactada positivamente na medida em que a taxa de dependência aumenta. O grau de cobertura das pensões é um indicador fundamental nas classificações dos regimes de bem-estar, uma vez que está associado com a estrutura demográfica (maior ou menor taxa de dependência de idosos) e a pobreza (MESA-LAGO, 2004; FILGUEIRA, 1998; CECCHINI *et al.*, 2014).

Como a estrutura etária está relacionada com a mudança demográfica pela qual passa o País, com o aumento do número de idosos, aumenta a pressão sobre os sistemas de proteção, em particular sobre a cobertura das pensões. Percebe-se também que o gasto privado em saúde aumenta na medida em que aumenta o número de idosos. Para Batista *et al.* (2008) o envelhecimento acelera a transição epidemiológica, passando das doenças transmissíveis (nos mais jovens) para as crônicas (nos idosos). Isso, associado a uma precária rede de cuidados e serviços de saúde pública destinados a esse público, pode explicar o aumento do gasto privado em saúde, em especial nos planos privados de saúde.

Outro aspecto-chave, já debatido na literatura especializada, na diferenciação dos regimes de bem-estar reside na forma como as mulheres são incorporadas ao mercado de

trabalho. As políticas que objetivam facilitar a conciliação da vida laboral e familiar acabam por impactar a posição ocupada e a renda auferida por elas. Os regimes de bem-estar são desenhados pelos níveis desiguais da renda e da participação feminina no mercado de trabalho (ESPING-ANDERSEN, 1990; HUBER; STEPHENS, 2001; MARTÍNEZ FRANZONI, 2008a). Porém, quando se adiciona o componente étnico, os dados mostram que quanto maior for a diferença salarial em desfavor das mulheres, maior será a brecha de proteção social em prejuízo dos negros. Araújo e Lombardi (2013), analisando os dados do trabalho informal no Brasil, concluem que as negras ganham menos, quaisquer que sejam suas credenciais de escolaridade ou o segmento do mercado de trabalho em que se insiram, em razão da imbricação de duas discriminações ativas, a de gênero e a de raça. Lembram as autoras que, entre 2001 e 2009, mais mulheres (16,3%) do que homens (2,1%) ocuparam empregos informais, mais desprotegidos e vulneráveis. Dessa forma, um aumento da diferença salarial de gênero aumenta também a brecha na proteção social entre negros e brancos.

5.3 DIMENSÃO 3: FAMÍLIA E DIVERSIDADE ÉTNICA

Essa dimensão explica 14,3% da variância total e contém 4 das 21 variáveis utilizadas. O aspecto relevante é a concentração de indicadores de diferenças étnicas. Além do percentual de afrodescendentes e das famílias conviventes (estendidas + compostas) nas unidades federativas, compõem essa dimensão as brechas na taxa de desocupados e de mortalidade infantil entre negros e brancos.

A brecha na taxa de desocupados é a única variável que, na relação com as demais, tem sinal negativo. Isso indica que quanto maior for o percentual de afrodescendentes, menor a brecha na taxa de desocupados. Dessa forma, em princípio, em uma população com maior concentração de afrodescendentes haverá uma menor diferença entre negros e brancos no que diz respeito à taxa de desocupação.

Por outro lado, o percentual de afrodescendentes se relaciona positivamente com as famílias conviventes, sugerindo que um aumento nessa população provocará uma elevação no número de famílias conviventes. Esse resultado sugere que esse arranjo familiar é mais frequente entre a população que se declara negra. O papel das famílias nos regimes de bem-estar da região foi debatido por Martínez Franzoni (2008a), na medida em que tentava responder a seguinte questão: até que ponto os países esperam que as famílias produzam bens e serviços a partir do trabalho feminino, remunerado ou não? A indagação é construída

pela constatação de que a renda familiar é produzida a partir de uma divisão sexual do trabalho (em maior ou em menor grau) de homens provedores e mulheres cuidadoras. Por consequência, o grau dessa divisão (provedor único ou duplo) pode se combinar com a participação no mercado formal e informal de trabalho para gerar os tipos de regimes de bem-estar (estatal de provedor único, liberal de provedor único e informal de provedor duplo). O que os dados estão mostrando e que é novo nesse debate é a relação predominante de famílias conviventes com o percentual de afrodescendentes. Isso indica um outro nível de segmentação laboral, além do sexual ou de gênero.

A brecha de mortalidade infantil, como seria de se esperar, é maior em regiões de maior concentração de afrodescendentes. Ela está ainda negativamente relacionada com a brecha na taxa de desocupação, revelando que quanto pior essa brecha for, maior a brecha de mortalidade infantil. O número de famílias conviventes e o percentual de afrodescendentes impactam positivamente a brecha de mortalidade infantil. Nesse sentido, quanto maior for esse tipo de arranjo familiar e a população negra, maior a brecha de mortalidade infantil entre negros e brancos.

5.4 DIMENSÃO 4: ESFORÇO ESTATAL

Com 3 das 21 variáveis utilizadas, essa dimensão explica 14,1% da variância total e é a de menor peso entre todas as outras dimensões. Na literatura essas variáveis (gasto governamental total, gasto em proteção social e gasto público em saúde) aparecem, via de regra, relacionadas com indicadores de condição de vida da população, porém, aqui elas estão fortemente inter-relacionadas.

A correlação positiva entre o gasto total e os gastos em saúde e proteção social confirmam que, para os entes federados brasileiros, o nível de generosidade e desmercantilização oriundas das prestações sociais é decorrência direta do volume dos gastos governamentais totais. Na verdade, a forte informalidade no mundo do trabalho e a grande precariedade do emprego, repercutem diretamente no sistema de proteção social brasileiro, seja do ponto de vista da arrecadação, como do gasto.

A cobertura do sistema de seguridade social, o sistema de saúde e as políticas educacionais, juntamente com a extensão dos gastos nessas áreas, são características relevantes para estabelecer uma tipologia dos regimes (HUBER; STEPHENS, 2001; FILGUEIRA, 1998) e revelam a capacidade e o esforço que um estado apresenta para enfrentar as brechas sociais mais diversas.

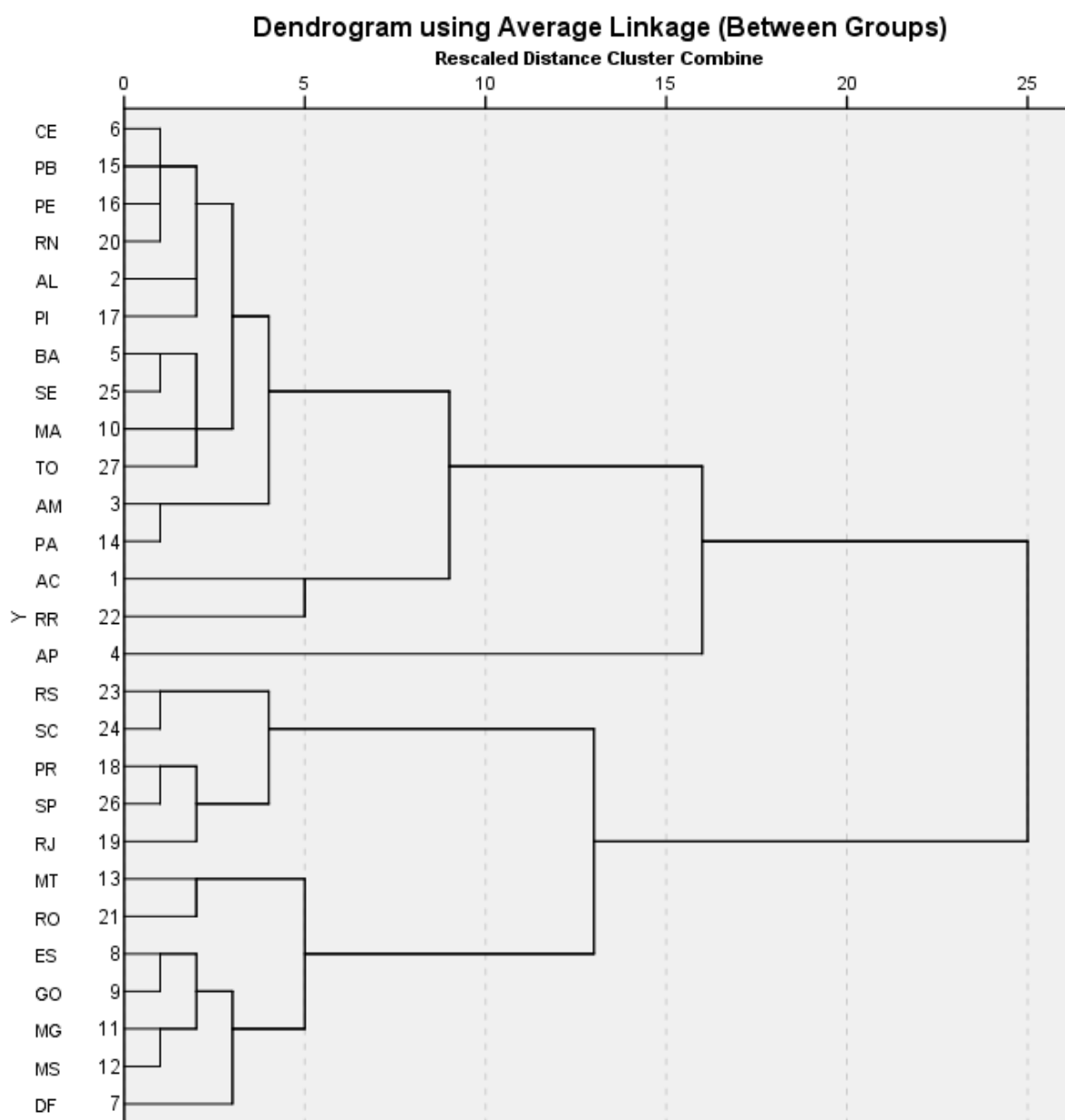
A Constituição de 88 foi um elemento importante na ampliação dos gastos sociais e de saúde, justificando, de certa forma, que a ampliação do gasto público alavancasse também os gastos nessas áreas. Para Draibe (2002), a nova Constituição condensou as seguintes mudanças: a ampliação e extensão dos direitos sociais; a concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção; um certo afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema; a universalização do acesso e a expansão da cobertura; a recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; e um maior comprometimento do Estado com o sistema, projetando um maior grau de provisão estatal pública de bens e serviços sociais.

Já em relação aos gastos em saúde, a Emenda Constitucional no 29, em 13 de setembro de 2000, vinculou os gastos à arrecadação dos entes federados: o Distrito Federal e os estados foram obrigados a aplicar o mínimo de 12% de suas receitas em Saúde. Esse mecanismo teve por objetivo criar um parâmetro legal para indução dos entes federados a destinar recursos para a saúde, reduzir a instabilidade associada aos ciclos econômicos e aplacar a concorrência por recursos por políticas de outra natureza.

5.5 CLUSTER: AGRUPANDO OS DIFERENTES REGIMES DE BEM-ESTAR

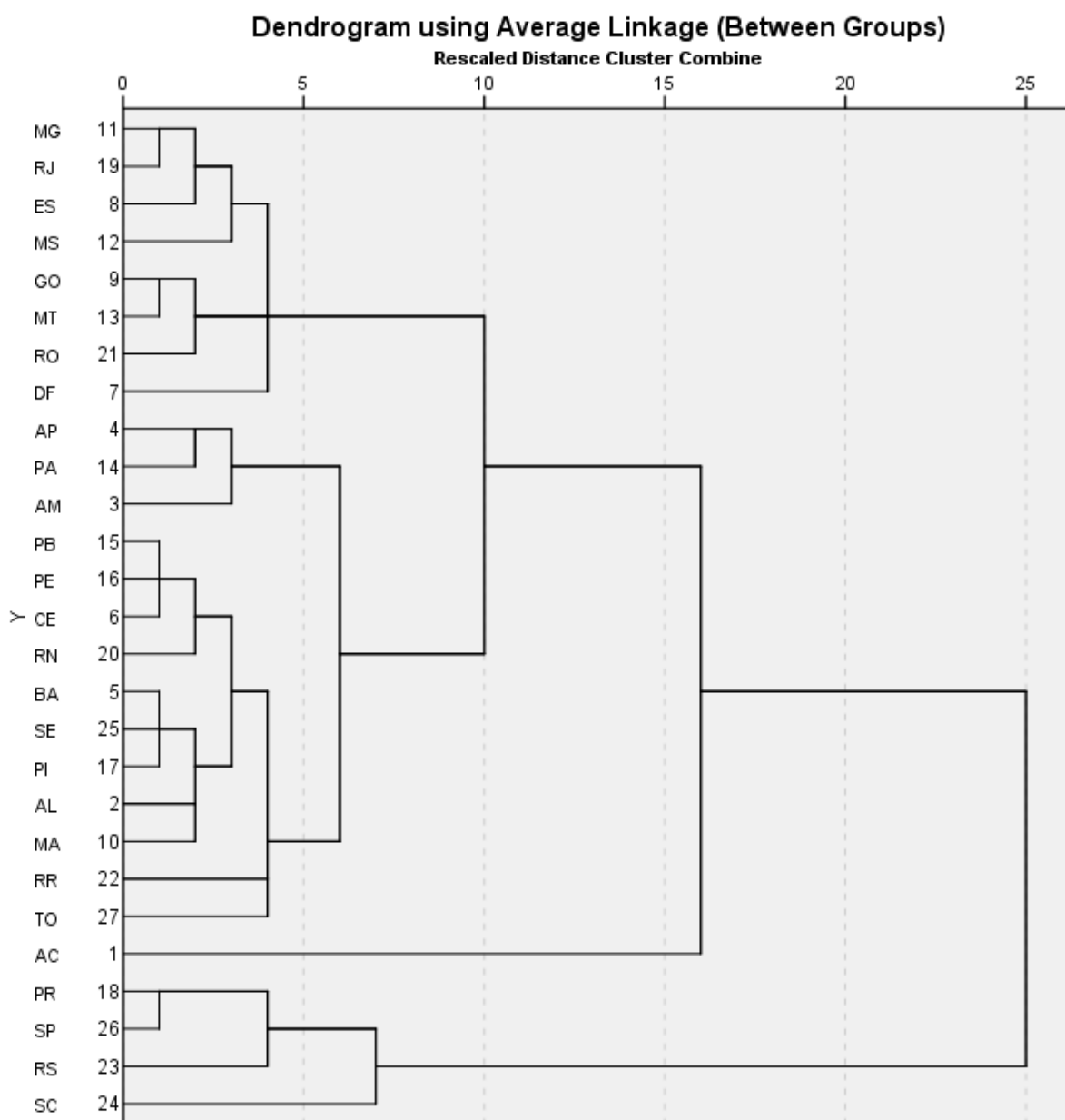
A base utilizada para a classificação na análise de Cluster, para os regimes de bem-estar, foi as pontuações de cada ente federado extraídas da análise fatorial de componentes principais (ACP). Como um dos propósitos dessa investigação é testar a Hipótese 1 – da não homogeneidade do regime de bem-estar brasileiro – limitaram-se a quatro os agrupamentos oriundos das 27 unidades da federação, uma vez que isso facilita sobremaneira o tratamento dos dados e, ao mesmo tempo, valida as diferenças encontradas. Nos dendogramas a seguir, o corte recai em torno de 10 no eixo da distância redimensionada para 2001 e ao redor de 7,5 para 2014.

Figura 2 – Dendrograma RB 2001



Fonte: O autor (2016), com base no programa Stata

Figura 3 – Dendograma RB 2014



Fonte: O autor (2016), com base no programa Stata

O Quadro 9 mostra o agrupamento considerando o conjunto de dados para dois pontos distintos no tempo: em torno 2001 e em torno de 2014. Dessa forma, a comparação entre os agrupamentos permite perceber as variações de suas composições no tempo.

Quadro 9 – Clusters dos regimes de bem-estar.

Cluster	Unidades Federativas em torno de 2001	Unidades Federativas em torno de 2014
1	Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo	Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo
2	Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins	Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins
3	Amapá	Acre
4	Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia	Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio De Janeiro

Fonte: Dados da pesquisa

A comparação entre os grupos demonstra que suas composições foram alteradas, das 27 unidades, 23 mantiveram a mesma posição nos grupos, ou seja, 85% dos estados mantiveram características agregativas semelhantes ao longo do período analisado. A variedade de agrupamentos obtidos reforça a Hipótese 1 de que não é possível tratar o País como um regime único de bem-estar.

5.6 VETORES DE MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO TEMPORAL DOS AGRUPAMENTOS DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

A Tabela 3 permite uma visão mais detalhada da heterogeneidade dos regimes encontrados no território nacional. Nela, são apresentados os valores médios, por grupo e período, de todas as variáveis utilizadas. O grupo 3 não foi incorporado nessa tabela pelo fato de contar com apenas um estado em cada período, impossibilitando, dessa forma, a comparação intertemporal das médias de suas variáveis.

Tabela 3 – Valores médios das variáveis de Proteção Social e suas variações entre 2001 e 2014

Esferas	Indicadores	Grupo 1 - 2001	Grupo 1 - 2014	Δ%	Grupo 2 - 2001	Grupo 2 - 2014	Δ%	Grupo 4 - 2001	Grupo 4 - 2014	Δ%
1. Desempenho do regime	GINI- Coeficiente de Gini	0,548	0,461	-16%	0,589	0,501	-15%	0,564	0,497	-12%
	EVN- Esperança de vida ao nascer	71,4	77,4	8%	67,4	72,2	7%	70,1	75,7	8%
	TM5 – Taxa de mortalidade infantil (<5 anos)	20,4	13,1	-36%	41,72	21,4	-49%	28,5	16,9	-41%
	TMI- Taxa de mortalidade infantil	17,6	10,2	-42%	36,2	18,8	-48%	24,8	13,3	-46%
	PLP- População abaixo da linha da pobreza	22,5	5,8	-74%	56,9	23,3	-59%	26,7	5,7	-79%
	IDH- Índice de desenvolvimento humano	0,670	0,763	14%	0,513	0,670	31%	0,617	0,749	21%
	TEF- Taxa de ocupação feminina	43,3	45,1	4%	33,5	39,7	19%	40,9	43,5	6%
	CA3- Crianças abaixo de 3 anos atendidas em serviços de cuidados públicos	5,3	28,4	436%	2,4	13,1	446%	3,3	19,4	488%
	DI- Taxa de dependência infantil	46,4	34,4	-26%	61,6	44,7	-27%	54,5	37,9	-30%
2. Gênero e Generosidade do sistema	DA – Taxa de dependência de idosos (>65 anos)	13,5	20,4	51%	11,2	15,2	36%	9,7	17,8	84%
	CP- Cobertura das pensões (>65 anos)	71,1	85,1	20%	75,5	81,3	8%	68,7	78,4	14%
	GPs- Gasto privado em Saúde	1,6	1,7	6%	1,2	1,6	33%	1,1	1,6	45%
	BSG – Diferença salarial de gênero	47,8	60,1	26%		66,9	30%	43,2	58,7	36%
	BPS- Brecha na proteção social (negros/brancos)	0,88	0,9	2%	0,89	1,0	12%	0,87	1,0	15%
3. Família e Diversidade étnica	FCONV- Famílias convivente (estendidas ou compostas)	10,3	13,1	27%	17,3	18,9	9%	12,7	13,6	7%
	AFR- Percentual de afrodescendentes por UF	21,8	26,0	19%	70,3	72,1	3%	57,6	57,6	0%
	BRD- Brecha na taxa de desocupados (negros /brancos)	1,5	1,3	-13%	1,1	1,1	0%	1,2	1,4	17%
	BMI- Brecha na taxa de mortalidade infantil (negros/brancos)	0,4	0,1	-75%	3,6	2,0	-44%	1,4	0,7	-50%
4. Esforço Estatal	GT- Gasto governamental total	11,2	22,8	104%	20,7	17,6	-15%	17,5	12,9	-26%
	GPS- Gasto em proteção social	3,9	10,5	169%	8,7	8,1	-7%	1,1	5,6	409%
	GSa- Gasto público em saúde	0,96	3,5	265%	2,1	2,6	24%	1,6	1,3	-19%

Fonte: O autor (2016)

Como era de se esperar, os indicadores dentro de cada esfera variaram, na sua grande maioria, no mesmo sentido. Isso justifica a maior estabilidade nos agrupamentos ao longo do tempo. Entretanto, quando essas variações são individualizadas, é possível identificar os vetores com maior peso nas mudanças temporal na composição dos grupos.

Na esfera de desempenho do regime, a evolução do Coeficiente de Gini, a população abaixo da linha da pobreza e a taxa de ocupação feminina sofreram mudanças capazes de alterar a posição das unidades federativas nos grupos. A distribuição da renda melhorou e a pobreza reduziu no período, independentemente da metodologia e linha de corte utilizada (IPEA, 2015). Essa melhora é reflexo do padrão de desenvolvimento dos últimos anos, em que se combinou uma ampliação das políticas sociais com melhorias estruturais no mercado de trabalho (valorização do salário mínimo e redução do desemprego).

Os estados que tiveram a maior evolução na distribuição de renda foram Goiás, Paraná, Mato Grosso e Pernambuco. Já os que menos reduziram a desigualdade foram Amapá, Distrito Federal, Maranhão e Roraima. Em relação à linha da pobreza, a redução mais acentuada ocorreu nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e Goiás, e menos acentuada no Acre, Amapá, Pará e Amazonas. É de se frisar que a evolução desses indicadores foi mais acentuada nas unidades federativas com maior participação no mercado internacional de *commodities* agrícolas. Contribuíram para essa performance o efeito China (como mercado consumidor) e a alta dos preços das *commodities* no período.

Em relação ao emprego feminino, os estados que experimentaram a maior evolução foram Roraima, Rio Grande do Norte, Amapá e Tocantins. Por outro lado, o menor crescimento teve lugar nos estados de Alagoas, Ceará, Santa Catarina e Minas Gerais. No conjunto das observações das variáveis dessa esfera, percebe-se que o aumento da taxa de ocupação feminina foi maior onde a evolução do Gini e a redução da pobreza foram menores. Ou seja, as unidades com as maiores taxas de emprego feminino, em parte, coincidem com os estados mais pobres e de pior distribuição de renda. Isso parece confirmar parcialmente uma relação entre taxas de participação laboral feminina e pobreza encontrados por Martínez Franzoni (2008b) para a América Latina. Por óbvio, o crescimento no atendimento público às crianças abaixo de 3 anos possibilitou essa evolução.

A esfera de gênero e generosidade do sistema apresenta três variáveis com maior potencial de deslocamento da composição dos grupos: cobertura das pensões, gasto privado em saúde e diferença salarial de gênero. A cobertura das pensões no Brasil apresentou uma

certa estabilidade (excluindo-se os benefícios assistenciais) no período, porém, regionalmente, as variações foram significativas. Os estados com maior ampliação dessa cobertura foram Mato Grosso, Rondônia, Rio Grande do Sul e Roraima. Já os com pior desempenho foram Amapá, Paraíba, Ceará e Amazonas. Nesse período, a boa situação do mercado de trabalho e a incorporação de novas categorias que não eram plenamente contributivas contribuíram para acelerar a cobertura previdenciária em geral e, em particular, dos idosos.

Esse avanço foi potencializado por outros benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante às pessoas pobres, de 65 anos de idade ou mais, um salário mínimo mensal. O desafio é sustentar a ampliação dessa cobertura, uma vez que quase 30% da população ocupada e mais da metade dos autoempregados³⁶, cerca de 12,7 milhões de trabalhadores, não a possuem (PNAD, 2013). Além disso, como já mencionado, os dados revelam um aumento da pressão demográfica traduzida pelo aumento da dependência de idosos.

O gasto privado em saúde – que é uma estratégia familiar de sobrevivência – variou positivamente e com maior intensidade nos estados do Amazonas, Alagoas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Diferentemente das outras variáveis, o gasto privado em saúde decresceu nos estados de Roraima, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Paraíba. A criação de empregos formais, a melhora no poder aquisitivo, o envelhecimento da população e as limitações de acesso e qualidade dos serviços públicos de saúde ajudaram a impulsionar esse mercado. Em alguns estados, a estagnação da renda, em especial a partir de 2011, provocou uma pequena redução no número de beneficiários dos planos privados de saúde. O peso dos gastos privados em saúde supera os gastos públicos, em que pese o País ter adotado um sistema universal de saúde. O gasto total em saúde representa cerca de 9% do PIB, entretanto, apenas 47% correspondem à despesa pública (ANS, s/d). De cada R\$ 100 investidos em saúde, R\$ 53 são desembolsados pelas famílias.

Mesmo a diferença salarial de gênero tendo variado pouco em termos absolutos, as maiores variações regionais foram nos estados do Amapá, Maranhão, Rondônia e Pará. As menores oscilações ocorreram em Roraima, Rio de Janeiro, Paraíba e Alagoas. As diferenças entre homens e mulheres, brancos e negros, mantiveram-se estáveis em todo o período analisado, indicando que a trajetória recente de melhora qualitativa das relações de

³⁶ Fazem parte dos autoempregados as seguintes categorias de posição de ocupação da Pnad: por conta própria, empregadores e trabalhadores domésticos diaristas (31% dos domésticos em 2013).

trabalho não foi capaz de alterar o cenário estrutural de desigualdades de gênero e étnicas. Combinando a elevação da participação feminina no mercado de trabalho com a manutenção das desigualdades de renda, percebe-se um comportamento típico dos regimes liberais, nos quais as mulheres trabalhadoras tendem a se concentrar no setor de serviços, onde predominam os menores salários e maior precariedade dos postos de trabalho.

Na esfera da família e diversidade étnica, as variáveis de famílias conviventes, brecha étnica na taxa de desocupados e brecha étnica na taxa de mortalidade infantil possibilitaram alguma mobilidade entre os agrupamentos dos estados. O aumento das famílias conviventes foi mais acentuado nos estados de São Paulo, Rondônia, Goiás e Roraima. Ainda que com evolução positiva, os estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Pará tiveram a menor expansão. O arranjo familiar responde a uma estratégia de obtenção de recursos ao lado das políticas públicas e, principalmente, do mercado (POLANYI, 2000; ESPING-ANDERSEN, 2000). Quanto mais agregada a família, maior a dependência econômica de uns membros em relação aos outros, refletindo em acessos também dependentes a serviços sociais e ao consumo privado.

As brechas de desocupados entre negros e brancos têm seus picos de variação positivas nos estados de Goiás, Maranhão, Sergipe e Espírito Santo. As variações negativas mais intensas ocorrem em Amapá, Santa Catarina, Ceará e Distrito Federal. O comportamento conjuntural das taxas de desocupação é indicador da qualidade das relações de trabalho, podendo-se inferir que os homens brancos tendem a ocupar as melhores posições sociais no mundo do trabalho, ao passo que a população negra, sobretudo as mulheres, inserem-se nos setores mais precarizados e são mais atingidas pelo desemprego. As mulheres negras são maioria entre a população desocupada, com mais de 16 anos em 2014, seguidas de homens negros, mulheres brancas e homens brancos (IPEA, 2015).

As diferenças de mortalidade infantil entre negros e brancos sofreram, no conjunto dos estados, uma variação negativa. Os estados do Amapá, Rio Grande do Sul, Tocantins e Distrito Federal tiveram uma piora nessa brecha. Os estados do Rio de Janeiro, Paraíba, Sergipe e Piauí foram os que mais reduziram as diferenças. As principais causas da mortalidade infantil entre crianças negras, segundo o MS (2016), para o ano de 2012, foram: malformações congênitas, prematuridade e infecções perinatais. Grande parte das famílias negras vive em espaços urbanos e/ou rurais, com ausência de informações e acesso a bens e serviços de qualidade (saúde, educação, saneamento básico, etc.), o que as torna mais vulneráveis.

A análise dos gastos públicos (totais, sociais, etc.), comparativamente aos indicadores econômicos como o PIB, tem sido utilizada como medida de expansão do Estado de Bem-Estar. Esses indicadores também estão presentes na caracterização tipológica desenvolvida para o Brasil por Cecchini et al. (2014); Filgueira (1998); e Martínez Franzoni, (2008a). Os dados indicam que os estados que mais aumentaram os gastos totais também são os que maiores gastos sociais possuem, são eles: Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Amazonas. Dos que variaram menos seus gastos totais – Sergipe, Pernambuco, Amapá e Espírito Santo – dois aparecem com a menor variação nos gastos sociais: Sergipe e Amapá. Já em relação aos gastos com saúde, os estados que mais aumentaram seus gastos totais se repetem, com exceção do ingresso nesse grupo do Tocantins. Os que mais reduziram os gastos com saúde foram Pernambuco, Roraima, Sergipe e Rio de Janeiro. Percebe-se que o esforço que as unidades fazem para aumentar o gasto social está diretamente vinculado ao aumento dos gastos totais e a capacidade fiscal de cada ente.

5.7 REGIMES DE BEM-ESTAR NOS ESTADOS BRASILEIROS

As unidades federativas brasileiras apresentam grandes diferenças quanto à capacidade estatal, dos mercados de trabalho, dos mercados de bens e serviços, das famílias e dos grupos étnicos, de possibilitarem um acesso adequado às condições materiais e de efetivação dos direitos sociais (e de cidadania). Compreender o contexto em que se encontra a condição particular de cada ente nessas áreas é fundamental para detectar os pontos fortes e fracos de seus sistemas de proteção social.

Para a classificação aqui proposta, foram utilizadas parcialmente as metodologias empregadas por Cecchini *et al.* (2014) e Martínez Franzoni (2008), adicionada da dimensão étnica explorada na pesquisa. Dos primeiros autores, assumiu-se a ideia do “grau de intensidade” dos sistemas de proteção social. Já da segunda, adotou-se o conceito do grau de dependência familiar e do mercado na produção do bem-estar. Como contribuição original da investigação, atribuiu-se um grau de intensidade na igualdade étnica, denominado de brecha étnica. Dessa forma, considerando a composição final (em torno de 2014) dos agrupamentos, o Quadro 10 mostra as características dos sistemas de proteção dos diferentes grupos de estados.

Quadro 10 – Características dos regimes de proteção social dos estados brasileiros

	Grupo 1- Proteção Social Intensa com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica	Grupo 2- Proteção Social de Moderada Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica	Grupo 3- Proteção Social de Baixa Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica	Grupo 4- Proteção Social de Forte Intensidade com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica.
Grupos de Estados	Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo	Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins	Acre	Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio De Janeiro
1.Desempenho do regime	Máxima distribuição de renda e desenvolvimento humano. Máxima mercantilização do trabalho feminino.	Média distribuição de renda e desenvolvimento humano. Baixa mercantilização do trabalho feminino.	Mínima distribuição de renda e desenvolvimento humano. Mínima mercantilização do trabalho feminino.	Alta distribuição de renda e desenvolvimento humano. Alta mercantilização do trabalho feminino.
2. Gênero e Generosidade do sistema	Máxima cobertura das pensões. Máxima mercantilização da proteção social.	Média cobertura das pensões. Alta mercantilização da proteção social.	Mínima cobertura das pensões. Mínima mercantilização da proteção social.	Baixa cobertura das pensões. Alta mercantilização da proteção social.
3. Família e Diversidade étnica	Mínima dependência familiar na produção de bem-estar. Máxima brecha étnica.	Média dependência familiar na produção de bem-estar. Mínima brecha étnica.	Máxima dependência familiar na produção de bem-estar. Mínima brecha étnica.	Mínima dependência familiar na produção de bem-estar. Alta brecha étnica.
4. Esforço Estatal	Alto gasto público em proteção social	Médio gasto público em proteção social	Máximo gasto público em proteção social	Baixo gasto público em proteção social

Fonte: O autor (2016)

Os tipos de sistemas de proteção social propostos na pesquisa se alinham, parcialmente, com as elaborações propostas por Cecchini *et al.* (2014) e Franzoni (2008). O grau de intensidade da proteção social e o caráter familiar ou produtivista são combinados para tentar caracterizar o contexto de cada grupo de estados. Esse contexto é resultado de um processo particular de composição do seu mercado de trabalho, dos gastos públicos em áreas sociais, da estrutura etária da dependência, do papel da família e do mercado no provimento de bem-estar, entre outros aspectos relevantes da proteção social. De outra forma, a

intensidade (ou brecha) de proteção social põe em relevo aspectos da transição demográfica e da capacidade das unidades federativas de proporcionar acesso a bens e serviços às suas populações. A estratégia de acesso privado (família ou mercado) a esses bens e serviços revela, entre outras coisas, a maturidade do mercado laboral e as relações desiguais de gênero e étnicas na sua obtenção.

5.7.1 Proteção Social Intensa com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica –PSIP (FBE)

Com os melhores indicadores de distribuição de renda e de desenvolvimento humano (Gini = 0,461 e IDH= 0,763), esse modelo também concentra as menores taxas de pobreza, mortalidade infantil e na infância. Com a maior cobertura no atendimento público a crianças abaixo de 3 anos e com a maior taxa de ocupação feminina (45,1%), ele maximiza a mercantilização do trabalho feminino. Conta, ainda, com a menor taxa de dependência infantil e a maior de dependência de idosos, sendo a taxa de dependência combinada (infantil e idosos) a menor (54,8%) entre todos os grupos.

Isso indica que as unidades federativas que compõem esse grupo têm uma capacidade maior, por meio do mercado de trabalho, de sustentar seus membros. Por outro lado, indica que existe um menor percentual de pessoas que não podem se sustentar e necessitam de proteção pública. Com melhor distribuição de renda, menor número de dependentes e máxima cobertura das pensões, esse grupo é o que maximiza a mercantilização da proteção social. É nele que se encontra o maior nível de gasto privado em saúde.

Do ponto de vista étnico, esse é o tipo que apresenta a maior brecha em termos de proteção social (0,9). A mais elevada brecha de mortalidade infantil, em desfavor dos brancos, se combina com uma elevada brecha na taxa de desocupação e com o menor percentual de população afrodescendente (26%). Nesse contexto, também se encontra menor taxa de famílias conviventes, indicador da mínima dependência familiar para acessar bens e serviços. Por fim, esse grupo atinge os segundos maiores gastos governamentais, de proteção social e saúde. Dessa forma, é o segundo colocado no esforço público e na generosidade do sistema de proteção social.

5.7.2 Proteção Social de Forte Intensidade com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica – PSFIP(FBE)

Trata-se de um modelo também fortemente estruturado na estratégia de mercado. A distribuição de renda e de desenvolvimento humano (Gini = 0,497 e IDH= 0,749) está

ligeiramente abaixo do modelo anterior. Esses indicadores se refletem também nas taxas de pobreza, mortalidade infantil e na infância, e na esperança de vida ao nascer, que estão na segunda melhor posição entre todos os grupos. Apesar de sensivelmente inferior ao modelo precedente, a cobertura no atendimento público a crianças abaixo de 3 anos e a taxa de ocupação feminina (43,5%) apontam para uma forte mercantilização do trabalho feminino. A taxa de dependência combinada (infantil e idosos) é a segunda menor (55,7%), mostrando que tem uma boa capacidade, por meio do mercado de trabalho, de reduzir a proteção pública aos dependentes.

As brechas étnicas nesse tipo, apesar de contarem com uma população majoritária de afrodescendentes (57,6%), são elevadas. A única exceção é a ausência de brecha em termos de proteção social, indicando que brancos e negros usufruem da mesma cobertura. Por outro lado, a brecha na taxa de desocupação é máxima (1,4). Quando se olha para as diferenças de gênero, esse modelo apresenta a segunda melhor taxa de ocupação feminina, mas, ao mesmo tempo, possui a maior diferença de rendimentos entre homens e mulheres. A taxa de famílias conviventes é a segunda menor, revelando também uma pequena dependência familiar para acessar bens e serviços.

Por fim, esse grupo possui os menores gastos governamentais, gastos em proteção social e gastos em saúde entre todos os modelos, revelando um menor esforço público e uma menor generosidade do sistema de proteção.

5.7.3 Proteção Social de Moderada Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica – PSMIF (MBE)

O modelo de moderada intensidade divide entre a família e o mercado a estratégia de acesso ao consumo básico de bens e serviços. A distribuição de renda e de desenvolvimento humano (Gini = 0,501 e IDH= 0,670) estão ligeiramente abaixo do modelo anterior e acima do modelo de baixa intensidade de proteção social. As taxas de pobreza, mortalidade infantil e na infância, e a esperança de vida ao nascer, apesar de elevadas, são ligeiramente melhores que o grupo de baixa intensidade. A cobertura no atendimento público a crianças abaixo de 3 anos e a taxa de ocupação feminina (39,7%) indicam uma das menores taxas de mercantilização do trabalho feminino. A taxa de dependência combinada (infantil e idosos) é a segunda maior (59,9%), mostrando a segunda maior necessidade em proteção pública aos dependentes.

Com uma população majoritária de afrodescendentes (72,1%), as brechas étnicas são baixas. A brecha de proteção social indica que brancos e negros usufruem da mesma cobertura, e a brecha na taxa de desocupação é mínima (1,1). As diferenças de gênero nesse modelo contrapõem a segunda pior taxa de ocupação feminina, com a menor diferença de rendimentos entre homens e mulheres. A taxa de famílias conviventes é a segunda maior, revelando uma maior dependência familiar para acessar bens e serviços.

Por fim, esse grupo possui os segundos menores gastos totais, gastos em proteção social e gastos em saúde.

5.7.4 Proteção Social de Baixa Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica – PSBIF(MBE)

Com os piores indicadores de distribuição de renda e de desenvolvimento humano (Gini = 0,542 e IDH= 0,663), esse modelo apresenta uma das maiores taxas de pobreza, mortalidade infantil e na infância. Com baixa cobertura no atendimento público a crianças abaixo de 3 anos e com uma das menores taxas de ocupação feminina (38,4%), ele minimiza a mercantilização do trabalho feminino. A taxa de dependência infantil é máxima e de dependência de idosos é pequena, ao passo que a taxa de dependência combinada (infantil e idosos) é a maior (68,5%) entre todos os grupos. Isso indica que a unidade federativa que compõe esse grupo tem uma capacidade menor, por meio do mercado de trabalho, de sustentar seus membros.

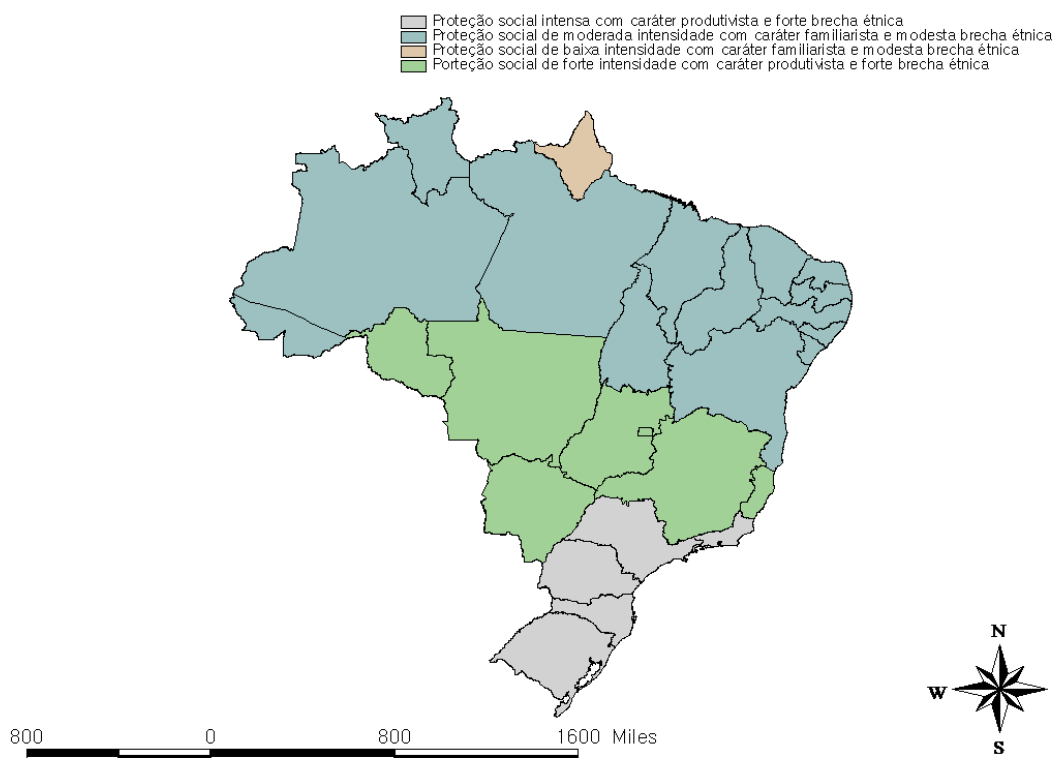
Por outro lado, indica também que existe um maior percentual de pessoas que necessitam proteção pública para acessar um mínimo de consumo de bens e serviços. Com a pior distribuição de renda, maior número de dependentes, esse grupo é o que possui a menor mercantilização da proteção social. É nele que se encontra um dos menores níveis de gasto privado em saúde.

Do ponto de vista étnico, esse tipo, assim como os de forte e moderada intensidade, não apresentam brechas em termos de proteção social de forma pronunciada. A moderada brecha de mortalidade infantil em desfavor dos negros se combina com uma modesta brecha na taxa de desocupação e com um dos maiores percentuais de população afrodescendente (74,7%). Nesse contexto também se encontra uma alta taxa de famílias conviventes, indicador da forte dependência familiar para acessar bens e serviços. Por fim, esse grupo incorre nos maiores gastos governamentais, gastos de proteção social e gastos de saúde. É o modelo com o maior esforço público e de generosidade do sistema de proteção social.

5.8 SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: UMA VISÃO TERRITORIAL

O mapa dos sistemas de proteção tanto em torno de 2001 como em torno de 2014 mostra que existe uma forte contiguidade territorial. Em 2001, a totalidade dos estados nordestinos e parte dos estados do Norte compunham o grupo de PSMIF (MBE). É na região Norte que aparece o estado (AP) com a mais fraca proteção social (PSBIF(MBE)). Já dois estados do Sudeste, MG e ES, mantinham um sistema de proteção semelhante ao sistema predominante nos estados do Centro-Oeste (PSFIP(FBE)). O Sul e parte do Sudeste (SP e RJ) compunham o mais robusto sistema de proteção social (PSIP(FBE)).

Figura 4 – Regimes de Proteção Social em torno de 2001



Fonte: Dados da pesquisa

Uma mirada nos fatores que causaram o deslocamento dos estados, entre 2001 e 2014, para tipos diferentes de regimes de proteção social, pode auxiliar na compreensão dessa nova conformação geográfica. Os estados que mudaram de regime foram AC, AP, RJ, RO. O AC foi um dos estados que menos reduziu a população abaixo da linha da pobreza e que, mesmo melhorando a maioria dos indicadores, não logrou obter a mesma magnitude das variações dos indicadores das outras unidades federativas. Dessa maneira, acabou isolado no

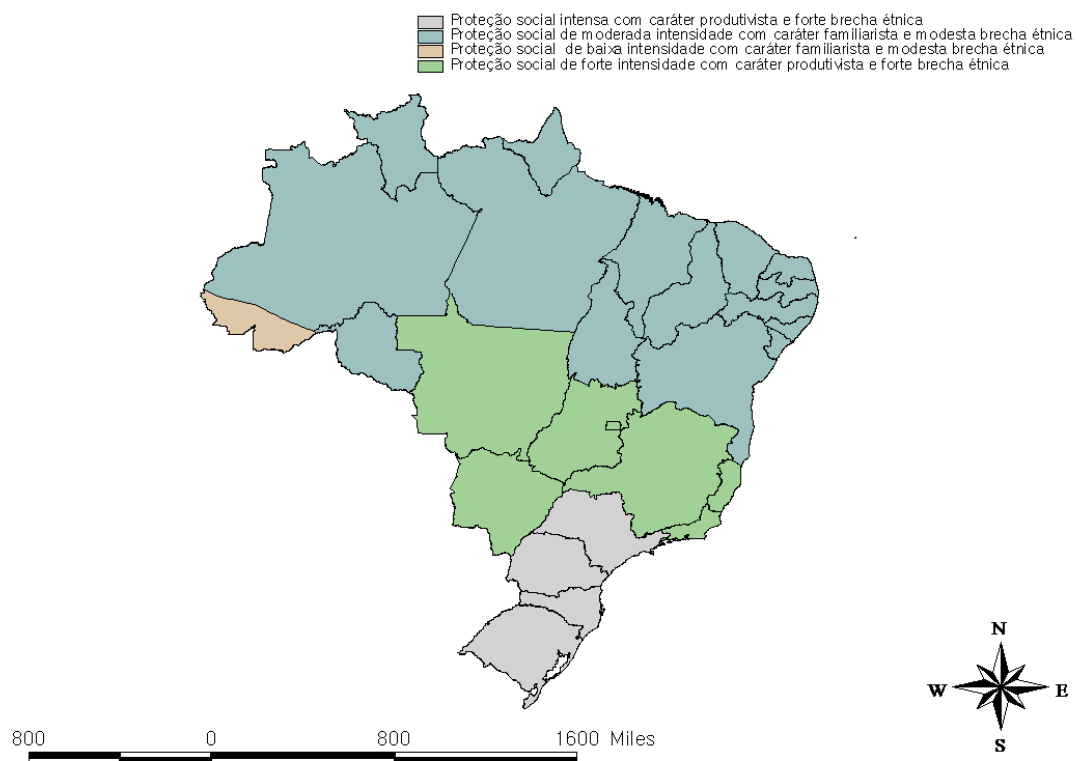
regime PSBIF(MBE). Já o AP, que pertencia ao regime de PSBIF(MBE) em 2001, passou, em 2014, para o grupo do regime PSMIF(MBE). O AP obteve um forte aumento nos gastos privados em saúde combinado com maiores quedas nos gastos públicos totais e sociais. O IDH sofreu um forte aumento, ao mesmo tempo que, ao contrário da maioria dos estados, houve uma diminuição da taxa de dependência de idosos.

No contexto das mudanças de regimes, chama a atenção que o estado do RJ deixa o grupo mais robusto de proteção, do qual fazia parte, em 2001, e passa a compor o grupo de PSFIP(FBE) em 2014. Do grupo original (Sul + São Paulo), o RJ foi o que teve a menor queda no Índice de Gini e na população abaixo da linha da pobreza. O Estado experimentou os menores aumentos na taxa de ocupação feminina, gasto governamental total, gasto social e cobertura previdenciária. Ainda, realizou as maiores reduções nos gastos públicos e privados em saúde.

O mesmo fenômeno ocorreu com RO, no seu respectivo grupo inicial. Os outros estados do grupo experimentaram uma forte evolução positiva dos principais indicadores. Aqui não significa que RO tenha piorado seus indicadores, ocorre que os outros estados do grupo evoluíram com mais homogeneidade e maior dinamismo que ele.

As variações apresentadas nesse conjunto de estados contribuíram para a nova disposição territorial, apresentada na Figura 5. Novamente, é na região Norte (AC) que se encontra o sistema de proteção social mais frágil (PSBIF(MBE)). São Paulo mais a região Sul se consolidam no sistema mais robusto de proteção (PSIP(FBE)). Chama a atenção que o estado do RJ deixa o grupo mais robusto de proteção, do qual fazia parte em 2001, e passa a compor o grupo de PSFIP(FBE).

Figura 5 – Regimes de Proteção Social em torno de 2014



Fonte: Dados da pesquisa

A nova disposição territorial confirma a hipótese de contiguidade ou de proximidade entre os estados com os mesmos regimes de proteção social. As transformações sociais ocorridas no território brasileiro no período analisado parecem também indicar como superada a antiga divisão macrorregional, até então utilizada na composição de políticas públicas. Como mostram os mapas acima (Figuras 4 e 5), existe a necessidade de novos recortes que apreendam melhor a nova configuração do território nacional e as novas formas de articulação sub-regionais que passaram a existir no contexto mudanças recentes ocorridas.

CAPÍTULO VI

SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS

As 20 variáveis de caracterização do regime de produção capitalista foram submetidas à análise fatorial, tendo como critério de extração do número de fatores seus autovalores maiores do que um. O resultado gerou 6 fatores ou dimensões que explicam 73,5% da variância total entre os regimes das 27 Unidades Federativas. Conforme Tabela 4, os valores da variância revelam uma classificação do tipo hierárquica, em que o primeiro fator explica 23,1% da variância total entre os estados. Já o segundo explica 15,5%, valores que decrescem até atingirem 7,4%, no sexto fator (último valor onde o autovalor é superior a 1).

Tabela 4 – Variância Total Explicada

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,883	24,416	24,416	4,883	24,416	24,416	4,638	23,192	23,192
2	3,390	16,948	41,363	3,390	16,948	41,363	3,102	15,511	38,703
3	2,037	10,185	51,548	2,037	10,185	51,548	2,359	11,795	50,499
4	1,675	8,374	59,922	1,675	8,374	59,922	1,561	7,805	58,303
5	1,417	7,083	67,005	1,417	7,083	67,005	1,560	7,800	66,103
6	1,307	6,535	73,540	1,307	6,535	73,540	1,487	7,436	73,540
7	,952	4,758	78,297						
8	,867	4,335	82,632						
9	,672	3,358	85,991						
10	,496	2,479	88,470						
11	,468	2,339	90,809						
12	,371	1,855	92,664						
13	,334	1,672	94,337						
14	,285	1,424	95,761						
15	,261	1,303	97,064						
16	,193	,965	98,029						
17	,146	,728	98,757						
18	,116	,579	99,336						
19	,100	,498	99,835						
20	,033	,165	100,000						

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Fonte: Dados da pesquisa

Cada fator extraído contém um conjunto de variáveis que são importantes na definição das dimensões e suas representações. As dimensões subjacentes foram assim denominadas:

1. Sistema Educacional e de Formação Profissional
2. Sistema Produtivo
3. Incentivo Público
4. Capacidade Fiscal
5. Relações de trabalho
6. Mercado Externo e Financeiro

A Tabela 5 mostra quais as variáveis originais por componente e a direção de dependência entre elas (positiva ou negativa).

Tabela 5 – Matriz de componentes rotacionados – VoC

continua

	Componentes					
	1 Sistema Educacional e de Formação Profissional	2 Sistema Produtivo	3 Incentivo Público	4 Capacidade Fiscal	5 Relações de trabalho	6 Mercado Externo e Financeiro
AE - Número médio de anos de estudo por estado.	,883	-,172	,135	-,162	-,178	,004
FPM- Estudantes em formação pós-média e universitária como porcentagem dos estudantes no ensino médio.	,876	-,009	,210	-,060	-,151	-,123
BAE - Brecha na Média anos de estudo (negros/brancos)	,844	,229	,204	,129	,124	-,096
IED- Investimento Estrangeiro Direto	,733	,063	-,154	,197	,102	,045
TEI - Taxa de emprego informal	-,676	,585	-,120	,105	,050	-,085
BCP- Brecha na frequência em cursos profissionalizantes (negros/brancos)	,527	,385	,088	-,017	,068	,265
EMP - Número de empregadores para cada 1000 habitantes	,097	-,863	-,208	,014	,165	-,192
TRD - Taxa de Rotatividade no Trabalho	-,079	-,797	-,136	,266	-,050	-,068
TAS - Taxa de assalariamento	,514	,709	,207	-,018	-,209	,017
GINITERRA- Índice de GINI para a propriedade rural por estado	-,132	,664	-,400	,215	,110	-,132
GPPT -Gasto Público em Políticas de Trabalho	,095	-,056	,810	,039	-,005	-,191
BRM- Brecha Rendimento mensal (negros/brancos)	,259	,158	,728	,069	-,026	-,099
GPE- Gasto Público em Educação	-,521	,175	,610	,257	-,044	,205
GP&DP - Gasto em P&D	,107	,116	,566	-,319	,140	,323
CTB -Carga tributária bruta	,081	-,037	,077	,887	-,075	,150

	Componentes						conclusão
	1 Sistema Educativo e de Formação Profissional	2 Sistema Produtivo	3 Incentivo Público	4 Capacidade Fiscal	5 Relações de trabalho	6 Mercado Externo e Financeiro	
DS- Densidade de Sindicalização	,163	-,039	-,024	-,189	,786	-,031	
TET - Taxa de empregos temporários	-,384	,128	,173	,029	,607	,244	
BEI - Brecha no emprego informal (negros/brancos)	,077	,322	,113	-,451	-,602	,099	
Ecomplex- Exportações Complexas	,070	,058	-,066	,242	,059	,837	
CSP- Crédito Público como porcentagem do PIB estadual.	,508	-,083	,113	,297	,082	-,581	

Extraction Method: Principal Component Analysis.
 Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.
 Rotation converged in 7 iterations.

6.1 DIMENSÃO 1: SISTEMA EDUCACIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nesta primeira dimensão, estão agrupadas seis variáveis: número médio de anos de estudo; estudantes em formação pós-média e universitária como porcentagem dos estudantes no ensino médio; brecha na média anos de estudo (negros/brancos); investimento estrangeiro direto; taxa de emprego informal; e a brecha na frequência em cursos profissionalizantes (negros/brancos). No conjunto, elas explicam 23,1% da variância total entre os estados, constituindo-se na dimensão-chave da análise.

Esta dimensão relaciona aspectos do sistema educacional e da formação profissional com o volume de investimento estrangeiro direto e a taxa de emprego informal nos estados. A Tabela 5 mostra que grande parte das variáveis se relaciona entre si positivamente, exceto a taxa de emprego informal, que possui sinal negativo. Sendo assim, quanto maior a taxa de informalidade, menor será a média de anos de estudo, menor o número de estudantes no ensino profissionalizante (universitário e pós-médio), maior a brecha educacional entre brancos e negros e, ainda, menor os investimentos estrangeiros.

A relação entre a taxa de informalidade e os baixos níveis de qualificação já havia sido desenhada por Schneider e Karcher (2010), quando apresentaram os cinco elementos-chave que caracterizam o mercado de trabalho na Economias de Mercado Hierárquicas. Dentre esses elementos estão os baixos níveis de qualificação e as altas taxas de informalidade. A alta taxa de informalidade e a baixa duração do emprego tornam pouco atrativa a capacitação dos trabalhadores (SCHNEIDER; KARCHER, 2010).

Para Schneider e Soskice (2009), existe uma similaridade entre as EML e as EMH no que diz respeito a seus mercados de trabalho e o sistema de educação e capacitação laboral. Dessa forma, a flexibilidade (e segmentação) do mercado de trabalho e a baixa densidade sindical derivados da informalidade nas EMH se combinam com um sistema educativo generalista e não especializado. O ensino médio gera uma bifurcação entre os que adquirem uma certa formação e aqueles que não avançam. Os esquemas de formação e capacitação da força de trabalho pobre são escassos e derivam predominantemente de programas assistenciais com foco em atividades de baixa produtividade.

A relação negativa da taxa de informalidade com as outras variáveis – dessa que é a dimensão que explica a maior variância do modelo – é um indicativo de que a informalidade está fortemente associada à baixa capacidade integradora do sistema educativo (o que gera distribuição desigual do capital social) e à ausência de um robusto sistema de capacitação e treinamento laboral.

O investimento estrangeiro direto e a brecha nos anos de estudo entre negros e brancos se relacionam positivamente com as variáveis de educação e formação profissional, porém, negativamente com a taxa de informalidade. Em sua maioria, os investimentos estrangeiros são realizados por multinacionais com atuação em mercados de alta rentabilidade, intensivas em capital, e vinculados ao mercado de *commodities* internacionais. Essas empresas, de forma hierárquica, administram, além dos investimentos e da maior parte do comércio internacional, também as transferências de tecnologia. Uma vez que as atividades por elas desenvolvidas demandam um maior nível de formação e habilidades específicas, faz sentido que, quanto maior for o investimento estrangeiro direto, maior serão os anos médios de estudo e a formação profissional. Por outro lado, quanto maior a taxa de informalidade, menor será o investimento estrangeiro.

Já a relação entre a brecha na média de anos de estudo e a brecha na frequência de cursos profissionalizantes com a taxa de informalidade revela que um aumento nesta última provoca uma diminuição no valor das primeiras. Segundo a PNAD (2013), os negros são maioria dos ocupados não-formais. Dos trabalhadores negros, entre 16 e 59 anos, 50,7% possuem vínculos de trabalho informal contra 43,1% de informalidade dos trabalhadores brancos³⁷. Decorre disso que, quanto maior a informalidade, menores as chances de os trabalhadores negros aumentarem sua média de anos de estudo ou sua capacitação

³⁷ Os brancos na informalidade são maioria nas categorias de empregadores, autônomos e conta-própria, indicando a importância da atividade comercial para esse grupo.

profissional. De outra forma, a informalidade penaliza mais a educação e capacitação dos negros do que a dos brancos.

6.2 DIMENSÃO 2: SISTEMA PRODUTIVO

Explicando 15,5% da variância total dos estados, esse conjunto de variáveis põem em relevo duas relações importantes: o número de empregadores e a taxa de rotatividade no trabalho estão negativamente relacionados com a taxa de assalariamento e a concentração da propriedade da terra.

A alta rotatividade no trabalho é uma das características, junto com a baixa densidade sindical e alto grau de emprego informal, das relações laborais atomísticas das EMH. A regulação trabalhista, ainda que possa ser densa, é de pouco alcance, uma vez que incide apenas nos empregos formais. A elevada rotatividade resulta em debilidade na organização do trabalho, favorecendo acordos hierárquicos que beneficiam os empregadores. Sendo assim, uma diminuição da rotatividade eleva a taxa de assalariamento, dado que essa última está associada ao aumento de postos de trabalho formais.

As relações formais de trabalho são, no caso brasileiro, mediadas pelo Estado, o que gera baixa interação entre os atores privados e intensa interação destes com os agentes de Estado. Portanto, são muito sensíveis às mudanças de orientação política dos Governos (AGUIRRE; LO VUOLO, 2013). Para Schneider e Karcher (2010), a alta informalidade e a baixa duração do emprego parecem estar associadas com a alta regulação do emprego formal. Isso ocorre porque, nesse cenário, as firmas reclamam a constante intervenção do Estado, que responde incrementando a regulação formal.

Um pouco mais óbvia é a relação do número de empregadores com a taxa de assalariamento, ou seja, o movimento incremental positivo no número de empregadores gera um decréscimo na taxa de assalariamento. Em momentos de crise, em uma economia com grande número de negócios de pequeno porte como a brasileira, os empregadores são afetados, sendo obrigados a trocar sua empresa pelo trabalho autônomo para escapar dos encargos tributários e trabalhistas. O trabalho como autônomo ou por conta-própria é intensificado pelo crescimento do desemprego. Esses deslocamentos têm como consequência a piora da arrecadação pública, a precarização do trabalho e a pressão reducionista dos salários.

Por sua vez, o índice de concentração fundiária (Giniterra) está relacionado negativamente com a taxa de rotatividade e com o número de empregadores. É de se esperar

que, quanto maior a concentração da propriedade da terra, menor o número de empregadores, uma vez que a concentração terra significa também redução do número de contratantes no meio rural. Agora, em função de sua natureza sazonal, a agropecuária impacta expressivamente a rotatividade de trabalhadores. O caráter cíclico das atividades rurais favorece o estabelecimento de vínculos de curta duração, geralmente nos períodos de plantio e colheita.

A questão que emerge entre o tamanho das propriedades e a rotatividade do trabalho é a relação negativa aqui encontrada. Dessa maneira, quanto maior a concentração da terra, menor a taxa de rotatividade. Essa relação é confirmada também em outros setores da economia. Os dados da RAIS-MTE (2013) revelam que a taxa de rotatividade nas grandes empresas (33%) é quase metade da taxa das Micro e Pequenas Empresas (65%). A explicação pode estar ligada à consolidação do modelo do agronegócio brasileiro. A adoção de alta tecnologia (pouco intensiva em mão de obra), mirando a exportação de *commodities* (com demanda inelástica), produziu maior estabilidade nos empregos (agora exigindo maior qualificação) desse setor, reduzindo, portanto, sua rotatividade.

6.3 DIMENSÃO 3: INCENTIVO PÚBLICO

Esta dimensão, que explica aproximadamente 12% da variância total, liga algumas características marcantes da relação entre gasto público em políticas de trabalho, gasto público em educação, gasto em P&D e a brecha rendimento mensal (negros/brancos). Todas essas variáveis têm um aporte positivo, indicando relações de variação no mesmo sentido. O papel que o estado brasileiro joga na tentativa de orientar as ações econômicas é revelado na interdependência dos gastos em políticas de trabalho, formação e inovação. Bizberg (2014) classifica esse tipo de capitalismo como Capitalismo de Estado Orientado Internamente (*State led inward oriented capitalism*).

Na medida em que aumenta o gasto em políticas de trabalho, crescem os gastos em educação e em P&D. O movimento conjunto dessas últimas duas variáveis tem uma explicação relativamente simples, por basicamente duas vertentes: 1) a ausência de ação coordenada entre os atores-chave das relações industriais, combinada com o forte vínculo de multinacionais a grandes grupos econômicos locais, permite um condicionamento do investimento em P&D e da transferência de tecnologia; 2) grande parte dos investimentos em P&D é realizada pelo Estado, por meio das universidades públicas que, por sua vez, são financiadas por recursos que compõem o gasto total em educação.

Nessa lógica, os grupos econômicos não assumem os riscos na área do desenvolvimento científico e tecnológico, gerando efeitos como debilidade no sistema de inovação tecnológica, restrições de competitividade no mercado e a dependência tecnológica externa.

Outro aspecto importante diz respeito ao fato de que o maior montante de gastos em políticas de trabalho está associado ao Seguro-desemprego³⁸, Abono salarial³⁹ e a Qualificação profissional⁴⁰. Nos três programas, o foco está voltado para o setor formal dos trabalhadores, mostrando um aspecto da forte regulação do trabalho formal em detrimento do setor informal. É clara a forte dependência de investimentos públicos na capacitação laboral e na P&D de tecnologias. Essa dimensão revela que, quanto menor a presença das empresas no desenvolvimento tecnológico, maior o papel do Estado. Quanto menor a coordenação privada na qualificação e formação dos trabalhadores, maior os gastos com educação e com políticas de emprego. A regulação é vertical e claramente imposta pelo governo, no papel de mediador dos interesses de grupos econômicos locais e multinacionais.

Os gastos em políticas de trabalho, educação e P&D se relacionam positivamente com a brecha de rendimento mensal entre negros e brancos. Dois argumentos podem ajudar a entender essa causalidade: os negros são maioria na força de trabalho informal e abandonam a educação mais cedo do que os brancos. Dessa forma, o aumento dos gastos públicos nessas áreas pode aprofundar as diferenças salariais entre negros e brancos. Segundo o INEP/MEC (2014), os negros – nos cursos de graduação presenciais e a distância no ensino público – representam 26% do total de alunos matriculados e no ensino privado esse percentual é de 21%.

As políticas de emprego assumem basicamente duas formas: políticas passivas, que visam assistir financeiramente os trabalhadores desempregados ou de baixa remuneração, e políticas ativas, que têm como objetivo exercer uma pressão positiva no lado da demanda por trabalho, isto é, criar mecanismos capazes de gerar trabalho, aumentando o nível de emprego da população economicamente ativa. Se a regulação das relações de trabalho está fortemente vinculada ao mercado formal de trabalho, então é possível esperar que as

³⁸ Assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude da dispensa sem justa causa.

³⁹ Benefício no valor de 1 SM anual assegurado aos empregados que percebem até 2 SMs de remuneração mensal, desde que cadastrados há cinco anos ou mais no PIS/Pasep e que tenham trabalhado pelo menos 30 dias em um emprego formal no ano anterior.

⁴⁰ Oferta de cursos de qualificação profissional para trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego e para microempreendedores.

políticas de trabalho (em maior grau as passivas) e as de qualificação beneficiem mais os trabalhadores brancos, maioria na formalidade.

6.4 DIMENSÃO 4: CAPACIDADE FISCAL

Em que pese essa dimensão conter apenas uma variável – carga tributária bruta por estado – ela é responsável por explicar uma variância de aproximadamente 8% do total. Para uma única variável, esse parece ser um poder explicativo significativo, daí a justificativa de manter essa dimensão figurando isoladamente das outras. O procedimento mais comum, nesses casos, é forçar agregação da variável isolada a outras dimensões, estabelecendo previamente o número máximo de fatores.

Pode-se dizer que essa dimensão atua como indutora do comportamento da atividade empreendedora e das decisões dos gastos públicos. Dessa forma, a carga tributária é elemento central nas estratégias de sobrevivência das firmas e de estruturação do dispêndio governamental.

Os dados até aqui analisados parecem confirmar parcialmente o caráter hierárquico do capitalismo brasileiro, pois o Estado exerce um papel de intermediação central, suprimindo a ausência de ação coletiva dos diferentes atores-chave das relações econômicas (firmas e seus trabalhadores). Sendo assim, a carga de tributos vai atuar como indutor para a formalização das atividades privadas ou para a manutenção do setor informal, e vai determinar a robustez ou debilidade dos gastos como políticas de trabalho e educação (incluindo a P&D), entre outros.

Cada unidade da federação pode instituir e majorar tributos que estejam na órbita de sua competência legal. Vale dizer que a carga tributária não é homogênea, o que atribui a cada ente federado poderes diferentes de regulação das atividades empresariais. Nesse aspecto, subsidiar atividades, proteger mercados selecionados ou criar privilégios no contexto de um modelo de tributação regressiva gera conflitos jurídicos (uma verdadeira “guerra fiscal”) entre as diferentes unidades da federação. Essa guerra é derivada dos sistemas informais de relação entre o poder político e as empresas e, via de regra, visam reduzir os mecanismos de concorrência econômica e estabelecer “vantagens institucionais artificiais” em troca de investimentos e criação de empregos.

Existem autores que atribuem à “desigualdade” e ao “subdesenvolvimento fiscal” as causas da hierarquização das economias latino-americanas (SCHRANK, 2009). Ou seja, a formação de conglomerados, as altas taxas de informalidade e o baixo nível de

escolarização seriam consequências das incapacidades estruturais de ação fiscal redistributiva por parte dos governos. A presente pesquisa adota posição diversa dessa, pois entende que a matéria tributária é mais uma das características diferenciadoras dos tipos de capitalismo. Hall e Soskice (2001) mostraram como os tipos social-democrata e liberal se diferenciam pelo peso dado às tributações de pessoas físicas e jurídicas, sendo a taxa marginal individual maior no primeiro e a taxa marginal corporativa maior no segundo.

6.5 DIMENSÃO 5: RELAÇÕES DE TRABALHO

Essa dimensão agrega 3 das 20 variáveis utilizadas e responde por aproximadamente 8% da variância total. A densidade de sindicalização e a taxa de empregos temporários se relacionam positivamente entre si e negativamente com a brecha no emprego informal (negros/brancos).

Diferentemente da percepção de que um aumento na densidade de sindicalização poderia limitar os contratos temporários, a relação encontrada sugere que o aumento de trabalhadores sindicalizados não é um fator indutor da rigidez nas relações de trabalho e muito menos na ampliação da duração do contrato de trabalho. Talvez, a explicação esteja no poder de representação dos sindicatos que geralmente são pequenos, politizados e carecem de representação em nível de planta (SCHNEIDER; KARTCHER, 2010).

A regulação vertical, imposta pelo governo nas relações de trabalho, é um substituto aos acordos coletivos promovidos por sindicatos fortes e da alta densidade sindical (EMC), bem como à negociação individual entre trabalhadores e empresários (EML). Portanto, o aumento da densidade de sindicalização não logra ser uma força imobilista e contrária à flexibilização das relações de trabalho.

Já a brecha de emprego informal está negativamente relacionada com a densidade de sindicalização e o emprego temporário. Equivale dizer que, quanto maior a densidade sindical e os contratos temporários, menor a brecha de informalidade entre negros e brancos. A informalidade e a baixa duração no emprego se reforçam mutuamente, porém, os dados mostram que, na medida em que os contratos temporários aumentam, a densidade sindical se eleva, e isso afeta positivamente a situação dos negros no mercado de trabalho.

Faz sentido essa conclusão uma vez que o aumento dos contratos temporários é um sintoma da flexibilização das relações de trabalho, permitindo a inclusão formal – ainda que de curta duração – de parte da força de trabalho informal. Se a maior parte dos trabalhadores informais são negros, é de se esperar, dada a interconexão entre o setor formal

e informal, que a expansão de postos de trabalho na modalidade de contratos temporários (via de regra precários) faz com que sejam majoritariamente ocupados por eles.

6.6 DIMENSÃO 6: MERCADO EXTERNO E FINANCEIRO

Duas variáveis compõem essa dimensão e juntas explicam aproximadamente 7,5% da variância total. As exportações complexas (produtos manufaturados) estão negativamente relacionadas com o crédito público (financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES). O financiamento público é menor quanto mais especializado o sistema produtivo. Nesse sentido, quanto mais complexas (maior valor agregado) são as exportações, menor a demanda por financiamento público. A especialização gera vantagens comparativas que permitem às empresas se financiarem diretamente pelo mercado privado de crédito (capitalização em bolsa de valores, holdings de investimento, etc.).

Nos últimos anos, o BNDES foi alçado ao núcleo de uma rede institucional voltada à coordenação das atividades de desenvolvimento, fomentando o setor privado em magnitude e amplitude, sem paralelo em termos de significado, porte e diversidade de linhas de atuação (DINIZ; BOSCHI, 2007). Há claramente, a partir de 2002, uma tentativa de fortalecimento do papel do Estado na oferta de crédito ao mercado nacional, promovendo o aumento da competitividade e integrando ativamente as empresas nacionais ao mercado de consumo internacional.

Schneider (2009) afirma que as empresas multinacionais administram hierarquicamente os investimentos de capital, a transferência de tecnologia e as relações com fornecedores e clientes estrangeiros, manejando, assim, uma parte importante do comércio internacional. De certa forma, essa pode ser uma explicação da baixa necessidade de financiamento público às empresas exportadoras de produtos de alto valor agregado, já que grande parte do comércio é realizado entre filial e matriz ou entre o mesmo grupo econômico.

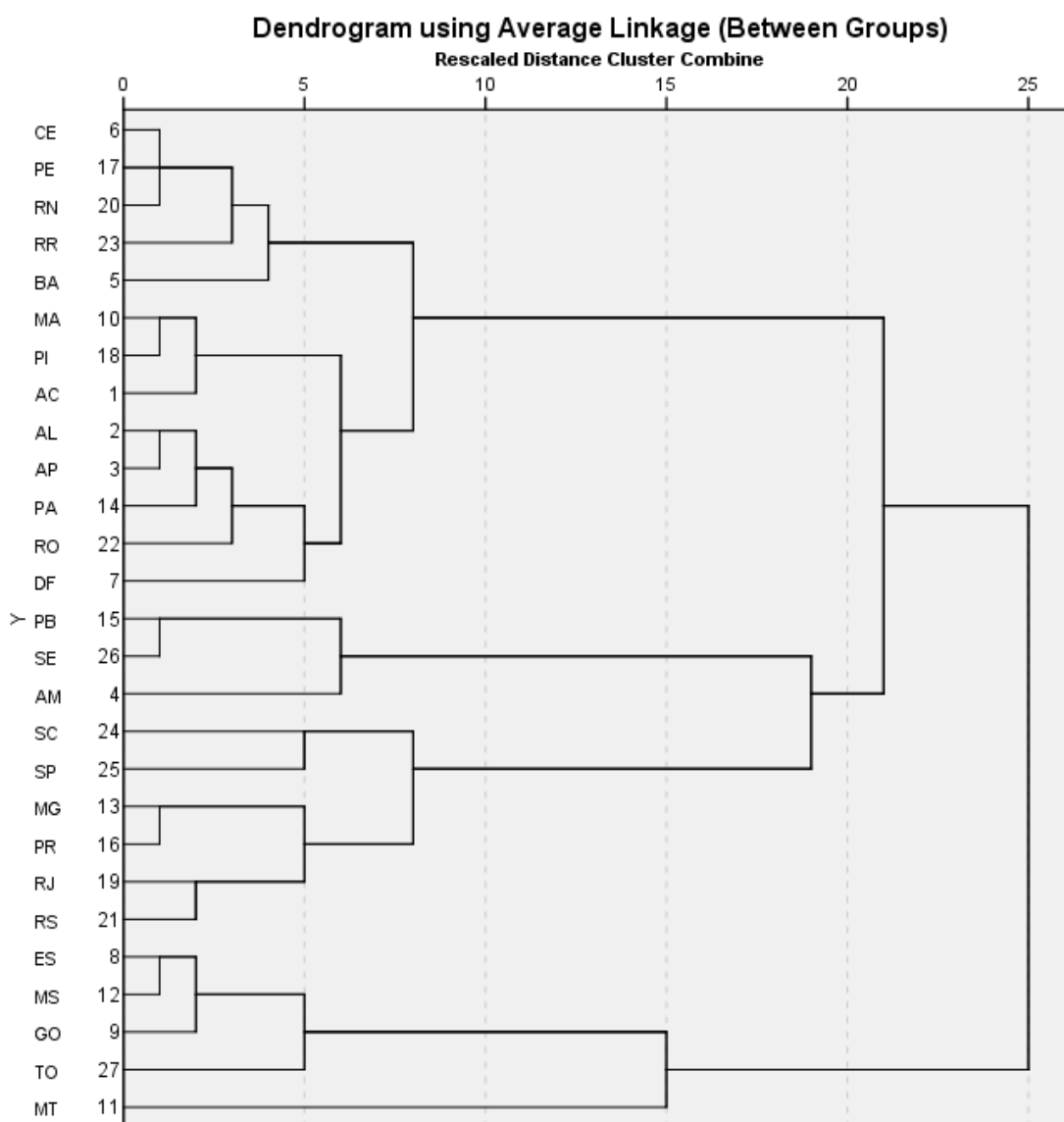
6.7 CLUSTER: AGRUPANDO OS DIFERENTES SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Construídas as relações entre as variáveis componentes de cada dimensão, é possível aprofundar a compreensão das diferenças entre as unidades federativas,

procedendo-se a uma análise de Cluster. Com o mesmo intuito de testar a Hipótese 1, limitou-se a quatro os agrupamentos oriundos das 27 unidades da federação.

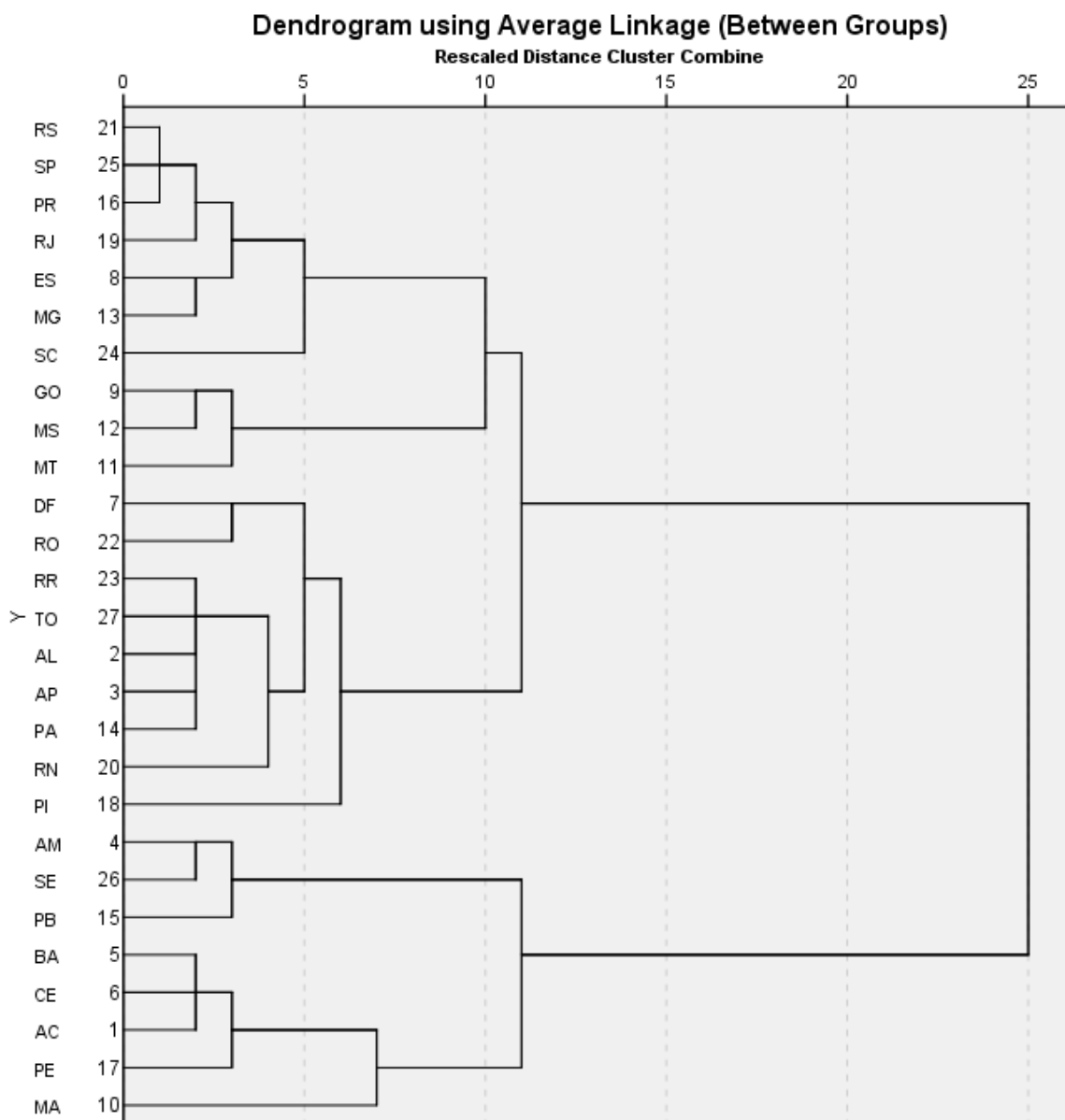
As figuras (dendogramas) a seguir mostram a relação entre os grupos formados e a escala de agregação escolhida para os dois períodos analisados. Para em torno do ano de 2001, o corte ficou próximo de 17 na distância redimensionada, e para em torno de 2014 ficou em torno de 11.

Figura 6 – Dendograma VoC 2001



Fonte: O autor (2016), com base no programa Stata

Figura 7 – Dendrograma VoC 2014



Fonte: O autor (2016), com base no programa Stata

O Quadro 11 mostra o agrupamento considerando o conjunto de dados para dois pontos distintos no tempo: em torno de 2001 e em torno de 2014. Dessa forma, a comparação entre os agrupamentos permite perceber as variações temporais de suas composições.

Quadro 11 – Agrupamento por características homogêneas do sistema de produção.

Cluster	Unidades Federativas Em torno de 2001	Unidades Federativas Em torno de 2014
1	Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima.	Acre, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco.
2	Amazonas, Paraíba, e Sergipe	Amazonas, Paraíba e Sergipe
3	Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins.	Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins.
4	Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo	Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Fonte: Dados da pesquisa

Se comparados temporalmente, os grupos tiveram suas composições alteradas. Das 27 unidades, 15 mantiveram-se no mesmo agrupamento e 12 mudaram de posição. Dessa forma, a estabilidade nos agrupamentos foi da ordem de 55,5%, indicando que algumas unidades sofreram mudanças mais intensas na sua estrutura econômica. Tais mudanças são explicadas, em parte, pelas variáveis com forte crescimento no período analisado.

6.8 VETORES DE MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO TEMPORAL DOS AGRUPAMENTOS DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO.

As mudanças de composição dos grupos podem ser analisadas por meio das diferenças temporais dos indicadores utilizados na pesquisa. Por certo, essa análise é limitada aos câmbios nos agrupamentos e não revela, por si só, as mudanças estruturais ocorridas entre os grupos. A Tabela 6 mostra a média das variáveis por indicador/esfera e as suas variações no tempo.

Tabela 6 – Valores médios das variáveis de VoC e suas variações entre 2001 e 2014

Esferas	Indicadores de 2001	Grupo 1 -2001	Grupo 1 -2014	Δ%	Grupo 2 -2001	Grupo 2 - 2014	Δ%	Grupo 3 -2001	Grupo 3 -2014	Δ%	Grupo 4 -2001	Grupo 4 -2014	Δ%
1- Sistema Educacional e de Formação Profissional	AE	5,29	6,92	31%	5,33	7,33	38%	5,54	7,58	37%	6,46	8,2	27%
	FPM	2,48	9,42	280%	2,63	12,33	369%	3,62	14,62	304%	5,85	12,97	122%
	BAE	0,72	0,92	28%	0,69	0,93	35%	0,71	0,90	27%	0,74	0,87	18%
	IED	0,20	5,16	2480%	0,28	11,66	4064%	0,27	3,23	1096%	0,66	10,83	1541%
	TEI	67,6	61,4	-9%	64,1	59,3	-7%	61,4	54,7	-11%	47,4	39,87	-16%
2- Sistema Produtivo	EMP	13,2	10,31	-22%	11,2	8,27	-26%	24,0	12,29	-49%	23,0	23,63	3%
	TRD	42,23	46,2	9%	40,33	41,0	2%	98,4	42,8	-57%	81,83	61,9	-24%
	TAS	85,21	89,9	6%	88,06	91,2	4%	80,24	90,5	13%	79,26	85,9	8%
	GINITERRA	0,827	0,821	-1%	0,830	0,827	0%	0,773	0,800	3%	0,750	0,7855	5%
3- Incentivo Público	GPPT	0,238	0,57	139%	0,048	0,26	442%	0,045	0,40	789%	0,056	0,30	436%
	BRM	0,61	0,62	2%	0,60	0,65	8%	0,54	0,66	22%	0,56	0,63	13%
	GPE	4,68	3,60	-23%	4,96	3,95	-20%	3,14	2,80	-11%	2,89	1,75	-39%
	GP&DP	0,054	0,112	107%	0,021	0,056	167%	0,006	0,039	550%	0,067	0,0642	-4%
4- Capacidade Fiscal	CTB	7,17	8,89	24%	10,9	9,34	-14%	9,29	8,43	-9%	7,58	8,61	14%
5- Relações de trabalho	DS	16,11	19,9	24%	11,43	14,77	29%	13,26	16,48	24%	19,00	15,69	-17%
	TET	1,14	0,96	-16%	1,26	0,63	-50%	0,66	0,62	-6%	1,33	0,61	-54%
	BEI	1,13	1,13	0%	1,22	1,16	-5%	1,11	1,19	7%	1,10	1,12	2%
6- Mercado Externo e Financeiro	Ecomplex	22,95	52,61	129%	88,28	87,72	-1%	5,75	7,13	24%	55,49	26,77	-52%
	CSP	1,64	3,58	118%	1,01	1,82	80%	2,56	4,59	79%	2,45	4,50	84%

Fonte: O autor (2016)

Na esfera do sistema educacional e de formação profissional, a formação pós-média (FPM) e o Investimento Externo Direto (IED) foram os indicadores com maior variação. Os estados que menos variaram na formação profissional foram o Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Por outro lado, os que tiveram maior variação foram Acre, Roraima, Amapá e Rondônia. Nesse período, houve um grande aumento da oferta de ensino profissional, sobretudo como opção ao ensino médio regular e a ampliação da oferta de cursos de qualificação profissional para jovens e adultos em defasagem escolar, em articulação com a elevação da escolaridade. O total de matrículas nesta modalidade de ensino cresceu 129,7% (149% na rede pública e 111,2% na rede privada) entre os anos de 2001 e 2013 (MEC, 2014).

Esse crescimento foi viabilizado por meio do fortalecimento e da ampliação da rede de educação profissional dos estados, da ampliação da própria rede federal de educação profissional e tecnológica e da articulação com outras redes de ensino, sobretudo as instituições dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem (SNA), entidades paraestatais organizadas e gerenciadas pelos órgãos sindicais (confederações e federações) de representação empresarial, dentre eles o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes (SENAT), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

Ainda, é preciso destacar algumas iniciativas em âmbito nacional, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); e, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano e Projovem Campo).

As reformas institucionais de maior profundidade na formação profissional ocorreram depois da promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1998), em especial com a criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A partir da criação desse fundo, foi possível a implantação do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor), iniciado em 1995, como parte do que veio a ser chamado de Sistema Público de Emprego e Renda, que englobava políticas ativas e políticas passivas para o mercado de trabalho (programas de geração de emprego e renda, qualificação profissional, intermediação de força de trabalho, seguro desemprego, esses dois últimos englobando o preexistente Sistema Nacional de Emprego – SINE).

O referido sistema público de capacitação profissional não foi associado – apesar da grande magnitude de recursos monetários – a procedimentos satisfatórios de avaliação de

resultados (ARAUJO; LIMA, 2014). Porém, independentemente da adequação e da qualidade da formação, o fato é que, quantitativamente, houve um incremento – ainda que os números estejam abaixo da média dos países da OCDE⁴¹ – da formação profissional no País e os estados que mais avançaram foram aqueles que possuíam maior déficit inicial nesse tipo de formação, justificando mudanças na composição inicial dos agrupamentos.

O investimento estrangeiro direto foi, entre todas as esferas, a variável que maior variação sofreu. Os estados que lideraram esse crescimento foram Goiás, Sergipe, Piauí e Paraíba. Na outra ponta, com as menores variações, estão Roraima, Acre, Rondônia e Alagoas. Os dados da Unctad (s.d) mostram que, entre 1990 e 2012, o estoque de IED *per capita* no Brasil cresceu de US\$ 248 para US\$ 3.540. Ao se tomar a trajetória do IED *greenfield*⁴², na Tabela 7 fica evidente a concentração do investimento estrangeiro no Brasil em locais onde a base industrial e a infraestrutura se acham mais desenvolvidas.

Tabela 7 – Volume, participação relativa e empregos diretos gerados nos estados da Federação por projeto de IED *greenfield* (2003-2014)

continua			
Estado Receptor	IED recebido (US\$ milhões)	Participação no IED total (%)	Empregos Diretos Criados
São Paulo	110.366,8	31	258.765
Rio de Janeiro	50.985,3	14,3	92.517
Minas Gerais	37.700,8	10,6	75.240
Pernambuco	31.688,6	8,9	41.772
Bahia	17.069,5	4,8	44.310
Paraná	14.023,3	3,9	45.045
Rio Grande do Sul	12.363,1	3,5	40.414
Pará	10.969,2	3,1	18.433
Ceará	10.492,9	2,9	26.683
Goiás	9.729,2	2,7	22.329
Mato Grosso do Sul	7.932,3	2,2	16.586
Maranhão	7.841,1	2,2	12.564
Santa Catarina	7.472,0	2,1	18.771
Amazonas	6.698,6	1,9	27.862
Mato Grosso	4.613,4	1,3	7.275
Espírito Santo	4.566,0	1,3	10.163
Distrito Federal	1.900,9	0,5	3.299
Amapá	1.806,5	0,5	2.333
Rio Grande do Norte	1.576,4	0,4	2.776
Paraíba	1.387,7	0,4	1.841
Rondônia	1.293,6	0,4	2.699

⁴¹ Segundo a OCDE (2013), entre os brasileiros de 25 e 64 anos, no ano de 2011, 43% tinham ensino médio completo, contra uma média de 75% dos países que fazem parte da organização.

⁴² O chamado IED *greenfield* consiste no montante de investimento recebido pelo país cuja destinação é exclusivamente a criação ou expansão de capacidade produtiva das companhias estrangeiras no território nacional. O investimento *greenfield* revela os efeitos do IED sobre a economia nacional, uma vez que são os investimentos em estoque de capital que produzem impactos significativos sobre as variáveis reais como emprego e produção.

conclusão			
Estado Receptor	IED recebido (US\$ milhões)	Participação no IED total (%)	Empregos Diretos Criados
Sergipe	1.056,4	0,3	1.457
Tocantins	902,3	0,3	983
Piauí	683,8	0,2	1.348
Alagoas	475,0	0,1	2.028
Acre	166,0	0,0	606
Total	355.760,7	100	778.100

Fonte: Silva Filho (2015)

Como já apontado, o IED está fortemente correlacionado com os estados com mão de obra mais especializada (56% do total investido). Chama a atenção o volume de investimento nos estados da região Nordeste, que recebeu um montante de IED significativamente maior que sua respectiva participação no PIB, o que denota não apenas a relevância dos projetos de investimentos das companhias do setor petrolífero, mas também a vitalidade da economia local comparativamente a outras regiões do Brasil (SILVA FILHO, 2015).

Os patamares elevados de IED no período não significaram uma melhora no padrão de inserção dos estados e, conseqüentemente, do País nas cadeias globais de valor. Ao se olhar os valores médios das exportações complexas, nota-se que alguns grupos experimentaram decréscimos na evolução dessa variável, sugerindo que os IED se concentraram em projetos voltados para o mercado interno ou exportações de *commodities*. Decorre dessa constatação, que os investimentos empresariais, em sua maior parte, estão circunscritos a transferências de propriedade (fusões e aquisições) e à capitalização de subsidiárias locais.

Na esfera do sistema produtivo, a variável com maior modificação foi o número de empregadores por mil habitantes. Os estados do Acre, Espírito Santo, Tocantins e Pernambuco experimentaram os maiores decréscimos, e Mato Grosso, Paraná, Bahia e Mato Grosso do Sul os maiores acréscimos nessa taxa.

No que toca à esfera de incentivo público, as variáveis com maior potencial de alterar a composição dos agrupamentos foram a de gasto público em políticas de trabalho e a de gasto em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Nos dois casos, houve um crescimento significativo nos gastos, não obstante os patamares de partida fossem quase irrisórios. Os gastos em políticas de trabalho foram decorrentes mais da implementação descentralizada – com responsabilidade compartilhada com a União, derivadas da estrutura organizacional dos sistemas de emprego brasileiro – e menos das iniciativas próprias dos estados. Já os gastos em P&D revelam um significativo crescimento em estados como Espírito Santo e

Tocantins e decréscimos em São Paulo e Paraná. Entretanto, em termos absolutos, o estado de São Paulo representa 86% do total gasto em P&D no País. De qualquer forma, essas duas variáveis ajudam a explicar os intercâmbios entre os agrupamentos.

A capacidade fiscal, representada pela variável carga tributária bruta, não varia no mesmo sentido nos diferentes agrupamentos (variação é positiva nos grupos 1 e 4 e negativa nos grupos 2 e 3). O que pode parecer um contrassenso é, na realidade, a lógica do conflito entre as unidades federativas, a chamada “guerra fiscal”⁴³. Esse conflito raramente é um jogo de soma positiva, na maioria dos casos o benefício fiscal concedido por um estado impõe perda a algum ou a alguns dos demais. Os incentivos concedidos unilateralmente causam distorções na alocação dos recursos da economia, impondo artificialmente desvantagens comparativas territoriais.

Dessa forma, a atração de empreendimentos para o território da unidade que lança mão dos incentivos gera pressão sobre as unidades que não incentivam, mas que possuem os mesmos instrumentos. Assim, a guerra fiscal se aprofunda, criando, ao longo do tempo, renúncias fiscais que afetam os estados de menor poder financeiro, reduzindo significativamente suas capacidades de prover os serviços de bem-estar ao cidadão e de infraestrutura necessárias para as empresas produzirem e escoarem a produção. No limite, as generalizações dos incentivos fiscais anulam o poder de estímulo desse instrumento; transformam incentivos em mera renúncia arrecadatória; criam um poder hierárquico para as empresas na escolha de sua localização; e produzem um baixo esforço tributário local ou uma estrutura tributária estadual com fortes elementos regressivos. Portanto, a variável carga tributária bruta é importante na mobilidade das unidades federativas entre os grupos no período em análise.

Já na esfera de relações de trabalho, as variáveis que representam os vetores mais importantes de mobilidade intergrupos são a densidade sindical e a taxa de trabalho temporário. A densidade sindical apresentou crescimento nos grupos 1, 2 e 3, e decréscimo no grupo 4. Como o grupo 4 concentra a maior parte da população ocupada adulta no Brasil, o aumento nos outros grupos foi anulado, mantendo a taxa nacional de sindicalização relativamente estável no período. Por sua vez, a taxa de trabalho temporário – que também é um indicador de flexibilização para as empresas tomadoras em situações de sazonalidades e

⁴³ Por “guerra fiscal” entende-se a disputa entre as UF para atrair à sua esfera de domínio investimentos e/ou receita tributária oriundos de outros Estados. Esta prática se dá com a concessão de benefícios fiscais, financeiros e de infraestrutura às empresas interessadas em investir ou transferir seus investimentos para o Estado que concede o benefício.

aumentos de produção – sofreu um forte decréscimo. A crise de 2008 e seus reflexos foram determinantes na redução da demanda de trabalho temporário. Os grupos 2 e 4 foram os mais afetados no quadro geral dos estados brasileiros.

Por fim, na esfera do mercado externo e financeiro as variáveis de exportações complexas e de crédito do setor público também registraram forte potencial de mobilidade das unidades federativas. As exportações complexas tiveram variações positivas nos grupos 1 e 3 e negativas nos grupos 2 e 4. Segundo o MDIC (s/d), tomando as exportações brasileiras entre os anos de 2000 e 2011, houve um forte decréscimo da participação de produtos de alto valor agregado (59% do total em 2000 para 36,3% em 2011). Em contrapartida, houve um aumento significativo nas exportações de produtos básicos (*commodities*) de baixo valor agregado (22,8% do total em 2000 para 47,8% em 2011). Os estados que evoluíram nas exportações complexas foram Acre, Maranhão, Espírito Santo e Pernambuco. Os que mais perderam participação em relação a seus PIB's foram Piauí, Rondônia, Roraima e Mato Grosso.

A evolução do crédito ao setor privado, como proporção do PIB no Brasil, ainda é tímida se comparada em termos internacionais, mas ainda assim houve um forte aumento no período em análise. Entre 2001 e 2005, o crédito em relação ao PIB ficou estacionado em torno de 25%. Já entre 2006 e 2014, esse patamar ultrapassou os 50%. Os bancos públicos tiveram um papel de destaque após o início da crise internacional em 2008. Entre 2008 e 2013, o BNDES aumentou em 170% os recursos destinados a investimentos em empresas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014). Os estados que mais aumentaram sua participação no crédito do BNDES foram Roraima, Amapá, Distrito Federal e Tocantins e os que mais diminuíram foram São Paulo, Espírito Santo e Amazonas.

Portanto, a expansão do mercado de crédito constitui uma marca importante do ciclo recente de crescimento pelo qual passou a economia brasileira. Em especial, o papel assumido pelo BNDES, que, além de provedor de recursos de longo prazo de investimentos industriais e de infraestrutura, assumiu um caráter anticíclico na medida em que nos momentos que houve retração do crédito bancário, ele expandiu sua participação.

As fortes mudanças nesse conjunto de variáveis justificam a alteração nos agrupamentos, fazendo com que parte das unidades federativas passassem de uma fortíssima dependência para uma dependência estatal moderada e desta para uma baixa dependência. No primeiro caso estão os estados de Alagoas, Amapá, Distrito Federal Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima. No segundo estão Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

6.9 VARIEDADES DE CAPITALISMO NOS ESTADOS BRASILEIROS: UMA APROXIMAÇÃO

A partir desses resultados e considerando uma certa continuidade estrutural na composição dos grupos, é possível propor uma tipologia com os pressupostos de que a economia brasileira é heterogênea e hierárquica (SCHNEIDER; SOSKICE, 2009) e que os regimes produtivos regionais têm no Estado um propulsor do desenvolvimento e um ator capaz de operar mudanças importantes na economia política das unidades federativas (BIZBERG, 2014; BOSCHI, 2011; DINIZ, 2011; DELGADO, 2008).

Essa última afirmação afasta da análise uma visão exclusivamente primeiro-mundista, pois a maior parte da literatura latino-americana, aqui utilizada, considera a inclusão do Estado como o principal agente estratégico nas mudanças sociais capazes de pavimentar políticas de capacitação de mão de obra, inovação tecnológica, financiamento e políticas industriais para estimular investimentos. Assim, a análise que incorpora o Estado como agente determinante nas mudanças estruturais supera a simples busca de complementariedades no regime produtivo baseado em um modelo de tipo-ideal já existente.

O ativismo estatal no Brasil e na América Latina se desenvolveu por meio da consolidação de um marco institucional derivado da política de industrialização por substituição de importações. Segundo Cabria (2014), o ativismo estatal compreende a ação de agências, organismos, bancos, empresas públicas e outros tipos de mecanismos provenientes de legados prévios às reformas e que, em muitos casos, se caracterizam por sua eficiência e sua capacidade para servir como instrumento de estímulo aos investimentos e de políticas anticíclicas.

Em muitos casos, o chamado “Estado desenvolvimentista” foi resiliente em relação às reformas liberais da década de noventa. Essas reformas também contribuíram, como lembra Schneider (2009), para a consolidação de grandes grupos empresariais como marca institucional das economias latino-americanas. A concentração e o grande tamanho dessas firmas foram alcançados, entre outros fatores, por meio da ação estatal materializada pela indução direta ao fomento de ganhos de competitividade destes grandes conglomerados. Por um lado, a reforma desmantelava o setor público e, por outro, se construía uma nova forma de ação estatal na economia.

Esses grupos empresariais nacionais são elementos constitutivos de um capitalismo disfuncional e hierárquico, segundo o qual o controle das firmas é exercido por famílias, os

negócios são diversificados e segmentados por subsidiárias com nenhuma ou com pouca relação tecnológica ou de mercado entre elas. Entretanto, como observado empiricamente por Boschi (2011), no contexto das reformas dos anos noventa surgiram novas formas de intervenção estatal, exercidas em grande medida a partir dos legados institucionais que resistiram ao Consenso de Washington.

Ao trazer o Estado e suas ações econômicas e sociais para o modelo de análise, muda-se também a percepção das complementariedades negativas existentes na variedade de capitalismo brasileiro, uma vez que, em elas existindo, poderiam ser mitigadas pela ação estatal.

Portanto, nesse modelo particular de capitalismo, as vantagens institucionais comparativas na coordenação econômica são reforçadas por um complexo de instituições estatais. Dessa forma, considerando a composição final (2014) dos agrupamentos, o Quadro 12, a seguir, classifica os grupos por esses dois critérios.

Por certo, as economias dos estados são condicionadas tanto pelo mercado global quanto pelo mercado doméstico. Mas o que fica evidente na análise dos dados é a importância da coordenação e do investimento estatal (tanto local como nacional). Destacadamente, estão os gastos em educação e formação profissional, o crédito público, os gastos em políticas de emprego e os gastos em P&D. Dessa maneira, combinar as características hierárquicas da economia com a dependência da coordenação estatal em esferas fundamentais do sistema de produção parece ser o mais adequado para analisar a ação central que as firmas e o estados exercem na economia das unidades da federação.

Quadro 12 – Características dos regimes capitalistas dos estados brasileiros

continua

	Grupo 1 - Economias hierárquicas de intensa dependência estatal	Grupo 2 - Economias hierárquicas de forte dependência estatal	Grupo 3 - Economias hierárquicas de moderada dependência estatal	Grupo 4 - Economias hierárquicas de fraca dependência estatal
Grupos de Estados	Acre, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco	Amazonas, Paraíba e Sergipe	Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins	Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo
1- Sistema Educacional e de Formação Profissional	Baixa Competência Pós-média Média dependência de investimento estrangeiro	Média-Baixa Competência Pós-média Alta dependência de investimento estrangeiro	Média-Alta Competência Pós-média Baixa dependência de investimento estrangeiro	Alta Competência Pós-média Alta dependência de investimento estrangeiro

conclusão

	Grupo 1 - Economias hierárquicas de intensa dependência estatal	Grupo 2 - Economias hierárquicas de forte dependência estatal	Grupo 3 - Economias hierárquicas de moderada dependência estatal	Grupo 4 - Economias hierárquicas de fraca dependência estatal
2- Sistema Produtivo	Nível de empreendedorismo médio-baixo	Nível de empreendedorismo baixo	Nível de empreendedorismo médio-baixo	Nível de empreendedorismo alto
3- Incentivo Público	Alto nível de investimento público em políticas de trabalho Alta dependência do investimento público em educação	Baixo nível de investimento público em políticas de trabalho Alta dependência do investimento público em educação	Médio nível de investimento público em políticas de trabalho Média dependência do investimento público em educação	Baixo nível de investimento público em políticas de trabalho Baixa dependência do investimento público em educação
4- Capacidade Fiscal	Média	Alta	Baixa	Média
5- Relações de trabalho	Alta densidade sindical Alto nível de trabalho temporário	Baixa densidade sindical Médio nível de trabalho temporário	Média densidade sindical Médio nível de trabalho temporário	Média densidade sindical Médio nível de trabalho temporário
6- Mercado Externo e Financeiro	Média dependência de exportações de alto valor agregado. Média - alta dependência de crédito público para financiar atividades privadas	Alta dependência de exportações de alto valor agregado. Baixa dependência de crédito público para financiar atividades privadas	Baixa dependência de exportações de alto valor agregado. Alta dependência de crédito público para financiar atividades privadas	Média-Baixa dependência de exportações de alto valor agregado. Alta dependência de crédito público para financiar atividades privadas

Fonte: O autor (2016)

Os tipos de sistemas de produção capitalistas sintetizados na pesquisa corroboram parcialmente o caráter hierárquico das economias estaduais, mas lançam luz, além da conformação das firmas líderes e do mercado de trabalho (SCHNEIDER, 2009), no papel do estado como ator relevante na configuração do sistema de produção (BOSCHI, 2011; DELGADO, 2008).

Tanto na dependência de capital externo e na transferência de tecnologia, como na relação com fornecedores e clientes externos, é clara a forma de administração hierárquica utilizada pelas empresas nacionais e multinacionais (ou suas combinações). O mesmo passa com as relações de trabalho de forte caráter atomístico, que é explicado pela baixa densidade sindical, alta informalidade e alta rotatividade, resultando em uma débil organização do trabalho que favorece acordos hierárquicos em prol dos empregadores. Ao lado disso, assume-se o Estado como ator relevante na conformação dos sistemas produtivos, principalmente no financiamento da produção, gastos na educação/formação profissional e investimentos em P&D. Dessa forma, os quatro tipos propostos combinam essas duas

características, atribuindo maior ou menor grau de dependência estatal nas economias dos estados.

6.9.1 Economias Hierárquicas de Intensa⁴⁴ Dependência Estatal (EHIDE)

Esse modelo se caracteriza por seus baixos níveis educacionais e de formação profissional. Concentra as menores médias de anos de estudo e formação pós-média, indicando ser esse o sistema menos focado na especialização dos trabalhadores para o mercado de trabalho. É, de fato, o modelo educativo mais generalista e não especializado do território nacional. Por outro lado, é um dos sistemas que menor brecha educacional apresenta, ou seja, a diferença da especialização entre trabalhadores brancos e negros é uma das menos acentuadas (0,92).

O investimento estrangeiro e o crédito público têm importância intermediária, porém as exportações complexas jogam papel relevante (impulsionado principalmente pela indústria petrolífera). A estrutura fundiária é concentrada (a segunda maior dos grupos) e a taxa de empreendedorismo é pouco intensa. A estrutura de inovação tecnológica é débil, os gastos em P&D são insignificantes (traço comum a todos os tipos) e majoritariamente bancados pelo Estado. Os riscos dos investimentos no desenvolvimento de novas tecnologias não são assumidos pelos grupos econômicos privados.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, esse tipo possui a maior taxa de emprego informal (61,4%), o que pode explicar o mais elevado gasto público em políticas de trabalho. Nele também aparece a maior brecha de rendimentos de gênero (0,62) e uma das menores brechas de trabalho informal. O trabalho temporário e a densidade de sindicalização são as mais elevadas e a rotatividade é a segunda mais elevada dentre os grupos. O mercado de trabalho é moderadamente flexível, diferenciando-se do tipo liberal por sua alta informalidade. Diferentemente do que se poderia esperar, a maior densidade sindical não parece criar as condições para reduzir a capacidade patronal de regular as relações laborais de forma hierárquica.

⁴⁴ Ao traduzir o nível dependência estatal encontrado nos diferentes grupos, adotou-se uma gradação decrescente com os seguintes termos: intensa, forte, moderada e fraca dependência. O termo intensa foi empregado aqui com o significado de muito forte, sendo apenas uma opção estilista de diferenciação.

6.9.2 Economias Hierárquicas de Forte Dependência Estatal (EHFoDE)

As características desse modelo são semelhantes ao de intensa dependência estatal, porém níveis educacionais e de formação profissional são um pouco melhores. Há uma pequena melhora nas médias de anos de estudo e formação pós-média, entretanto, o traço generalista da formação segue igual. A brecha educacional nesse grupo é a que representa a menor diferença da especialização entre trabalhadores brancos e negros entre todos os modelos (0,93). É o grupo com maior dependência do financiamento público para a educação.

O investimento estrangeiro atinge o maior nível nesse tipo e o crédito público o menor, indicando que existe uma forte captação externa de capital (matrizes, fornecedores, etc.) com baixa necessidade de financiamento local. Isso é refletido nas exportações complexas, que atingem seu maior nível (inegável importância da zona franca de Manaus no Amazonas). A estrutura fundiária é a mais concentrada e a taxa de empreendedorismo é a mais baixa entre os grupos. A estrutura de inovação tecnológica é a segunda mais fraca, os gastos em P&D são insignificantes (traço comum a todos os tipos) e majoritariamente bancados pelo Estado.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, esse modelo possui a segunda maior taxa de emprego informal (59,3%), porém é o que possui o menor nível de gastos públicos em políticas de trabalho. A brecha de rendimentos de gênero (0,65) é a segunda melhor, ao passo que as brechas de trabalho informal são a segunda mais elevada. É nesse grupo que se encontram as menores densidades de sindicalização e as menores taxas de rotatividade no emprego. O mercado de trabalho é o menos flexível no comparativo com os outros tipos.

6.9.3 Economias Hierárquicas de Moderada Dependência Estatal (EHMDE)

Na medida em que se reduz a dependência do gasto público em educação, melhores são os indicadores de formação profissionalizante e da média de anos de estudo. Esse modelo possui moderada dependência estatal, revelando uma estrutura na qual a especialização dos trabalhadores joga um papel mais importante do que nos dois modelos já descritos. A brecha educacional nesse grupo é a segunda pior, indicando que a etnia passa a assumir maior importância na especialização dos trabalhadores.

O crédito público é o mais elevado e o investimento estrangeiro atinge o menor nível. Dessa forma, nesse grupo, é maior a necessidade de financiamento público para a produção do que a captação externa de capital (matrizes, fornecedores, etc.). As exportações

complexas refletem essa relação, pois atingem seu menor nível. A estrutura fundiária é a segunda com menor concentração e a taxa de empreendedorismo é a segunda mais alta entre os grupos. Seguindo a tendência de menor gasto público em educação, a estrutura de inovação tecnológica é a pior, pois é o modelo com os menores índices de investimento em P&D.

No que toca ao mercado de trabalho, esse modelo possui, ainda que seja alta, a segunda menor taxa de emprego informal (54,7%). Os níveis de gastos públicos em políticas de trabalho são moderados e a brecha de rendimentos de gênero (0,66) é a melhor entre todos os grupos. As brechas de trabalho informal é a mais elevada, extremado as diferenças étnicas nesse mercado. Já a densidade de sindicalização é a segunda mais elevada e as taxas de rotatividade no emprego são intermediárias (42,8%). Neste modelo, o mercado de trabalho tem uma flexibilidade semelhante ao modelo de forte dependência estatal.

6.9.4 Economias Hierárquicas de Fraca Dependência Estatal (EHFrDE)

Esse modelo está no extremo oposto da intensa dependência estatal. Seus níveis educacionais e de formação profissional são indicativos de maior especialização dos trabalhadores. Concentra a maior média de anos de estudo e a segunda melhor formação pós-média. É o modelo educativo menos generalista e um dos mais especializados do território nacional. Por outro lado, é um dos sistemas que apresenta a maior brecha educacional, ou seja, a diferença da especialização entre trabalhadores brancos e negros é mais acentuada dos grupos. É de longe o modelo de menor dependência estatal em relação ao gasto público em educação.

Quanto ao investimento estrangeiro, é elevado e o crédito público é de grande importância, porém as exportações complexas são de alcance limitado (o forte fluxo de exportação de commodities pode estar relativizando a importância das exportações complexas). A estrutura fundiária é a menos concentrada e a taxa de empreendedorismo é muito intensa. A estrutura de inovação tecnológica é forte, embora os gastos em P&D seguem sendo baixos.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, esse tipo possui a menor taxa de emprego informal (39,87%), o que pode explicar um baixo gasto público em políticas de trabalho. As brechas de trabalho informal são as menores. O trabalho temporário atinge o menor índice nesse modelo e a densidade de sindicalização é a segunda mais baixa. Já a taxa de rotatividade é disparada a mais elevada (61,9%) dentre os grupos. O mercado de trabalho é altamente flexível, aproximando-se do tipo liberal.

6.10 SISTEMAS DE PRODUÇÃO: UMA VISÃO TERRITORIAL

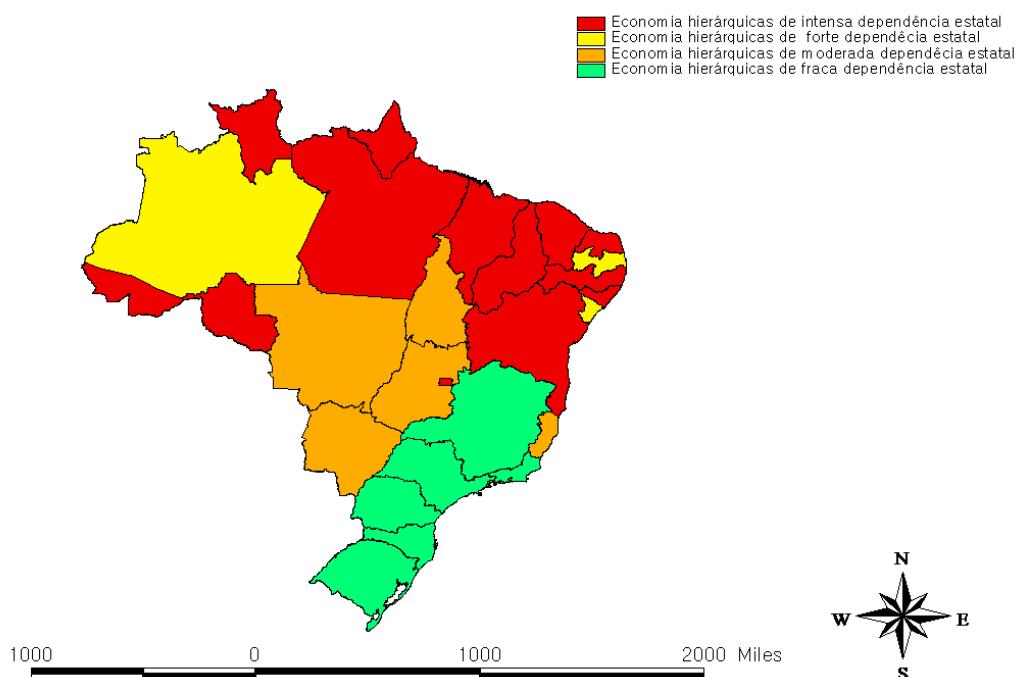
Antes de analisar o aspecto territorial dos sistemas de produção, é importante lembrar que as diferenças regionais do País, ainda hoje, refletem as condições estruturais herdadas do Brasil Colônia, como a consolidação da grande propriedade rural, a vinculação dependente do país em relação ao Exterior, a monocultura de exportação, a escravidão e suas consequências. Além disso, no Século XX, a excessiva concentração dos investimentos públicos e privados na região Sudeste, sobretudo em São Paulo, de certa forma marginalizou a maioria da população das outras regiões de participação nos frutos da atividade econômica.

Entre os anos de 1930 e 1970, o País experimentou três grandes ciclos (governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e a ditadura militar) de desenvolvimento (baseados no processo de industrialização) que agravaram as diferenças regionais. A ideia de dinamizar um centro único (São Paulo) para que, a partir de um efeito de transbordamento, o resto do país se beneficiasse, não se mostrou eficaz. O Nordeste brasileiro, incluindo o Estado da Bahia, foi uma das regiões mais prejudicadas com o intercâmbio comercial com a região Sudeste porque se acentuou o déficit comercial entre elas, o que, na prática, representava uma transferência de renda do Nordeste para o Sudeste.

Nos anos 90, a política de desenvolvimento regional coordenada nacionalmente deu lugar à guerra fiscal, buscando atrair novos investimentos, especialmente aqueles relacionados ao capital internacional, em troca de incentivos e isenções fiscais. Entretanto, a década de 2000 apresentou um quadro positivo de desconcentração regional da atividade produtiva, combinando uma expansão acelerada das economias regionais, redução das disparidades regionais nos PIBs e recuperação da capacidade governamental, na forma de instrumentos e recursos, para ativar o desenvolvimento regional (MONTEIRO NETO, 2014).

É com esse pano de fundo que se inicia a análise da disposição geográfica dos diferentes sistemas de produção. Para o ano de 2001, percebe-se que os agrupamentos respeitam uma certa contiguidade geográfica. A única exceção ocorre no grupo de EHFoDE (AM, SE, PB). Ainda assim nota-se que, em termos dos regimes encontrados, esses estados são parecidos – intensa e forte dependência estatal.

Figura 8 – Regimes dos Sistemas de Produção em torno de 2001

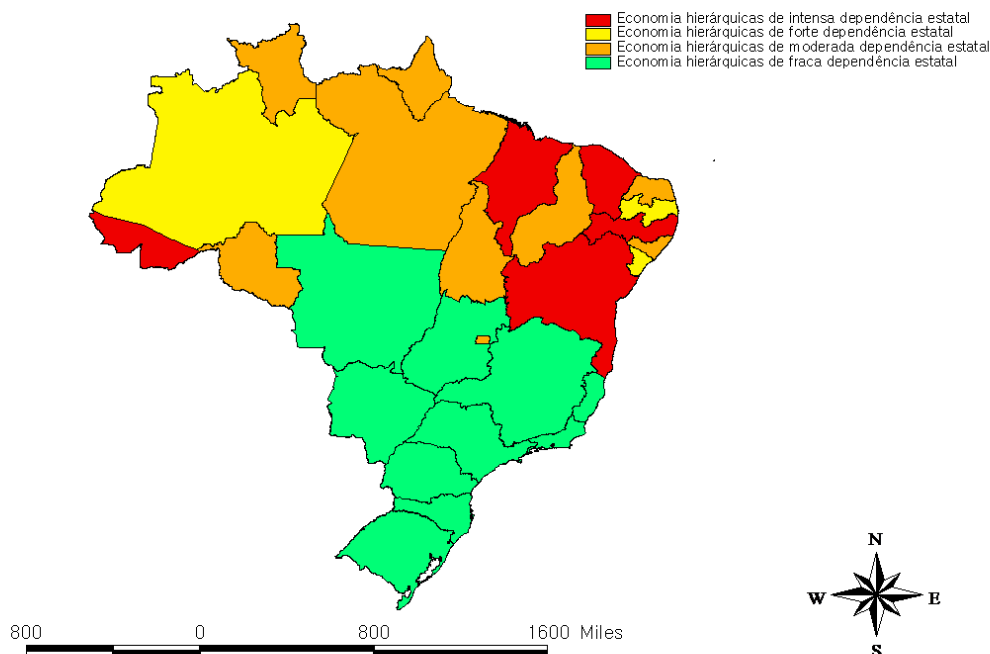


Fonte: Dados da pesquisa

Já para 2014, houve uma reacomodação dos diferentes sistemas. A EHFrDE se expande em direção aos estados exportadores de *commodities* (ES, GO, MT, MS), revelando que os mesmos se aproveitaram da constante elevação dos preços internacionais do ciclo (de alta valorização internacional das *commodities*) que se encerrou em 2010.

Houve também uma redução significativa na composição do grupo da EHIDE, ficando restrito aos estados do AC, MA, CE, PE e BA. Por outro lado, estados como AL, RN, e PI passaram a compor a EHMDE. Do ponto de vista econômico, a região Nordeste experimentou a maior variação positiva dos indicadores analisados. Além disso, no período de 2004 a 2010, o emprego formal cresceu 5% ao ano, enquanto que a população economicamente ativa crescia 1,7% ao ano, resultando em uma melhoria significativa da formalização do emprego. A região manteve um diferencial positivo, com taxa de crescimento meio ponto acima da brasileira. No início da década de 2000, a taxa de informalidade na força de trabalho era de 68%, caindo para 59% em 2010 (BNDES, 2014). Não obstante essas melhoras, a região continua com a renda per capita abaixo da média nacional; permanecem as percentagens maiores de informalidade, de crianças e adolescentes na força de trabalho e um maior percentual de trabalhadores recebendo até um salário mínimo.

Figura 9 – Regimes dos Sistemas de Produção em torno de 2014



Fonte: Dados da pesquisa

Basicamente, dois movimentos em bloco ocorreram no período em análise. As unidades federativas de AL, AP, DF, PA, PI, RN, RO e RR deixam o grupo da EHIDE e passam a compor as EHMDE, enquanto que ES, GO, MT e MS deixam esse tipo e passam a compor a EHFrDE. O grupo da EHFoDE é o único que não sofre modificações em sua composição no período. Chama a atenção que, mesmo possuindo forte programa de incentivos públicos para a industrialização, o estado do AM não tenha mudado seu *status quo* econômico nos últimos anos. Esse fenômeno parece corroborar a ideia de que os estados com maior mobilidade entre os sistemas de produção foram aqueles com estratégias produtivas baseadas em *commodities* internacionais.

Mesmo com uma variação maior na composição dos regimes capitalistas, se comparados com as variações dos regimes de proteção social, a contiguidade geográfica ou a proximidade territorial é evidente, reforçando e confirmando a segunda hipótese da pesquisa.

CAPÍTULO VII

SISTEMAS DE PRODUÇÃO E REGIMES DE BEM-ESTAR

7.1 DETERMINANTES ECONÔMICAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

A primeira etapa da análise permitiu consolidar inequivocamente a existência e o convívio de uma grande variedade de modelos de proteção social e produção capitalista nas unidades federativas brasileiras. O caráter comum dos sistemas de produção é sua característica hierárquica, variando conforme o grau de dependência estatal. Já a proteção social muda conforme a intensidade protetiva, o nível de dependência da família ou do mercado e a brecha étnica.

Quando se analisa o sistema de produção em face do sistema de proteção social, algumas identidades são dignas de nota. Quanto maior a dependência estatal nas economias regionais, menores serão as intensidades protetivas de seus sistemas de proteção social, mais intenso o caráter familiar e menores são as brechas étnicas. Por outro lado, quanto menor a dependência estatal, mais protetivo será o sistema, mais intenso o caráter produtivista e mais fortes serão as brechas étnicas.

Portanto, quanto mais frágil a estrutura produtiva de um estado, maior a necessidade de intervenção pública na esfera de proteção social das pessoas, ao mesmo tempo que cresce em importância o papel das famílias na minimização dos riscos sociais, especialmente em relação aos cuidados com crianças e idosos, bem como no enfrentamento das enfermidades e do desemprego. Outra indicação dessa relação é que onde o mercado é menos relevante na provisão de bem-estar, mais numeroso é o contingente de afrodescendentes e menores são as brechas étnicas no desemprego, na renda e na informalidade.

A existência de uma relativa homogeneidade na composição dos grupos de proteção social e produção capitalista sugere uma relação de dependência entre eles. Uma das hipóteses construídas na pesquisa é de que cada modelo de proteção social é determinado pelo modelo de produção capitalista. Para confirmar essa hipótese, é necessário analisar a relação entre os fatores extraídos de ambos os conjuntos de variáveis.

Uma vez que foi realizada a extração de fatores com um corte transversal, considerando dois períodos de tempo (em torno de 2001 e em torno de 2014), fica evidente que os dados têm uma dimensão espacial (variáveis dos estados) e outra temporal. Nesse caso, a técnica adequada é a Análise de Dados em Painel (ADP), pois permite trabalhar com bancos de dados que apresentam, ao mesmo tempo, características de corte transversal (*cross section*)

e série temporal. Como qualquer outra regressão, essa técnica explora a relação entre uma variável dependente (nesse caso é o fator geral normalizado dos sistemas de proteção social) e um conjunto de variáveis independentes (todos os fatores normalizados da variedade de capitalismo).

Dentre as vantagens esperadas da ADP estão o aumento do tamanho da amostra, a acomodação da heterogeneidade e a captação do efeito do tempo nos dados. O aumento nas informações com mais variabilidade, menos colinearidade e mais graus de liberdade proporciona maior eficiência para detectar e medir efeitos mais complexos, que não seriam observados por uma análise puramente de corte transversal ou temporal.

A ADP gera dois modelos típicos: um de efeitos fixos e outro de efeitos aleatórios, os quais são estimados de acordo com as pressuposições que se façam a respeito da possível correlação entre o termo de erro e as variáveis explicativas. Para tomar a decisão sobre qual modelo é mais adequado para o conjunto de dados da pesquisa, foi aplicado o teste de *Breusch-Pagan*⁴⁵, que resultou numa probabilidade de 0,045, permitindo rejeitar a hipótese H_0 e definir como mais adequado o modelo de efeitos aleatórios. Entretanto, para uma posição definitiva foi também aplicado o teste de *Hausman*⁴⁶, que resultou numa probabilidade do teste de 0.9709, permitindo rejeitar H_0 e concluir definitivamente pela utilização do modelo de efeitos aleatórios.

A heterocedasticidade do modelo foi corrigida utilizando-se a matriz de *White* e não foram encontrados problemas (devido ao número reduzido de anos utilizados) de correlação serial ou autocorrelação na amostra. Dessa forma, os dados já corrigidos são apresentados na Tabela 8.

O objetivo desta etapa é identificar a existência de relação significativa, ou não, entre os fatores dependentes e independentes. Isso servirá para estabelecer em que medida o regime de produção capitalista determina o de proteção social, além de descrever de forma mais concreta a estrutura subjacente da relação entre eles. Com isso, as relações encontradas são explicadas à luz da literatura que, de alguma forma, explorou a relação de dependência das variáveis selecionadas.

⁴⁵ H_0 = O modelo de correção de erros é adequado (RE) e H_1 =o modelo de correção de erros não é adequado (FE)

⁴⁶ H_0 = O modelo de correção de erros é adequado (RE) e H_1 =o modelo de correção de erros não é adequado (FE)

Tabela 8 – Resultados do modelo de efeito aleatório da ADP

Random-effects GLS regression				Number of obs	=	54
Group variable: Estados				Number of groups	=	27
R-sq: within = 0.3377				Obs per group: min	=	2
 between = 0.4507				 avg	=	2.0
 overall = 0.4161				 max	=	2
corr(u_i, X) = 0 (assumed)				Wald chi2(6)	=	54.73
				Prob > chi2	=	0.0000
(Std. Err. adjusted for 27 Clusters in Estados)						
Y	Coef.	Robust Std. Err.	z	P>[z]	[95% Conf. Interval]	
X1	-.3244902	.0776625	-4.18	0.000	-.4767059	-.1722745
X2	.312631	.1360385	2.30	0.022	.0460004	.5792617
X3	.1419005	.1085077	1.31	0.191	-.0707708	.3545717
X4	.0686062	.1942287	0.35	0.724	-.3120751	.4492876
X5	.0267349	.0978527	0.27	0.785	-.165053	.2185227
X6	.2068554	.1482814	1.40	0.163	-.0837709	.4974817
_cons	.1966714	.1388176	1.42	0.157	-.0754061	.4687489
sigma_u	.13995016	(fraction of variance due to u_i)				
sigma_e	.12696179					
rho	.54854667					

Fonte: O autor (2016), com base no programa Stata

A variável X1, que representa a dimensão do sistema educacional e de formação profissional, apresenta um sinal negativo e sua estimativa foi significativa a 1%. Nas EMC, quanto mais robusto o modelo de proteção social, mais estímulos os trabalhadores têm para desenvolver habilidades específicas. Em outro sentido, nas EML a educação formal se concentra em habilidades gerais, permitindo alta mobilidade dos trabalhadores em setores que não dependem de especialização, como o de serviços.

A literatura da VoC mostra que, nos regimes social-democrata e conservador, a especialização é peça fundamental para o funcionamento da coordenação econômica (ESTEVEZ-ABE *et al.*, 2001). Dessa forma, quanto mais generoso for, por exemplo, o seguro desemprego, maiores serão os estímulos para os trabalhadores investirem na firma e se especializarem. Essa proteção assegura uma forte redução nos riscos associados a uma mudança técnica ou a uma crise econômica que levasse à dispensa no uso dessas habilidades. Os países de tipo liberal, com regimes de bem-estar pouco generosos e focalizados nos pobres, não conseguem estabelecer estratégias consistentes de criação de habilidades específicas. Isso ocorre por falta de garantias de subsistência ao trabalhador, que perde o emprego ou que tem reduzida a importância econômica de sua especialidade.

Na América Latina – particularmente no Brasil –, portanto nas EMH, as complementariedades econômicas como o amplo setor informal, alta rotatividade, baixa densidade de sindicalização e forte regulação trabalhista para o setor formal, reduzem ou

anulam os efeitos das políticas educacionais que objetivam alavancar o baixo nível de formação profissional ou especializada. Os programas de educação profissionalizante são desenhados para elevar o nível de habilidades específicas dos trabalhadores; não obstante, a utilização dessas habilidades e os incentivos aos trabalhadores para que invistam tempo nessa formação dependem da probabilidade de permanecerem nos postos de trabalho que demandam tal capacitação (SCHNEIDER; KARCHER, 2010). Dessa forma, a eficácia da formação profissional dos trabalhadores depende de outros fatores que vão além da oferta dos programas em si. São precisamente esses argumentos que ajudam a sustentar o resultado obtido com a variável X1.

Esse pano de fundo é imprescindível para a fixação de um ponto que ajudará a compreender a situação das unidades federativas do Brasil: os sistemas de educação e formação profissional estão diretamente ligados ao regime de produção. Isso quer dizer que o investimento em habilidades específicas e na formação continuada não depende só do desejo pessoal do trabalhador, mas também do grau de coordenação dessas economias.

A dimensão de educação e formação profissional está negativamente relacionada com o modelo de proteção social. O que explica essa relação são as complementariedades negativas exercidas pela baixa coordenação econômica, pela alta rotatividade no trabalho, pela informalidade e por um seguro desemprego pouco generoso (de curta duração e que não garante a reposição salarial dos trabalhadores mais qualificados).

A relação encontrada entre regime de bem-estar e variedade de capitalismo nos estados brasileiros não se aproxima dos polos originais (EML e EMC) propostos por Hall e Soskice. Entretanto, é inegável seu vínculo explicativo com a tipificação (EMH) desenvolvida por Schneider. A baixa média de anos de estudo e de formação pós-média são reflexos disso. Uma vez que a proteção social é tendencialmente focalizada nos pobres, o mercado laboral é segmentado e flexível, a densidade sindical é baixa e as ações de grupos econômicos são concentradas, inexistindo estímulos para o desenvolvimento de habilidades específicas. Assim, em regimes de proteção social em que predomina a assistência social e os direitos sociais estão vinculados à comprovação de uma necessidade manifesta, a ampliação da cobertura não gera estímulo à formação e à capacitação profissional de seus trabalhadores, mas, ao contrário, desestimulam-nas.

Essa lógica afeta mais fortemente os trabalhadores negros, pois eles recebem relativamente menos, ocupam majoritariamente postos de trabalhos informais e possuem média de anos de estudo e frequência a cursos profissionalizantes menor que os brancos.

A variável X2, que representa a dimensão sistema produtivo, é significativa ao nível de 5% e está relacionada positivamente com a variável dependente. Essa dimensão contém o número de empregadores para cada 1000 habitantes, a taxa de rotatividade no trabalho, a taxa de assalariamento e o Índice de Gini para a concentração da terra.

Esse fator estabelece uma distinção entre os tipos de estratégias produtivas das unidades federativas: algumas estão baseadas em alta concentração da terra (condição para viabilizar as cadeias industriais, a montante e a jusante do produtor rural) com altas taxas de assalariamento e baixa rotatividade laboral; outras estão vinculadas ao empreendedorismo, geralmente ligado ao setor de serviços com altas taxas de rotatividade laboral.

Assim, o sistema produtivo se comporta estatisticamente como esperado pela teoria, ou seja, essa variável independente estabelece uma relação direta e positiva com o sistema de proteção social. A partir de um olhar mais profundo, verifica-se que as características das instituições regionais e a infraestrutura de suporte à organização econômica variam muito entre as unidades federativas. Os estados com economias mais complexas combinam uma menor taxa de assalariamento com maior número de empregadores e maior taxa de rotatividade laboral com uma menor taxa de concentração da terra. Os estados onde a agropecuária é mais importante apresentam valores intermediários para esse conjunto de variáveis. As unidades onde se concentram a exploração mineral e a agropecuária são menos intensivas em capital, apresentam altas taxas de concentração da terra, menores taxas de assalariamento, menor rotatividade e baixo número de empregadores. Percebe-se, assim, que a conformação das empresas e seu entorno produtivo são menos condicionados pelas instituições nacionais do que a teoria da VoC geralmente presume.

As dimensões de incentivo público (X3), mercado externo e financeiro (X6) só seriam significativas a 20% enquanto as dimensões de capacidade fiscal (X4) e relações de trabalho (X5) não foram significativas. O nível de significância dessas variáveis não permite tirar conclusões mais concretas dessa relação, pois o valor de p representa a chance ou a probabilidade do efeito (ou da diferença) observada entre os tratamentos, devido ao acaso e não aos fatores que estão sendo estudados.

Entretanto, as variáveis de incentivo público, mercado externo e financeiro apresentam sinais consistentes com a teoria aqui discutida, já que mostram sinais positivos. Isso indica que os sistemas de proteção social poderiam ser impactados pela variação positiva da brecha rendimento mensal (negros/brancos), gasto público em educação e gasto em P&D, por um lado, e pelas exportações complexas e crédito público, por outro.

É importante lembrar que as dimensões de educação e formação profissional e a do sistema produtivo, as mais significativas, representam metade (10 de 20) variáveis do sistema de produção capitalista das unidades da federação.

Os resultados até aqui obtidos indicam claramente que os pressupostos analíticos que consideram o Brasil como um tipo único (portanto, mais homogêneo) de regime de proteção social e de variedade de capitalismo não são os mais adequados para compreender as diferentes trajetórias dos estados brasileiros. Percebe-se que é necessário relativizar as regras universais que permeiam os diferentes tipos e entender o surgimento dos sistemas de proteção social nas unidades federativas como uma configuração específica entre o sistema político, os atores sociais e o modelo econômico. Isso não induz a pensar que cada caso é único e incomparável, mas que é possível encontrar similitudes nessas trajetórias e deduzir certos tipos ideais.

Além disso, confirmou-se a hipótese de que os modelos de proteção social das unidades federativas são, em grande medida, determinados pelo modelo de produção capitalista desenvolvido localmente. Todavia, a pergunta que ainda remanesce é se as complementariedades geradas no modelo que inclui as 27 unidades federativas – obtidas pela presente análise de dados em painel – são as mesmas encontradas nos estados onde os regimes de proteção social e variedade de capitalismo são coincidentes.

Para responder a esta indagação, tomando em conta que a redução amostral não permite proceder análises estatísticas mais complexas (análise de regressão múltipla, etc.), a estratégia adotada foi: 1) implementar uma análise, de cunho intuitivo com fundamento na literatura e com auxílio de mapas, das complementariedades dos subgrupos onde os regimes são coincidentes; e, 2) testar o grau de correlação entre o regime de proteção social (variável dependente Y) e o regime de produção econômica ou de variedade de capitalismo (variáveis independentes Xi).

7.2 VARIEDADE DE CAPITALISMO E REGIMES DE BEM-ESTAR: ESPACIALIDADE E COMPLEMENTARIEDADES

Ao propor uma integração analítica entre as duas diferentes linhas de pesquisa, VoC e RB, não se pode olvidar que suas agendas de investigação são distintas. A VoC busca compreender como as empresas coordenam seu ambiente, já a RB tem como foco a forma como os indivíduos suprem suas demandas existenciais por bens e serviços. As

perguntas dirigidas a cada uma dessas linhas diferem tanto quanto os atores investigados. Disso, deduz-se que não é possível extrair uma categorização ou tipologia coincidente; porém, é possível esperar que os arranjos produtivos e de proteção social se apoiem mutuamente, como comprovado até aqui na pesquisa.

Percebe-se, pela composição espacial (nos mapas a seguir), que, em certa medida, existe um sobreamento entre os sistemas (proteção e produção), revelando uma importante causalidade de um sobre o outro. Portanto, a complementariedade não existe só dentro do sistema de produção, como propõe a VoC, mas existe também entre o sistema de produção e o de proteção social (SCHRÖDER, 2013).

Complementariedades entre sistemas de proteção e produção ainda carecem de investigação sistemática no Brasil. Para a América Latina, uma importante reflexão foi feita por Schneider e Karcher (2010), que propuseram cinco eixos fundamentais de complementariedade econômica no mercado de trabalho: baixo nível de habilidades; alta regulação trabalhista; alta rotatividade; amplo setor informal; e sindicatos pequenos e politizados com pouca representação em nível de planta. Contudo, essas complementariedades se restringem ao âmbito econômico, enquanto o passo aqui proposto é tentar relacionar alguns aspectos dos regimes de proteção social com as dimensões construídas para os sistemas de produção (sistema educacional e de formação profissional, sistema produtivo, incentivo público, capacidade fiscal, relações de trabalho, mercado externo e financeiro). Como um pressuposto da construção dos tipos estaduais de RB foi a inclusão do Estado como agente ativo na coordenação econômica, também é necessário incluir a governança “pública” nessa análise.

Tendo sido construídos quatro tipos de sistema de produção e quatro de proteção social, as combinações possíveis para essa análise comparativa – quando considerada a relação entre grupos onde ao menos um estado aparece ao mesmo tempo nos dois regimes – resultariam em sete. Entretanto, para os propósitos de construir uma referência analítica, apenas duas combinações – EHIDE x PSMIF(MBE) e EHFrDE x PSIP(FBE) – serão discutidas, privilegiando regiões com estruturas econômicas e sociais distintas, ou seja, as economias de fraca e intensa dependência estatal e os sistemas de proteção social intensa e moderada. Essa opção privilegia a maximização das similitudes internas entre os estados e das diferenças entre os grupos.

Quadro 13 – Estados onde existe coincidência entre os regimes de proteção social e de variedade de capitalismo

Regimes	1.PSIP(FBE)	2.PSFIP(FBE)	3.PSMIF(MBE)	4.PSBIF(MBE)
1.EHIDE			Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco.	<i>Acre</i>
2.EHFoDE			Paraíba, Sergipe Amazonas	
3.EHMDE		<i>Distrito Federal</i>	Alagoas, Amapá, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins.	
4.EHFrDE	Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.	<i>Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro</i>		

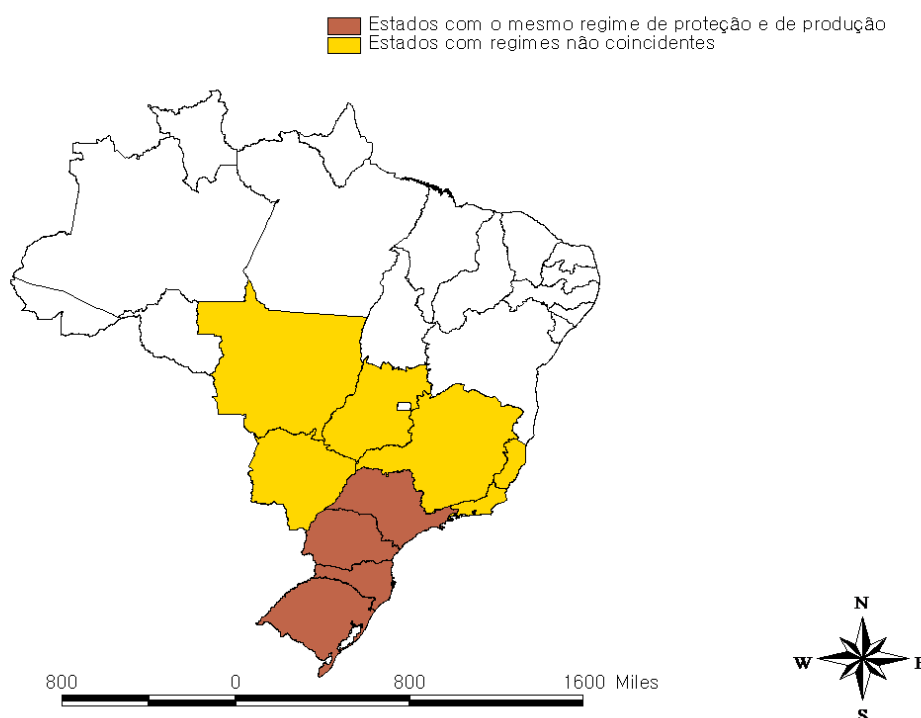
Fonte: O autor (2016)

A Figura 10 sobrepõe os regimes EHFrDE e PSIP(FBE), mostrando que em pelo menos quatro estados (PR, RS, SC e SP) existe uma coincidência entre os dois sistemas. Todavia, os estados não coincidentes pertencem a grupos próximos a esse sistema de proteção social (PSFIP(FBE)).

Ao analisar os dados dos estados com regimes coincidentes, algumas complementariedades ficam evidentes. A relação entre o sistema de proteção social e as relações de trabalho revela que os quatro estados possuem níveis relativamente altos de densidade de sindicalização (média de 17,8%) e, ainda, segundo o DIEESE (2015), concentram 39% do total de sindicatos existentes no País. Com sindicatos mais abundantes e fortes, a tendência é que haja maior equalização na distribuição de renda, fato constatado pela menor média do Índice de Gini (0,461) dentre todos os grupos. A literatura aponta para a ideia de que, quanto mais forte e organizado o movimento operário, maior a tensão no sentido de obter maior cobertura de proteção social. De outra forma, quanto mais poder têm os sindicatos, mais extenso é o sistema de proteção social.

Num cenário nacional em que os sindicatos dos trabalhadores se caracterizam pela baixa densidade, fraco desempenho na negociação econômica (mesmo possuindo forte capacidade de negociação política) e baixo nível de organização no chão de fábrica, a força relativa desse movimento é coerente com a melhor distribuição de renda entre os diferentes tipos construídos.

Figura 10 – Economias Hierárquicas de Fraca Dependência Estatal x Proteção Social Intensa com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica



Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito à complementariedade entre o sistema de proteção social e o mercado externo e financeiro⁴⁷, os estados coincidentes combinam forte demanda por crédito público, altos níveis de exportações complexas e de investimento estrangeiro direto. Se em regimes de bem-estar mais igualitários, do ponto de vista da renda, o mercado de ações não é relevante, o mesmo não ocorre nos países com maior estratificação social, onde se encontram camadas com alta concentração de renda. Nesses últimos, parece haver maior preferência por investimentos em ações. Como já visto, as EMH têm forte dependência do capital externo (controladoras, grupos econômicos, etc.) e das exportações de *commodities*. Porém, as características dos estados em foco indicam que não é possível relacionar suas distribuições de renda apenas com o alto grau de autofinanciamento. É preciso considerar os recursos públicos destinados ao financiamento da produção e as exportações complexas.

Outra complementariedade detectada associa o sistema de proteção social com a qualificação profissional. Sabe-se que, quanto maior a proteção do emprego e maior a taxa de

⁴⁷ Essa dimensão põe em relevo a governança corporativa e pública ligada ao sistema produtivo. Nas economias de mercado liberais, a governança corporativa tem a estratégia de financiamento da atividade produtiva, predominantemente, realizado pela captação de recursos em bolsa de valores, ao passo que nas economias coordenadas, o financiamento depende de crédito bancário de longo prazo.

reposição salarial, maiores os incentivos para a capacitação profissional. Sendo assim, a formação de habilidades se liga à estrutura salarial e à desmercantilização. No caso desses quatro estados (PR, RS, SC e SP), a média de anos de estudo e a taxa de formação pós-média são altas e o gasto público em educação relativamente baixo, se comparado a outros grupos.

Considerando que as estruturas de proteção do emprego, como o seguro desemprego e a taxa de reposição salarial, são frágeis no Brasil, é possível constatar, assim como já fez Schneider (2009), que a formação profissional é individual e orientada pelas firmas. Não obstante, esse grupo, referente aos sistemas de proteção, concentra os melhores indicadores de Gini e IDH. Portanto, se por um lado o baixo nível de investimento público em formação profissionalizante e o baixo nível de proteção do emprego coíbem a aquisição de habilidades específicas, por outro, o melhor desempenho nesse tipo de formação é sustentado e orientado pelas firmas.

A contiguidade geográfica desses estados encarta também um dos mais altos níveis de complexidade econômica do território nacional, mas isso não se reflete numa menor flexibilidade do mercado de trabalho, pois as taxas de rotatividade são elevadas. Em um ambiente de alta rotatividade e baixo gasto em educação, os empregados têm poucos incentivos para investir em competências específicas e, portanto, diferentemente do que ocorre com as economias liberais, os governos não têm a capacidade ou a motivação para apoiar altos gastos em educação pública, ainda que seja em competências gerais.

Como é patente na teoria da VoC, os empregos industriais em setores baseados em acumulação de competências (Economias Coordenadas) dependem de relações de trabalho de longo-prazo; já em setores dinâmicos e de alta inovação (Economias Liberais) dependem de relações laborais flexíveis e dinâmicas e com alta rotatividade. Esse último está sujeito à intensa mercantilização dos trabalhadores, enquanto o primeiro mantém um certo grau de desmercantilização, não só por razões sociais, mas para preservar sua vantagem competitiva.

Como já discutido, nesses estados a rotatividade é alta, porém a taxa de emprego informal é baixa, se comparada com outras unidades. Nesse sentido, esse regime, flexível e com alta rotatividade, é complementado pela informalidade (ainda que em patamares menores que outras unidades). Há uma clara funcionalidade do sistema de proteção social (com baixa proteção do emprego e alta informalidade) em relação ao sistema produtivo (com mercado de trabalho flexível).

As complementariedades étnicas nesse grupo de estados podem ser tratadas relacionando-se o percentual de afrodescendentes com os anos de estudo (ALESINA et al., 2003) e com a brecha no emprego informal. Os quatro estados apresentam baixos percentuais

de população afrodescendente (média de 26%) e possuem as mais elevadas brechas de anos de estudo (média de 0,87) e de emprego informal (média de 1,18). Os afrodescendentes, como grupo minoritário, possuem 13% a menos de tempo de estudo e são 18% mais numerosos que os brancos no trabalho informal. Mesmo com a ampliação dos gastos sociais e a redução das desigualdades ocorridas no período, o diferencial de salários entre negros e brancos se ampliou. Segundo os dados da Pnad em 1992, essa diferença em desfavor dos afrodescendentes era de R\$ 700 (a preços de 2012) e, em 2012, atingiu R\$ 940. A proporção de negros que possui ensino médio ou superior triplicou nos últimos 20 anos (11% para 36%); porém, a diferença dessa proporção em relação aos brancos também vem crescendo: entre 1992 e 2012, aumentou de 22 para 28 pontos percentuais.

A situação desfavorável aos negros tem início já na entrada mais precoce no mercado de trabalho e passa por maior taxa de desemprego, maior parcela de trabalhadores sem carteira de trabalho (ou mesmo sem remuneração) e maior inserção em atividades com carga horária de até 30 horas por semana (resultando em menos horas trabalhadas por ano). Isso pode ter relação com a baixa expectativa e/ou retorno esperado no mercado, que levaria os negros a optarem por trabalhos com custos de oportunidade menores, gerando maior rotatividade e menor tempo de permanência em um mesmo emprego (HIRATA, 2014).

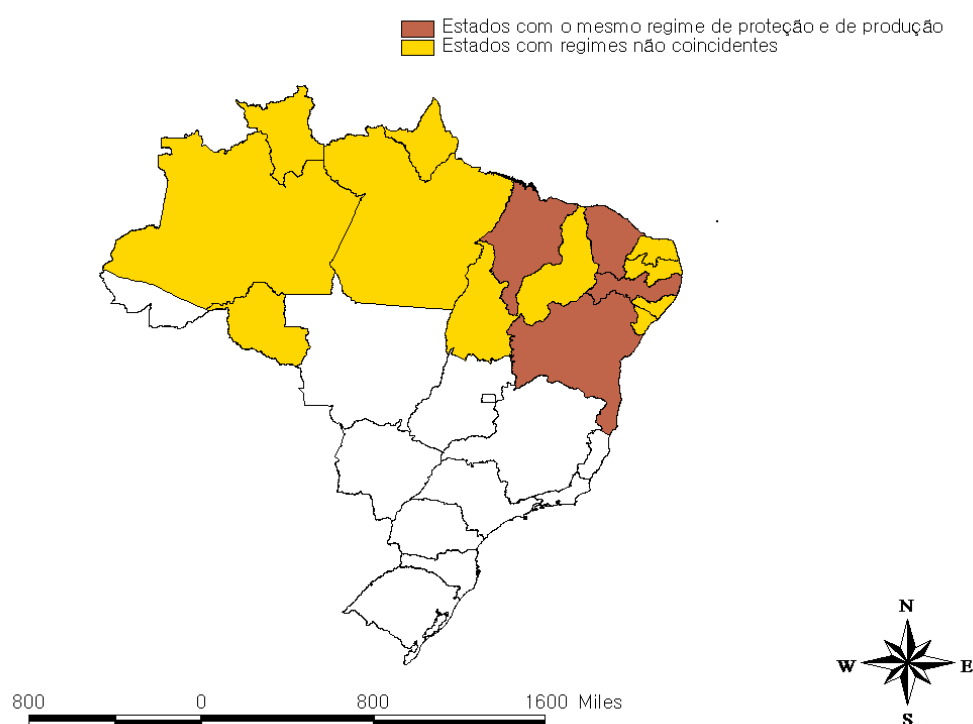
Na comparação entre a EHIDE e PSMIF (MBE), novamente os estados coincidentes (BA, CE, PE e MA) mantêm uma proximidade geográfica (Figura 11). A região Nordeste, onde se localizam esses estados, foi a única região brasileira que experimentou, nas duas últimas décadas, um crescimento na taxa de sindicalização. A densidade de sindicalização (média de 20,4%) é alta e o número de sindicatos representa 15,4% do total nacional (DIEESE, 2015). Entretanto, o alto nível de sindicalização parece não ter causado uma melhora na distribuição de renda, pois a média do Índice de Gini é 0,517.

Para explicar essa aparente contradição da complementariedade entre a força da ação sindical e a renda é preciso recobrar os ensinamentos de Celso Furtado, quando da criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1957. Ele apontava que o problema da extensa pobreza na região não era o mito da seca, mas fatores como a exclusão das massas de trabalhadores do processo produtivo, a predominância da agricultura de subsistência, a informalidade nas relações de trabalho e as instabilidades em relação à renda real.

Alguns indicadores utilizados nesta pesquisa revelam que o diagnóstico de Furtado ainda é atual. Os quatro estados (BA, CE, PE e MA) apresentam uma elevada população abaixo da linha da pobreza (média de 27%), uma taxa de emprego informal igualmente alta

(média de 62,3%) e um elevado índice de concentração de terra (0,850). Nesse grupo convivem ilhas econômicas dinâmicas e ativas com estruturas econômicas tradicionais, ligadas às oligarquias políticas poderosas. Dessa forma, o impacto da densidade sindical na renda local é mitigado.

Figura 11 – Economias hierárquicas de intensa dependência estatal x Proteção Social de Moderada Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica



Fonte: Dados da pesquisa

Os estados coincidentes combinam moderada demanda por crédito público (média de 3,8%), altos níveis de exportações complexas (média de 52,4%) e um investimento estrangeiro direto em níveis intermediários (média de 6,4%), se comparados com os outros tipos. Tomando essas mesmas variáveis e comparando os dois períodos analisados (em torno de 2001 e em torno de 2014), fica patente um forte dinamismo na região, o que fica visível pelas seguintes mudanças: as exportações complexas saíram de 40,8% em 2001 para 52,4% em 2014; o investimento estrangeiro era próximo de zero e passou para 6,4%; o crédito público passou de 2,1% para 3,8%; e o Índice de Gini, que era de 0,598, atingiu 0,517.

Por esse ângulo, apesar das complementariedades negativas impulsionadas pela estrutura desigual da região, é razoável afirmar que houve complementariedade entre a forma

de financiar a produção e a melhoria da distribuição de renda (ainda que profundamente desigual).

Para esses estados, a já débil proteção do emprego se agrava pela pobreza e pela informalidade. O reflexo disso pode ser constatado no número médio de anos de estudo (média de 6,8 anos) e na formação pós-média (média de 7,5%). Por outro lado, o gasto público em educação é levemente superior às economias de fraca dependência estatal. Aqui também se constata que a formação profissional é individual e empresarialmente orientada, não existindo, aparentemente, movimentos institucionais que possibilitem romper o binômio baixa qualificação – baixos salários.

No que tange à mercantilização dos trabalhadores, esse grupo combina moderadas taxas de rotatividade (média de 46,5%) com elevadas taxas de emprego informal (73,4%), atendendo de forma mais aprofundada a flexibilidade do mercado de trabalho.

A dimensão étnica para esse grupo apresenta elevados percentuais de população afrodescendente (média de 73,6%), com moderadas brechas de anos de estudo (média de 0,92) e de emprego informal (média de 1,11). Os afrodescendentes, como grupo majoritário, possuem 8% menos de tempo de estudo e são 11% mais numerosos que os brancos no trabalho informal. Mesmo com um contingente expressivo da população, os afrodescendentes seguem segregados do ponto de vista socioeconômico.

Intuitivamente e com suporte na literatura, as complementariedades discutidas nesta etapa da pesquisa fazem sentido teórico, mas é preciso submetê-las a uma análise que seja mais precisa na determinação das correlações entre as dimensões subjacentes extraídas da análise fatorial. Essa análise apontará o nível do coeficiente de correlação e da significância da relação entre as variáveis aqui discutidas.

7.3 CORRELAÇÃO DE SPEARMAN ENTRE OS FATORES DOS ESTADOS COM REGIMES COINCIDENTES

O CCS mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais. Usa, em vez do valor observado, apenas a ordem das observações. Deste modo, o CCS não é sensível a assimetrias na distribuição, nem à presença de *outliers*, não exigindo, portanto, que os dados provenham de duas populações normais.

Nos casos em que os dados não formam uma nuvem “bem-comportada” com alguns pontos muito afastados dos restantes, ou em que parece existir uma relação crescente ou decrescente em formato de curva, o coeficiente ρ de Spearman é mais apropriado.

O coeficiente ρ de Spearman varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo estiver destes extremos, mais forte a associação entre as variáveis. O sinal negativo da correlação significa que as variáveis oscilam em sentido contrário, isto é, as categorias mais elevadas de uma variável estão associadas a categorias mais baixas da outra.

Dessa forma, ao proceder às correlações entre os fatores de proteção social e de variedades de capitalismo para os estados onde os regimes são coincidentes, pretende-se determinar quais dimensões dos regimes de produção capitalista estão significativamente relacionadas com as do regime de bem-estar. Aqui, dentre as possibilidades de combinações dos diferentes regimes coincidentes (Quadro 13), o único par não analisado foi o EHFODE x PSBIF(MBE). A justificativa é o fato de que essa combinação resulta em apenas um estado coincidente, inviabilizando, dessa forma, as comparações pretendidas.

Tabela 9 – Regimes EHIDE x PSMIF(MBE) para os estados da BA, CE, MA e PE

			Y1	Y2	Y3	Y4	X1	X2	X3	X4	X5	X6
Spearman's rho	Y1	Correlation Coefficient	1,000	-,690	-,524	,024	-,786*	-,476	-,333	-,214	-,357	-,310
		Sig. (2-tailed)		,058	,183	,955	,021	,233	,420	,610	,385	,456
		N	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
	Y2	Correlation Coefficient	-,690	1,000	,833*	-,143	,762*	,190	,452	,048	,071	,548
		Sig. (2-tailed)	,058		,010	,736	,028	,651	,260	,911	,867	,160
		N	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
	Y3	Correlation Coefficient	-,524	,833*	1,000	-,310	,619	,500	,333	-,286	,500	,095
		Sig. (2-tailed)	,183	,010		,456	,102	,207	,420	,493	,207	,823
		N	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
	Y4	Correlation Coefficient	,024	-,143	-,310	1,000	-,476	,119	,381	-,214	-,286	,214
		Sig. (2-tailed)	,955	,736	,456		,233	,779	,352	,610	,493	,610
		N	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed)

Quando se relacionam a EHIDE e a PSMIF(MBE) (Tabela 9) para os estados coincidentes (BA, CE, MA e PE), percebe-se que as únicas dimensões da proteção social que se relacionam com as dimensões da variedade de capitalismo são o desempenho do regime (Y1) e gênero e generosidade do sistema (Y2). Essas duas dimensões de proteção social estão fortemente correlacionadas (em ambas o ρ é maior que 0,70) com a dimensão do sistema educacional e de formação profissional (X1), no campo do sistema de produção econômica.

A diferença encontrada fica por conta de que, em relação à Y1, a correlação apresenta um sinal negativo para X1. Dessa forma, elas tendem a caminhar em direções opostas, aumentando uma e diminuindo outra. Contudo, é necessário chamar a atenção para o

fato de que esse processo de inferência não significa que uma variável “causa” outra em sentido oposto, ou seja, não implica a existência de relação causal entre os fatores.

Uma vez que a dimensão do sistema educacional e de formação profissional (X1) é um fator síntese de seis variáveis – número médio de anos de estudo, estudantes em formação pós-média e universitária como porcentagem dos estudantes no ensino médio, brecha na média anos de estudo (negros/brancos), investimento estrangeiro direto, taxa de emprego informal e brecha na frequência em cursos profissionalizantes (negros/brancos) – e que a dimensão desempenho do regime (Y1) é a síntese de nove variáveis – Coeficiente de Gini, esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade na infância, taxa de mortalidade infantil, população abaixo da linha da pobreza, índice de desenvolvimento humano, taxa de ocupação feminina, crianças abaixo de 3 anos atendidas em serviços de cuidados públicos e taxa de dependência infantil –, é possível constatar uma coerência teórica no comportamento estatístico desses fatores.

Essa análise não permite uma decomposição mais precisa do efeito de cada variável, porém, não é difícil deduzir que oscilação a menor de variáveis – como anos de estudo, formação pós-média e investimento estrangeiro – deve ser acompanhada de oscilações a maior de variáveis, como mortalidade infantil e na infância, população abaixo da linha da pobreza e taxa de ocupação feminina. Já a relação entre a dimensão de gênero e generosidade do sistema (Y2) com a dimensão do sistema educacional e de formação profissional (X1) aponta para uma variação positiva entre ambas. Aqui também se deduz uma relação teórica apropriada, pois na medida em que exista uma mudança positiva nas variáveis de X1, é de se esperar uma mudança positiva em variáveis como cobertura das pensões, gasto privado em saúde, diferença salarial de gênero, brecha na proteção social e na taxa de dependência de idosos.

A Tabela 10 compara os regimes de EHMDE e PSMIF (MBE) nos estados coincidentes de AL, AP, PA, PI, RN, RO, RR e TO, pelo que se nota que a variável X1 segue fortemente e negativamente (-0,787) relacionada com a variável Y1. A novidade apresentada é a correlação moderada e positiva (0,642) entre X3 (gasto público em políticas de trabalho, brecha rendimento mensal (negros/brancos), gasto público em educação e gasto em P&D) e Y3 (famílias conviventes (estendidas ou compostas), percentual de afrodescendentes por UF, brecha na taxa de desocupados (negros /brancos), brecha na taxa de mortalidade infantil (negros/brancos)).

Tabela 10 – Regimes EHMDE x PSMIF (MBE) para os estados de AL, AP, PA, PI, RN, RO, RR, TO

			Y1	Y2	Y3	Y4	X1	X2	X3	X4	X5	X6
Spearman's rho	Y1	Correlation Coefficient	1,000	-,196	,002	-,453	-,787**	-,100	-,304	-,218	,010	,446
		Sig. (2-tailed)		,451	,993	,068	,000	,701	,236	,400	,970	,073
		N	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
	Y2	Correlation Coefficient	-,196	1,000	-,419	,287	,333	,287	-,172	,091	,395	,453
		Sig. (2-tailed)	,451		,094	,264	,191	,264	,510	,729	,117	,068
		N	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
	Y3	Correlation Coefficient	,002	-,419	1,000	-,091	,275	,159	,642**	,311	-,120	-,292
		Sig. (2-tailed)	,993	,094		,729	,286	,541	,005	,224	,646	,256
		N	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17
	Y4	Correlation Coefficient	-,453	,287	-,091	1,000	,478	,002	,387	,265	-,150	,218
		Sig. (2-tailed)	,068	,264	,729		,052	,993	,125	,305	,567	,400
		N	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Dessa forma, quando ocorre uma variação positiva na dimensão incentivo público, varia positivamente a dimensão família e diversidade étnica. Essa relação parece estar associada ao fato de que, nos estados com maior contingente de afrodescendentes e, por consequência, com maior nível de pobreza e dependência familiar para geração de bem-estar, a demanda por gastos públicos em políticas de trabalho, de educação e gasto em P&D é maior. O mesmo raciocínio vale para a brecha de rendimento mensal (negros/brancos), que ao variar positivamente faz as brechas na taxa de desocupados (negros /brancos) e na taxa de mortalidade infantil (negros/brancos) acompanharem esse movimento.

Ao comparar, na Tabela 11, os regimes de EHFrdE x PSIP(FBE) nos estados coincidentes de PR, RS, SC e SP, nota-se que a variável X1 segue fortemente e negativamente (-0,714) relacionada com a variável Y1. Já em relação à variável Y2 nesse grupo, ocorre uma mudança em relação aos grupos de estados anteriormente analisados. Aqui, essa variável está negativa e fortemente relacionada (-0,905) à dimensão de gênero e generosidade do sistema (Y2) é a dimensão de relações do trabalho (X5). Uma explicação plausível é a de que a oscilação positiva nas variáveis de densidade de sindicalização, da taxa de empregos temporários e da brecha no emprego informal causam uma oscilação em sentido contrário em variáveis como diferença salarial de gênero e brecha na proteção social.

Tabela 11 – Regimes EHFrDE x PSIP(FBE) para os estados do PR, RS, SC e SP

			Y1	Y2	Y3	Y4	X1	X2	X3	X4	X5	X6
Spearman's rho	Y1	Correlation Coefficient	1,000	-,190	-,048	,500	-,714*	,071	,286	-,119	,238	,643
		Sig. (2-tailed)		,651	,911	,207	,047	,867	,493	,779	,570	,086
		N	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
	Y2	Correlation Coefficient	-,190	1,000	,643	-,690	,571	,381	,381	-,619	-,905**	-,262
		Sig. (2-tailed)	,651		,086	,058	,139	,352	,352	,102	,002	,531
		N	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
	Y3	Correlation Coefficient	-,048	,643	1,000	-,286	,357	,762*	-,048	,024	-,381	-,310
		Sig. (2-tailed)	,911	,086		,493	,385	,028	,911	,955	,352	,456
		N	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
	Y4	Correlation Coefficient	,500	-,690	-,286	1,000	-,643	-,214	-,048	,357	,500	,429
		Sig. (2-tailed)	,207	,058	,493		,086	,610	,911	,385	,207	,289
		N	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* . Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Os traços comuns entre as três comparações realizadas utilizando a correlação de Spearman são: 1) a dimensão do sistema educacional e de formação profissional (X1) está negativa e fortemente relacionada com dimensão de gênero e generosidade do sistema (Y2); e, 2) nenhuma variável de proteção social está relacionada com a dimensão de esforço estatal (Y4). A explicação para esse último fenômeno pode estar ligada ao fato de que os gastos governamentais totais em proteção social e em saúde são determinados constitucionalmente e em patamares fixos. Dessa forma, essas variáveis comportam pouca variação no tempo e no espaço.

A análise de correlação aqui realizada não permite concluir por uma relação causal entre o regime de variedade de capitalismo e o de bem-estar para os grupos analisados, mas dá pistas consistentes de que em cada grupo de estados, onde os regimes coincidem, a importância das variáveis de VoC não é a mesma encontrada para o conjunto dos estados brasileiros. Sendo assim, ainda que não se possa concluir por uma relação causal, a correlação entre as variáveis é muito elevada. Esse fato reforça a conclusão de que existe uma forte heterogeneidade nos regimes de proteção social e de variedade de capitalismo entre os estados brasileiros e que as complementariedades encontradas apontam tanto o perfil hierárquico das economias das Unidades Federativas, bem como a dependência estatal na conformação de seus modelos de produção capitalista.

7.4 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Além das críticas de que as tipologias não representam a realidade e que as mudanças sociais não são fruto exclusivo da racionalidade institucional de uma determinada sociedade, a verificação das hipóteses, tal como concebida, permite criticamente afirmar que os tipos tanto de RB como os de VoC desenvolvidos para a América Latina, ao incluir o Brasil, são excessivamente genéricos. As classificações exclusivas para o território nacional padecem da mesma generalização ao não assumirem a heterogeneidade estrutural e as complementariedades dela decorrentes nos diferentes sub-níveis de governo. A construção dessas macro-tipologias – ao não levar em consideração as características específicas de formação da sociedade brasileira – revelou-se cega em relação à brecha étnica, eixo de desigualdade relevante no contexto histórico nacional.

As comparações entre regimes foram um avanço proporcionado pela abordagem tipológica, não obstante, a literatura acadêmica, ainda que caracterize o País como se fosse um tipo homogêneo (Quadros 4 e 6), o faz com distintas variáveis, atributos ou traços marcantes, tanto para o regime de proteção social como para a variedade de capitalismo. Na caracterização tipológica das Unidades Federativas, em ambos os regimes desenvolvidos, alguns traços teóricos em diferentes autores foram combinados para permitir uma aproximação maior à dinâmica interna do País.

De Cecchini *et al.* (2014) e Martínez Franzoni (2008) extraiu-se a ideia de grau de intensidade da proteção social e o caráter familiar ou produtivista, respectivamente. Ora, como demonstrado por meio dos indicadores selecionados, os estados apresentam respostas diferentes em termos de intensidade protetiva. Ao mesmo tempo, comprova-se que, na realidade nacional, a família segue exercendo um papel fundamental na produção de bem-estar. Combinar essas dimensões analíticas não seria suficiente se a elas não fosse adicionado um instrumento que capturasse as brechas étnicas, até então ausentes nesses estudos.

Os problemas apontados para os regimes de proteção social repetem-se na abordagem da VoC. O capitalismo brasileiro, por ser periférico, não é um modelo “misto” de variedade de capitalismo ou de transição a algum dos modelos propostos para os países industrializados.

Assumiu-se que a economia brasileira enquanto desigual e hierárquica (SCHNEIDER, 2009) e que os regimes produtivos regionais têm no Estado um propulsor do desenvolvimento e um ator capaz de operar mudanças importantes na economia política das unidades federativas (BOSCHI, 2011; DINIZ, 2011; DELGADO, 2008). Dessa forma, foi

possível investigar empiricamente o Estado como agente estratégico, atuando para eliminar complementariedades negativas, ou gerar complementariedades positivas. O componente étnico, também aqui ausente, foi um elemento inovador da abordagem da VoC para o caso brasileiro.

A tese comprova, mediante a análise de Cluster e a partir dos conceitos de grau de intensidade da proteção social e do caráter familiar ou produtivista, o modo hierárquico da economia, embora com o Estado como ator estratégico e, tudo isso, permeado pela dimensão étnica, bem como que a lupa dos estudos acadêmicos está extremamente distante, pois o interior do Brasil é empiricamente heterogêneo. Não restam dúvidas de que o Brasil condensa diferentes ordens de práticas sociais e econômicas, que não permitem tratá-lo como um tipo único e homogêneo de regime de bem-estar e variedade de capitalismo, confirmando a Hipótese 1.

Ao se analisar a composição dos grupos de estados que integram os diferentes tipos de proteção social e de variedade capitalista, constatou-se uma significativa relação de dependência entre ambos. Essa evidência foi revelada tanto na comparação agregada dos estados (com a técnica da ADP) como dos estados com regimes coincidentes (Correlação de Spearman). Mais do que isso, as adaptações analíticas do grau de intensidade da proteção social, o caráter familiar ou produtivista, a inclusão analítica do Estado como um ator estratégico e a dimensão étnica como um componente transversal, permitiram confirmar empiricamente algumas complementariedades ainda incipientes na literatura especializada entre RB e VoC.

Ficou evidenciado que, em economias com menor dependência estatal, existe uma maior intensidade protetiva combinada com maiores brechas étnicas. Contrário sensu, quanto mais dependente do Estado, menor a intensidade protetiva, mais forte o caráter familiar e menores são as brechas étnicas. Ao alocar os regimes em mapas, foi possível perceber uma contiguidade espacial entre as unidades onde os regimes coincidem, além dos seus vínculos com o processo de desenvolvimento econômico e social das diferentes regiões do Brasil. Dessa forma, as complementariedades entre RB e VoC foram significativas, confirmando também uma contiguidade espacial das unidades com regimes coincidentes, validando a Hipótese 2.

A Hipótese 3, por ser contrastada transversalmente nos três últimos capítulos (V, VI e VII) e pela importância inovadora da dimensão étnica nos estudos tipológicos dessa natureza, merece uma síntese conclusiva dos seus achados confirmatórios. Fica evidente que os regimes de proteção social com maior intensidade protetiva são os que concentram a menor

população afrodescendente e as maiores brechas étnicas. Nesses estados são encontrados os melhores índices de Gini e IDH e, ao mesmo tempo, são eles que apresentam a mais fraca dependência estatal do ponto de vista do sistema de produção econômica. Dessa forma, são neles que os afrodescendentes têm a maior brecha educacional e de emprego informal, permitindo concluir que, quanto menor a dependência estatal de uma unidade federativa, mais intensa serão as brechas étnicas.

Considerando que a escala de brechas étnicas aumenta na medida em que a população negra é menor e onde o regime de proteção é mais intenso e a economia menos dependente do Estado, é possível concluir que o fator equalizador das brechas entre negros e brancos é a pobreza, uma vez que os estados mais pobres (menores índices de Gini e IDH) são aqueles que possuem as menores brechas étnicas. A etnia, ao lado do gênero e classe, constitui um importante fator de agravamento das condições de precariedade e exclusão em que vive uma grande parcela da população brasileira, porém as evidências aqui obtidas indicam que as diferenças entre negros e brancos são minimizadas quando a pobreza e o baixo dinamismo econômico são mais pronunciados.

Essas constatações, de certa forma, minimizam a ideia de que a pressão internacional por uma homogeneização econômica liberalizante é inexorável, pois confirma que apesar da forte influência externa, a heterogeneidade regional segue como traço marcante do País. No mínimo, fica evidenciado que as diferenças institucionais da nação e de suas regiões estão moldando essa “trajetória liberalizante”. Ainda que se possa parecer, não se está diminuindo ou menosprezando o Estado-nação como um importante nível de análise. O que se tentou foi pôr em relevo a importância da variabilidade interna do País na configuração dos seus regimes de proteção social e de variedade de capitalismo.

CAPÍTULO VIII

CONCLUSÕES

8.1 RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Este último capítulo está estruturado pelos principais resultados obtidos na pesquisa, pelas contribuições ao tema – objeto principal do estudo – e as possíveis linhas de pesquisa que podem ser construídas a partir da presente tese.

A pretensão primeira da investigação foi oferecer uma compreensão da heterogeneidade dos regimes de bem-estar e de variedade de capitalismo no Brasil, buscando revelar as limitações das formulações tipológicas concebidas para o País. Além disso, vários procedimentos estatísticos foram utilizados para testar se a variabilidade regional dos regimes de bem-estar é dependente da conformação específica da variedade de capitalismo construído nos estados brasileiros. Portanto, os resultados obtidos derivam, em síntese, desses propósitos.

As principais conclusões da pesquisa são complementares a outros trabalhos que discutem isoladamente a temática aqui proposta; entretanto, algumas contribuições foram além dessa função. Aportes como a regionalização dos sistemas de proteção social e de produção capitalista em um mesmo país, a inclusão de uma dimensão étnica na avaliação tipológica e a complementariedade (positiva e negativa) entre os regimes de bem-estar e de variedade de capitalismo foram contribuições com pouco ou nenhum paralelo em trabalhos do gênero.

Seguramente, como é da natureza da investigação científica, a presente tese carrega algumas limitações e não responde a algumas indagações, porém, ao mesmo tempo, cria temas de pesquisa para desenvolvimento futuro. Em especial, se faz necessário identificar os fatores explicativos (políticos, econômicos e institucionais) específicos de cada contexto local, que ao interagir com a variável nacional e supranacional, oferecem respostas divergentes em termos de proteção social e de produção econômica.

8.2 REGIMES DE BEM-ESTAR NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS

Com a mesma técnica de análise fatorial, a partir de 21 variáveis, foram extraídas 4 dimensões subjacentes (fatores): 1) Desempenho do regime; 2) Gênero e Generosidade do sistema; 3) Família e Diversidade étnica; e 4) Esforço Estatal.

8.2.1 Desempenho do regime

Com 9 das 21 variáveis utilizadas na análise, a variância total explicada por este fator é de 35,7%. Nessa dimensão aparecem relacionadas positivamente o coeficiente de Gini, taxa de mortalidade na infância (<5 anos), taxa de mortalidade infantil, população abaixo da linha da pobreza e a taxa de dependência infantil. Por outro lado, relacionam-se negativamente com o resto dos indicadores a esperança de vida ao nascer, índice de desenvolvimento humano, taxa de ocupação feminina e crianças abaixo de 3 anos atendidas em serviços de cuidados públicos. As correlações encontradas confirmam a farta produção teórica que associa as condições materiais (distribuição de renda) de vida com o número de pobres, mortalidade infantil, dependência e mortalidade na infância. Ainda que o emprego feminino e os cuidados públicos a crianças abaixo de 3 anos não estejam inversamente relacionados, parece fazer sentido que a mercantilização da mão de obra feminina esteja inversamente relacionada com a distribuição de renda e as condições de vida (mortalidade, pobreza e dependência).

8.2.2 Gênero e generosidade do sistema

Este fator explica 15,9% da variância total e congrega 5 das 21 variáveis analisadas. Todas as variáveis se relacionam positivamente nessa dimensão. Ela entrelaça a generosidade do sistema de pensões (cobertura das pensões), a taxa de dependência de idosos, o gasto privado em saúde, a diferença salarial de gênero e a brecha de proteção social entre negros e brancos. Como a estrutura etária está relacionada com a mudança demográfica pela qual passa o País, com o aumento do número de idosos, aumenta a pressão sobre os sistemas de proteção, em particular sobre a cobertura das pensões. Percebe-se também que o gasto privado em saúde aumenta na medida em que aumenta o número de idosos. As políticas que objetivam facilitar a conciliação da vida laboral e familiar acabam por impactar a posição ocupada e a renda auferida pelas mulheres. Porém, quando se adiciona o componente étnico, os dados mostram que, quanto maior for a diferença salarial em desfavor das mulheres, maior será a brecha de proteção social em prejuízo dos negros.

8.2.3 Família e Diversidade étnica

Esta dimensão explica 14,3% da variância total e contém 4 das 21 variáveis utilizadas. O aspecto relevante é a concentração de indicadores de diferenças étnicas. Além do percentual de afrodescendentes e das famílias conviventes (estendidas + compostas) nas

unidades federativas, compõem essa dimensão as brechas na taxa de desocupados e de mortalidade infantil entre negros e brancos. A brecha na taxa de desocupados é a única variável que, na relação com as demais, tem sinal negativo. Isso indica que, quanto maior for o percentual de afrodescendentes, menor a brecha na taxa de desocupados. Dessa forma, em princípio, em uma população com maior concentração de afrodescendentes haverá uma menor diferença entre negros e brancos no que diz respeito à taxa de desocupação. Por outro lado, o percentual de afrodescendentes se relaciona positivamente com as famílias conviventes, sugerindo que um aumento nessa população provocará uma elevação no número de famílias conviventes.

8.2.4 Esforço Estatal

Com 3 das 21 variáveis utilizadas, esta dimensão explica 14,1% da variância total e é a de menor peso entre todas as outras dimensões. Na literatura, essas variáveis (gasto governamental total, gasto em proteção social e gasto público em saúde) aparecem, via de regra, relacionadas com indicadores de condição de vida da população, porém, aqui elas estão fortemente e positivamente inter-relacionadas. Na medida que se aumenta o gasto total governamental se elevam os gastos em proteção social e saúde. A Constituição de 88 foi um elemento importante na ampliação dos gastos sociais e de saúde, justificando, de certa forma, que a ampliação do gasto público alavancasse também os gastos nessas áreas.

8.3 REGIMES DE BEM-ESTAR: ANÁLISE DE CLUSTER

Da mesma forma como realizado para a variedade de capitalismo, a base de classificação utilizada para regimes de bem-estar foram as pontuações de cada ente federado extraídas da análise fatorial de componentes principais, gerando 4 grupos de estados. Os pressupostos utilizados na construção dos tipos foi que cada unidade federativa possui um grau de intensidade variável de proteção social, assumindo que os graus de dependência familiar e do mercado, bem como a intensidade de igualdade étnica também são individualizados regionalmente.

8.3.1 Proteção Social Intensa com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica (PSIP-FBE)

Composto por Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, este tipo concentra os melhores indicadores de distribuição de renda e de desenvolvimento humano e as menores taxas de pobreza, mortalidade infantil e na infância. Com a maior cobertura no

atendimento público a crianças abaixo de 3 anos e com a maior taxa de ocupação feminina, ele maximiza a mercantilização do trabalho feminino. Com melhor distribuição de renda, menor número de dependentes e máxima cobertura das pensões, esse grupo é o que maximiza a mercantilização da proteção social. É nele que se encontra o maior nível de gasto privado em saúde. Do ponto de vista étnico, este é o tipo que apresenta a maior brecha em termos de proteção social. Possui elevada brecha na taxa de desocupação e o menor percentual de população afrodescendente. Nesse contexto também se encontra menor taxa de famílias conviventes, indicador da mínima dependência familiar para acessar bens e serviços.

Por fim, este grupo atinge os segundos maiores gastos governamentais, de proteção social e saúde. É, dessa forma, o segundo colocado no esforço público e na generosidade do sistema de proteção social.

8.3.2 Proteção Social de Forte Intensidade com Caráter Produtivista e Forte Brecha Étnica (PSFIP-FBE)

Este tipo é composto pelas unidades federativas Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro. Trata-se de um modelo também fortemente estruturado na estratégia de mercado. A distribuição de renda e de desenvolvimento humano estão ligeiramente abaixo do modelo anterior. Esses indicadores se refletem também nas taxas de pobreza, mortalidade infantil e na infância e na esperança de vida ao nascer, que estão na segunda melhor posição entre todos os grupos.

Apesar de sensivelmente inferior que o modelo precedente, a cobertura no atendimento público a crianças abaixo de 3 anos e a taxa de ocupação feminina apontam para uma forte mercantilização do trabalho feminino. As brechas étnicas neste tipo, apesar de contar com uma população majoritária de afrodescendentes, são elevadas. A única exceção é a ausência de brecha em termos de proteção social, indicando que brancos e negros usufruem da mesma cobertura. Quando se olha para as diferenças de gênero, este modelo apresenta a segunda melhor taxa de ocupação feminina, mas, ao mesmo tempo, possui a maior diferença de rendimentos entre homens e mulheres.

8.3.3 Proteção Social de Moderada Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica (PSMIF-MBE)

Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins são as unidades que

compõem este tipo. O modelo de moderada intensidade divide entre a família e o mercado a estratégia de acesso ao consumo básico de bens e serviços. A distribuição de renda e de desenvolvimento humano estão ligeiramente abaixo do modelo anterior e acima do modelo de baixa intensidade de proteção social. As taxas de pobreza, mortalidade infantil e na infância e na esperança de vida ao nascer, apesar de elevadas são ligeiramente melhores que o grupo de baixa intensidade. A cobertura no atendimento público a crianças abaixo de 3 anos e a taxa de ocupação feminina indicam uma das menores taxas de mercantilização do trabalho feminino. Com uma população majoritária de afrodescendentes, as brechas étnicas são baixas. A brecha de proteção social indica que brancos e negros usufruem da mesma cobertura, a brecha na taxa de desocupação é mínima. As diferenças de gênero neste modelo contrapõem a segunda pior taxa de ocupação feminina, com a menor diferença de rendimentos entre homens e mulheres. Por fim, este grupo possui os segundos menores gastos totais, gastos em proteção social e gastos em saúde.

8.3.4 Proteção Social de Baixa Intensidade com Caráter Familiar e Modesta Brecha Étnica (PSBIF-MBE)

O Acre é o único representante desse tipo. Possui altas taxas de pobreza, mortalidade infantil e na infância. Com uma das menores coberturas no atendimento público a crianças abaixo de 3 anos e com modesta taxa de ocupação feminina, ele minimiza a mercantilização do trabalho feminino. Com uma das piores distribuições de renda, maior número de dependentes e mínima cobertura das pensões, este grupo é o que possui a menor mercantilização da proteção social. É nele que se encontra o menor nível de gasto privado em saúde. Do ponto de vista étnico, este tipo, assim como os de forte e moderada intensidade, não apresenta brechas em termos de proteção social. A modesta brecha de mortalidade infantil em desfavor dos negros se combina com uma baixa brecha na taxa de desocupação e com o maior percentual de população afrodescendente. Nesse contexto, também se encontra uma das maiores taxas de famílias conviventes, indicador da forte dependência familiar para acessar bens e serviços.

8.4 SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS

Das 20 variáveis de caracterização do regime de produção capitalista submetidas a análise fatorial, resultaram seis fatores ou dimensões subjacentes que explicam 73,5% da

variância total entre os regimes. As dimensões subjacentes foram assim denominadas: 1) Sistema Educacional e de Formação Profissional; 2) Sistema Produtivo; 3) Incentivo Público; 4) Capacidade Fiscal; 5) Relações de trabalho; 6) Mercado Externo e Financeiro.

Na dimensão do Sistema Educacional e de Formação Profissional, as variáveis se relacionam entre si positivamente, exceto a taxa de emprego informal, que se relaciona negativamente com as outras. Em virtude disso, quanto maior a taxa de informalidade, menor será a média de anos de estudo, menor o número de estudantes no ensino profissionalizante (Universitário e pós-médio), maior a brecha educacional entre brancos e negros e menores serão os investimentos estrangeiros.

A relação negativa da taxa de informalidade com as outras variáveis – dessa que é a dimensão que explica a maior variância do modelo – é um indicativo de que a informalidade está fortemente associada à baixa capacidade integradora do sistema educativo (o que gera distribuição desigual do capital social) e a ausência de um robusto sistema de capacitação e treinamento laboral. O investimento estrangeiro direto e a brecha nos anos de estudo (negros e brancos) se relacionam positivamente com as variáveis de educação e formação profissional, porém negativamente com a taxa de informalidade.

Em sua maioria, os investimentos estrangeiros são realizados por multinacionais com atuação em mercados de alta rentabilidade, intensivas em capital e vinculados ao mercado de *commodities* internacionais. Essas empresas, de forma hierárquica, administram além dos investimentos e da maior parte do comércio internacional, também as transferências de tecnologia. Dado que as atividades por elas desenvolvidas demandam um maior nível de formação e habilidades específicas, faz sentido que, quanto maior for o investimento estrangeiro direto, maior serão os anos médios de estudo e a formação profissional. Por outro lado, quanto maior a taxa de informalidade menor será o investimento estrangeiro.

A dimensão do Sistema Produtivo explica 15,5% da variância total dos estados, esse conjunto de variáveis põem em relevo duas relações importantes. Mostra que o número de empregadores e a taxa de rotatividade no trabalho estão negativamente relacionados com a taxa de assalariamento e a concentração da propriedade da terra. Ou seja, a elevada rotatividade resulta em debilidade na organização do trabalho, favorecendo acordos hierárquicos que beneficiam os empregadores. Sendo assim, uma diminuição da rotatividade eleva a taxa de assalariamento, dado que esta última está associada ao aumento de postos de trabalho formais. Já o movimento incremental positivo no número de empregadores gera um decréscimo na taxa de assalariamento.

Por sua vez, o índice de concentração fundiária (Giniterra) está relacionado negativamente com a taxa de rotatividade e com o número de empregadores. É de se esperar que, quanto maior a concentração da propriedade da terra, menor o número de empregadores, uma vez que essa concentração significa também redução do número de contratantes no meio rural. A natureza sazonal da Agropecuária impacta expressivamente a rotatividade de trabalhadores. O caráter cíclico das atividades rurais favorece o estabelecimento de vínculos de curta duração, geralmente nos períodos de plantio e colheita. A explicação da relação negativa entre tamanho das propriedades e a rotatividade do trabalho pode estar ligada à consolidação do modelo do agronegócio brasileiro. A adoção de alta tecnologia (pouco intensiva em mão de obra), mirando a exportação de *commodities* (com demanda inelástica), produziu maior estabilidade nos empregos (agora exigindo maior qualificação) desse setor, reduzindo sua rotatividade.

No que toca à dimensão do Incentivo Público, que responde por 12% da variância total, a relação entre gasto público em políticas de trabalho, gasto público em educação, gasto em P&D e a brecha rendimento mensal (negros/brancos) é evidenciada. Todas essas variáveis tem um aporte positivo, indicando relações de variação no mesmo sentido. Na medida em que aumenta o gasto em políticas de trabalho, crescem os gastos em educação e em P&D. O movimento conjunto dessas últimas duas variáveis é explicado pela ausência de ação coordenada entre os atores-chaves das relações industriais, combinado com o forte vínculo de multinacionais a grandes grupos econômicos locais que possibilita um condicionamento do investimento em P&D e da transferência de tecnologia.

Além disso, grande parte dos investimentos em P&D é realizada pelo Estado por meio das universidades públicas que, por sua vez, são financiadas pelos recursos que compõem o gasto total em educação. Os grupos econômicos não assumem os riscos na área do desenvolvimento científico e tecnológico, gerando efeitos, como uma debilidade no sistema de inovação tecnológica, restrições de competitividade no mercado e a dependência tecnológica externa.

A dimensão de Capacidade Fiscal, apesar de conter apenas uma variável – carga tributária bruta por estado – é responsável por explicar uma variância total de aproximadamente 8% do total. Cada unidade da federação pode instituir e majorar tributos que estejam na órbita de sua competência legal. Vale dizer que a carga tributária não é homogênea, o que atribui a cada ente federado poderes diferentes de regulação das atividades empresariais. Nesse aspecto, subsidiar atividades, proteger mercados selecionados ou criar privilégios no contexto de um modelo de tributação regressiva gera conflitos jurídicos (uma

verdadeira “guerra fiscal”) entre os diferentes estados. Essa guerra é derivada dos sistemas informais de relação entre o poder político e as empresas e, via de regra, visam reduzir os mecanismos de concorrência econômica e estabelecer “vantagens institucionais artificiais” em troca de investimentos e criação de empregos.

A dimensão de Relações de Trabalho responde também por aproximadamente 8% da variância total. A densidade de sindicalização e a taxa de empregos temporários se relacionam positivamente entre si e negativamente com a brecha no emprego informal (negros/brancos). Diferentemente da percepção de que um aumento na densidade de sindicalização poderia limitar os contratos temporários, a relação encontrada sugere que o aumento de trabalhadores sindicalizados não é um fator indutor da rigidez nas relações de trabalho e muito menos na ampliação da duração do contrato de trabalho.

Por fim, a dimensão Mercado Externo e Financeiro explica aproximadamente 7,5% da variância total. As exportações complexas (produtos manufaturados) estão negativamente relacionadas com o crédito público (financiamento via BNDES). O financiamento público é menor quanto mais especializado o sistema produtivo. Nesse sentido, quanto mais complexas (maior valor agregado) são as exportações, menor a demanda por financiamento público. A especialização gera vantagens comparativas que permite às empresas se financiarem diretamente pelo mercado privado de crédito.

8.4.1 Variedade de capitalismo: análise de Cluster

A partir das relações entre as variáveis componentes de cada dimensão, com o fim de testar a não homogeneidade do sistema de produção capitalista no Brasil, os estados foram agrupados em 4 grupos para os períodos ao redor dos anos de 2001 e 2014. Isso proporcionou uma comparação intertemporal da mudança na composição dos grupos e serviu de base para a construção de uma proposta tipológica que levou em consideração pressupostos de que a economia brasileira é heterogênea e hierárquica e tem no Estado um ator capaz de operar mudanças na economia política regional.

8.4.2 Economias Hierárquicas de Intensa Dependência Estatal (EHIDE)

Este modelo engloba os estados do Acre, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco. É caracterizado por seus baixos níveis educacionais e de formação profissional. Concentra as menores médias de anos de estudo e formação pós-média, indicando ser esse o sistema menos focado na especialização dos trabalhadores para o mercado de trabalho. Por outro lado, é um

dos sistemas que menor brecha educacional apresenta, ou seja, a diferença da especialização entre trabalhadores brancos e negros é uma das menos acentuadas. A estrutura fundiária é concentrada (a segunda maior dos grupos) e a taxa de empreendedorismo é pouco intensa. Possui a maior taxa de emprego informal, maior brecha de rendimentos de gênero e uma das menores brechas de trabalho informal. O trabalho temporário e a densidade de sindicalização são as mais elevadas e a rotatividade é a segunda mais elevada dentre os grupos.

8.4.3 Economias Hierárquicas de Forte Dependência Estatal (EHFoDE)

Fazem parte deste tipo os estados do Amazonas, Paraíba e Sergipe. É o grupo com maior dependência do financiamento público para a educação. O investimento estrangeiro atinge o maior nível e o crédito público o menor, indicando que existe uma forte captação externa de capital (matrizes, fornecedores, etc.) com baixa necessidade de financiamento local. Isso é refletido nas exportações complexas, que atingem seu maior nível (inegável importância da Zona Franca de Manaus, no Amazonas). A estrutura fundiária é a mais concentrada e a taxa de empreendedorismo é a mais baixa entre os grupos. A estrutura de inovação tecnológica é a segunda mais fraca, os gastos em P&D são insignificantes (traço comum a todos os tipos) e majoritariamente bancados pelo Estado. Possui a segunda maior taxa de emprego informal, porém é o grupo que possui o menor nível de gastos públicos em políticas de trabalho. A brecha de trabalho informal é a segunda mais elevada. É neste grupo que se encontram as menores densidades de sindicalização e as menores taxas de rotatividade no emprego.

8.4.4 Economias Hierárquicas de Moderada Dependência Estatal (EHMDE)

Este grupo é composto pelos estados de Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins. Possui moderada dependência estatal, revelando uma estrutura em que a especialização dos trabalhadores joga um papel mais importante do que nos dois modelos já descrito. A brecha educacional é a segunda pior, indicando que a etnia passa a assumir maior importância na especialização dos trabalhadores. O crédito público é o mais elevado e o investimento estrangeiro atinge o menor nível. Dessa forma, neste grupo, é maior a necessidade de financiamento público para a produção do que a captação externa de capital (matrizes, fornecedores, etc.). As exportações complexas refletem essa relação, pois atingem seu menor nível.

No tocante ao mercado de trabalho, este modelo possui a segunda menor taxa de emprego informal. Os níveis de gastos públicos em políticas de trabalho são moderados e a brecha de rendimentos de gênero é a melhor entre todos os grupos. As brechas de trabalho informal é a mais elevada, extremado as diferenças étnicas nesse mercado. A densidade de sindicalização é a segunda mais elevada e as taxas de rotatividade no emprego são intermediárias. O mercado de trabalho tem uma flexibilidade semelhante ao modelo de forte dependência estatal.

8.4.5 Economias Hierárquicas de Fraca Dependência Estatal (EHFrDE)

Fazem parte deste tipo os estados Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Seus níveis educacionais e de formação profissional são indicativos de maior especialização dos trabalhadores. Concentra a maior média de anos de estudo e a segunda melhor formação pós-média. É o modelo educativo menos generalista e um dos mais especializados do território nacional. Por outro lado, é um dos sistemas que apresenta a maior brecha educacional, ou seja, a diferença da especialização entre trabalhadores brancos e negros é a mais acentuada dos grupos. É de longe o modelo que menor dependência estatal em relação ao gasto público em educação. O investimento estrangeiro é elevado e o crédito público é de grande importância, porém as exportações complexas são de alcance limitado. A estrutura fundiária é a menos concentrada e a taxa de empreendedorismo é muito intensa. A estrutura de inovação tecnológica é a mais forte entre os tipos analisados.

Ainda, este tipo possui a menor taxa de emprego informal, o que pode explicar um baixo gasto público em políticas de trabalho. As brechas de trabalho informal são as menores. O trabalho temporário atinge o menor índice e a densidade de sindicalização é a segunda mais baixa. Já a taxa de rotatividade é disparada a mais elevada dentre os grupos.

8.5 REGIME DE BEM-ESTAR E CAPITALISMO: DETERMINANTES ECONÔMICAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

A primeira etapa dessa análise permitiu consolidar inequivocamente a existência e convívio de uma grande variedade de modelos de proteção social e produção capitalista nas unidades federativas brasileiras. O caráter comum dos sistemas de produção é sua característica hierárquica, variando conforme maior ou menor dependência estatal. Já a

proteção social muda conforme a intensidade protetiva, a maior ou menor dependência da família ou do mercado e a brecha étnica.

A existência de uma relativa homogeneidade na composição dos grupos de proteção social e produção capitalista sugere uma relação de dependência entre eles. Uma das hipóteses construídas na pesquisa foi de que cada modelo de proteção social é determinado pelo modelo de produção capitalista. Essa hipótese foi confirmada com a utilização da Análise de Dados em Painel, onde a variável dependente era o fator geral de proteção social e as variáveis independentes eram os fatores de variedade de capitalismo.

Dessa abordagem, constatou-se que apenas duas dimensões – Sistema Educacional e de Formação Profissional e Sistema Produtivo – foram significativas. A dimensão Sistema Educacional e de Formação Profissional apresenta um sinal negativo e foi significativa ao nível de 1% de significância. Esse fenômeno indica que a baixa coordenação econômica, a alta rotatividade no trabalho, a informalidade e um seguro desemprego pouco generoso (de curta duração e que não garante a reposição salarial dos trabalhadores mais qualificados) são complementariedades negativas e explicam essa relação.

Uma vez que a proteção social é tendencialmente focalizada nos pobres, o mercado laboral é segmentado e flexível (alta rotatividade), a densidade sindical é baixa, as ações de grupos econômicos são concentradas, inexistem estímulos para o desenvolvimento de habilidades específicas. Assim, os regimes de proteção social onde predomina a assistência social e os direitos sociais estão vinculados à comprovação de uma necessidade manifesta, ainda que ampliem sua cobertura, não conseguem estimular a formação e capacitação profissional de seus trabalhadores, ao contrário, os desestimulam. Essa lógica afeta mais fortemente os trabalhadores negros, pois eles recebem relativamente menos, ocupam majoritariamente postos de trabalhos informais e possuem média de anos de estudo e frequência em cursos profissionalizantes menores que os brancos.

A dimensão Sistema Produtivo é significativa ao nível de significância de 5% e está relacionada positivamente com a variável dependente; contém o número de empregadores para cada 1.000 habitantes, a taxa de rotatividade no trabalho, a taxa de assalariamento e o Índice de Gini para a concentração da terra. Esse fator estabelece uma distinção entre os tipos de estratégias produtivas das unidades federativas: algumas estão baseadas em alta concentração da terra (condição para viabilizar as cadeias industriais a montante e a jusante do produtor rural), com altas taxas de assalariamento e baixa rotatividade laboral; outras estão vinculadas ao empreendedorismo, geralmente ligado ao setor de serviços, com altas taxas de rotatividade laboral.

8.6 CORRELAÇÃO DE SPEARMAN ENTRE OS FATORES DOS ESTADOS COM REGIMES COINCIDENTES

As relações estudadas cruzaram os seguintes regimes: 1) EHIDE x PSMIF para os estados coincidentes da BA, CE, MA e PE; 2) EHMDE x PSMIF(MBE) para os estados coincidentes de AL, AP, PA, PI, RN, RO, RR e TO; e 3) EHFrDE x PSIP(FBE) para os estados do PR, RS, SC e SP. Aqui foram avaliadas as correlações fator a fator ou dimensão a dimensão, ou seja, todas as dimensões da variedade de capitalismo foram relacionadas com todas as dimensões dos regimes de bem-estar para os estados onde os regimes coincidem.

O traço comum a todas as interações foram: 1) A forte e negativa relação da dimensão do sistema educacional e de formação profissional (X1) com a dimensão desempenho do regime (Y1) em todos os casos. Dado que a dimensão do sistema educacional e de formação profissional (X1) é um fator síntese de 6 variáveis e que a dimensão desempenho do regime (Y1) é a síntese de 9 variáveis, deduz-se que variação a menor de variáveis como anos de estudo, formação pós-média e o investimento estrangeiro, devem ser acompanhadas de variações a maior de variáveis como mortalidade infantil e na infância, população abaixo da linha da pobreza e taxa de ocupação feminina; e, 2) Nenhuma variável independente está relacionada com a dimensão de esforço estatal (Y4). A explicação para esse último fenômeno pode estar ligada ao fato de que os gastos governamentais totais, em proteção social e em saúde, são determinados constitucionalmente e em patamares fixos. Dessa forma, essas variáveis comportam pouca variação no tempo e no espaço.

Ao olhar as comparações isoladamente, fica evidenciada a falta de homogeneidade em relação à correlação entre as demais dimensões. Na EHIDE x PSMIF(MBE), a dimensão de gênero e generosidade do sistema (Y2) está positiva e fortemente relacionada com a dimensão sistema educacional e de formação profissional (X1), pois na medida em que exista uma variação positiva nas variáveis de X1, é de se esperar uma variação positiva em variáveis como cobertura das pensões, gasto privado em saúde, diferença salarial de gênero, brecha na proteção social e na taxa de dependência de idosos.

Já entre EHMDE x PSMIF (MBE) aparece uma relação moderada entre a dimensão de incentivo público (X3) com a dimensão família e diversidade étnica (Y3). Essa relação parece estar associada ao fato de que, nos estados com maior contingente de afrodescendentes e, por consequência, com maior nível de pobreza e dependência familiar para geração de bem-estar, a demanda por gastos públicos em políticas de trabalho, de educação e gasto em P&D é maior. O mesmo raciocínio vale para a brecha rendimento mensal (negros/brancos), que ao variar

positivamente faz a brecha na taxa de desocupados (negros /brancos) e brecha na taxa de mortalidade infantil (negros/brancos) acompanharem esse movimento.

Por fim, ao se comparar os regimes de EHFrDE x PSIP(FBE) nos estados coincidentes de PR, RS, SC e SP, nota-se na variável Y2 uma mudança em relação aos outros grupos de estados. Aqui, ela está negativamente e muito fortemente relacionada (-0,905) à dimensão de relações do trabalho (X5). Uma explicação plausível é a de que a variação positiva nas variáveis de densidade de sindicalização, da taxa de empregos temporários e da brecha no emprego informal (negros/brancos) causa uma variação em sentido contrário em variáveis como diferença salarial de gênero e na brecha na proteção social (negros e brancos).

A análise de correlação de Spearman reforça a conclusão de que existe uma forte heterogeneidade nos regimes de proteção social e de variedade de capitalismo entre os estados brasileiros.

8.7 PROXIMIDADE ESPACIAL

A disposição dos tipos encontrados em mapas, para ambos os regimes, possibilitou constatar uma contiguidade espacial entre as unidades onde esses regimes coincidem, revelando importante causalidade de um sobre o outro. Percebeu-se que o processo de desenvolvimento econômico e social das diferentes regiões do Brasil foi determinante nessa configuração, uma vez que a espacialidade é uma dimensão do desenvolvimento do sistema capitalista. As hierarquias de geração e apropriação da riqueza regionais e as especificidades institucionais das diferentes regiões também invadem o âmbito das políticas de proteção social, pois a segmentação regional atual ainda reproduz desigualdades sociais históricas.

8.8 HIPÓTESES

Todas as hipótese de trabalho foram confirmadas e basicamente permitem concluir que: o Brasil condensa diferentes ordens de práticas sociais e econômicas que não permitem tratá-lo como um tipo único e homogêneo de regime de bem-estar e variedade de capitalismo (Hipótese 1); as complementariedades entre RB e VoC foram significativas, constatando-se uma contiguidade espacial das unidades federadas com os mesmos regimes (Hipótese 2); a escala de brechas étnicas aumenta na medida em diminui o contingente de afrodescendentes nos estados (Hipótese 3).

Dessa forma, na medida em que o regime de proteção social é mais intenso e a economia menos dependente do Estado, maiores são as diferenças entre negros e brancos. O fator equalizador das brechas étnicas é a pobreza, ou seja, as diferenças entre negros e brancos são minimizadas quando a pobreza e o baixo dinamismo econômico são mais pronunciados.

8.9 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

8.9.1 Construção de referencial teórico para estudar a variabilidade interna dos regimes de bem-estar e variedade de capitalismo.

Houve uma tentativa de estruturar um esquema analítico contraposto à ideia de que o funcionamento do sistema econômico é regido por leis gerais com pouca variação temporal e espacial, convergindo com o tempo para um modelo único e universal de capitalismo. Essa forma de pensar minimiza a ideia de que a instituição central do desenvolvimento econômico é o mercado e, ao mesmo tempo, desmistifica o caráter autônomo e não funcional das políticas de proteção social. Decorre daí a construção da compreensão de que existem características institucionais, políticas e de produção locais que suportam formas de organização econômica e de proteção social que diferem da arquitetura global encontrada no país. Os incentivos locais podem contraditar os incentivos nacionais e flexibilizar a resposta que as empresas e as pessoas oferecem às delimitações institucionais nacionais.

Outro pressuposto adotado foi de que os modelos clássicos de variedade de capitalismo e de regimes de bem-estar, desenvolvidos para países industrializados, não poderiam ser transplantados sem adaptação para a realidade brasileira.

8.9.2 Contribuição para a construção de tipologia de regimes de bem-estar e variedade de capitalismo especificamente para o Brasil

Ao considerar a existência de uma certa continuidade estrutural na composição dos grupos de estados encontrados, foi possível propor uma tipologia de variedade de capitalismo com os pressupostos de que a economia brasileira é heterogênea e hierárquica e que os regimes produtivos regionais têm no Estado um propulsor do desenvolvimento e um ator capaz de operar mudanças importantes na economia política das unidades federativas.

Por certo, as economias dos estados são condicionadas tanto pelo mercado global quanto pelo mercado doméstico. Contudo, o que fica evidente na análise dos dados é a importância da coordenação e do investimento estatal (tanto local como nacional).

Destacadamente, estão os gastos em educação e formação profissional, o crédito público, os gastos em políticas de emprego e os gastos em P&D. Dessa maneira, combinar as características hierárquicas da economia com a dependência da coordenação estatal em esferas fundamentais do sistema de produção parece ser o mais adequado para combinar a ação central que as firmas e o estados exercem na economia das unidades da federação.

No que toca ao sistema de proteção social, as unidades federativas brasileiras apresentam grandes diferenças quanto a: capacidade estatal, mercados de trabalho, mercados de bens e serviços, organização das famílias e dos grupos étnicos na busca de acesso adequado às condições materiais e da efetivação dos direitos sociais (e de cidadania). Na classificação proposta nesta pesquisa, foram adotadas parcialmente as metodologias que seguem a ideia de existência de um “grau de intensidade” dos sistemas de proteção social, o conceito do grau de dependência familiar e do mercado na produção do bem-estar, adicionada da dimensão étnica, ainda inédita na literatura especializada.

8.9.3 Entender a política social como sendo um elemento funcional ao sistema de produção capitalista específico de cada estado brasileiro

A integração analítica entre as duas diferentes linhas de pesquisa (Regimes de bem-estar e variedade de capitalismo) possibilitou compreender, em parte, como as empresas coordenam seu ambiente e como os indivíduos suprem suas demandas existenciais por bens e serviços, tendo o estado como ator relevante do jogo.

A construção de uma categorização ou tipologia coincidente apontou que os arranjos produtivos e de proteção social se apoiam mutuamente. As complementariedades (positivas ou negativas) entre sistemas de proteção e produção ainda carecem de investigação sistemática no Brasil, e o esforço aqui realizado foi de tentar relacionar alguns aspectos dos regimes de proteção social com as dimensões construídas para os sistemas de produção (sistema educacional e de formação profissional, sistema produtivo, incentivo público, capacidade fiscal, relações de trabalho, mercado externo e financeiro). Além disso, foi possível a inclusão do Estado como agente ativo na coordenação econômica nas diferentes unidades federativas.

Os dados revelaram que, de forma geral (para todas os estados), as complementariedades mais fortes ao sistema de proteção social foram das dimensões de formação profissional e sistema produtivo. Essa constatação se repete parcialmente para o conjunto de estados com regimes coincidentes, pois apenas a dimensão do sistema educacional foi comum a todos os arranjos.

8.10 SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS

Ao abrigar uma grande variedade de modelos de produção e proteção social, como constatado nesta pesquisa, o Brasil se distancia dos modelos propostos que o consideram como um regime homogêneo e, muitas vezes, semelhante ao de outros países da região. Depreende-se do que foi estudado que: 1) com fundamento na análise de Cluster se confirma que as unidades federativas com modelos de proteção social semelhantes tendem, em grande parte, a conformar um mesmo modelo capitalista; e, 2) a análise de dados em painel mostrou que 2 das 6 dimensões do modelo de produção – que concentram 10 das 20 variáveis eleitas – mantêm uma relação significativa com o fator geral do modelo de proteção social.

Nesse sentido, o modelo de capitalismo específico de cada estado determina o tipo de modelo de proteção social construído. Como referenciado na metodologia, esta conclusão apresenta apenas parte (determinada pelos objetivos da tese) da interação entre os regimes, pois, na verdade, trata-se de uma relação recursiva e bidirecional. A confirmação da hipótese da impossibilidade de tratar homogeneamente os diferentes regimes estaduais cria a necessidade de abordar qualitativamente essas singularidades. O que se sugere para futuras investigações é confirmar ou não a hipótese de que a engenharia institucional produzida pela Constituição Brasileira de 88, combinada com os programas de estabilização econômica (plano Real), não logrou uma formatação institucional uniforme no território nacional. Para tanto, é necessário analisar comparativamente os legados econômicos, políticos e institucionais dos estados brasileiros, ao menos dos representantes comuns dos conglomerados de proteção social e produção capitalista. O foco seria identificar os fatores explicativos (políticos, econômicos e institucionais) específicos de cada contexto local, que ao interagirem com a variável nacional e supranacional, oferecem respostas divergentes em termos de proteção social.

O pressuposto dessa hipótese é que os fatores explicativos escolhidos, em especial o econômico e o político, influem a capacidade e a disposição dos atores locais em promover reformas específicas. O que se propõe aqui é uma mescla de abordagem histórica que reconstitua a situação econômica e política dessas unidades federativas logo após as mudanças institucionais introduzidas pela Carta Política de 1988, e, com isso, compreender como ocorreram as reformas introduzidas por esse instrumento. Apesar de relevante – e pelas limitações temporais a que uma pesquisa doutoral se submete – essa abordagem não pode ser levada a cabo na presente tese, porém isso não a torna menos importante ou secundária.

REFERÊNCIAS

ADELANTADO, J.; CALDERÓN, E. Globalización y estados del bienestar: ¿respuestas semejantes a problemas parecidos? **Cuadernos de Relaciones Laborales**, v. 23, n. 2, 2005.

ADELANTADO, J.; GOMÀ, R. El contexto: La reestructuración de los regímenes de bienestar europeos. In: ADELANTADO, J. (Coord.). **Cambios en el Estado del Bienestar**. Políticas sociales y desigualdades en España. Barcelona: Icària-UAB, 2000. p. 69.

ADELANTADO, J.; NOGUERA, J. A.; RAMBLA, X.; SÁEZ, L. Las relaciones entre estructura y política sociales: una propuesta teórica. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 60, n. 3, p. 123-156, Jul./ Sep. 1998. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3541320>. Acesso em: 12 mai. 2016.

ADELANTADO, J.; MORENO, Ciudadania y Estado del Bienestar: La inmigración femenina en España. **Revista de Estudos Sociais**, Ano 9, n.1 e 2, 2007.

ADELANTADO, J.; SCHERER. Desigualdad, Democracia y Políticas Sociales Focalizadas en América Latina. Estado, Gobierno. Gestión Pública. **Revista Chilena de Administración Pública**, n.11, p. 117:134, 2008.

AGUIRRE, J. L. **Argentinian Variety of Capitalism in Comparative Perspective**. UNSAM, 25p. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/11978416/Argentinian_Variety_of_Capitalism_in_Comparative_Perspective. Acesso em: 12 mai. 2016.

AGUIRRE, J.; LO VUOLO, R. **Variedades de Capitalismo. Una aproximación al estudio comparado del capitalismo y sus aplicaciones para América Latina**. Documentos de Trabajo CIEPP, 85, Centro Interdisciplinario para el Estudio de Políticas Públicas, 2013.

ALESINA, A.; DEVLESCHAWUER, A.; EASTERLY, W.; KURLAT, S.; WACZIARG. R. Fractionalization. **Journal of Economic Growth**, v.8, p.155-94, 2003.

AMABLE, B. **The Diversity of Modern Capitalism**. New York: Oxford University Press, 2003.

ANDRENACCI, L.; REPETTO, F. **Universalismo, ciudadanía y estado en la política social latinoamericana**. Washington D.C.: INDES-BID. 27 p. 2006. Disponível em: http://www.rau.edu.uy/fcs/dts/Politicassociales/Andrenacci_Repetto.pdf. Acesso em: 10 mar. 2016.

ANS s/d. **Dados e Indicadores do Setor**. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ARAÚJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho Informal, Gênero e Raça no Brasil do Início do Século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v.43, n. 149, p.452-477, 2013.

ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. Formação profissional no Brasil: revisão crítica, estágio atual e perspectivas. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000200012>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ARTILES, A. M.; MEADRI, G. Actitudes hacia la inmigración y compromiso igualitario en Europa. **Revista Política y Sociedad**, v.50, n. 2, p.629-656, 2012.

BALTAGI, B. H. **Econometrics analysis of panel data**. 2. ed. Chichester, UK: Wiley & Sons, 2001.

BAMBRA, C. **Worlds of Welfare and the Health Care Discrepancy, Social Policy and Society**, v.4, n.1, p.31-41, 2005.

BAMBRA, C. Health status and the worlds of welfare. **Social Policy and Society**, v.5, n.1, 2006.

BANCO Central do Brasil. Nota de política monetária e operações de crédito. Brasília, DF, 2014.

BARBA, C. **El nuevo paradigma de bienestar residual y deslocalizado: Reforma de los regímenes de bienestar en la OCDE, América Latina y México**. Tese (Doutoral) – Universidade de Guadalajara e Centro de Pesquisa e Estudos Superiores em Antropologia Social, 2003.

_____. Paradigmas e Regímenes de Bienestar. **Cuaderno de Ciencias Sociales**, n. 137, FLACSO - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, San José, Costa Rica, 2005. 92p.

BARRIENTOS, A. Latin America: Towards a Liberal-Informal Welfare Regime, Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa and Latin America. In: GOUGH, I.; WOOD, G.; BEVAN, P.; DAVIS, P.; ROOM, G. (Ed.). **Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa and Latin America: Social Policy in Development Contexts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 121-168.

BARRIENTOS, A. Social assistance and integration with the labour market. In: ILO/STEP. **Social protection and inclusion: experiences and policy issues**. Geneva: ILO/STEP, 2006. p. 165-182.

_____. **Social Protection and Poverty**. Social Policy and Development, Programme Paper Number 42. United Nations, Research Institute for Social Development, 2010.

BATISTA, S. B.; JACCOUD, L.B.; AQUINO, L.; EL-MOOR, D. **Envelhecimento e Dependência: Desafios para a Organização da Proteção Social**. Coleção Previdência Social: v. 28. Brasília: MPS, SPPS, 2008. 160 p.

BEZERRA, F. A. Análise Fatorial. In: CORRAR, L. Jr. *et al.* **Análise Multivariada para Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, p. 541, 2007.

BIZBERG, I.; THÉRET, B. La diversidad de los capitalismos latinoamericanos: los casos de Argentina, Brasil y México. **Revue de La Régulation**, n. 61, p. 1-22, 2012.

BIZBERG, I. Types of capitalism in Latin America. **Revue Interventions Économiques - Papers in Political Economy**, v. 48, p. 1-45, 2014.

BNDES. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Organização: Paulo Ferraz Guimarães, Rodrigo Almeida de Aguiar, Helena Maria Martins Lastres, Marcelo Machado da Silva. Rio de Janeiro, 2014. 576p.

BOGLIACCINI, J.; FILGUEIRA, F. Capitalismo en Cono Sur de América Latina luego del final del Consenso de Washington: ¿notas sin partitura? **Revista del CLAD Reforma e Democracia**, n. 51, p. 2-23, 2011.

BOSCHI, R. Instituições, Trajetórias e Desenvolvimento: uma discussão a partir da América Latina. In: _____ (Org.). **Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011. 376 p.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. Legados, Política y Consenso Desarrollista. **Revista Nueva Sociedad**, n. 224, 2009. Disponível em: www.nuso.org. Acesso em: 02 out. 2016.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. Intervencionismo estatal y políticas de desarrollo en América Latina. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA – ABCP, 6., 2006. Campinas, 2008.

BOURDIEU, P. O Campo Econômico. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 6, p. 19, 2005.

BOYER, R. **Welfare State and Institutional Complementarity**: from north to south. Paper apresentado no workshop “New directions in social policy”, Seção “New risks and Challenges in social policy”, Genova, p.29, 2014.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CABRIA, J.V.B. ¿Retornos decrecientes o ventajas institucionales comparadas? Dos visiones de las variedades de capitalismo para el caso latinoamericano. In: CONGRESO AECPA, X., 2011. **Anais...** Murcia – España, 2011. 16p.

CABRIA, J.V.B. Las interacciones entre el Estado y las grandes empresas en la variedad de capitalismo latinoamericano. **Ponto de Vista**, n. 3, mar. 2014.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. São Paulo: Global, 1985.

_____. (Des) Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO CELSO FURTADO, II., 2014. **Anais...** Centro de Estudos do BNDES, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/congresso2014/interna.php?ID_M=121. Acesso em: 16 ago. 2016.

CASTLES, F. G.; MITCHELL, D. Worlds of Welfare and Families of Nations. In: CASTLES, F. G. (Ed.). **Families of Nations: Patterns of Public Policy in Western Democracies**. Aldershot: Dartmouth, 1993. p.93-128.

CECCHINI, SI.; BÁRCENA, A. **Protección social inclusiva en América Latina. Una mirada integral, un enfoque de derechos**. Livro da CEPAL n. 111, Santiago de Chile, 2011.

CECCHINI, S.; FILGUEIRA, F.; ROBLES, C. Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe: Una perspectiva comparada. **Serie Políticas Sociales**, n. 202, CEPAL, Santiago de Chile, 2014.

CEPAL. 2013 Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Cepalstat – Bases de Dados e Publicações Estatísticas. Disponível em: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=pt Acesso em: 12 abr. 2016.

COATES, D. **Models of capitalism. Growth and stagnation in the modern era**. USA: Polity Press, 2000.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Gestión Social. Cómo lograr eficiencia e pacto en las políticas sociales**. México: CEPAL y Siglo Veintiuno, 2005.

COSTA, L. C. da. **Os impasses do Estado capitalista: uma análise da reforma do Estado no Brasil**. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

CROUCH, C.; VOELZKOW, H. **Innovation in Local Economies: Germany in Comparative Context**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

CROUCH, C. et al. **Capitalist Diversity and Change: Recombinant Governance and Institutional Entrepreneurs**. New York: Oxford University Press, 2005.

DEL VALLE, A. H. Comparando regimens de bienestar en América Latina. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 88, p.61-76, 2010.

DELGADO, I. G. Estratégias e trajetórias: anotações sobre políticas industriais em perspectiva comparada. In: ENCONTRO ANNUAL DA ANPOCS, 31., 2007. **Texto apresentado...** Caxambu - Minas Gerais, 2007. 28p.

_____. Variedades de Capitalismo e Política Industrial: o Caso Brasileiro em Perspectiva Comparada. In: JORNADAS DE HISTÓRIA ECONÔMICA, ASOCIACION ARGENTINA DE HISTORIA ECONOMICA, CASEROS, XXI., 2008. **Anais...** Argentina, 2008. 31p.

DIEESE 2013. **Os negros no trabalho**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisepep/2013/2013pednegrosmetEspecial.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

DIEESE 2015. **A importância da organização sindical dos trabalhadores**. Nota Técnica, nº 151, São Paulo.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, Belo Horizonte, UFMG/FCE/DCE, v.3, n.1, 1993.

_____. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Texto para Discussão nº 159, CEDEPLAR – FACE – UFMG, Belo Horizonte, 2001.

DINIZ, E. Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento em Países Emergentes. **Revista Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-27, 2010.

_____. Depois do Neoliberalismo: Rediscutindo a articulação Estado e desenvolvimento no novo milênio. In: BOSCHI, R. (Org.). **Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 376 p.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. **A difícil rota do desenvolvimento**: Empresários e a agenda pós-neoliberal. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2007.

DRAIBE, S. M. **O Sistema de proteção social no Brasil**. Campinas: UNICAMP, NEPP, 1991.

_____. O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas. **Caderno de Pesquisa nº 08**, São Paulo, Unicamp, 1993. Disponível em: <http://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2011/10/o-welfare-state-no-brasil-caracterc3adsticas-e-perspectivas-sonia-draibe.pdf> . Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. **Brasil 1980-2000**: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis - PNUD - Taller Inter-Regional “Protección Social en una Era Insegura: Un Intercambio Sur-Sur sobre Políticas Sociales Alternativas en Respuesta a la Globalización”. Santiago, Chile, 2002.

_____. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT19 – Políticas Públicas, 30., 2006. **Anais...** Caxambu-MG, 2006.

DRAIBE, S.M.; RIESCO, M. Estado De Bienestar, Desarrollo Económico Y Ciudadanía: Algunas Lecciones De La Literatura Contemporánea. **Serie Estudios y Perspectivas**, México, n. 55, CEPAL, D.F., p. 1-61, 2006.

_____. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina. Um novo desenvolvimentismo em gestação? **Revista Sociologias**, v.13, n. 27, p. 220-254, 2011.

EIKEMO, T.A.; HUISMAN, M.; BAMBRA, C.; KUNST, A.E. Health inequalities according to educational level in different welfare regimes: A comparison of 23 European countries. **Sociology of Health and Illness**, n.304, p.565-82, 2008.

ESPING-ANDERSEN, G. The Three Worlds of Welfare Capitalism [Três regimes de bem-estar]. New Jersey: Princeton University Press, Princeton, 1990.

_____. The Three Worlds of Welfare State [As três economias políticas no *Welfare State*], **Lua Nova**, n. 24, p. 85-116, 1991.

_____. **Social Foundations of Postindustrial Economies**. New York: Oxford University Press, 2000.

ESTANQUE, E. O Estado social em causa: instituições, políticas sociais e movimentos sócio-laborais no contexto europeu. In: SILVA, F. C. da (Ed.). **Os Portugueses e o Estado-Providência: uma Perspectiva Comparada**. Coimbra - Portugal: Editora Imprensa de Ciências Sociais, 2013. p.230-231.

ESTEVEZ-ABE, M.; IVERSEN, T.; SOSKICE, D. Social Protection and the formation of Skills: A Reinterpretation of the Welfare State. In: HALL, P.A.; SOSKICE, D. (Eds.). **Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage**. New York: Oxford University Press, 2001.

FERREIRA, L.V.; FIGUEIREDO, A. Welfare Regimes in the EU 15 and in the Enlarged Europe: An exploratory analysis, FEP, **WP- Working Papers**, n. 176, 2005.

FERRERA, M. The 'Southern Model' of Welfare in Social Europe. **Journal of European Social Policy**, n.61, p.17-37, 1996.

FILGUEIRA, F. El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina: residualismo, eficiencia y ciudadanía estratificada. In: ROBERTS, B. (Ed.). **Ciudadanía y Política Sociales**, San José, Costa Rica: FLACSO-SSRC, 1998.

_____. The Political Keys of the Reluctant Latin American Social State, **UNRISD Working Paper**, Welfare and Democracy Series, Ginebra, 2005.

FILGUEIRA, F.; HERNÁNDEZ, D. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe: Uruguay**. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 514, CEPAL, Santiago de Chile, 2012.

FLEURY, S.; MOLINA, C. G. **Modelos de Protección Social**. Banco Interamericano de Desarrollo, Instituto Interamericano para el Desarrollo Social INDES "Diseño y gerencia de políticas y programas sociales", 2000.

GARRET, G. Global Markets and national politics: Collision course or virtuous circle? IO Foundation and the Massachusetts Institute of Technology, **International Organization**, v.52, n.4, p. 787-824, 1998.

GOUGH, I. Social assistance in Southern Europe, **Southern European Society and Politics**, v.11, p. 1-13, 1996.

_____. Social assistance regimes: a Cluster analysis, **Journal of European Social Policy**, v.11, n. 2, p. 165-170, 2001.

_____. Welfare regimes in East Asia and Europe compared. In: MARSHALL, K.; BUTZBACH, O. (Eds.). **New Social Policy Agendas for Europe and Asia: Challenges, Experience and Lessons**. The World Bank, Washington DC. p.27-42, 2003.

_____. Welfare regimes: On adapting the framework to developing countries, **A Journal of Policy Studies Dhaka**, PROSHIKA, v. 31, p. 1-18, 1999.

GOUGH, I. E.; WOOD, G. **Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa and Latin America**: Social Policy in Development Contexts. Cambridge University Press, 2004. 366p.

GOUGH, I.; EARDLEY, T.; BRADSHAW, J.; DITCH, J.; WHITEFORD, P. Social Assistance in OECD countries, **Journal of European Social Policy**, v7, n.1, p. 17-43, 1997.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: Caminhos e Descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, 1997.

GUJARATI; D. N. **Econometria Básica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2006.

GUSSO, D.A.; NOGUEIRA, M.O.; VASCONCELOS, L.F. Heterogeneidade Estrutural: uma retomada conceitual. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura. n. 1. Brasília: Ipea, 2011.

GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste**. Departamento de Imprensa Nacional, Presidência da República – Brasil, Rio de Janeiro, 1959.

HAIR JR, J. F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 6.ed. Porto Alegre – RS: Bookmann, 2009. 688p.

HALL, P. A.; GINGERICH, D. **Varieties of capitalism and institutional complementarities the macroeconomy: an empirical analysis**. MPIfG Discussion Paper. 2004. Disponível em: http://www.mpifg.de/pu/mpifg_dp/dp04-5.pdf. Acesso em: 23 jun. 2016.

HALL, P. A.; SOSKICE, D. (Eds.). **Varieties of capitalism. The institutional foundations of comparative advantage**. New York: Oxford University Press, 2001.

HANCKÉ, B. Introducing the Debate. In: _____ (Ed.). **Debating Varieties of Capitalism**. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2009. 337p.

HAY, C. Common trajectories, variable paces, divergent outcomes? Models of European capitalism under conditions of complex economic interdependence. **Review of International Political Economy**, v.11, n. 2, p.231-262, 2004.

HIRATA, G. I. **Discriminação racial no Brasil**: preferências, concorrência e profecias. Tese de (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2014.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

HOFFMAN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. 108p.

HPENHHAYN, M.; BELLO, Á.; MIRANDA, F. Los pueblos indígenas y afrodescendientes ante el nuevo milenio. **Cepal, Serie de Políticas Sociales**, n.118, 2006.

HSIAO, C. **Analysis of panel data**. 2. ed. Nova York: Cambridge University Press. 2003. 359 p.

HUBER, E. **Models of Capitalism: Lessons for Latin America**. University Park, The Pennsylvania State University Press, 2002.

HUBER, E.; STEPHENS, J. D. Welfare state and production regimes. In: _____ (Eds.). **Development and crisis of the welfare state parties and policies in global markets**. Chicago: The University of Chicago Press. 2001. p. 85-112.

INEP/MEC 2014. Sinopses Estatísticas da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> Acesso em: 15 abr. 2016.

IPEA 2014. **Situação social da população negra por estado**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: IPEA, 2014. 115 p.

IPEA 2015. **PNAD 2014 – breves análises**. Nota técnica n.22. Brasília: IPEA, 2015.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. et al. (Orgs.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 45-64.

JACKSON, G.; DEEG, R. **How Many Varieties of Capitalism? Comparing the Comparative Institutional Analyses of Capitalist Diversity**. Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung, Discussion Paper, p. 48, 2006.

KAUTTO, M. Investing in services in West European welfare states. **Journal of European Social Policy**, v.12, n. 1, p. 53-65, 2002.

KERSTENETZKY, C. L. **O Estado do Bem-estar Social na Idade da Razão: a Reinvenção do Estado Social no Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro – RJ: Elsevier – Campus, 2012. p.181.

KORPI, W.; PALME, J. The paradox of redistribution and strategies of equality: Welfare state institutions, inequality, and poverty in the western countries. **American Sociological Review**, n. 635, p. 661-687, 1998.

LAMAUTE-BRISSON, N. Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe: Haití. Colección Documentos de Proyecto, **LC/W. 523**, CEPAL, Santiago de Chile, 2013.

LAVIGNE, M. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe**: Paraguay. Colección Documentos de Proyecto, **LC/W. 507**, CEPAL, Santiago de Chile, 2012.

_____. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe**: Perú. Colección Documentos de Proyecto, **LC/W. 522**, CEPAL, Santiago de Chile, 2013.

LAVIGNE, M.; VARGAS, L.H. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe: Jamaica**. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 533, CEPAL, Santiago de Chile, 2013a.

_____. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe: República Dominicana**. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 557, CEPAL, Santiago de Chile, 2013b.

LEIBFRIED, S. Towards a European Welfare State? On Integrating Poverty Regimes into the European Community. In: FERGE, Z.; Kolberg, J. E. (Eds.). **Social Policy in a changing Europe**. Frankfurt: Campus, 1992. p.245-79.

LEWIS, J. Gender and Welfare State Change. **European Societies**, v.4, n.4, p.331-57, 2002.

LÓPEZ, M. C. **Sistemas de protección social em los EU-8. Variações regionais y factores explicativos**. Tesis (Doctoral) – Universitat Autònoma de Barcelona – España, 2013.

MARCHESI, G. **La evolución de la política económica y social en Argentina, Chile y Perú: una visión comparativa**. Texas: The University of Austin, Center for Latin American Social Policy, 2004.

MARTÍNEZ FRANZONI, J.; SÁNCHEZ-ANCOCHEA, D. Can Latin American Production Regimes Complement Universalistic Welfare Regimes? Implications from the n Case. **Latin American Research Review**, v. 48, n. 2, p.148-173, 2013.

MARTÍNEZ FRANZONI, J. Regímenes de bienestar en América Latina: consideraciones generales e itinerarios regionales. **Revista Centroamericana de Ciencias Sociales**, v.2, n. 2, diciembre 2005.

_____. **Regímenes de bienestar en América Latina: ¿Cuáles y cómo son?** Fundación Carolina, Avances de Investigación, 2, 2008. 44p.

_____. **Domesticar la Incertidumbre en América Latina. Mercado laboral, políticas social y familias**. Editorial Universidad de Costa Rica, San José, 2008a., 307p.

_____. Welfare Regimes in LatinAmerica: Capturing Constellations of Markets, Families and Policies. **Latin American Politics and Society**, v.50, n. 2, p. 67-100, 2008b.

_____. Bienestar y regímenes de bienestar, ¿qué son y por qué abordarlos? In: _____. **¿Arañando bienestar? Trabajo remunerado, protección social y familias en America Central**. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008c. Disponible em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/MARTÍNEZ_Franzoni/03Cap1.pdf. Acesso em: 12 mai. 2016.

_____. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe: El Salvador**. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 521, CEPAL, Santiago de Chile, 2013a.

_____. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe: Guatemala**. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 525, CEPAL, Santiago de Chile, 2013b.

_____. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe:** Honduras. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 528, CEPAL, Santiago de Chile, 2013c.

_____. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe:** Nicaragua. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 530, CEPAL, Santiago de Chile, 2013d.

MARTÍNEZ FRANZONI, J.; MOLYNEUX, M.; SÁNCHEZ-ANCOCHEA, D. Latin American capitalism: economic and social policy in transition. **Economy and Society**, v. 38, n.1, p.1-16, 2009. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03085140802560470> . Acesso em: 15 abr. 2016.

MDIC s/d – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MEDEIROS, M. **A Trajetória do Welfare State no Brasil:** Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. Texto para Discussão nº 852. IPEA, Brasília - DF, 2001, p.8.

MESA-LAGO, C. **Ascent to Bankruptcy:** Social Security Financing and Development in Latin America, University of Pittsburgh Press, 1989. 290 p.

_____. La reforma de la seguridad social y las pensiones en América Latina: Importancia y evaluación de las alternativas de privatización. **CEPAL Serie Reformas de Política Pública**, n. 28, 1994.

_____. **Models of Development, Social Policy and Reform in Latin America.** Geneva. Prepared for the UNRISD project on social Policy in a Development Context, United Nations Research Institute for Social Development UNRISD, 2002.

_____. La reforma de pensiones en América Latina. Modelos y características, mitos y desempeños, y lecciones'. In: HUJO, K.; MESA-LAGO, C.; NITSCH, M. (Comps.) **¿Públicos o privados? Los sistemas de pensiones en América Latina después de dos décadas de reformas.** Caracas: Nueva Sociedad, 2004. p. 21-56.

MESSINA, G. El debate sobre los regímenes de bienestar de Europa a América Latina: algunas sugerencias para el análisis del caso Argentino. In: ENCUENTRO DE LATINOAMERICANISTAS ESPAÑOLES, Congreso Internacional 1810-2010: 200 años de Iberoamérica, XIV., 2010, Actas... España, p. 2932-2952, 2010.

MINA ROSERO, L. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe:** Colombia. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 538, CEPAL, Santiago de Chile, 2013.

MKANDAWIRE, T. **Social Policy in a Development Context.** Editado por United Nations Research Institute for Social Development UNRISD, Suíça, 2001.

MONTEIRO NETO, A. **Desigualdades regionais no Brasil:** características e tendências recentes. IPEA, Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 9, 2014.

MONTERREY ARCE, J. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe:** Estado Plurinacional de Bolivia. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 553, CEPAL, Santiago de Chile, 2013.

MORENO, L. The Modelo of Social Protection in Southern Europe: Enduring Characteristics? **RFAS** n. 1, Madri, 2006.

MS 2016. Portal da saúde. Ministério da Saúde do Brasil. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15580&Itemid=803. Acesso em: 18 mai. 2016.

NARANJO BONILLA, M., **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe:** Ecuador. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 552, CEPAL, Santiago de Chile, 2013. OCDE. Education and Skills. OECD.Stat. 2013. Disponível em: <http://stats.oecd.org>. Acesso em: 18 mai. 2016.

OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ORLOFF, A. Gender in the Welfare State. **Annual Review o Sociology**, v.22, p. 51-78. 1996.

_____. Social Provision and Regulation: Theories of States, Social Policies and Modernity. **WP-Working Paper** 04-07, Institute for Policy Research Northwestern University, 2003.

PIERSON, C. **Late Industrialisers and the Development of the Welfare State**, UNRISD. Background paper for the Project 'Social Policy in a development Context'. Ginebra: UNRISD, 2003.

PIERSON, P. Increasing Returns, Path Dependence and the Study of Politics. **American Political Science Review**, v.94, n. 2, p. 251-267, 2000.

PNAD 2013, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese de Indicadores, Volume Brasil – IBGE.

POCHMANN, M. 2007. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, nm. 6, diciembre 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63013517010>. Acesso em: 15 mai. 2016.

POCHMANN, M. **Brasil sem industrialização**: a herança renunciada. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.190p.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: As origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POWELL, M.; BARRIENTOS, A. Welfare regimes and welfare mix, **European Journal of Political Research**, n. 43, p. 83-105, 2004.

RAIS-MTE 2013. Relação Anual de Informações do Ministério do Trabalho e Previdência Social., Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 15 abr. 2016.

REPETTO, F.; DAL MASETTO, F. P. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe**: Argentina. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 508, CEPAL, Santiago de Chile, 2012.

ROBLES, C. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe**: Chile. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 511, CEPAL, Santiago de Chile, 2013.

ROBLES, C.; VARGAS, L. H. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe**: Trinidad y Tabago. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 516, CEPAL, Santiago de Chile, 2013.

ROBLES, C.; MIROSEVIC, V. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe**: Brasil. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 532, CEPAL, Santiago de Chile, 2013.

RODRÍGUEZ MOJICA, A. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe**: Panamá. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 526, CEPAL, Santiago de Chile, 2013.

ROMÁN VEGA, I. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe**: Costa Rica. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 509, CEPAL, Santiago de Chile, 2012.

RUDRA, N. Welfare States in Developing Countries: Unique or Universal? **The Journal of Politics**, v. 69, n. 2, May. 2007, p. 378-396, 2007.

SANTOS, A. F. T. Teoria do capital intelectual e teoria do capital humano: estado, capital e trabalho na política educacional em dois momentos do processo de acumulação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., Caxambu - MG, p.6. 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t095.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

SCHIERUP, C-U.; HANSEN, P.; CASTLES, S. **Migration, citizenship, and the European Welfare State**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SCHMIDT, V.A. **The futures of European capitalism**. New-York: Oxford University Press, 2002.

_____. **Bringing the state back into the varieties of capitalism and discourse back into the explanation of change**. Center for European Studies, Program for the Study of Germany and Europe Working Paper Series 07.3, 2007.

SCHNEIDER, B.; SOSKICE, D. Inequality in developed countries and Latin America: coordinated, liberal and hierarchical systems. **Economy and Society**, London, Routledge & Kegan Paul, v.38, n.1, p.17-52, 2009.

SCHNEIDER, B. R.; KARCHER, S. Complementarities and continuities in the political economy of labour markets in Latin America. **Socio-Economic Review**, n.84, p.623-651, 2010.

SCHNEIDER, B. R. Hierarchical Market Economies and Varieties of Capitalism in Latin America. **Journal of Latin American Studies**, n.4103, p. 553-575, 2009.

SCHRANK, A. Understanding Latin American political economy: varieties of capitalism or fiscal sociology? **Economy and Society**, v.38, n.8, 2009.

SCHRÖDER, M. **Integrating Varieties of Capitalism and Welfare State Research: a Unified Typology of Capitalisms**. New York: Palgrave Macmillan, p.169, 2013.

SHIKIDA, P. F. A. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995**. Tese (Doutorado) – USP – Campus de Piracicaba, 1997.

SILVA FILHO, E. B. Trajetória recente do investimento estrangeiro no Brasil: 2003-2014. **Boletim de Economia e Política Internacional**, v. 19, p. 5-20, 2015.

SKOCPOL T. State Formation and Social Policy in the United States. **American Behavioral Scientist**, v.35 n.4/5, p.559-584, 1992.

SMEEDING, T.M. Public Policy, Economic Inequality, and Poverty: The United States in Comparative Perspective. **Social Science Quarterly**, n.86, p.955-83, 2005.

STIER, H. et al. Welfare Regimes, Family Supportive Policies, and Womens's Employment Along the Life-Course. **American Journal of Sociology**, v.106, n. 6, p. 1731-60, May. 2001.

STREECK, W. 1995 **German Capitalism: Does It Exist? Can It Survive?** MPIFG Discussion Paper 95/5, Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung, p.28.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. et al. (Orgs.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p.15-44.

VALENCIA LOMELÍ, E.; FOUST RODRÍGUEZ, D.; TETREAULT WEBER, D. **Sistema de protección social en México a inicios del siglo XXI**. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 0474, CEPAL, Santiago de Chile. 2012.

VALENCIA LOMELÍ, E.; FOUST RODRÍGUEZ, D.; TETREAULT WEBER, D. **Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe: México**. Colección Documentos de Proyecto, LC/W. 512, CEPAL, Santiago de Chile, 2013.

WILLIAMS, R. Etnia, Género Y Clase En Los Estados Bienestar: Un Marco para Análisis Comparativa. **Revista Papel Político**, n. 5, p.49-84, 1997.

ANEXOS

Dados do Sistema de Proteção Social (RB)

I Variáveis		Estados																											
	Ano	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
1-GINI	2001	0,623	0,607	0,575	0,476	0,594	0,613	0,624	0,594	0,567	0,572	0,56	0,571	0,571	0,551	0,596	0,616	0,598	0,566	0,572	0,581	0,548	0,538	0,554	0,497	0,571	0,553	0,599	
1-GINI	2014	0,542	0,501	0,53	0,47	0,527	0,506	0,582	0,492	0,45	0,529	0,485	0,487	0,46	0,486	0,513	0,507	0,501	0,453	0,525	0,496	0,47	0,502	0,476	0,421	0,485	0,493	0,515	
2-EVN	2000	66,43	64,28	67,28	67,96	68,69	69,44	72,25	70,37	71,21	65,28	71,76	70,19	69,52	68,43	67,06	64,99	67,86	71,24	70	70,23	67,79	65,26	72,39	72,08	67,73	71,39	67,56	
2-EVN	2014	73,26	70,84	71,42	73,38	72,99	73,39	77,57	77,51	73,83	69,98	76,7	75	73,72	71,71	72,61	73,05	70,68	76,47	75,57	75,23	70,94	70,9	77,21	78,41	72,15	77,48	72,82	
3-TM5	2000	33,53	46,61	41,36	36,83	39,5	42,43	17,5	21,04	24,53	43	29,37	29,2	33,99	38,41	44,27	38,79	41,88	22,25	23,44	38,99	36,33	28,31	18,02	18,62	42,92	20,06	42,58	
3-TM5	2011	19,72	20,9	23,99	27,73	22,79	17,66	13,64	13,91	18,42	23,57	17,78	16,55	21,79	24,52	19,86	18,08	23,58	13,6	16,43	18,97	19,72	19,03	12,98	12,47	20,34	13,39	22,72	
4-TMI	2001	29,2	37,7	34,8	32,9	34,6	36,8	15,3	18,1	21,2	38,8	25,7	24,4	29,4	32,3	39,2	34	37,8	19	20,5	34,5	31,9	22,2	15,3	15,9	37,7	17,4	36,9	
4-TMI	2014	18,4	22,4	19,4	23,7	19	15,8	11	9,6	15,8	23,5	12	14,9	17,7	17,7	18	14	20,4	10,1	12,3	16,1	20,8	17,6	10,2	9,8	17,9	10,5	16,9	
5-PLP	2001	40,2	64,82	47,45	21,63	59,13	57,54	24,24	29,01	26,51	64,41	26,56	23,49	24,69	47,82	62,24	59,99	60,97	28,42	23,82	53,49	37,59	41,18	25,42	15,52	54,63	19,45	50,61	
5-PLP	2014	27,74	31,87	24,22	14,6	23,95	24,88	5,21	6,23	5,19	33,97	6,35	3,76	4,23	25,98	25,98	25,49	24,22	5,51	9,11	21,52	13,72	17,25	7,49	3,75	23,77	6,5	19,61	
6-IDH	2000	0,517	0,471	0,515	0,577	0,512	0,541	0,725	0,64	0,615	0,476	0,624	0,613	0,601	0,518	0,506	0,544	0,484	0,65	0,664	0,552	0,537	0,598	0,664	0,674	0,518	0,702	0,525	
6-IDH	2010	0,663	0,631	0,674	0,708	0,66	0,682	0,824	0,74	0,735	0,639	0,731	0,729	0,725	0,646	0,658	0,673	0,646	0,749	0,761	0,684	0,69	0,707	0,746	0,774	0,665	0,783	0,699	
7-TOF	2004	33,3	29,25	26,47	44,05	36,52	35,53	47,95	42,86	38,4	38,14	40,91	41,57	33,49	35,23	29,94	33,53	29,12	42,32	43,91	29,12	38,72	29,38	45,44	40,91	45,24	44,03	35,1	
7-TOF	2014	38,42	31,22	40,73	40	41,86	35,29	46,4	47,87	41,93	37,17	40,99	43,16	40,11	36,67	41,61	41,45	40,88	44,1	44,09	40,88	40,19	43,82	46,73	44,63	40,57	44,96	43,61	
8-CA3	2001	1,27	1,41	1,07	1,69	1,8	4,29	2,5	7,26	2,13	1,47	3,56	4,47	2,95	1,64	2,8	1,78	3,86	5,54	3,11	4,78	1,95	4,55	4,53	8,02	1,64	5,79	2,48	
8-CA3	2014	10,41	12,3	6,66	5,66	12,49	21,54	11,61	27,1	13,15	16,22	18,67	26,72	20,4	8,11	12,98	11,43	16,07	23,19	17,8	19,92	8,89	11,27	23,16	36,65	8,28	30,44	18,27	
9-BRG	2001	51,87	55,6	48,82	32,6	51,1	53,93	53,29	45,97	42,32	43,5	48,18	41,49	41,49	45,21	57,65	52,48	59,57	43,14	52,62	53,44	40,53	64,71	50,59	46,87	51,2	46,27	44,41	
9-BRG	2014	63,87	67,46	61,71	61,01	66,17	72,24	69,15	56,7	54,41	68,44	59,85	54,14	54,14	62,82	69,79	68,27	74,36	57,71	62,48	65,22	58,93	74,64	63,79	61,13	67,07	57,71	59,55	
10-GT	2001	37,80	17,08	17,93	27,65	16,57	21,42	11,76	14,83	16,58	22,07	15,30	18,00	16,15	15,13	23,51	20,68	24,26	11,77	11,68	22,15	19,86	34,27	12,34	10,17	21,34	10,17	27,29	
10-GT	2013	45,98	20,47	33,67	17,38	17,87	17,85	8,68	9,99	12,64	18,07	15,69	18,17	13,14	15,65	17,79	10,54	18,58	24,53	11,99	21,21	14,31	18,28	33,97	9,40	10,99	23,29	27,18	
11-GS	2001	15,84	7,25	6,96	11,92	7,46	10,23	7,46	5,03	6,94	10,41	5,29	6,86	4,80	6,58	11,36	6,73	9,90	4,82	4,47	10,53	6,57	13,03	3,43	3,38	9,46	3,85	8,35	
11-GS	2013	23,02	7,62	13,98	8,20	8,74	7,89	5,47	4,56	5,54	8,47	6,06	6,60	5,85	7,95	9,30	5,24	9,19	11,31	5,04	10,46	7,87	6,10	14,54	4,48	5,03	11,66	11,06	
12-GSa	2001	6,54	2,05	2,93	3,90	2,17	2,38	1,69	1,33	1,53	1,73	1,36	0,96	0,84	1,72	3,21	1,96	2,33	0,79	1,30	2,40	1,97	3,85	0,95	0,87	2,08	0,88	1,30	
12-GSa	2013	7,56	3,39	4,76	3,02	3,09	2,42	1,38	1,56	1,59	2,69	1,21	1,18	1,31	2,38	2,44	1,02	3,38	3,10	0,88	2,89	1,42	2,10	6,56	1,14	1,24	3,38	4,64	
13-CP	2001	78,2	73,7	67,9	87,5	76,9	80,4	64,2	73,3	68,0	75,0	72,2	64,0	60,0	68,0	82,2	77,6	83,3	71,2	70,1	80,3	61,2	62,3	71,3	76,2	73,0	67,1	68,8	
13-CP	2013	84,60	80,70	69,40	70,70	81,50	81,80	71,50	81,10	80,00	87,50	84,90	69,60	80,40	75,30	80,50	80,00	87,60	83,50	81,30	87,20	81,40	77,00	88,80	88,80	83,60	79,40	82,70	
14-GPs	2003	0,68	0,33	0,10	0,64	1,53	1,09	1,23	1,76	0,85	0,86	1,69	1,54	0,48	1,25	2,33	1,86	0,89	1,33	2,70	2,28	0,60	0,92	0,68	0,97	1,49	2,38	0,41	
14-GPs	2013	1,125	2,396	1,358	1,163	1,779	1,930	1,222	1,873	1,308	1,345	1,795	1,625	1,269	1,290	2,146	2,085	1,548	1,550	2,455	1,933	1,178	0,761	1,685	1,275	1,732	2,279	0,814	
15-Fconv	2000	14,39	16,85	24,5	22,51	15,81	15,85	12,85	11	9,41	18,32	11,65	12,48	10,68	22,98	16,17	15,88	16,6	9,92	11,31	18,45	11,03	14,63	10,59	10,12	15,26	9,83	11,76	
15-Fconv	2010	18,17	18,03	28,85	29,52	16,86	16,85	15,57	12,27	12,78	21,19	13,26	13,86	13,86	24,31	16,77	16,56	18,85	12,54	13,87	18,82	15,41	19,4	12,4	13,14	16,48	14,5	14,9	
16-DI	2001	68,09	64,23	64,13	58,43	57,85	63,89	51,89	53,96	51,98	69,55	50,21	54,25	55	61,26	59,24	57,62	61,84	50,47	45,08	55,87	60,8	58,62	47,5	45,29	60,57	43,93	63,35	
16-DI	2014	58,45	43,71	51,73	52,03	40,58	40,32	36,7	37,9	38,43	52,98	35,68	41,04	41,95	49,45	42,54	41,49	42,89	36,97	33,84	37,37	44,5	49,34	33,75	32,62	42,11	34,4	46,69	
17-DA	2001	8,16	11,78	4,29	8,72	12,49	13,35	6,52	10,67	9,96	10,61	13,32	12,23	7,92	7,8	15,15	11,97	14,12	12,36	16,05	12,31	8,58	4,43	15,15	12	10,2	12,32	10,75	
17-DA	2014	10,04	14,27	10,66	8,47	17,8	18,94	14,29	18,46	17,04	15,96	19,24	16,72	14,38	13,6	18,4	19,74	17,1	18,65	24,29	15,42	12,24	9,28	24,04	19,07	15,84	19,91	16,43	

I Variáveis		Estados																											
	Ano	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
18-BRd	2001	1,07	1,11	1,29	1,45	1,33	1,17	1,30	1,40	1,13	0,89	1,21	1,27	1,38	1,04	1,03	1,25	1,15	1,35	1,31	1,08	1,05	0,99	1,56	2,08	1,34	1,62	0,86	
18-BRd	2013	1,00	1,20	1,10	0,74	1,39	0,85	1,03	1,68	1,59	1,12	1,40	1,52	1,59	0,97	1,03	1,14	1,11	1,24	1,18	0,97	1,02	0,79	1,63	1,11	1,67	1,33	0,96	
19-BMi	2001	3	4	4,3	2,9	5,5	2,8	1,2	1,3	1,2	4,2	1,2	0,8	1,6	4,2	2,6	2,8	5,8	0,1	1,3	1,3	1	2,4	0,1	0,1	3,9	0,3	1,9	
19-BMi	2014	1,4	2,1	2,7	6,3	3,1	1,27	1,22	0,8	0,5	1,9	0,7	0,5	1,1	2,4	0,6	1,4	2,2	0,07	0,1	0,6	0,7	2,2	0,15	0,06	1,3	0,2	2,5	
20-BPS	2001	0,83	0,92	0,86	0,82	0,87	0,92	0,88	0,91	0,87	0,82	0,88	0,90	0,91	0,84	0,94	0,91	0,97	0,87	0,86	0,92	0,85	0,92	0,93	0,88	0,83	0,88	0,91	
20-BPS	2012	0,98	1,00	0,95	0,98	0,97	1,00	0,96	1,00	0,98	1,02	0,97	1,00	0,99	0,97	0,99	0,98	0,96	0,95	0,94	1,03	1,00	0,96	0,94	0,95	1,04	0,95	0,97	
21-Afr	2001	73,08	69,61	70,77	78,65	77,97	64,5	54,48	56,15	56,65	74,28	47,75	45,45	61,49	73,42	63,43	62,65	76,22	22,47	39,42	61,13	60,44	80,46	13,17	7,52	76,42	26,8	74,04	
21-Afr	2014	74,67	71,33	75,78	74,57	79,29	68,69	57,33	59,62	60,23	80,61	56,94	51,96	64,8	78,57	62,8	65,87	75,56	31,19	52,29	59,29	68,15	72,63	19,74	15,72	74,39	37,25	77,6	

1. GINI- Coeficiente de Gini por UF.	6. IDH- Índice de Desenvolvimento Humano por UF	11. GS- Gasto total em proteção social por estado como percentual do PIB.	16. DI- Taxa de dependência infantil por UF
2. EVN- Esperança de vida ao nascer por UF.	7. TOF- Taxa de ocupação feminina por UF.	12. GSa Gasto público estadual em saúde como percentual do PIB.	17. DA- Taxa de dependência de adultos de 65 anos ou mais por UF
3. TM5- Taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos (por mil) por unidade da federação.	8. CA3- Percentagem de crianças abaixo de 3 anos atendidos por serviços de cuidados públicos por UF.	13. CP- Cobertura das pensões (% da população de 60 anos ou mais) por UF.	18. BRd- Brecha na Taxa de Desocupados (negros /brancos) por UF
4. TMI- Taxa de Mortalidade Infantil por UF	9. BRG- Diferença salarial de gênero por UF.	14. GPs- Gasto privado em saúde (% do gasto total dos beneficiários de planos de saúde pelo PIB das UFs)	19. BMi- Brecha na taxa de mortalidade Infantil (negros/brancos) por UF.
5. PLP- População abaixo da linha de Pobreza por UF	10. GT- Gasto governamental total dos estados como percentual do PIB.	15. Fconv- Famílias estendidas e compostas (% do total por estado)	20. BPS- Brecha na Proteção Social (previdência, Loas e PBF)
			21. Afr- Percentual de Afrodescendentes por UF

Dados do Sistema de Produção Capitalista (VoC)

Variável		Estados																											
	Ano	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO	
1-TRD	2002	24	42	46	59	54	44	39	98	84	31	142	96	88	53	26	85	48	24	55	38	72	66	40	104	87	36	72	
1-TRD	2014	45	39	41	49	47	50	39	61	63	41	81	65	59	46	34	59	48	36	52	41	57	51	41	66	56	40	52	
2-TET	2002	2,94	1,19	0,56	1,49	0,99	0,87	0,09	0,84	0,73	2,73	0,71	0,86	0,78	1,07	0,6	1,62	1,19	0,7	0,93	2,11	1,97	0,35	0,07	1,36	1,36	1,69	0,2	
2-TET	2014	0,35	1,23	0,57	1,24	1	0,69	0,51	0,54	0,81	1,49	0,69	0,87	0,35	0,7	0,38	0,85	1,27	0,74	0,53	1,12	0,27	0,27	0,2	0,5	0,76	0,29	0,27	
3-TEI	2001	63,1	70,6	60,2	57,7	71,4	72,1	43,8	53,3	60,2	83,3	63	54,3	53,5	68,4	70,3	50,4	66,9	79,7	47,7	64,5	50	57,7	78,1	41,3	41,7	64,5	76,6	
3-TEI	2014	58,4	54,8	54,5	54,5	61,2	60	36,5	36,5	46,1	73,8	45,4	42,5	43,8	61,2	62,9	36,3	54	67	39,1	56,8	40	43,9	57,7	35	34	60,5	60	
4-DS	2001	20,82	12,05	6,75	5,67	12,92	17,52	23,09	24,15	11,53	19,17	10,63	13,39	14,01	11,52	16,47	16,02	17,18	23,93	15,55	19,47	24,67	15,74	9,35	26,73	16,88	12,15	6,62	
4-DS	2014	17,55	11,23	11,94	12,63	17,43	18,78	23,03	21,17	11,79	29,84	12,48	14,8	14,39	11,47	19,29	15,69	15,9	31,23	11,16	20,55	20,84	16,55	12,75	17,82	16,78	12,39	9,59	
5-GPPT	2002	1,4	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	0,00	0,04	0,02	0,03	0,00	1,16	0,04	0,07	0,02	0,04	0,06	
5-GPPT	2013	1,4	0,1	0,2	0,2	0,4	0,6	0,3	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,5	0,1	0,5	1,8	0,37	0,10	0,04	0,01	0,03	2,67	0,15	0,04	0,18	0,12	0,10	
6-AE	2001	5,9	3,9	7,3	6,7	4,3	4,4	8,2	6	5,6	4,1	5,5	5,9	5,7	5,9	4,3	6,1	5	3,9	7,2	5	6,4	5,6	5,3	6,4	7	5	4,7	
6-AE	2013	7,2	6,2	8,5	8,2	6,9	6,9	10	8,1	8,1	6,4	8	7,9	7,7	7,1	6,8	8,4	7,2	6,3	9	7,2	8	7,2	8,3	8,5	9	7	7,5	
7-TAS	2001	86,9	88,2	86,9	90,1	81,9	82,2	89,5	81,4	79,4	84,5	78,2	81,5	78,5	87,8	86,5	76,9	85,7	84,4	84,4	86,4	75,1	82,5	80,9	80,2	80,5	87,6	80,7	
7-TAS	2013	92,6	91,1	93	93,5	87,6	88,6	91,2	86,6	87,5	89,8	86,3	87,6	85,7	91,8	89,5	83,2	90,9	88,6	88,2	89,4	83	88,9	91,9	85,7	85,8	90,6	89,1	
8-FPM	2001	1,9	2	2,2	2,6	1,7	1,8	7,1	3,7	3,3	1,2	3,4	5,7	3,6	1,5	2,8	6,5	2,9	2,5	6,6	2,8	6,5	2,4	2,3	5,5	6,4	2,5	2	
8-FPM	2014	17,1	8,6	18,7	16,2	7,2	8,2	22,1	12,3	11,2	5,5	14,2	14,2	11,6	10,3	9,8	12,3	9,1	10,5	12,4	10,6	13,1	17,1	20,2	14,8	13,6	11	13,5	
9-GPE	2002	8,9	4,8	3,3	8,5	3,0	5,1	2,1	1,5	3,1	6,2	3,3	2,5	2,4	3,1	3,9	2,3	6,6	2,1	1,9	4,2	4,4	8,7	2,7	2,3	3,9	2,5	6,7	
9-GPE	2013	7,5	2,7	2,1	6,8	1,9	2,2	2,1	1,1	1,9	2,8	1,5	1,8	1,9	2,2	3,3	1,9	3,7	2,2	1,0	3,0	2,9	6,2	1,0	1,2	2,3	1,8	3,8	
10-CTB	2001	5,9	7,3	4,5	16,8	8,7	9,1	4,4	10,4	9,6	6,4	8,8	9,8	8,9	6,1	8,6	6,8	8,5	8,0	6,7	9,5	7,9	8,9	6,1	7,2	8,0	7,3	7,9	
10-CTB	2013	8,9	8,6	7,1	9,7	9,0	9,3	6,5	8,5	10,3	7,7	9,9	10,4	8,9	7,6	9,9	7,6	9,6	10,2	6,5	9,4	8,6	9,9	7,2	7,7	7,6	8,5	9,3	
11-Giniterra	1996	0,723	0,865	0,835	0,809	0,835	0,846	0,802	0,692	0,741	0,904	0,871	0,823	0,773	0,815	0,835	0,743	0,822	0,874	0,791	0,853	0,763	0,766	0,815	0,673	0,76	0,848	0,741	
11-Giniterra	2006	0,716	0,871	0,851	0,838	0,839	0,862	0,818	0,733	0,782	0,866	0,865	0,857	0,795	0,821	0,821	0,77	0,825	0,856	0,798	0,824	0,772	0,714	0,666	0,68	0,803	0,822	0,782	
12-GP&DP	2002	0,24	0,038	0,1374	0,0002	0,0243	0,054	0,037	0,0001	0,0098	0,0524	0,0095	0,0106	0,0501	0,029	0,0074	0,1473	0,0643	0,0106	0,0383	0,0123	0,04227	0,0003	0,0086	0,023	0,1053	0,056	0,0003	
12-GP&DP	2013	0,28	0,147	0,0371	0,0901	0,0498	0,1149	0,0365	0,058	0,1759	0,0579	0,0584	0,0423	0,0707	0,0387	0,0148	0,0524	0,0616	0,0134	0,0428	0,0085	0,03363	0,0067	0,0073	0,0211	0,0871	0,065	0,0576	
13-Ecomplex	2001	6,22	7,34	4,78	97,27	60,95	47,93	11,04	10,86	5,58	12,72	5,55	6,6	31,47	13,69	77,78	45,42	41,91	16,03	55,07	36,07	53,91	14,3	25,45	61,89	85,21	89,81	0,16	
13-Ecomplex	2014	53,25	11,12	5,06	89,88	47,12	58,2	4,81	18,7	4,29	35,35	0,85	2,12	17,65	12,51	80,14	35,63	69,13	1,39	28,88	23,73	39,38	1,85	3,63	50,9	69,39	93,16	0,07	
14-IED	2001	0,007	0,028	0,015	0,065	0,035	0,027	0,013	0,073	0,002	0,031	0,031	0,029	0,062	0,037	0,013	0,054	0,040	0,006	0,081	0,019	0,043	0,008	0,005	0,029	0,130	0,008	0,002	
14-IED	2013	0,021	0,630	2,422	10,415	7,983	4,492	0,674	13,851	7,798	6,430	3,677	15,756	12,583	8,657	13,986	6,832	6,893	8,324	13,465	7,631	13,515	0,070	0,000	6,937	13,900	10,601	0,707	
15-CSP	2002	1,4	1,6	0,2	1,5	3,1	1,8	0,2	3,3	2,7	2,1	4,4	1,7	1,6	5,0	0,9	2,1	1,3	0,6	2,5	1,8	2,4	2,2	0,0	3,0	3,1	0,7	0,7	
15-CSP	2013	2,7	2,6	8,4	1,4	4,5	2,3	2,6	3,2	3,4	5,8	7,6	6,5	3,5	6,4	2,1	4,8	2,6	2,8	3,2	5,5	4,7	7,3	1,0	5,5	2,7	2,0	4,7	

Variável		Estados																											
	Ano	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	TO	
16-BAE	2001	0,8	0,6	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,7	0,8	0,7	0,8	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	
16-BAE	2013	1,0	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	0,9	
17-BRM	2001	0,83	0,47	0,74	0,65	0,55	0,59	0,51	0,60	0,55	0,61	0,57	0,57	0,57	0,56	0,60	0,59	0,52	0,56	0,49	0,55	0,57	0,75	0,69	0,59	0,55	0,56	0,44	
17-BRM	2013	0,74	0,71	0,80	0,67	0,46	0,69	0,52	0,66	0,69	0,56	0,58	0,64	0,63	0,66	0,70	0,67	0,69	0,64	0,54	0,67	0,64	0,75	0,68	0,68	0,61	0,60	0,58	
18-BCP	2001	1,05	0,53	0,77	0,82	0,85	1,11	1,26	0,79	1,08	1,08	0,4	0,94	1,07	0,99	0,51	0,9	0,8	0,66	1,57	0,96	0,95	0,91	0,28	1,33	1,09	0,85	0,83	
18-BCP	2014	1,86	1,59	1,52	2,08	1,32	2,08	1,63	1,32	1,19	0,94	1,28	1	1,05	1,71	1,38	0,58	1,23	2,09	0,98	1,16	0,58	1,02	2,08	0,46	0,75	3,03	1,28	
19-BEI	2001	1,16	1,17	1,26	1,19	1,06	1,15	1,28	1,07	1,16	1,07	1,12	1,04	1,17	1,19	1,20	1,17	1,12	1,16	1,19	1,01	1,03	1,09	1,06	1,00	1,10	1,28	1,19	
19-BEI	2013	1,20	1,22	1,25	1,24	1,11	1,09	1,17	1,07	1,09	1,17	1,00	1,06	1,13	1,19	1,16	1,25	1,10	1,15	1,22	1,19	1,06	1,13	1,19	1,23	1,17	1,10	1,26	
20-Emp	2003	12,2	8,9	5,5	9,3	12,6	12,0	17,6	26,7	22,5	9,3	19,6	28,9	22,6	16,7	12,1	23,3	13,4	19,2	16,0	12,0	24,1	18,0	15,3	29,6	22,8	12,3	22,4	
20-Emp	2013	7,2	7,0	4,8	6,0	14,3	10,4	18,0	16,3	23,1	9,8	25,3	31,6	22,2	13,2	9,2	27,4	9,8	15,2	15,6	12,0	24,3	14,3	15,6	30,3	20,3	9,6	10,6	

Indicadores- VoC

1. TRD- Taxa de Rotatividade no Trabalho (relação entre o menor valor assumido no mês t entre variáveis admissão e demissão e a POA no mês t-1) por UF	6. AE- Número médio de anos de estudo por UF.	11. GINITERRA- Índice de GINI para a propriedade rural por estado. (concentração da terra produtiva)	16. BAE Brecha na Média de anos de estudo (média de anos de estudo de pretos e pardos / média de anos de estudo de brancos) por UF.
2. TET - Taxa de empregos temporários (Tipo Vínculo igual a Contrato Prazo Determinado, Contrato Temporário Determinado, Temporário e Avulso sobre população economicamente ativa por estado) por UF.	7. TAS- Taxa de assalariamento = Assalariados/total de ocupados x 100, por UF.	12. GP&DP Gasto em P&D (% do gasto dos estados pelo PIB estadual).	17. BRM- Brecha Rendimento mensal (rendimento médio de pretos e pardos / rendimento médio de brancos) por UF.
3. TEI- Taxa de emprego informal (% sobre a população ocupada por estado)	8. FPM- Estudantes em formação pós-média e universitária como porcentagem dos estudantes no ensino médio por UF.	13. Ecomplex- Exportações Complexas (alto valor agregado) como porcentagem do total de exportações por UF.	18. BCP- Brecha na frequência em cursos profissionalizantes (pretos e pardos /Branco) por UF.
4. DS- Densidade de Sindicalização (Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por associação a sindicatos) por UF.	9. GPE- Gasto Público em Educação como Porcentagem do PIB estadual.	14. IED- Investimento Estrangeiro Direto (IED) por estado como porcentagem dos respectivos PIBs.	19. BEI- Brecha no emprego informal (pretos e pardos /Branco) por UF.
5. GPPT- Gasto Público em Políticas de Trabalho como % do PIB de cada Estado.	10. CTB- Carga tributária bruta por estado como percentual do PIB.	15. CSP- Crédito Público (BNDES) como porcentagem do PIB estadual.	20-Emp- Número de empregadores para cada 1000 habitantes, por UF.